

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

NICOLE HERSCOVICI

Desatando os nós:

Industriais têxteis nos governos Dilma

Versão Corrigida

SÃO PAULO

2023

NICOLE HERSCOVICI

Desatando os nós:

Industriais têxteis nos governos Dilma

Versão Corrigida

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. André Vitor Singer.

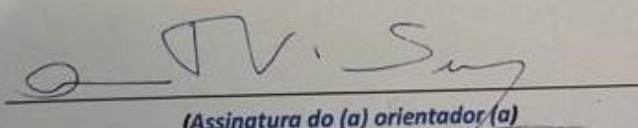
SÃO PAULO

2023

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE**Termo de Anuência do (a) orientador (a)****Nome do (a) aluno (a): Nicole Herscovici****Data da defesa: 07/08/2023****Nome do Prof. (a) orientador (a): André Vitor Singer**

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 03/10/2023


(Assinatura do (a) orientador (a))

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meioconvencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

H571d Herscovici, Nicole
Desatando os nós: Industriais têxteis nos governos
Dilma / Nicole Herscovici; orientadora André Vitor
Singer - São Paulo, 2023.
235 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Ciência Política. Área de
concentração: Ciência Política.

1. Lulismo. 2. Coalizão produtivista. 3.
Impeachment. 4. Burguesia industrial. 5. Estado. I.
Singer, André Vitor, orient. II. Título.

HERSCOVICI, Nicole. **Desatando os nós:** Industriais têxteis nos governos Dilma. 2023. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr.:
Julgamento:
Instituição:
Assinatura:

Prof. Dr.:
Julgamento:
Instituição:
Assinatura:

Prof. Dr.:
Julgamento:
Instituição:
Assinatura:

AGRADECIMENTOS

Apesar da tarefa de escrita da dissertação ser realizada individualmente, a jornada que resultou na forma final do trabalho foi impactada pelas contribuições de um amplo de grupo de pessoas, às quais sou muito grata.

Entrei no mestrado em meio à pandemia do COVID-19. Isso trouxe uma série de dificuldades. Por isso, antes de tudo, agradeço à equipe médica que me tratou nesse período e me ajudou a reconquistar, aos poucos, minha qualidade de vida – meu neuroimunologista, Guilherme Diogo, meu cirurgião, Brunno Abdalla, minha fisioterapeuta, Mariane Donato, minha médica generalista, Renata Meiga, e minha psicóloga, Driele Santos.

Agradeço ao financiamento oferecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior – Brasil (CAPES). Tive também a oportunidade e honra de estagiar através do Programa de Aperfeiçoamento de Ensino (PAE), sob a supervisão do professor Rúrion Melo, a quem sou extremamente grata. Agradeço à Maria Hermínia Tavares de Almeida, para a qual trabalhei enquanto assistente de pesquisa e tive a oportunidade de mergulhar na história da política brasileira desde a redemocratização, com um olhar especial para o PSDB. Esse trabalho me foi fonte de muita inspiração e aprendizado. Agradeço também à Ritika Goel, para a qual trabalhei enquanto assistente de pesquisa em um projeto sobre a eleição de 2022, através do qual tive maior contato com a análise da retórica bolsonarista. Sou grata também a Alfredo Saad-Filho, para o qual trabalhei enquanto tradutora e tive a oportunidade de ler e refletir sobre discussões centrais para os nossos tempos.

Agradeço ao Departamento de Ciência Política, pela infraestrutura e disciplinas oferecidas. Sou especialmente grata ao trabalho da secretaria, liderados por Vasne e Márcia, que me ajudou em todo o processo burocrático, com imensa paciência e generosidade. Agradeço também a Sérgio Mendonça, colega e representante discente, que foi sempre prestativo e dedica tempo e esforço para tornar o programa mais responsivo aos interesses dos discentes.

A metodologia e o tratamento dos dados feitos nesta pesquisa devem-se, em muito, à contribuição de diversos professores. Agradeço ao professor Wagner Mancuso, através do qual tive contato com a literatura sobre grupos de interesse, que me ajudou a ter uma leitura mais crítica sobre a mobilização empresarial. Mancuso também contribuiu para a reflexão em torno da metodologia de análise de declarações na imprensa, quando ainda estava na graduação e cujo aprendizado apliquei nessa pesquisa. Agradeço à professora Elizabeth Balbachevsky por me apresentar à discussão sobre metodologia qualitativa, que foi central para o amadurecimento da construção do meu problema de pesquisa e do enquadramento metodológico que melhor se adequaria a ele. Em sua disciplina, ganhei clareza sobre o tipo de pesquisa que estava fazendo, suas vantagens e limites. Agradeço também ao professor Derek Beach, que ministrou um curso na Summer School que me permitiu aprofundar a discussão metodológica sobre estudos de caso e identificar lacunas no meu próprio projeto. Agradeço à professora Eunice Ostrensky, que me apresentou a discussão metodológica de Quentin Skinner – um marco na minha trajetória intelectual e que me fez abordar os textos de uma forma muito mais crítica e produtiva. Agradeço também aos professores Jonathan Phillips e Rafael Magalhães, por me apresentarem, da forma mais paciente e didática possível, a linguagem R, que me ajudou a tratar e apresentar meus dados quantitativos.

Tive a oportunidade de apresentar versões iniciais dos capítulos desta dissertação em congressos, seminários e no exame de qualificação. Sou grata às contribuições e sugestões dos professores Ary Minella, Paulo Roberto Costa Neves, Fernando Rugitsky, Marcus Ianoni e Sara Freitas, que aprimoraram os argumentos aqui apresentados.

Agradeço ao professor André Singer, que se dispôs a me orientar em dois projetos de Iniciação Científica e no mestrado. Através dele adentrei no universo do marxismo brasileiro e na discussão teórica em torno dos governos petistas, que hoje me são muito caros. Sob sua orientação aprendi a ter uma abordagem interdisciplinar e crítica e a ter coragem de analisar não só o passado, mas também o presente.

Agradeço à Daniela Mussi e Daniela Costanzo, colegas e inspirações, que me incentivaram a seguir a carreira acadêmica. Cada qual do seu jeito, me motivaram a persistir nesta jornada, que por vezes é muito dura. Com elas, aprendi que o trabalho intelectual é

muito melhor se compartilhado e que é possível se ter uma academia acolhedora. Espero que o futuro da academia seja composto por pesquisadoras como elas.

Agradeço também aos pesquisadores que se dispuseram a conversar comigo sobre suas trajetórias e metodologias, quando eu ainda estava nos primeiros meses do mestrado, e me ajudaram a estruturar as primeiras pedras a serem trilhadas: Victor Callil, Rodolfo Dias, Pedro Micussi e Fernanda Perrin.

Desde minha pesquisa de Iniciação Científica, contei com o grupo de pesquisa “Pensamento e Política no Brasil”, um grupo ativo e interdisciplinar, cujas contribuições foram inestimáveis. Agradeço a Hugo Fanton por me ajudar na pesquisa de Iniciação Científica e na elaboração do projeto de mestrado. Agradeço aos meus colegas, Alessandra Freixo, Felipe Bernardino, Caio Barbosa e Gabriel Nunes de Oliveira, por estarem sempre dispostos a ler e comentar meus textos, e, principalmente, por compartilharem os altos e baixos dessa trajetória, sempre com muito humor e empatia.

Agradeço aos amigos que fiz no mestrado, André Houang, Marina Barreto, Rafael Costa e Victoria Braga, por aguentarem meus choros, compartilharem das mesmas angústias e comemorarem minhas conquistas. Sem vocês, teria sido muito mais difícil chegar até aqui.

Agradeço às minhas amigas queridas, Camila Seebregts, Isadora Fávero, Júlia Junqueira Franco, Marina Bonatti, Milena Gomes, Rebeca Degenszajn e Rita Jardim, que me acompanham desde o primeiro semestre da graduação. Obrigada pelo ombro amigo de todos os dias e por me apoiarem em todas as decisões desde então.

Sou grata também aos meus amigos queridos, Rodrigo Toneto, Alexandre Pupo, Matias Cardomingo, Vinicius Orellano, Beatrice Weber e Pedro Marques, por me abrigarem tantas vezes e me acolherem. Para minha sorte, meus amigos também são intelectuais e estão sempre dispostos a debater comigo a política e a economia brasileira.

Agradeço também aos meus amigos de partido, que se tornaram muito mais do que isso – Felipe Goes, Julia Kopf, Ligia Toneto, Daniel Zylbersztajn, Vivian Mendes, Vitor Quarenta, Ynaê Lotito, Larissa Hiratsuka, Gabriel Juncal, Antônio Nascimento, Gabriel Goldfajn, Daniel Freitas, Ananda Mendes, Amanda Pradella, Clara Brenck, dentre tantos

outros. É pelo nosso projeto de país que optei por esse tema e são vocês que me dão a esperança de um novo Brasil.

Agradeço ao meu pai, Paulo Herscovici, minhas irmãs, Aline Herscovici e Vicky Goldberg, à minha segunda mãe, Sarah Laterza, e à minha sogra, Marise Morbach, pelo apoio, nos seus mais múltiplos sentidos, durante todo esse processo.

Não poderia deixar de registrar a inestimável contribuição do Bisteca, meu companheirinho de quatro patas, que literalmente nunca saiu do meu lado rs. Incontáveis vezes, ele teve que dormir aos meus pés enquanto ouvia as batidas do teclado. Nos nossos passeios, tive momentos para respirar em meio à rotina caótica. No auge do estresse, observar sua fofura me fez voltar pro planeta Terra.

Agradeço ao meu marido e alma gêmea, Lucas Câmara, por ser a fonte de luz, tranquilidade e felicidade na minha vida. Sou grata por ter me aguentado sendo completamente monotemática, sempre com um sorriso no rosto. Agradeço às diversas leituras atentas que ele fez desse trabalho. Foi sua escuta que me permitiu pensar em voz alta minhas hipóteses. Tenho certeza que ele sabe muito mais sobre a indústria têxtil brasileira do que gostaria rs. Agradeço por todo o trabalho doméstico que ele teve que fazer durante a reta final da dissertação, quando eu precisava ficar horas sem sair do computador. Agradeço por me ouvir e me acolher nas incontáveis crises existenciais que tive nesses últimos anos. Sou grata ao seu esforço em me impedir de cair na síndrome do impostor. Agradeço por me reconhecer e me comemorar. Em outras palavras, agradeço pelo amor profundo e verdadeiro. Que nossos anos no doutorado sejam mais leves.

*Eu quase que nada não sei. Mas desconfio de
muita coisa. (João Guimarães Rosa)*

RESUMO

HERSCOVICI, Nicole. **Desatando os nós: Industriais têxteis nos governos Dilma.** 2023. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

A chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) poder, a partir de uma campanha a favor do setor produtivo nacional, reabriu o debate em torno da relação entre empresariado industrial e Estado no Brasil (BOITO, 2018; SINGER, 2018). Sob os governos Lula, a burguesia industrial ganhou espaço político, embora o lulismo tentasse equilibrar os interesses das frações burguesas (SINGER, 2018; TEIXEIRA; PINTO, 2012). Já o governo Dilma teria avançado na relação com os industriais e apostado em uma coalizão produtivista, priorizando seus interesses a partir de uma política econômica que via na reindustrialização o principal motor do crescimento econômico. Os industriais pareciam ser os principais beneficiários das mudanças na política econômica. Seu protagonismo na defesa do impeachment de Dilma se tornou, a partir disso, um *puzzle* para os cientistas políticos. A presente pesquisa pretende contribuir para a investigação do posicionamento político industrial sob os governos petistas. Para isso, temos como estudo de caso os industriais têxteis-vestuaristas. Primeiro, encontramos que o alinhamento com os governos petistas era limitado. Embora, de fato, tivessem ganhado poder político, a política econômica ainda favorecia, prioritariamente, os segmentos mais dinâmicos da economia – o setor financeiro e a indústria extrativista. A desindustrialização em curso desde os anos 1990 não foi revertida e, sob o governo Dilma, foi até acelerada. Não obstante, os industriais apoiaram efetivamente os governos petistas até o primeiro semestre de 2013. A situação se complica, contudo, com a desaceleração da economia chinesa e o risco de estagflação no Brasil, que reduz a margem de manobra para uma política ganha-ganha (MARTINS; RUGITSKY, 2019). A partir do segundo semestre de 2013, os dirigentes têxteis passam a se opor ao governo e ao modelo político-econômico em voga, e, em troca, defender uma agenda de “modernização” estrutural do Estado e da economia brasileira. A inflexão de seu posicionamento revela a preferência por uma política de redução estrutural do custo da mão de obra e de disputa pelo controle do poder estatal. Por fim, investigamos o *timing* dessa mudança, que nos revela um papel central das manifestações de junho de 2013. Os protestos se tornaram uma janela de oportunidade, inaugurando um novo ciclo na política brasileira. Primeiramente, alterou a correlação de forças, tornando mais provável a saída do PT do governo federal e a vitória da oposição. Em segundo lugar, a partir de então, constroi-se um diagnóstico e prognóstico consensual em torno da crise brasileira. Os principais problemas se tornam o PT e o modelo de Estado que ele representava e a solução passa a ser a saída do partido do Poder Executivo – seja pelas urnas em 2014, pela renúncia em 2015 ou pelo impeachment em 2016 – e a implementação de reformas estruturais, sintetizadas, posteriormente, no documento Ponte para o Futuro.

Palavras-chave: Lulismo; coalizão produtivista; impeachment; burguesia industrial; Estado.

ABSTRACT

HERSCOVICI, Nicole. **Untying the Knots: Textile Businessmen under Dilma Rousseff's Administrations.** 2023. Thesis (Master's in Political Science) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

The rise to power of the Worker's Party (PT) through a campaign in favor of the national productive sector reopened the discussion around the relationship between industrial business leaders and the state in Brazil (BOITO, 2018; SINGER, 2018). Under Lula governments, the industrial bourgeoisie gained political power, although lulism tried to balance the interests of the different business fractions (SINGER, 2018; TEIXEIRA; PINTO, 2012). The Dilma government, on the other hand, allegedly advanced in its relationship with industrialists, betting on a productivist coalition, prioritizing their interests through an economic framework that saw reindustrialization as the main engine of economic growth. The businessmen seemed to be the main beneficiaries of the changes in economic policy made by Dilma. Their protagonism in the defense of Rousseff's impeachment became a puzzle for political scientists. The present research aims to contribute to the investigation of industrial political behavior under the PT governments. To this end, we take textile-wearing industrialists as a case study. First, we found that the alignment with the PT governments was limited. Although they had indeed gained political power, economic policy still favored, as a priority, the most dynamic segments of the economy - the financial sector and the extractive industry. The deindustrialization underway since the 1990s was not reversed and, under Dilma government, was even accelerated. Nevertheless, the industrialists effectively supported the PT governments until the first half of 2013. However, that changed in face of the slowdown of the Chinese economy and the risk of stagflation in Brazil, which reduced the room for maneuver for a win-win policy (MARTINS; RUGITSKY, 2019). Since the second half of 2013, textile leaders started to oppose the government and the political-economic model in place, and, in return, advocated a structural "modernization" agenda for the State and the Brazilian economy. The inflexion of their position reveals their preference for a policy of structural reduction of labor costs and a struggle for the control of state power. Finally, we investigate the timing of this shift, which reveals to us a central role of the June 2013 demonstrations. The protests became a window of opportunity, inaugurating a new cycle in Brazilian politics. First, it altered the correlation of forces, making it more likely that the PT would leave the federal government and, in turn, the opposition would win. Second, from then on a consensual diagnosis and prognosis is built around the Brazilian crisis. The main problems become the PT and the State model it represented, and the solution becomes the party's exit from the Executive Branch - either through the ballot box in 2014, resignation in 2015, or impeachment in 2016 - and the implementation of structural reforms, summarized later in the document *Ponte para o Futuro*.

Keywords: Lulism; productivist coalition; impeachment; industrial bourgeois; state.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fluxo produtivo da cadeia têxtil e de confecção.....	77
Figura 2 - Coeficiente de penetração de importações.....	92
Figura 3 - Câmbio vs. Balança comercial (Em USD milhões).....	95
Figura 4 - Valor adicionado bruto (em R\$ milhões) da indústria têxtil-vestuarista e participação (em %) no PIB industrial - 2000-2010.....	101
Figura 5 - Posicionamento político dos industriais têxteis na imprensa por semestre (2011-2016).....	108
Figura 6 - Conflito distributivo na indústria têxtil-vestuarista (2000-2019)	128
Figura 7 - Índice de Confiança do Empresário Industrial (2011-2016)	131
Figura 8 - VAB da indústria têxtil-vestuarista (2003-2017) em R\$ milhões	135
Figura 9 - Empregos da indústria têxtil-vestuarista (absolutos e relativos)	136
Figura 10 - Aprovação industrial da maneira de governar do presidente (2010-2016).....	149
Figura 11 - Preferência empresarial para próximo presidente.....	156
Figura 12 - Expectativa empresarial qual candidato tem mais chances de ser eleito	157
Figura 13 - Avaliação empresarial sobre as manifestações de junho de 2013	159
Figura 14 - Postagem no Facebook	169
Figura 15 - Postagem no Facebook	170
Figura 16 - Postagem no Facebook	171

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Manifestações coletadas na imprensa.....	26
Tabela 2 - Perfil dos entrevistados	28
Tabela 3 - Histórico de presidentes das principais entidades industriais e setoriais	71
Tabela 4 - Perfil das empresas dos dirigentes.....	75
Tabela 5 - Origem das importações têxteis brasileiras (em US\$ milhões e %)......	91
Tabela 6 - Total de empregos e participação no PIB industrial por segmento	125

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
NOTAS METODOLÓGICAS.....	22
CAPÍTULO 1 - EMPRESÁRIOS E ESTADO NO BRASIL	31
1.1 INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NACIONAL	32
1.2 DO AUTORITARISMO À ABERTURA POLÍTICA E ECONÔMICA	42
1.3 DO NEOLIBERALISMO A UM NOVO DESENVOLVIMENTISMO?	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
CAPÍTULO 2 - A INDÚSTRIA TÊXTIL-VESTUARISTA: DESAFIOS E ATORES...	59
2.1 REBAIXAMENTO SOB O MODELO NEOLIBERAL.....	61
2.2 UMA NOVA ELITE SETORIAL	68
2.3 ERA LULA.....	80
2.3.1 <i>Lula lá, Skaf aqui</i>	81
2.3.2 <i>Crítica à política macroeconômica</i>	83
2.3.3 <i>Fator China</i>	86
2.3.4 <i>Pressão por defesa comercial</i>	94
2.3.5 <i>Crise de 2008</i>	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
CAPÍTULO 3 - A VIRADA DA MARÉ: DA MAROLINHA AO TSUNAMI.....	105
3.1 NO MESMO BARCO	110
3.2 LIMITES INERENTES	117
3.2.1 <i>Recuo na política macroeconômica</i>	120
3.2.2 <i>Tensões na política externa</i>	122

3.2.3 <i>Limites da coalizão produtivista</i>	125
3.3 A VIRADA	130
3.3.1 <i>Esgotamento da Nova Matriz Econômica</i>	133
3.3.2 <i>Um modelo para os novos tempos</i>	140
CONSIDERAÇÕES FINAIS	145
CAPÍTULO 4 - O GIGANTE ACORDOU? AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO E A OPOSIÇÃO INDUSTRIAL	148
4.1 MUDA BRASIL: JUNHO COMO JANELA DE OPORTUNIDADE	153
4.2 DIAGNÓSTICOS E PROGNÓSTICOS DA CRISE A PARTIR DE JUNHO	160
4.2.1 <i>Nós contra eles</i>	161
4.2.2 <i>O papel do Estado</i>	172
4.3 A COSTURA PERFEITA: O IMPEACHMENT COMO BALA DE PRATA	179
CONSIDERAÇÕES FINAIS	191
CONCLUSÃO	194
REFERÊNCIAS	201
ANEXO A - Modelo de roteiro de entrevista com empresários	235

INTRODUÇÃO

O final do século XX foi um período crítico para a indústria brasileira. Apesar do país ter superado a longa crise dos anos 1980, conquistando a estabilidade econômica, o cenário era trágico para a indústria. A abertura econômica em conjunto com a política de estabilização resultaram em uma desindustrialização abrupta. O Estado, voltado majoritariamente aos interesses do setor financeiro, não dava ouvidos aos pedidos de socorro da indústria. Na eleição de 2002, o sapo se tornou príncipe. O líder petista e ex-metalúrgico, Lula (PT), representava, para parte do empresariado, a chapa que recolocaria a indústria no centro da política e economia brasileira.

Sob os governos Lula, embora a indústria fosse beneficiada, a continuidade da condução rígida da política macroeconômica limitava a agenda desenvolvimentista. Entretanto, a crise de 2008 permitiu uma maior margem de manobra. Aproveitando o clima internacional mais permissivo, Lula flexibilizou a política fiscal e ampliou as despesas públicas, adotando medidas anticíclicas centrais para a manutenção do aquecimento da economia. A aposta lulista no estímulo ao mercado interno via investimento público, programas de redistribuição de renda e facilitação da oferta de crédito provou-se bem sucedida nos primeiros dois mandatos petistas. O Brasil apresentava altas taxas de crescimento econômico, tornando-se a sétima economia do mundo.

Com altos índices de aprovação, Lula elege sua sucessora, Dilma Rousseff. A petista assumiu a presidência em meio à virada do clima internacional. A crise começara a atingir mais fortemente os países europeus e o mercado já exigia “fechar a torneira” dos gastos públicos e retomar a política contracionista (BLYTH, 2017; VACCARI; PEREZ, 2017). Na contramão, Dilma optou por uma política macroeconômica mais expansionista. Rompendo o acordo entre o setor financeiro e o governo, tal como se constituiu nos governos FHC e Lula, a presidenta se apoiou em uma coalizão produtivista para sustentar uma “virada desenvolvimentista”¹ (PINTO et al., 2016; VACCARI; PEREZ, 2017; SINGER, 2018). A

¹ Existe extenso debate na Ciência Política sobre como caracterizar esse modelo econômico. Independente do nome usado para defini-lo, o que nos interessa aqui é sublinhar que se trata de uma proposta anti-liberal, que delega ao Estado papel central na condução econômica.

presidenta avançava no projeto anti-neoliberal inaugurado timidamente no segundo mandato de Lula e, agora, atacava diretamente os interesses dos estratos rentistas em favor da indústria.

Conhecida como a Nova Matriz Econômica, a nova política econômica era caracterizada pela ação e pelo planejamento estatais, tendo viés antiliberal (SINGER, 2018, p. 42), com o objetivo de breçar a desindustrialização em curso e, com isso, gerar crescimento econômico, renda e emprego.² Longe de ser uma política voluntarista, a guinada antiliberal a favor do setor produtivo teria sido fruto também da pressão industrial. Beneficiados tanto pela política industrial quanto pelas mudanças na política macroeconômica, com reduções da taxa de juros e desvalorização do real, os industriais têxteis-vestuaristas pareciam alinhados ao governo.

Entretanto, a partir de 2013, o empresariado passou a se opor ao governo Dilma e à heterodoxia da política econômica. Desde então, os industriais defendem um projeto tipicamente neoliberal, reivindicando corte de gastos, opondo-se à intervenção estatal e aos direitos trabalhistas vigentes. Rousseff, reeleita em um contexto de instabilidade política e recessão econômica, tenta recuperar a confiança empresarial com um ajuste fiscal, que, ao contrário, tornou-se alvo da ira industrial. A partir do segundo semestre de 2015, os industriais aderem e protagonizam a mobilização a favor do impeachment.

Diante disso, o problema motivador da presente pesquisa é o da *adesão empresarial à defesa do impeachment de Dilma Rousseff*: houve, de fato, uma mudança de posição política dos empresários industriais — inicialmente de apoio ao governo e à política desenvolvimentista e posteriormente de oposição? Caso esta hipótese se confirme, o que explicaria o comportamento político desses empresários? Por que o empresariado industrial brasileiro passou a se opor publicamente a um governo que tinha, até então, atendido a suas demandas?

A mudança, de alinhamento à oposição, do posicionamento político industrial é analisada a partir de motivações econômicas (CARVALHO, 2018; BASTOS, 2015) e

² As principais medidas que compunham a Nova Matriz Econômica são sistematizadas por Singer (2018, p. 43-47). Destacamos aqui a desoneração da folha de pagamentos, a redução da Selic, a desvalorização do real, a política industrial inaugurada pelo Plano Brasil Maior e proteção ao produto nacional.

políticas (BOITO, 2018; SAAD-FILHO; MORAIS, 2018; SINGER, 2018; RUGITSKY, 2015). Segundo Carvalho (2018), a raiz da crise dos governos Dilma é econômica: a presidenta teria apostado em políticas anti cíclicas, de curto prazo, para tentar solucionar questões estruturais. Além de ser insustentável, a política industrial, nomeada pela autora de Agenda Fiesp, visava incentivar o investimento privado, o qual responderia apenas em situações favoráveis e não necessariamente teria efeito multiplicador sobre o PIB. Ao adotar a estratégia de um desenvolvimento não acompanhado por investimento público, Dilma teria apenas aumentado a margem de lucro das empresas — as quais se beneficiam dos estímulos governamentais sem, em contrapartida, investir produtivamente. Bastos (2015), por sua vez, justifica o fracasso econômico do governo, e conseqüentemente a falta de apoio empresarial, à desaceleração da demanda, ao aumento das importações e à estabilidade da capacidade ociosa, o que incentivava os empresários a não investirem produtivamente.

De fato, o ensaio desenvolvimentista não teve o resultado esperado. A desindustrialização acelerou-se a partir de 2008, não sendo brecada sob o governo Dilma (IEDI, 2017; SAMPAIO, 2019; MAIA, 2020). Em termos de investimentos produtivos e crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), os anos da administração de Rousseff tiveram índices menores do que os de seu antecessor. A taxa média de crescimento do PIB foi de 2,4% (BRASIL, 2017), já os investimentos produtivos estiveram praticamente estagnados entre 2011 e 2013, e caíram cerca de 1% em 2014 (RUGITSKY, 2015). Diante desse cenário, é possível levantar a hipótese de que o empresariado se opôs ao governo porque a Nova Matriz Econômica (NME) fracassou economicamente. Embora essa seja uma motivação presente, que exploraremos nesta pesquisa, ela não é suficiente para explicar a mudança no posicionamento industrial. A desaceleração econômica já ocorria desde o primeiro ano do mandato da presidenta. Por que a oposição industrial não ocorreu já em 2011? É neste ponto que a análise do posicionamento industrial através da perspectiva política tem mais a contribuir.

Martins e Rugitsky (2021) apontam para a ocorrência de um ciclo de compressão das taxas de lucro (*profit squeeze*) durante o primeiro governo Dilma. Embora a política econômica adotada no período tivesse por objetivo estimular o investimento privado, seu efeito foi dúbio nas taxas de lucro. O encolhimento das margens de lucro agrava o conflito

entre as classes. Neste sentido, o ciclo econômico impacta também o ciclo político. O acirramento da luta de classes é identificado também por Boito (2018), Saad-Filho e Morais (2018) e Singer (2018). Boito (2018) e Saad-Filho e Morais (2018) defendem que a crise do governo Dilma teria sido resultado do agravamento das contradições internas da frente neodesenvolvimentista — composta pela burguesia, classe média, trabalhadores rurais e a massa marginal —, e pela ofensiva do capital internacional. Singer (2018), também a partir de uma análise das classes sociais, sustenta que houve uma ruptura da coalizão produtivista como fruto de reposicionamento político do empresariado industrial, no sentido de uma reunificação das frações burguesas em uma frente única anti-desenvolvimentista.

A presente pesquisa visa contribuir na investigação sobre a relação entre o empresariado e os governos petistas, e, especialmente, sobre os possíveis elementos explicativos da mudança de posicionamento do empresariado industrial sob o governo Dilma. Para isso, realizaremos um estudo de caso tendo como objeto de estudo o comportamento político dos empresários do setor têxtil e de confecções³ durante os governos de Rousseff (2011-2016). A indústria têxtil foi escolhida para a realização deste estudo de caso por ser um caso típico da complexa relação entre Estado e empresários no Brasil. Conforme detalharemos no Capítulo 2, o setor é historicamente dependente da proteção estatal e prosperou sob o regime desenvolvimentista do século XX. No entanto, a transição para o modelo neoliberal, na economia, e democrático, na política, marcou uma era de decadência. A indústria têxtil foi uma das mais atingidas pela abertura econômica, que deu origem a um longo processo de desindustrialização, em curso até hoje. Sob os governos neoliberais da década de 1990, os industriais têxteis foram marginalizados politicamente e constituíram uma das primeiras vozes questionadores do regime em voga. Enquanto a FIESP e a CNI questionaram a condução da política econômica no final do segundo mandato de FHC, os industriais têxteis já se opunham desde o governo Collor.

A elite têxtil se mobilizou para a vitória de Lula em 2002, caracterizado como a chapa da produção, contra a chapa tucana da especulação. A aliança com o petista teve seus prós e

³ Consideramos indústria têxtil e de confecções os setores enquadrados nas classificações C13 e C14 da CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) 2.0, publicada em 2006 pelo IBGE. Utilizaremos os termos setor, indústria ou cadeia produtiva têxtil ou têxtil-vestuarista para designar o conjunto formado pelas indústrias têxtil e de confecção.

contras. Em seus governos, os dirigentes têxteis recuperaram sua influência política. Por ser intensivo em mão de obra e voltado ao mercado interno, a indústria têxtil foi alvo de políticas de incentivo e proteção e cresceu junto com o aquecimento da demanda interna. Entretanto, o projeto lulista tinha algumas incompatibilidades com os interesses setoriais. Em primeiro lugar, o governo Lula deu continuidade à condução da política macroeconômica da era FHC. Em segundo lugar, os anos Lula foram marcados por um ciclo econômico de altas taxas de crescimento, que, apesar de puxar também o setor têxtil, se baseava na exportação de commodities, especialmente alavancada pela industrialização chinesa. A convergência desses fatores impulsionou a desindustrialização no país. Neste novo ciclo econômico, o Brasil se inseria na economia global especialmente a partir do agronegócio, tendo a indústria de transformação um papel cada vez mais irrisório e decadente.

Esse processo se agravou com os choques estruturais da crise de 2008. A partir de então, a indústria deixa de acompanhar o crescimento da demanda interna, que cada vez mais é alimentada pelos importados. Como veremos no Capítulo 3, a resposta inicial do governo Dilma é de aprofundar as medidas anticíclicas e atacar os obstáculos estruturais da competitividade industrial: o câmbio valorizado, as altas taxas de juros e a alta carga tributária. A disposição do governo era apludida pelos industriais. Não à toa, afinal Dilma não apenas dava continuidade às medidas de incentivo à indústria, mas dava um passo a mais, visando colocar os interesses industriais no centro da política econômica. Assim, os industriais se mostravam otimistas, com a expectativa de uma mudança de paradigma que de fato atacasse sua falta de competitividade.

No entanto, o otimismo empresarial era baseado na expectativa do avanço das políticas pró-indústria. Na medida em que o governo recuava, a confiança caía. A partir do segundo trimestre de 2013, o governo perdeu o cabo de guerra em torno da política macroeconômica, recusou a adotar um regime tributário específico para o setor têxtil-vestuarista e congelou o processo de salvaguardas – as três principais reivindicações do setor naquele momento. A oposição só vem, contudo, a partir do segundo semestre de 2013.

Desde então, observa-se uma inflexão dupla no posicionamento industrial. Não apenas a insatisfação passa a superar o otimismo até então predominante com o “amadurecimento” das políticas governamentais, mas, se antes as críticas visavam pressionar

o governo pela ampliação e aprofundamento, isto é, pela *continuidade* das políticas econômicas vigentes, a partir do segundo semestre de 2013, as declarações desfavoráveis tinham por objetivo reivindicar uma *mudança* das orientações econômicas.

Identifica-se, portanto, uma alteração na agenda industrial. Desde 1990, os principais problemas apontados pelos industriais têxteis eram o avanço dos produtos importados e o tripé macroeconômico. A partir de 2008, a crise internacional se soma às suas preocupações. Entretanto, a partir de 2013, essas pautas são praticamente abandonadas e o problema central passa a ser a crise política e econômica causada por “fatores internos”, cuja superação dependia de uma reorientação da política econômica e da condução do Estado. Os dirigentes empresariais aqui analisados passam a defender uma agenda de reformas neoliberais, que resolveria, para eles, os problemas estruturais não apenas da indústria, mas do país como um todo.

Até então os industriais atuavam politicamente dentro das margens. Embora criticassem, eventualmente, o “curto-prazismo” da política econômica, seu foco de mobilização era em políticas mais pontuais e setoriais — subsídios, isenções, barreiras alfandegárias, etc. A partir de 2013, isso mudou. Se antes as políticas reivindicadas para resolver a falta de competitividade industrial eram reduções da carga tributária e políticas compensatórias na área da defesa comercial; depois, a pressão passa a ser por resoluções estruturais, que envolviam uma disputa pela condução da política econômica, que mobilizava a burguesia industrial como um todo. Diante de um novo ciclo econômico, fazia-se necessário um novo modelo econômico, que reduzisse institucionalmente o custo de produção.

A crise econômica é interpretada pelos industriais como a consequência do esgotamento da Nova Matriz Econômica diante de um novo ciclo econômico, caracterizado pelo acirramento da concorrência, com a ascensão chinesa, e pela desaceleração econômica, com o fim do boom das commodities. Neste novo cenário, os industriais pressionam por uma política contracionista. Em sua visão, o país deveria se adequar aos novos tempos pós-crise de 2008 e “modernizar” a política econômica e o Estado.

O que motivou essa virada? O *timing* da inflexão, a saber, do primeiro ao segundo semestre de 2013, nos leva a investigar a possível relação com as manifestações de junho.

Como os industriais interpretaram os protestos e como essa interpretação pode ter afetado seu comportamento político? No Capítulo 4, sugerimos que *as manifestações de junho foram interpretadas como uma janela de oportunidade*: a partir de junho de 2013, há uma confluência entre i) a identificação comum dos principais problemas que o país enfrentava; ii) das soluções necessárias; e iii) a abertura de um clima político incerto, mas de desejo de mudança e de mudança na correlação de forças — pela primeira vez em muitos anos, o governo liderado pelo PT sofria de desaprovação popular — que os possibilita se opor publicamente ao governo e atuar em favor de sua agenda.

No Capítulo 4 mostramos como, na interpretação dos industriais, a crise passa a ser também uma crise do modelo de Estado, originado pela Constituição de 1988. Os principais problemas deixam de ser, portanto, os reflexos da crise internacional e avanço dos produtos importados e passam a ser “internos”: um Estado excessivamente grande e intervencionista, gastador e ineficiente, a alta carga tributária e legislação trabalhista “atrasada”, dentre outros. A análise do discurso empresarial nos permite identificar que, para eles, embora houvesse um alinhamento acerca das políticas setoriais e macroeconômicas durante os primeiros anos do governo Dilma, o PT representava para eles um entrave na modernização (nos moldes neoliberais) do Estado e da economia brasileira. A raiz da crise brasileira era política, e o PT era identificado como seu principal propulsor.

Diante desse diagnóstico, a saída do partido do Executivo — inicialmente pela esperada derrota eleitoral em 2014, posteriormente pela demandada renúncia de Dilma e, eventualmente, pelo impeachment — solucionaria a crise política e econômica em uma cajadada só: daria fim ao populismo eleitoral e à principal fonte de corrupção do poder e pavimentaria o caminho para a chegada ao poder de um representante de sua agenda — em 2014, o tucano Aécio Neves e, a partir de 2015, o peemedebista Michel Temer, através da plataforma sintetizada no documento Ponte para o Futuro.

NOTAS METODOLÓGICAS

A metodologia de estudo de caso a partir da realização de um *process tracing* provou-se o caminho mais adequado a ser perseguido, tendo em vista que nossa motivação é entender não apenas se houve uma mudança no posicionamento político empresarial, mas também *como e por que* ela ocorreu (MAHONEY; GOERTZ, 2006; TRAMPUSCH; PALIER, 2016). Nosso objetivo, portanto, é entender quais os mecanismos causais envolvidos na produção da inflexão industrial. Seguimos a definição de Falletti e Lynch (2009, p. 1143, tradução nossa), segundo a qual mecanismos causais são “conceitos portáteis que explicam *como e por que* uma causa hipotética, em um determinado *contexto*, contribui para um determinado resultado”. Diferentemente de variáveis, os mecanismos causais visam “desvendar os processos sociais subjacentes que ligam os *inputs* aos *outcomes*” (FALLETTI; LYNCH, p. 1161, tradução nossa).

O nosso interesse primordial não é em algum mecanismo causal pré-determinado, mas no próprio caso (ou condição), cuja investigação nos proporcionou a identificação desses mecanismos (BEACH; ROHLFING, 2015). Por termos como finalidade testar as hipóteses sobre a inflexão empresarial já sugeridas pela literatura, a seleção do caso teve o critério de se tratar de um caso “típico”, isto é, que está previsto na teoria (SEAWRIGHT; GERRING, 2008; BEACH; ROHLFING, 2015). Optamos, portanto, por investigar um setor tradicional da indústria brasileira, relevante social, econômica e politicamente, que foi contemplado pelas políticas econômicas do governo Dilma, mas que, não obstante, defendeu o impeachment da presidenta.

A escolha pela realização de um estudo de caso possibilita mergulhar na riqueza dos detalhes e identificar diversos elementos explicativos, que juntos, provam-se necessários para explicar o resultado final (*outcome*) observado — no nosso caso, a adesão ao impeachment de Dilma. A contribuição potencial é dupla: não apenas o estudo de caso nos permite testar as teorias sobre o tema, mas, ao adentrarmos as profundezas de um único caso, podemos formular novas hipóteses. Reiteramos, no entanto, que nenhum dos mecanismos que identificamos podem ser tomados como causas suficientes para explicar o comportamento político dos industriais têxteis-vestuaristas. É a análise da *interação* entre eles, no *contexto* específico, que fornece uma *explicação causal plausível* (FALLETTI; LYNCH, 2009).

Justamente por isso, a generalização dos nossos achados é limitada. Se muito, nossas conclusões podem ser testadas em futuras pesquisas acerca de setores industriais com características similares ao do têxtil-vestuarista: majoritariamente composto por empresas de capital nacional, intensivo em mão de obra, historicamente dependente de políticas governamentais, que vem sofrendo um processo de desindustrialização e que participou e foi contemplado pelas políticas econômica sob Dilma I. Evidentemente, essa é a realidade de poucos. Assim, não podemos ter a pretensão de afirmar que as hipóteses e considerações formuladas aqui dizem respeito a todo empresariado industrial brasileiro.

Isto esclarecido, apresentamos a seguir brevemente os elementos explicativos identificados ao longo da pesquisa, cuja interação entre si podem ser suficientes para explicar o posicionamento identificado.

A primeira engrenagem diz respeito ao novo ciclo econômico, caracterizado pela ascensão chinesa na economia global. Em um contexto de liberalização do comércio mundial e crise nos EUA e países europeus, a China desponta como grande produtora mundial e passa a escoar seus produtos manufaturados no Brasil. A falta de competitividade do produto brasileiro resulta no processo de desindustrialização, especialmente através do déficit da balança comercial. Enquanto o *boom* de commodities alavancava as taxas de crescimento econômico, foi possível manter a expansão da produção industrial, mesmo que perdesse participação em termos relativos. Entretanto, com a desaceleração da economia chinesa a partir de 2012 e o conseqüente fim do *boom*, a desindustrialização se acelera. A partir de então, o setor apresenta queda em seu valor adicionado bruto e até na empregabilidade. Neste cenário, o senso de urgência industrial é acionado. Os industriais passam a temer que o país “fique para trás” e seja engolido pela “ameaça chinesa”. As políticas de incentivo à competitividade até então em curso não eram suficientes para manter a produção industrial. Os industriais passam a demandar uma redução estrutural dos custos de produção, através da supressão institucional do custo da mão de obra.

A segunda engrenagem corresponde à mudança no ciclo político causada pelas manifestações de junho de 2013. Os protestos foram interpretados pelos empresários como uma janela de oportunidade, em que se tornou possível a unificação entre diferentes segmentos sociais e econômicos em uma agenda comum anti-PT e neoliberal; e que,

finalmente, tinha chances reais de vencer as eleições de 2014. Os protestos transformaram a correlação de forças a partir da deslegitimação do PT e da tomada das ruas pela direita, além de disseminar o desejo de mudança e a narrativa crítica ao Estado e ao PT, baseada tanto na retórica neoliberal quanto moral. É essa configuração de forças e esta agenda unificada que fundamentará a oposição ao governo ainda no primeiro mandato de Dilma e que servirá para a mobilização em torno do impeachment da presidenta.

A terceira engrenagem tem a ver com a própria dinâmica do grupo de dirigentes têxteis, capitaneado por Paulo Skaf, então presidente da Fiesp. O papel de articulador entre empresários-Temer e empresários-movimentos pró-impeachment exercido por Skaf pode ter impulsionado a transformação, até então, de posicionamentos antipetistas pessoais dos executivos em declarações públicas contra o governo e a favor do impeachment. Assim, os dirigentes têxteis teriam não apenas um governo com o comprometimento crível de que, se assumisse a cadeira presidencial, adotaria a agenda defendida pelos industriais, mas também ganhariam maior proximidade com o próprio presidente.

Exposta a escolha metodológica, apresentamos a seguir as principais fontes de dados e técnicas de análise que foram desenvolvidas até então, buscando ressaltar as vantagens e limites que apresentaram:

a) Declarações na imprensa

Conforme Mintz e Schwartz (1985) e Bianchi (2010) demonstram, o uso da imprensa empresarial como fonte de pesquisa tende a ser mais confiável do que os demais meios de comunicação de massa. Isso seria resultado, segundo Mintz e Schwartz, da relação recursiva entre a imprensa empresarial e seus leitores: i) o público leitor é composto por indivíduos cujas atividades são as reportadas pelos jornais, e ii) pela especificidade do mercado, que depende das informações veiculadas nos meios de comunicação empresarial para tomar decisões, desincentivando que os jornais forneçam informações imprecisas para não perder leitores. Outros fatores relevantes são que a imprensa empresarial pode ser considerada mais influente entre a comunidade empresarial, além de sumarizar os principais eventos e debates do meio.

Evidentemente, há inconsistências nesse tipo de mídia, assim como em qualquer jornal. Uma limitação do uso da imprensa é que os porta-vozes empresariais divulgam as posições predominantes do período, de forma que as opiniões minoritárias e divergentes dificilmente são representadas (BIANCHI, 2010). Neste sentido, os dados restringem-se ao que foi disponibilizado pelos meios de comunicação, isto é, certamente há informações que não foram incluídas nas notícias, fontes divergentes, as quais o pesquisador dificilmente terá acesso (DORNELLES; MEDEIROS; MARTINS, 2014). Ademais, pelo fato das manifestações serem publicizadas, os empresários tendem a adotar um discurso mais brando ao criticar o governo, tornando seus posicionamentos mais implícitos, sendo maquiados por discussões que aparentam ser técnicas, e não explicitamente políticas.⁴ A coleta em diversos tipos de imprensa e de postagens em redes sociais, assim como a realização de entrevistas visa amenizar essas limitações.

Não obstante, a imprensa como fonte de dados providencia grande volume de informações para longos períodos, e permite a análise de valores e posicionamentos políticos de diversos setores sociais (OLIVEIRA, 2016). Vieira (2013, p. 4) argumenta que a imprensa, “sobretudo a periódica, é um importante meio de construção de culturas políticas específicas, ou seja, empiricamente verificáveis e de interesse historiográfico”. O uso da imprensa para coleta e análise das manifestações empresariais, portanto, constitui rica fonte de dados para a pesquisa a ser realizada.

Tendo isso em vista, foram escolhidos dois veículos empresariais como fontes principais de manifestações dos executivos e dirigentes têxteis-vestuaristas, um mais amplo, o jornal Valor Econômico, e outro mais específico do setor têxtil — a revista Textilia.⁵ O Valor tem a vantagem de ter publicação diária, permitindo verificar a reação imediata a medidas anunciadas e oferecer uma amostra significativa de notícias. Sua ampla circulação também é fator importante na escolha. A abrangência desse jornal permite que os industriais se utilizem dele para cobrar o governo e influenciar a opinião de outros empresários. Outra

⁴ Ao tratar da confiabilidade da fonte, a jornalista Marta Sfredo, em entrevista ao autor, argumenta que deve-se considerar não apenas a fonte, mas também o assunto tratado. Nesse sentido, a informação oferecida pelo empresário sobre sua própria empresa é mais confiável do que seu comentário sobre “os impactos das políticas públicas nos seus negócios, por ser a parte interessada” (SCHMITZ, 2010, p. 111).

⁵ Em 2023, a Textilia saiu do ar. As notícias aqui utilizadas foram coletadas entre os anos de 2020 e 2022.

vantagem é a cobertura nacional das opiniões representadas, dando, assim, mais credibilidade à pesquisa, por contemplar a opinião dos industriais de todo o país e não só de uma região específica. Já a Textilia, apesar de menor frequência (de 3 a 5 edições da revista digital ao ano) e circulação, é um canal importante dos industriais têxteis, que não apenas são assinantes da revista, mas frequentemente são entrevistados e publicam textos de opinião — com manifestações até mais explícitas do que no Valor Econômico. Ao longo da coleta, foi observada a sub-representação de dirigentes da região Nordeste, terceiro maior pólo têxtil-vestuarista. Para compensar essa assimetria e investigar possíveis divergências regionais, optou-se por realizar uma coleta complementar nos jornais O Diário do Nordeste e O Liberal. A Tabela 1 abaixo informa a quantidade de matérias publicadas durante os dois governos Dilma que foram coletadas e analisadas para esta pesquisa.

Tabela 1 - Manifestações coletadas na imprensa

Veículos	Total
Valor Econômico	172
Textilia	36
O Liberal	33
Diário do Nordeste	20
Outros	33
Total	294

Fonte: Elaboração própria.

As declarações foram classificadas de acordo com a metodologia de atribuição de valências.⁶ Cada manifestação foi categorizada como favorável, contrária ou neutra à política

⁶ Seguimos, aqui, a metodologia adotada em Oliveira e Herscovici (2022). Para uma discussão mais aprofundada sobre os critérios adotados na classificação das declarações empresariais, conferir a seção de metodologia.

econômica e/ou ao governo. As manifestações que elogiavam determinada medida econômica, atribuíam bom desempenho econômico às políticas econômicas e/ou pediam pelo aprofundamento da política em curso, foram classificadas como favoráveis. Já aquelas que criticavam, consideravam que o mau desempenho econômico era reflexo de determinada medida e/ou pediam pela mudança da política econômica, foram consideradas contrárias. Por fim, aquelas que se mostraram inconclusivas foram consideradas neutras. Essa metodologia nos permitiu verificar a predominância de alinhamento ou discordância com os rumos econômicos e com o governo Dilma ao longo do período analisado. Contudo, nosso interesse não se limita à análise da proporção de declarações favoráveis e/ou contrárias ao governo. Mais do que isso, priorizamos a investigação qualitativa dessas manifestações, buscando identificar os diferentes graus de apoio e/ou oposição, assim como explorar os sentidos de cada uma dessas declarações.

b) Entrevistas

Dado que nos é relevante entender *como* os industriais interpretaram as políticas governamentais e os eventos políticos que marcaram o período, a realização de entrevistas se provou necessária (ABERBACH; ROCKMAN, 2002). As entrevistas têm a vantagem de direcionar as declarações, isto é, podemos analisar a reação a determinadas perguntas que nos são relevantes. Diferentemente da maioria das manifestações na imprensa, durante as entrevistas é possível que o entrevistado desenvolva seu raciocínio e sua declaração não passa pelo filtro do jornalista.

Optamos por realizar entrevistas semi-estruturadas, que, apesar de serem mais difíceis de se conseguir agendar, nos oferecem diversas vantagens. Permitir que os entrevistados formulem as respostas em suas próprias palavras nos permite acessar não apenas suas preferências, mas as fundamentações lógicas que as sustentam, na própria linguagem do entrevistado — o que se provou central para compreender suas posições (ABERBACH; ROCKMAN, 2002). Ademais, nos permite explorar assuntos não-previstos pela pesquisadora e abarcar diferentes temas dependendo do entrevistado (ADAMS, 2015).

Ao longo da pesquisa, foram realizadas dez entrevistas, com duração entre uma e duas horas cada. O perfil dos entrevistados está sistematizado na Tabela 2 abaixo.

Tabela 2 - Perfil dos entrevistados

Nome	Entidade	Função	Porte	Segmento
Sob anonimato	Fiesp	Ex-funcionário	-	-
Sob anonimato	Fiesp	Ex-funcionário	-	-
Eunice Cabral	Conaccovest	Presidente	-	-
João Domingos Chiari Sanchez	SENAI	Diretor	-	-
Paulo Sergio Salvi	SENAI	Coordenador Técnico da Área Têxtil	-	-
Marcos Staak	Hj Tinturaria	Gerente	Média	Tinturaria
Fernando Pimentel	Abit	Presidente	-	-
Alfredo Bonduki	Sinditêxtil-SP e Bonfio	Presidente	Pequena	Tecelagem
Sob anonimato	SENAI	Funcionário em cargo de confiança (2000-)	-	-
Sob anonimato	Valor Econômico	Jornalista que cobriu o setor têxtil nos governos	-	-

		petistas		
--	--	----------	--	--

Fonte: Elaboração própria.

No entanto, há limitações. O entrevistado pode fugir de responder diretamente à pergunta, assim como replicar o discurso que já apresenta à imprensa.⁷ Como exemplo, ao tratar sobre o desempenho econômico do setor, o empresário faz a ressalva: “Não tô aqui fazendo juízo de valor político não, tá, não tô aqui... quem era, não quero saber quem tava no governo. Eu tô falando os fatos”. Ao identificar na pesquisadora uma interlocutora externa, o executivo se esforçou em reforçar sua “neutralidade” política. Ademais, o método bola de neve, mais indicado em entrevistas com membros da elite, não se mostrou efetivo no nosso caso. Os entrevistados se esquivaram de indicar outras pessoas de interesse para a pesquisa.

c) Postagens em rede social

Por fim, foram coletadas e analisadas 553 postagens no Facebook por dirigentes setoriais. Diante das limitações das declarações na imprensa e durante as entrevistas, o acesso às redes sociais se mostrou uma fonte de dados essencial. Por mais que as postagens, geralmente, não sejam longas, elas são feitas para um público considerado “seguro” pelo entrevistado, ou seja, ele escreve para seus pares. Em mais de uma ocasião, inclusive, os dirigentes comentam em posts feitos por outra liderança. Por se tratar de uma rede social, o “filtro” ou a “máscara” que o entrevistado veste durante uma entrevista ou declaração à imprensa parece não estar lá. Nesse sentido, os valores e ideologias são mais facilmente acessados. Além disso, assim como as manifestações na imprensa, é possível captar a reação imediata a determinadas medidas econômicas e eventos políticos.

Não obstante, não é possível tratá-las enquanto uma fonte de dados tal como a coleta de declarações na imprensa: a periodicidade não é regular e a quantidade de dirigentes com suas páginas com acesso permitido ao público é baixa. Assim, as postagens são dados

⁷ Segundo Schmitz (2010), as empresas investem em capacitar seus executivos como interlocutores com a mídia, para formar um discurso adequado a fim de evitar notícias desfavoráveis à corporação.

complementares, que nos permitem aprofundar a análise das declarações empresariais na imprensa e nas entrevistas.

CAPÍTULO 1 - EMPRESÁRIOS E ESTADO NO BRASIL

O empresariado industrial como ator político constitui, desde os anos 1950, importante agenda de pesquisa da Ciência Política brasileira. Primeiramente, o setor produtivo é responsável por parte significativa — ainda que declinante nos últimos anos — do PIB brasileiro e dos investimentos no país, e ocupa uma das principais posições em termos de empregabilidade. Os industriais também apresentam relevante influência política, tanto na composição do governo quanto na pressão política para a determinação e priorização de determinadas políticas, através de lobby, da organização das associações setoriais e multissetoriais, ou até mesmo pela eleição de seus representantes para cargos políticos (BIANCHI, 2001; MANCUSO, 2007a; SINGER, 2018).

De acordo com a análise bibliográfica de Mancuso (2007), a literatura sobre a atuação política do empresariado industrial brasileiro pode ser classificada entre os que interpretam o empresariado como ator político forte, com capacidade organizativa, ou fraco. Embora válido, não é esse o critério que nos interessa. A eficácia da ação industrial não é a mesma em todos os períodos históricos e inclusive pode ser simultaneamente forte em determinado tema e fraca em outro. Sua eficácia depende de uma série de fatores: os contextos político e econômico, o tipo de política em questão (se é conflituoso, se os custos e benefícios são difusos ou concentrados, etc.), entre outros. Nesse sentido, acreditamos que a caracterização da “fraqueza” ou “força” da ação empresarial é secundária para a discussão conduzida nesta pesquisa. Tomaremos um outro rumo e analisaremos o empresariado mais pela perspectiva de classe social do que de grupo de interesse. Aqui o central é investigar a formação dessa classe, sua caracterização ideológica e comportamento político, sua relação com o Estado e as demais classes sociais. Destacamos, em especial, as coalizões e realinhamento dessas alianças em momentos-chave, a saber, de mudança de modelo político e econômico. Isto é, nossa revisão da literatura terá como recorte a análise da *polity* — da caracterização do empresariado industrial, sua posição na estrutura de classes e sua relação com o Estado —, sendo a *policy* complementar.

As seções seguintes terão por objetivo destacar as continuidades e discontinuidades do comportamento político empresarial da década de 1950 a de 2010. Em primeiro lugar, trataremos do surgimento do empresariado industrial no Brasil e seu papel no

desenvolvimento econômico. Depois, analisamos sua atuação sob o regime militar e em um contexto de intensa internacionalização econômica. Na terceira seção, investigamos sua atuação durante o processo de redemocratização e de abertura econômica nos anos 1990. Por fim, trataremos da discussão mais recente sobre a atuação industrial sob os governos do PT.

1.1 INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Até os anos 1930, a fração agroexportadora brasileira era dominante econômica e politicamente. Naquele período, a “interpretação da vocação agrária” era predominante. Segundo essa visão, o Brasil era um país rico, que deveria ter como aposta estratégica a exploração de seus recursos naturais (BRESSER-PEREIRA, 1982, 1997). É a partir dos anos 1930 que se fortalece o questionamento tanto às frações oligárquicas quanto ao próprio modelo econômico agroexportador. Durante a Era Vargas, a aposta na indústria como meio de modernização começa a ganhar espaço político (BRESSER-PEREIRA, 1963; OLIVEIRA; GENNARI, 2019). Contudo, é apenas após a Segunda Guerra Mundial e especialmente sob o governo Juscelino Kubitschek que a industrialização como estratégia de desenvolvimento nacional passa a predominar.⁸ Neste contexto, a “interpretação nacional-burguesa”, ou o “desenvolvimentismo”, atinge seu ápice (BRESSER-PEREIRA, 1982; CANNONE; MÜLLER, 2020; SALOMÃO, 2017).

Para analisarmos essa escola de pensamento, teremos como foco o ISEB — Instituto Superior de Estudos Brasileiros e, em especial, seu fundador, o cientista político Hélio Jaguaribe. Fundado em 1955, o ISEB tinha por objetivo analisar o desenvolvimento brasileiro. A perspectiva oferecida por esse grupo de intelectuais se opunha à vocação agrária. Os isebianos criticavam as oligarquias agroexportadoras e seu modelo econômico, vistos como “atrasados”. Para eles, era o modelo industrial e os empresários que deveriam guiar o país rumo ao desenvolvimento.

⁸ Há divergências, contudo, se o desenvolvimentismo do tipo isebiano se refletiu de fato nas políticas estatais (BRESSER-PEREIRA, 1982; CANNONE; MÜLLER, 2020; SALOMÃO, 2017).

Antes de discutirmos a análise isebiana sobre o empresariado industrial, vale tomarmos algumas notas sobre sua concepção de desenvolvimento. Enquanto o crescimento econômico seria o mero aumento da riqueza, o desenvolvimento seria um “projeto político integrador da comunidade”, envolvendo não apenas a economia, mas também as esferas social, cultural e política, constituindo, assim, um “fenômeno social global” (CANNONE; MÜLLER, 2020, p. 69; JAGUARIBE, 2013, p. 71).⁹ Nesse sentido, por mais que o modelo agroexportador tivesse proporcionado crescimento econômico, ele impedia o desenvolvimento nacional.

Na interpretação isebiana, a nação brasileira, desde seus primórdios, nas fases “colonial” e “semicolonial”, se encontrava em posição de heteronomia e exogenia. Voltada, primeiro, às economias europeia e, depois, estadunidense, a

lógica de nossa economia impunha às classes dirigentes uma visão do mundo centrada não no Brasil, mero instrumento a serviço das economias industriais, mas nestas, a que se destinava nossa produção e das quais provinham tanto os bens de consumo requeridos por aquelas classes como as ideias de que se alimentava (JAGUARIBE, 2013, p. 42)

Essa situação começou a se alterar a partir dos anos 1930 e se acelerou no pós Segunda Guerra, em que as condições econômicas, sociais, culturais e políticas passaram por transformações que fizeram o país avançar no processo de tornar-se nação em seu sentido político, isto é, de obter autonomia e voltar-se para si mesmo. O projeto de desenvolvimento proposto não se limitava, portanto, ao desenvolvimento econômico, mas envolvia também um projeto de nação em suas mais variadas esferas. Nesse sentido, em Jaguaribe, o desenvolvimento está intimamente relacionado ao nacionalismo. Para ele, o nacionalismo seria o meio para se atingir o fim último: o desenvolvimento (JAGUARIBE, 2013).¹⁰

A partir desse quadro geral, Jaguaribe analisa a relação entre as classes sociais no Brasil. Com o desenvolvimento econômico, voltado ao mercado interno, fortaleceram-se as frações mais “dinâmicas” de cada classe social — a burguesia, o proletariado e a classe

⁹ O livro de Jaguaribe, *O nacionalismo na atualidade brasileira*, é originalmente de 1958.

¹⁰ Segundo argumenta, “o nacionalismo consiste, essencialmente, no propósito de instaurar ou consolidar a aparelhagem institucional necessária para assegurar o desenvolvimento de uma comunidade. [...] Antes de tudo, pois, o nacionalismo é um movimento provocado pelo desenvolvimento do país e que tem por fim acelerá-lo e racionalizá-lo” (JAGUARIBE, 2013, p. 68).

média. O empresariado industrial era caracterizado como principal representante do novo regime produtivo. Também pertencente ao grupo ligado ao desenvolvimento nacional estavam as frações modernas do proletariado, beneficiado pelo aumento de poder aquisitivo resultado da industrialização; e dos tecnoburocratas e da *intelligentsia* da classe média, interessados na “consolidação interna e externa do Estado” (JAGUARIBE, 2013, p. 45). Esse grupo modernizante defendia a industrialização como meio de atingir a soberania nacional. Para isso, demandava por políticas protecionistas e de transferência de renda. Do lado oposto estavam as frações “atrasadas”, interessadas na manutenção do modelo agroexportador e que acreditavam na necessidade de investimento externo para a realização do desenvolvimento nacional. Para Jaguaribe (2013, p. 44), essas seriam representantes de uma política neocolonialista.

Assim, estava colocada uma disputa entre os atores do novo regime produtivo e do antigo. É interessante ressaltar que o autor não entendia esse conflito na chave da luta de classes, mas sim de um conflito “faseológico”, entre as frações “modernas” e “tradicionais”. Em outras palavras, essa divergência era sintoma do período transicional em que o país estava, entre uma fase semi-colonial e a fase autônoma. Por conseguinte, a solução dessa tensão não estaria na eliminação de uma classe social, mas na união e cooperação entre essas classes em torno do projeto nacional, de modo a promover a aceleração do processo de desenvolvimento e a consolidação da “revolução capitalista” (BRESSER-PEREIRA, 2004, p. 55, 58; CANNONE; MÜLLER, 2020; JAGUARIBE, 2013).

Nesse contexto, o empresariado industrial torna-se peça-chave. Com o processo de industrialização que vinha ocorrendo desde os anos 1930, surge a burguesia industrial, moderna e voltada ao mercado interno. Essa fração luta contra a oligarquia latifundiária-mercantil pelos poderes econômico e político. Nos anos 1950, a parcela modernizante liderava economicamente. Contudo, o poder político ainda se mantinha o mesmo desde a fase colonial, estando à serviço das oligarquias agroexportadoras. O autor caracteriza o Estado brasileiro como um Estado cartorial, em que “o serviço público, em lugar de consistir no atendimento das necessidades coletivas, é um mecanismo de manipulação das clientelas eleitorais destinado a perpetuar os privilégios da classe dominante” (JAGUARIBE, 2013, p. 54–55). Nesse sentido, o Estado cartorial era um resquício das fases do semicolonialismo e

subdesenvolvimento, colocando-se como um obstáculo para a consolidação do desenvolvimento no país (JAGUARIBE, 2013). Na visão dos isebianos, o Estado deveria ter um papel de “planejamento e estratégia”, tendo como guia o interesse nacional — e não práticas clientelistas que beneficiavam apenas alguns poucos (BRESSER-PEREIRA, 2004, p. 57).

Essa incongruência entre a economia e a política é explicada pela má orientação ideológica das classes sociais, que priorizavam as aspirações sociais de classe em detrimento de seus interesses faseológicos. Isto é, preferiam manter seus privilégios para se beneficiarem a curto prazo ao invés de agirem em torno de um projeto nacional comum. Enquanto classe dirigente, a burguesia industrial teria o papel histórico de liderar as demais classes ao projeto de desenvolvimento nacional. Isso se deve ao fato de que o interesse da burguesia industrial era tanto representativo quanto autêntico, isto é, “aquilo de que realmente o país tem necessidade, que é a promoção do seu desenvolvimento econômico em termos de mobilização ótima dos fatores disponíveis no país, em função deste, é exatamente o que corresponde ao interesse da burguesia nacional” (JAGUARIBE, 1958, p. 55-6, *apud* CANONNE; MULLER, 2020, p. 80). A solução, portanto, seria uma espécie de educação ideológica das classes, para tomarem consciência de seus papéis históricos e agirem de acordo com tal.

Em suma, esta visão do papel dos industriais no desenvolvimento nacional os identificava como aqueles responsáveis pela superação do “atraso” brasileiro e consequente conquista da autonomia nacional. Nas décadas de 1960 e 1970 esta interpretação começa a ser questionada, tendo em vista a aliança do setor industrial com um governo autoritário e o consequente fracasso da dita aliança desenvolvimentista. Apresentaremos aqui dois tipos de questionamento. Primeiro, a interpretação oferecida por Bresser-Pereira, que aceita os pressupostos isebianos mas aponta que a partir dos anos 1950 surgem novos fatos que tornam o enquadramento teórico datado e exige sua reformulação e atualização. Segundo, trataremos da análise de Fernando Henrique Cardoso, que questiona os alicerces da visão isebiana: a própria concepção de desenvolvimento, do papel da burguesia em um projeto nacional e da possibilidade de uma aliança desenvolvimentista.

Autointitulado “discípulo do ISEB” (BRESSER-PEREIRA, 2004, p. 72), o economista Bresser-Pereira alega que a análise isebiana estava correta até os anos 1950, mas passa a se tornar inviável frente a fatos novos (BRESSER-PEREIRA, 1963, 1974, 1982, 2004). Para ele, houve de fato um momento em que o empresariado industrial era progressista e liderava uma revolução capitalista nos termos isebianos. No entanto, isso se modificou nos anos 1950. Tal como os isebianos, Bresser-Pereira entende o desenvolvimento como “uma modificação de toda a estrutura econômica e social da região em foco” (BRESSER-PEREIRA, 1962, p. 79–80). Essa alteração implicaria a substituição dos modelos socioeconômicos tradicionais pelo capitalista, o que exigiria a reorganização e inovação dos fatores de produção. O responsável por esse movimento de inovação e racionalização do processo produtivo é justamente o empresário. Em suma, o pensador segue a concepção schumpeteriana e defende que “desenvolver é inovar, é recompor os fatores de produção, é pôr em execução o progresso tecnológico, e quem inova é exatamente o empresário” (BRESSER-PEREIRA, 1962, p. 83).

Outro ator central para o desenvolvimento econômico é o Estado. Conforme argumenta, o empresário só “inova e investe na medida em que percebe oportunidades para tal” e é justamente esse o papel do Estado no desenvolvimento econômico (BRESSER-PEREIRA, 1962, p. 88). Antes de tudo, o Estado deve garantir a ordem a fim de garantir as condições institucionais para o desenvolvimento econômico. Mas mais do que isso, a “função econômica essencial” do Estado é promover oportunidades de investimento a partir do planejamento econômico (BRESSER-PEREIRA, 1962, p. 89).

Partindo desses pressupostos, o autor argumenta que, desde os anos 1930, vinha ocorrendo a revolução brasileira, isto é, a transição da fase agrícola para a industrial e a configuração de uma nação — no sentido político do termo. Os estratos mais modernos da burguesia industrial, da nova classe média e do proletariado tomaram “consciência do caráter semicolonial e semifeudal de sua sociedade” e, sob a liderança dos primeiros, revolucionaram a economia e a política brasileira (BRESSER-PEREIRA, 1963, p. 12).

O contexto da crise de 1929 e da Segunda Guerra Mundial proporcionou as condições internas e externas para a revolução brasileira. O crescimento do mercado interno, a necessidade de produção nacional de produtos que até então eram importados, em conjunto

com a disponibilidade de capital proporcionaram o ambiente para o surgimento de empresários industriais. Foram esses empresários que lideraram o processo de desenvolvimento econômico. Posteriormente, em momento de consolidação dessa fração de classe, o Estado passa a atuar também em favor da industrialização brasileira (BRESSER-PEREIRA, 1963).

A inovação não se limitou à economia, mas atingiu também a política e a ideologia. Enquanto a industrialização avançava, o país passava por lutas ideológicas entre as frações de classe modernas e atrasadas. Os empresários estavam entre os que defendiam as ideologias novas e eram favoráveis ao industrialismo, desenvolvimentismo, nacionalismo e reformismo. Embora relevantes para o que o autor chama de “revolução ideológica”, o empresariado não adotou uma postura revolucionária, “na medida em que sempre se pautou por uma certa prudência, e porque nunca se manifestou politicamente com plena coesão e coerência” (BRESSER-PEREIRA, 1963, p. 19).

Assim, o empresariado teria liderado a industrialização brasileira e colaborado, a despeito de suas limitações, para a renovação ideológica. Entretanto, a revolução brasileira não se completou e os empresários abandonaram seus valores progressistas e, com isso, perderam sua liderança no processo de desenvolvimento brasileiro. Uma série de fatos novos, surgidos no governo Juscelino Kubitschek, interromperam esse processo — e é aqui que reside, para Bresser-Pereira, a limitação do pensamento isebiano. Dentre os principais fatores estão:

a consolidação da indústria e a queda dos preços do café no mercado internacional, que superavam a questão do “confisco cambial” que opunha a agricultura exportadora à indústria; a entrada de empresas multinacionais na indústria, que levava parte da burguesia local a ser supridora ou distribuidora dos seus produtos, e a aprovação da Lei de Tarifas, de 1958, que protegia mais estavelmente a indústria contra importações, ambos os fatos reduzindo o caráter eventualmente nacionalista da burguesia; e, finalmente, a Revolução de Cuba e o recrudescimento da luta sindical, que, somados à radicalização do início dos anos 60, tiveram o condão de unir politicamente a classe capitalista e amplos setores das classes médias. (BRESSER-PEREIRA, 2004, p. 54).

Em suma, o setor industrial havia vencido a batalha contra a fração agroexportadora; se beneficiava da relação com a burguesia internacional; e cada vez mais se sentia ameaçado pelo proletariado. Naquele período, portanto, o empresariado teria se tornado classe dominante e teria mais em comum com as oligarquias latifundiárias-mercantil, até então sua

adversária. Afinal, ambas tinham motivos para temer a classe trabalhadora. Diante disso, o posicionamento industrial mudou: antes aliaram-se com os proletários contra as oligarquias, depois passaram a se unir ao setor agroexportador para garantir seus recém-conquistados poderes político e econômico. De revolucionários e progressistas, passaram a ser conservadores. E diante da suposta ameaça comunista, radicalizam para a direita (BRESSER-PEREIRA, 1963).

Na década seguinte, Bresser-Pereira retoma sua análise desse período e declara que a “burguesia industrial brasileira perdia a oportunidade de ser nacional” (BRESSER-PEREIRA, 1974, p. 18). Primeiro, o empresariado acomodou-se politicamente, aliou-se às velhas oligarquias e tomou para si parte de sua ideologia “dependente e alienada” (BRESSER-PEREIRA, 1974, p. 18). Em segundo lugar, aceitou a posição de dependência tanto à burguesia internacional quanto ao Estado brasileiro. Nesse contexto, a burguesia industrial perde a liderança econômica e o espaço político que havia conquistado. Nesse ponto, Bresser-Pereira se aproxima da leitura oferecida por Fernando Henrique Cardoso, que exploraremos a seguir.

A interpretação de Fernando Henrique Cardoso é ainda mais crítica à defesa isebiana de uma vocação hegemônica burguesa, que lideraria uma suposta aliança desenvolvimentista. O sociólogo aponta que os pensadores do desenvolvimento no Brasil importavam as teorias de desenvolvimento de países industrializados. Fundamentando essa crítica, Cardoso (2020) alega que até então os intérpretes brasileiros tomavam como dado que a história do desenvolvimento econômico seria a história da burguesia industrial, e de que o desenvolvimento acabaria com o conflito entre as classes e nações — o que de fato se verifica ao analisarmos as teorias de Jaguaribe e Bresser-Pereira. Essas pressuposições, contudo, não levavam em conta as especificidades de países dependentes economicamente e com origens coloniais. O autor questiona: será que as condições para o desenvolvimento em países periféricos e dependentes são as mesmas que dos países europeus e os EUA?

Cardoso oferece uma interpretação oposta da que era dominante até então, tanto na caracterização da burguesia industrial brasileira quanto na história do desenvolvimento econômico brasileiro. O uspiano refuta a ideia presente nos trabalhos isebianos de que a classe empresarial brasileira seguiria o modelo schumpeteriano de atores “racionais”,

“inovadores” e, portanto, responsáveis pelo desenvolvimento econômico. Ao contrário, a burguesia empresarial brasileira apresentava “padrões tradicionais e ‘irracionais’ de comportamento econômico” (CARDOSO, 2020, p. 108). Os empresários brasileiros eram, em sua maioria, o que Cardoso denominava *capitães de indústria*, liderando empresas familiares. Seu comportamento é reacional e conservador, isto é, não havia preocupação em inovar para garantir sua vantagem comparativa a longo prazo. Em geral, se orientavam pelos lucros de curto prazo, geralmente obtidos por meio da “manipulação do mercado ou de favores oficiais” e não pela inovação dos fatores de produção (CARDOSO, 2020, p. 179). Na realidade, até meados dos anos 1950,

não só a indústria concentrou-se nos ramos tradicionais de tecelagem e alimentação, como as práticas empresariais eram rotineiras e os empreendedores, com poucas exceções, não chegaram a formular uma política nacional de industrialização, nem a organizar, portanto, focos e grupos de pressão neste sentido. (CARDOSO, 2020, p. 107).

Portanto, para Cardoso, não foi a burguesia que liderou o processo de modernização e desenvolvimento brasileiro.¹¹ Cardoso (1967) desenvolve a tese de que não existiria uma burguesia industrial nacional autônoma e isolada política e economicamente das demais, muito menos uma reconhecida tarefa histórica de desenvolvimento e nacionalização da indústria. A concepção de que existiriam frações “tradicionais” e “modernas”, representantes de diferentes “fases” de desenvolvimento, era falaciosa. Na realidade, existia “uma simbiose não só de base histórica, mas também funcional” entre essas frações (CARDOSO, 1967, p. 77), de tal forma que os interesses da burguesia industrial estariam vinculados a das demais frações. Além disso, há outro obstáculo ao estabelecimento de uma aliança desenvolvimentista: a relação incompatível entre a acumulação burguesa e as demandas de direitos políticos e salariais das classes populares. Por fim, dificilmente a burguesia conseguiria atingir uma posição hegemônica, seja ela em uma aliança com o Estado e setores

¹¹ Cardoso desenvolve a interpretação de que a pressão pelo desenvolvimentismo no país surgiu nos grupos técnicos da classe média e nas massas populares — ambas frações originadas pela urbanização e industrialização. O surgimento dessa pequena burguesia urbana pressionou os setores tradicionais e, frente à ameaça da ação das massas, “criaram-se em alguns círculos responsáveis da Nação novas disposições para modificar a situação economicamente precária, e tentar absorver politicamente as camadas populares” (CARDOSO, 2020, p. 113). Incapazes de liderar o processo de modernização, as massas foram marginalizadas e a classe média cooptada. As frações industriais, agrárias e financeiras da burguesia se uniram e transformaram “rapidamente o nacionalismo em ‘mera ideologia’, fazendo da falsa consciência pequeno-burguesa uma falsidade da consciência, para parafrasear Lukács” (CARDOSO, 2020, p. 117).

populares, ou com os monopólios externos, já que é duplamente dependente: estaria subordinada, no primeiro caso, aos setores públicos e, no segundo caso, aos grandes grupos monopólicos. Em suma, seu argumento central é de que a burguesia nacional não tem vocação hegemônica, já que se limita, ou melhor, se acomoda aos interesses de uma burguesia cujo desenvolvimento é dependente e internacionalizado. Nesse sentido, a burguesia nacional não atingiria sua “tarefa histórica” não pela “falta” de consciência de classe, tal como os isebianos postulam, mas devido à limitação estrutural no jogo político-econômico nacional (CARDOSO, 1967). Diante disso, declara que “parece, portanto, que desenvolvimento econômico e dependência política surgem como situações compatíveis e mutuamente implicadas” (CARDOSO, 1970, p. 66). Diferentemente dos isebianos, Cardoso desassocia, portanto, a autonomia política nacional do desenvolvimento econômico.

A falta de vocação hegemônica não implica necessariamente na inexistência da atuação política industrial. A partir dessa constatação, o sociólogo se dedica a analisar o comportamento político empresarial tal como ele é. Cardoso (1970, p. 69) argumenta que a burguesia reconhece sua impossibilidade histórica de uma política hegemônica, e por isso passa a adotar reações políticas adaptativas, subordinando sua atuação política interna ao objetivo principal de promover o desenvolvimento associado-dependente. Sob o regime militar, vigorou uma aliança entre três setores: interesses do capital internacional, da burguesia local e dos “funcionários” e “técnicos” — a burguesia estatal (CARDOSO, 1977, p. 78). Estes dividiam suas áreas de atuação, de modo que, quando a economia estava em expansão, havia uma acomodação e conciliação de seus interesses, mesmo que alguns deles não coincidiram.

A partir de meados dos anos 1970, surge outra corrente interpretativa, a qual ressalta a atuação política industrial e sua capacidade organizativa, apesar de suas limitações estruturais. Tomamos como representante dessa escola a cientista política Eli Diniz. Em *Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945*, a autora aponta que a interpretação sobre a industrialização brasileira como consequência quase que natural da crise internacional de 1929 ignora a atuação política empresarial. Da mesma forma, subestima-se a influência industrial na política econômica adotada por Vargas. A subestimação da atuação política industrial é identificada como um padrão na literatura política brasileira —

consequência da sobrevalorização do papel do Estado na “condução do desenvolvimento industrial dos países periféricos” (DINIZ, 1978, p. 27). Para preencher essa lacuna, a autora analisa a atuação e ideologia industrial nos anos vinte e trinta.

Diniz se contrapõe a alguns paradigmas da ciência política brasileira vigente. O primeiro deles é de que o Estado seria tão predominante que praticamente excluiria a possibilidade de qualquer atuação política autônoma da sociedade civil, em geral, e da burguesia industrial, em específico. O segundo se dá em torno da relação entre a burguesia rural e industrial, que seria caracterizada, por vezes, como de subordinação completa, e, em outros momentos, como se tivessem interesses completamente opostos. Para ambas essas discussões, Diniz argumenta que, embora a burguesia industrial não fosse hegemônica, ela ainda assim tinha interesses e valores próprios, alguma capacidade organizativa e atuação política autônoma para obter concessões políticas dos setores mais poderosos, como o Estado e a burguesia rural. Do mesmo modo que seria incorreto afirmar a completa autonomia e predominância da burguesia industrial sobre as demais frações burguesas e o Estado, seria também ilusório supor sua total subordinação. De forma geral, a autora se opõe à tese de fragilidade, marginalização e subordinação política da burguesia e busca ressaltar as estratégias adotadas pelo setor para orientar, dentro dos limites impostos, o processo de industrialização brasileiro.¹²

Diniz (1978) diferencia a *elite* industrial que, ao contrário do restante do setor, seria estável, coesa, e teria capacidade de organização crescente. Essa elite teria se inserido na aliança política das classes dominantes. Ao invés de taxar sua posição como subordinada ou hegemônica, Diniz argumenta que a correlação de forças dessa aliança variava. A força da burguesia industrial era conjuntural, tal como das demais frações burguesas. Até a crise de

¹² A autora inclui Fernando Henrique Cardoso entre os teóricos da “fragilidade” e “passividade” industrial. Diniz (1978, p. 28, 29) considera que Cardoso, tendo como pressuposto o ideal europeu de atuação política burguesa, taxa erroneamente o empresariado brasileiro como “passivo” e “fraco” politicamente. A leitura feita pela autora da obra de Cardoso, porém, é limitada. O método de análise cardosiana parte justamente da crítica à importação de teorias europeias sobre o comportamento político burguês. Ao longo da obra de Cardoso, o esforço é justamente de analisar as especificidades do empresariado brasileiro tendo em vista seu contexto social, político e econômico, posicionando-o tanto interna quanto internacionalmente. A atuação política empresarial é explorada em sua análise não como *deveria ser*, mas como *é de fato*. O argumento central apresentado por Cardoso, como demonstramos no texto, não é da “fraqueza” industrial, mas sim das limitações *estruturais* que moldam seu comportamento político. Os industriais não estariam, portanto, contradizendo seus interesses de classe, como argumentam os isebianos, mas atuando de acordo com seus interesses contraditórios. Para mais, ver Costanzo e Marino (2022).

1929, os industriais não tinham autonomia e poder suficientes para enfrentar as demais frações dominantes. Diante disso, adotavam “estratégias de compromisso nem sempre condizentes com seus objetivos fundamentais” (DINIZ, 1978, p. 241). Assim, inicialmente, o empresariado teve de abrir mão, inúmeras vezes, de suas preferências para garantir ganhos imediatos e setoriais. Em outros momentos, mesmo que discordassem, não se opunham às movimentações da burguesia rural e comercial por reconhecer sua desvantagem política.

Progressivamente, contudo, os industriais foram se afirmando “enquanto classe”, isto é, reconhecendo-se enquanto grupo com interesses comuns e ideologia própria e ganhando capacidade organizativa (DINIZ, 1978, p. 226). Nesse sentido, os industriais gradativamente saíam da posição de “sócio menor” entre seus aliados (DINIZ, 1978, p. 240). Esse processo foi acelerado pela crise de 1929, a partir da qual, sob condições mais favoráveis, os industriais puderam se diferenciar mais incisivamente de seus antigos aliados. Ainda que não tivessem condição de se tornarem hegemônicos, era possível “detectar a capacidade revelada pelo grupo no sentido de sustentar um projeto de dominação capitalista, cujos rumos contribuiria para definir” (DINIZ, 1978, p. 295).

1.2 DO AUTORITARISMO À ABERTURA POLÍTICA E ECONÔMICA

A partir de 1964 as análises se voltam, primeiro, à adesão industrial ao golpe militar e, posteriormente, à relação estabelecida entre empresariado e Estado sob o regime militar. No início dos anos 60, o país estava polarizado em um contexto de instabilidade política e desaceleração econômica. De um lado, os trabalhadores e massas urbanas, que pressionavam por reformas sociais. De outro, os setores “tradicionais”, que viriam a integrar a coalizão golpista em resposta à pressão social. No meio, estariam os industriais, que poderiam optar pelo avanço do desenvolvimento social ou pela manutenção do status quo. Ao fim, a escolha foi pela segunda opção, apoiando o golpe militar.

Tanto Diniz (2010) quanto Bresser-Pereira (1963) ressaltam a instabilidade política resultante da polarização entre esquerda e direita para justificar a adesão industrial ao projeto golpista. Os industriais, em plena Guerra Fria, temiam a tomada do poder pelas esquerdas.

Em resposta, se radicalizaram “para a direita”, opondo-se às reformas de base e apoiando, ao fim e ao cabo, o golpe militar (BRESSER-PEREIRA, 1963; DINIZ, 2010, 2011; DINIZ; BRESSER-PEREIRA, 2007).

Embora não neguem esse fator, Cardoso (1971) e Florestan Fernandes (2020) complexificam a interpretação. O apoio ao golpe militar significava a perda de um projeto de hegemonia burguesa. Por outro lado, possibilitava a “revolução” burguesa em termos econômicos. Isto é, a burguesia teria chegado à conclusão de que compensaria perder a direção política para garantir seus interesses econômicos. Ao contrário do que ocorreu nos países europeus e do que se esperava que fosse reproduzido em terras brasileiras, o empresariado não se aliou ao proletariado e às massas urbanas para liderar o desenvolvimento nacional — entendido como a modernização econômica, mas também político-social. Aqui, a modernização econômica ocorreu *em detrimento* do desenvolvimento social e da democracia: “ao contrário das revoluções burguesas clássicas, portanto, aqui ela teria acontecido *contra* os trabalhadores e não *com base* neles” (SINGER, 2022, p. 6). Apesar de terem interpretações diferentes, Cardoso e Fernandes argumentam que o golpe de 64 significava o desenvolvimento econômico — mesmo que dependente — a partir da repressão político-social, manifestando uma “forte dissociação pragmática entre desenvolvimento capitalista e democracia” (FERNANDES, 2020, p. 358). Em suma, de fato, a adesão industrial foi uma resposta às pressões da classe trabalhadora e massas urbanas. Mas mais do que uma polarização entre direita e esquerda, a adesão industrial ao golpe é explicada pela função que cumpre em garantir a dominação *econômica* da burguesia brasileira.

A despeito de ter sido liderado pelas classes dominantes, o golpe não significou a completa manutenção da ordem política. Com a implementação do regime militar, as forças políticas se rearticularam e implementaram um “novo padrão de desenvolvimento econômico” (CARDOSO, 1971, p. 87). É para essa nova correlação de forças que a literatura vai se debruçar. Economicamente, o regime militar é caracterizado pela aliança entre a burguesia nacional, internacional e o Estado, ou a burocracia estatal (CARDOSO, 1971, 1974, 1975; DINIZ, 2010; EVANS, 1980). Sob esse novo modelo, esses três grupos se expandem economicamente, mas em diferentes áreas de atuação. Os mais beneficiados são as empresas estrangeiras e o setor público. As primeiras tiveram maior faturamento, e as

segundas aumentaram seu patrimônio. Isso não quer dizer, contudo, que as burguesias locais não se beneficiaram, mas sim que foram deslocadas para setores menos dinâmicos e, portanto, menos lucrativos. Nos poucos casos em que compartilhavam áreas com os setores mais modernos, ocupavam uma posição associada e subordinada (CARDOSO, 1974). Esse novo modelo, de desenvolvimento associado-dependente, teria representado o caráter revolucionário do golpe de 1964. Conforme argumenta,

[...] ele pôs a burguesia nacional em compasso com o desenvolvimento do capitalismo internacional e subordinou a economia nacional a formas mais modernas de dominação econômica. [...] Foi essa transformação limitada de uma economia capitalista dependente que o golpe de 64 veio a facilitar, na medida em que reprimiu as classes trabalhadoras, conteve os salários, ampliou os canais de acumulação e, ao mesmo tempo, pôs de lado — mesmo que o processo não seja definitivo — os empecilhos ideológicos e organizacionais que dificultavam a definição de políticas de associação entre o Estado, as empresas nacionais e os trusts internacionais (CARDOSO, 1971, p. 106–107).

Evidentemente, as transformações não se restringiram à economia. O regime militar também impôs novas formas de atuação política à burguesia industrial. Como comentado anteriormente, o golpe significou para o empresariado a limitação de seu espaço político. Apesar da direção política ser restrita aos estratos burocráticos e militares, a iniciativa privada tinha espaços para canalizar suas demandas — chamados por Cardoso de *anéis burocráticos*. Diferentemente dos partidos políticos, os anéis seriam mecanismos mais “flexíveis de incorporação e cooptação política” (CARDOSO, 1975, p. 24). Assim, mesmo que não fizessem parte das frações dirigentes, os industriais adotam uma participação “corporativa” nas decisões de política econômica (CARDOSO, 1971, p. 116, 1983, p. 12).

Diferentemente do corporativismo da Era Vargas, contudo, o empresariado não se organizava para pressionar o Estado *enquanto classe*, mas integravam as cúpulas decisórias individualmente, para tratar, em conjunto com demais setores envolvidos, de interesses específicos e pontuais. Em outras palavras, “no corporativismo, embora sob controle estatal, as classes se organizam e se fazem representar. Por intermédio destes anéis as classes (mesmo as dominantes) não se organizam enquanto forma social, embora interesses econômicos e políticos específicos e individualizados possam estar presentes no sistema decisório” (CARDOSO, 1975, p. 209). É interessante notar, contudo, certa semelhança entre esse modelo de atuação política com o da Era Vargas, em que o empresariado também priorizou demandas setoriais e imediatistas, como um “esforço de adaptação desenvolvido pelo grupo

a um modelo restrito de participação definido pelo Estado” (DINIZ, 1978, p. 32). Similarmente, sob o regime militar, o autoritarismo “condicion[ou] a forma de expressão dos interesses empresariais e delimit[ou] seu alcance”, impondo uma atuação industrial mais corporativista do que política (CARDOSO, 1983, p. 13).

Mais uma vez, a alteração do contexto econômico e político reconfigura a relação entre empresários e Estado. A partir de meados dos anos 1970, o mundo é acometido pela crise do petróleo, que breca o “milagre econômico” em curso no Brasil. Simultaneamente, o regime militar sofre maior contestado, tendo como principal sintoma disso sua derrota eleitoral para o partido oposicionista MDB em 1974. Nesse contexto, o governo Geisel lança o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), a fim de reverter o cenário econômico e, com isso, recuperar a aprovação popular ao regime.

O plano previa o investimento em infraestrutura e na indústria de bens de capital, tendo como finalidade completar a cadeia produtiva industrial no país. A ideia era aumentar os investimentos, a partir de maior endividamento estatal, para deter a recessão econômica. Embora tivesse como objetivo fortalecer a indústria nacional, parte significativa dos investimentos seriam públicos, expandindo, portanto, o papel estatal na economia. Simultaneamente, o governo Geisel implementava uma reforma administrativa que significou, na prática, o “fechamento do processo decisório” (CODATO, 1995, p. 59). Nesse sentido, os empresários perdiam o acesso aos anéis burocráticos — única via de representação de seus interesses —, e, portanto, sua interferência na condução da política econômica foi radicalmente limitada. A reforma marcou o “fim do corporativismo, ou pelo menos a série de empecilhos postos às relações forma-lizadas de consulta pela burocracia do Estado às organizações privadas que possuíam um acesso privilegiado às arenas decisórias mais importantes” (CODATO, 1995, p. 60). Por conseguinte, não apenas o Estado aumentava seu poder econômico, mas também político.

Assim, os anos 1970 apresentou, de um lado, o avanço estatal na economia e, de outro, a limitação ainda maior do espaço político empresarial. Neste contexto, surge a campanha empresarial contra a intervenção estatal na economia e, posteriormente, a favor da liberalização política. Os analistas, contudo, se perguntavam: por que o empresariado, teoricamente o maior beneficiado do II PND, se opôs ao plano? A intervenção estatal na

economia não era exatamente um novo fenômeno sob o regime militar. O que foi diferente desta vez para motivar a oposição industrial? Ademais, qual é a relação entre a campanha anti-estatizante e os posicionamentos a favor da democratização?

Os analistas notam que o II PND era discricionário e beneficiava apenas alguns setores específicos da iniciativa privada (CARDOSO, 1983; CODATO, 1995). Ademais, o plano não conseguiu entregar o que prometia. Diante da pressão do capital internacional e do agravamento da dívida externa, as empresas estatais se viram impossibilitadas de “sustentar o setor local produtor de bens de capital” (CARDOSO, 1983, p. 17). Abandonados economicamente pelo Estado e marginalizados politicamente, os empresários passam a se opor, primeiro, ao II PND e, logo em seguida, ao próprio regime militar. Assim,

Na leitura que os empresários faziam da conjuntura de mudanças e na prática autoritária de um governo que, mesmo quando desejava melhorar as condições econômicas dos empresários, tomava decisões a distância, via-se que havia "algo de podre no reino da Dinamarca". A percepção — a ideologia — contou tanto quanto os fatos brutos. O governo que mais quis favorecer os interesses de setores nacionais e que já havia liberalizado pelo menos a imprensa foi o alvo da crítica irada dos empresários que, atingindo inicialmente o governo, terminaram por colocar em causa o regime. (CARDOSO, 1983, p. 17).

Conforme Codato (1995, p. 71-72), há quatro correntes de interpretação sobre a relação entre as campanhas pela liberalização econômica e política. A primeira, que tem como seus representantes Bresser-Pereira (1987) e Carlos Estevam Martins (1977), defende que as campanhas compartilhavam das mesmas motivações e tinham a mesma finalidade, a saber, a democratização. A segunda, representada por Carlos Lessa (1980), argumenta que a campanha anti-estatizante gerou, por consequência, a mobilização a favor da democracia. A terceira, retratada na tese Sebastião Velasco e Cruz (1984), sustenta a hipótese de que cada campanha teria uma “lógica específica”, com motivações e objetivos diversos, e que, portanto, não podem ser confundidas. A quarta, tendo como porta-voz Eli Diniz e Renato Boschi (1978), sugere que, embora as campanhas sejam diferentes entre si, elas compartilham problemas e demandas.

Codato (1995) nota que a campanha antiestatizante não gerou imediatamente o questionamento do regime político. Em resposta à centralização política, os empresários pediam pela volta do “diálogo” e da “participação” da iniciativa privada nas decisões econômicas. Demandavam a recriação dos conselhos consultivos, e não a democratização.

Não obstante, posteriormente, a falta de participação política da iniciativa privada serviu de justificativa para a defesa empresarial da abertura política. Diante da perda de poder político, em uma “reivindicação tática” segundo Severo Gomes, ex-Ministro da Indústria e Comércio, o empresariado passou a “reclamar uma abertura democrática” (CODATO, 1995, p. 80). No discurso empresarial, a demanda por maior participação da indústria nacional nas decisões econômicas aparecia como o principal motivo tanto para suas reivindicações antiestatais quanto “democráticas”. Interessava, portanto, mais o aumento de seu poder político do que o restabelecimento do Estado de direito (BRESSER-PEREIRA, 1978; CARDOSO, 1983; CODATO, 1995; DINIZ, 2010).

Isso ficou claro no rápido recuo industrial frente à radicalização da mobilização popular e operária. Inicialmente, os empresários se somaram aos esforços oposicionistas já presentes e mobilizados na sociedade civil, adotando um tom “genérico” e “abstrato” de oposição ao regime autoritário e a favor da democratização. Rapidamente, contudo, o empresariado “foi da crítica abstrata ao apoio concreto, do horror do Estado à súplica de uma definição estatal, do discurso ideológico oposicionista ao posicionamento favorável à “abertura do João Figueiredo” (CARDOSO, 1983, p. 17). A drástica mudança no posicionamento industrial se deve à ameaça que as greves de 1980 representaram: ao se depararem com uma classe trabalhadora fortalecida e demandando seus direitos por meio de greves, e pressões democratizantes mais radicalizadas, os industriais pedem socorro ao Estado. Além disso, o presidente Figueiredo retomou os canais de diálogo entre iniciativa privada e Estado que haviam sido eliminados sob a liderança de Geisel. A restauração dos anéis burocráticos em conjunto com a ofensiva operária empurrou o empresariado de volta à aliança com o regime militar (CARDOSO, 1983; CODATO, 1995). Neste contexto, o empresariado passa a defender uma abertura política controlada pelo Estado, sob a “batuta presidencial” (CARDOSO, 1983, p. 23).

Diante disso, Cardoso reforça sua tese de uma burguesia não hegemônica. Os empresários, apesar de cruciais no processo de transição, não foram os pioneiros, e não apresentaram um projeto alternativo ao vigente. Pelo contrário, adotaram o projeto do governo de um “transformismo autoritário-esclarecido”, e não enxergam “na sociedade civil a fonte do poder, nos partidos sua instrumentação e no regime democrático seu objetivo”

(CARDOSO, 1983, p. 24). Deve-se notar, contudo, que o empresariado brasileiro opta pela saída do transformismo não por erro ou fraqueza, mas por preferir esta a uma ruptura brusca que mudaria as bases sociais do Estado, buscando aumentar seu poder relativo.

1.3 DO NEOLIBERALISMO A UM NOVO DESENVOLVIMENTISMO?

Os anos 1980 foram marcados pela combinação de crises econômicas. Hiperinflação, crescimento da dívida externa, alta restrição ao poder de compra da população e um cenário internacional desfavorável formavam o cenário da *década perdida*. O modelo econômico baseado na industrialização por substituição de importações, endividamento estatal e medidas protecionistas havia atingido seu limite. Como resposta à crise, o país passou por um processo de mudança do modelo de desenvolvimento capitalista — do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo. De meados dos anos 1980 ao final dos anos 1990, a agenda governamental priorizou a liberalização econômica — através da abertura comercial e financeira, privatizações e reformas orientadas ao mercado — e a estabilização econômica — obtida da supervalorização do real, disciplina fiscal e controle da inflação. A reestruturação econômica foi acompanhada por uma revisão das funções e do tamanho do Estado, que “de agente promotor do desenvolvimento, o Estado passou a ser encarado como o principal entrave para o desencadeamento de um novo ciclo de crescimento” (DINIZ, 1992, p. 3). Segundo os preceitos do novo modelo, a prioridade máxima passa a ser a estabilidade econômica, mesmo que obtida em detrimento do crescimento econômico. Esse processo teve consequências econômicas e políticas ao empresariado industrial.

Primeiro, a transição ao modelo neoliberal, marcada pelas políticas de liberalização econômica, marcaram o pontapé do processo de desindustrialização brasileira.¹³ A abrupta liberalização econômica impôs um nível de competitividade incompatível com a falta de dinamismo da indústria brasileira, que até então gozava do monopólio do mercado interno.

¹³ O conceito de desindustrialização é um conceito em disputa (OREIRO; FEIJÓ, 2010; HIRATUKA; SARTI, 2017). Neste trabalho, entendemos desindustrialização como a perda *relativa* da relevância da indústria na matriz econômica. Isso quer dizer que “uma economia não se desindustrializa quando a produção industrial está estagnada ou em queda, mas quando o setor industrial perde importância como fonte geradora de empregos e/ou de valor adicionado para uma determinada economia” (OREIRO; FEIJÓ, 2010, p. 221).

O resultado dessa política de abertura econômica foi a falência de muitas empresas, um aumento no processo de fusões e aquisições e a reestruturação produtiva a fim de atingir a modernização do parque industrial (DINIZ; BRESSER-PEREIRA, 2007). Apesar dos ganhos de competitividade adquiridos nesse processo, a indústria não foi capaz de recuperar o patamar de participação econômica que dispunha pré-abertura. O avanço dos importados no mercado interno consequente do “choque de competitividade” resultou na perda de mais da metade da participação da indústria no PIB nacional — se em 1983, a indústria representava 35,9% do PIB brasileiro, em 1995 ela tinha participação de 14,8% (CENTENO, 2019).

A manutenção da configuração do tripé macroeconômico priorizou a estabilização econômica em detrimento do crescimento econômico e da indústria nacional. As altas taxas de juros, além de prejudicar o investimento produtivo, “contribuí para a apreciação da taxa de câmbio nacional”, ao atrair capital especulativo (MORCEIRO, 2012). A apreciação cambial, por sua vez, estimula a importação de bens e prejudica a exportação de produtos brasileiros, contribuindo para um quadro deficitário na balança comercial do país. As altas taxas de juros e, em especial, a sobrevalorização cambial representavam verdadeiras barreiras à retomada do setor produtivo. Os obstáculos ao crescimento da indústria nacional se acumulavam.

Segundo, em termos políticos, o empresariado sofreu um “processo de esvaziamento de lideranças expressivas ligadas ao antigo modelo” (DINIZ, 2004, p. 93). Mais relevante, porém, é a perda de poder político que o modelo neoliberal impôs a essa fração. Sob os governos Collor-Itamar e Fernando Henrique Cardoso, o chamado “núcleo duro do Estado”, composto pelo Banco Central e o Ministério da Economia, liderou a transição para o novo modelo neoliberal. Principal marca desses governos, a liberalização econômica foi implementada de forma autônoma, com pouca interferência dos partidos políticos e da sociedade civil (DINIZ, 2004). Os governos seguiram um padrão tecnocrático de gestão, caracterizado pelo “processo de insulamento burocrático” (DINIZ, 2004, p. 90). O distanciamento entre Estado e sociedade civil não perdoou o empresariado, que se viu escanteado do processo decisório. Nas palavras de Eugênio Staub, então diretor-presidente da Gradiente e presidente do Conselho Diretor do Instituto de Estudos para o

Desenvolvimento Industrial (IEDI), “o diálogo do setor privado com o governo [FHC] está no nível mais baixo da história. A burocracia estatal se tornou auto-suficiente e arrogante e desrespeitou a experiência do empresariado industrial e do setor financeiro. Ressalvadas as exceções, eles não nos ouvem e, quando ouvem, não acreditam” (DINIZ, 2004, p. 97).

Essa marginalização reflete o papel subordinado que os industriais ocupam na nova coalizão. O processo de substituição do modelo desenvolvimentista pelo neoliberal foi liderado pelos setores financeiros (BOITO JR., 2007; DINIZ; BOSCHI, 2003; DINIZ; BRESSER-PEREIRA, 2007). A abertura e desregulamentação econômica, as altas taxas de juros e a sobrevalorização cambial privilegiam os interesses financeiros, tendo, por sua vez, efeitos indesejados na área produtiva nacional, como já discutido (DINIZ; BOSCHI, 2003; DINIZ; BRESSER, 2007; BOITO JR., 2007). O modelo neoliberal significou, portanto, uma mudança no poder político industrial. Se dos anos 1930 aos 1980, sob a égide do modelo desenvolvimentista, os industriais ocupavam um papel significativo na coalizão dominante — mesmo que compartilhado com os setores estatais e estrangeiros -, o modelo neoliberal representou o esgotamento do empresariado nacional “enquanto protagonista da nova ordem econômica e enquanto categoria política” (DINIZ, 2010, p. 116). Nos anos 1990,

[...] o capital financeiro e a lógica concentradora das grandes corporações transnacionais detêm o comando da nova ordem econômica, cuja prioridade é a inserção-integração das economias nacionais numa estrutura de poder de escopo transnacional, marcada por fortes assimetrias econômicas e políticas. Somente uma fração muito restrita do empresariado local, em geral associada aos grandes conglomerados, teria condições de ascender e participar desta estrutura. Os demais segmentos passariam a operar sob condições altamente desfavoráveis, no limite da sobrevivência. (DINIZ, 2010, p. 116, grifos nossos).

Não obstante, as perdas econômicas e políticas não se traduziram, num primeiro momento, na oposição industrial ao novo modelo. Embora críticos do ritmo da abertura comercial e do aumento da vulnerabilidade externa da economia, o empresariado não se opôs à agenda neoliberal nem ao governo. Pelo contrário, “as principais entidades empresariais, representadas nas declarações e nas ações de suas lideranças mais expressivas, mantiveram o apoio à agenda governamental” (DINIZ; BOSCHI, 2003, p. 25).¹⁴

¹⁴ Veremos no próximo capítulo que o setor têxtil foi pioneiro na oposição ao novo modelo econômico e ao governo, criticando o processo de abertura já em 1990.

A falta de oposição a um modelo que factualmente os prejudicava foi lida por Diniz como um reflexo da “legitimidade” adquirida pelo governo FHC devido à conquista da estabilidade econômica. Conforme argumenta, o êxito do Plano Real garantiu o “represamento das eventuais resistências diante dos custos da estabilização” (DINIZ, 2004, p. 91). Ademais, a reestruturação produtiva imposta “alterou substancialmente o perfil e a posição das empresas”, o que significava que, por um lado, o sucesso industrial passaria a estar atrelado também ao êxito do novo modelo e, por outro, os mais prejudicados já tinham perdido influência econômica e política (DINIZ; BRESSER-PEREIRA, 2007, p. 11). Boito, por sua vez, interpreta-a de outra forma. Na sua visão, apesar de serem prejudicados pela maior parte das políticas adotadas, os industriais eram beneficiados, enquanto capitalistas, pelo “desmonte dos direitos trabalhistas e sociais” (BOITO JR., 2007, p. 61). Ademais, a orientação pró-mercado e antiestatista do discurso neoliberal apelava à ideologia empresarial, que, como discutido anteriormente, já compartilhava desses pressupostos na campanha dos anos 1970 (DINIZ, 1992).¹⁵

É apenas no final dos anos 1990 que o consenso em torno do modelo neoliberal sofre rachaduras significativas. Na virada do século, o país gozava de estabilidade monetária, mas sofria de endividamento público, estagnação com risco de recessão e altas taxas de desemprego. Neste contexto, os industriais expressam um desejo de mudança da política econômica, que deveria priorizar não só a estabilização econômica, mas também se preocupar com o crescimento econômico e ter uma visão de desenvolvimento de longo prazo (DINIZ; BOSCHI, 2003). O empresariado industrial, principalmente através da Fiesp e do Iedi, passa a criticar mais abertamente não apenas a abertura econômica, mas também “o tratamento privilegiado dispensado às empresas estrangeiras, o fechamento do processo decisório e a ausência de política industrial” (DINIZ, 2010, p. 110).

¹⁵ Vale notar que a adesão ideológica ao receituário neoliberal não se refletiu, contudo, na modernização do comportamento político desse setor. Na realidade, o empresariado tentava manter as práticas corporativistas características dos modelos desenvolvimentistas: “[...] a demanda pelo recuo do Estado no plano da regulamentação da economia e da produção de bens industriais coexistiria com a pressão a favor da persistência da proteção estatal para amparar os setores em dificuldade ou em fase de implantação. O questionamento da prepotência estatal apareceria associado aos esforços pela permanência da reserva de mercado e da prática de concessão indiscriminada de incentivos, isenções e subsídios para garantir o crescimento industrial”. (DINIZ, 1992, p. 3).

Nessa desejável nova empreitada, a sobrevalorização do real e as altas taxas de juros características do modelo neoliberal deveriam ser revertidas em favor de uma política industrial — considerada força motora do crescimento econômico. Esta política industrial deveria, segundo argumentam, se dedicar ao “estímulo às exportações e à substituição competitiva de importações, de forma a reduzir o déficit da balança comercial, com uma série de efeitos em cadeia, como a criação de capacidade tecnológica, produção de bens de alto valor agregado, aumento de produtividade e expansão do emprego na indústria” (DINIZ; BOSCHI, 2003, p. 27). Diante disso, Diniz e Bresser (2007, p. 16) sugerem que “os empresários industriais, que se identificaram com as ideias nacional-desenvolvimentistas entre 1930 e os anos 1980, e que participaram dos ideais nacionalistas e democráticos do pacto político que comandou a transição democrática, voltam gradualmente a essas ideias durante a década de 2000”.

É nesse ponto de inflexão que ocorre a vitória de Lula (PT) nas eleições de 2002. Durante a campanha, o PT prometia implementar um novo modelo econômico, capaz de produzir crescimento econômico, e se definia como a chapa da “produção”, em oposição à chapa governista da “especulação”.¹⁶ Não à toa, seu vice era um industrial de sucesso, José Alencar. A insatisfação do empresariado industrial frente à política neoliberal foi amplamente mobilizada durante a campanha petista (ZANINI, 2002; LULA PREVÊ, 2022). É interessante notar que o limite do modelo neoliberal era reconhecido inclusive pelo candidato situacionista, José Serra (PSDB). O programa tucano sinalizava mudanças importantes, propondo alterações na política macroeconômica, a saber, redução dos juros e desvalorização do real, assim como maior intervenção estatal para estimular a produção e o crescimento econômico. Apesar dessas sinalizações ao setor produtivo, o candidato era rejeitado pelos industriais e o preferido do setor financeiro e do capital internacional.¹⁷ Significativamente, Serra prometia a continuidade de Armínio Fraga no Banco Central e era o único presidenciável a favor do acordo com o FMI (QUE SERA, 2002; LULA SCENTS, 2002; O’GRADY, 2002).

¹⁶ Boito sugere que essa estratégia parecia reeditar as tradicionais ilusões da esquerda brasileira no suposto papel político da ‘burguesia nacional’” (BOITO, 2007, p. 65).

¹⁷ Que sera, Serra, *The Economist*, 2002; Lula scents victory at last, *The Economist*, 2002; O’GRADY, Mary Anastasia, *Can Things Get Worse For Brazilians? Sure They Can*, *Wall Street Journal*, 2002.

Os governos Lula representaram a volta dos industriais ao núcleo de poder. Embora tivesse mantido a orientação da política macroeconômica, a gestão petista se diferenciou das anteriores na medida em que recuperou “a ideia do empresariado nacional e seu papel no desenvolvimento do capitalismo industrial brasileiro”, nas palavras do então diretor-executivo do IEDI, Júlio Sérgio Gomes (DINIZ, 2010, p. 125). A administração petista se preocupou em “criar condições para a execução de uma política industrial afirmativa (DINIZ, 2010, p. 119). Isso se refletiu na reaproximação entre Estado-empresariado através da criação de canais institucionais de diálogo, assim como na indicação de grandes empresários a ministérios (BOITO JR., 2007; DINIZ, 2010). Assim, o governo Lula oferecia as condições para implementar uma política industrial construída em conjunto com o empresariado.

Apesar da evidente aproximação entre Estado e empresariado sob os governos Lula, especialmente em seu segundo mandato, a manutenção da política macroeconômica representava o equilíbrio tênue, e tenso, que o petista tentava manter. O tripé macroeconômico acalmava os setores financeiros mas, por outro lado, limitava a agenda de desenvolvimento. Afinal, as altas taxas de juros e a sobrevalorização do real eram duas das principais causas da falta de competitividade da indústria nacional. A crise do Mensalão, marcada pela ofensiva dos setores financeiros, em conjunto com a crise de 2008, que flexibilizou em todo o mundo a rigidez do tripé macroeconômico e recolocou a questão do Estado na economia, marcou um novo momento. O pêndulo passa a se tornar mais favorável ao setor produtivo a partir do segundo mandato de Lula. A partir de então, o governo Lula adota políticas econômicas tidas como heterodoxas.

Em 2010, Lula elege sua sucessora, Dilma Rousseff. Frente às consequências da crise internacional inaugurada em 2008, a presidenta redobra a aposta no setor produtivo brasileiro como a saída da crise. O governo de Dilma não se limita a desenhar uma política industrial e ambiciona também mudar a orientação da política macroeconômica. O conjunto da obra levou à conclusão de que a presidenta avançava no projeto anti-neoliberal inaugurado timidamente no segundo mandato de Lula e, agora, atacava diretamente os interesses dos estratos rentistas. Como veremos, à medida que o projeto avançava, os industriais, teoricamente um dos maiores beneficiados, soltava a mão da presidenta e se integrava às vozes oposicionistas — é nesta virada que esse trabalho se dedicará a investigar.

Ao invés de nos debruçarmos sobre o significado desse rompimento — tarefa dos próximos capítulos —, trataremos aqui brevemente sobre os significados da reconfiguração da relação entre Estado e empresários sob os governos petistas. Os governos petistas teriam rompido com a coalizão neoliberal até então hegemônica? Ou o fortalecimento da burguesia industrial não significava que teria alcançado uma posição hegemônica? Os governos do PT teriam concretizado, enfim, uma aliança/frente desenvolvimentista?

Diversos analistas se propuseram a responder essas questões. Podemos dividir as interpretações em dois grupos. O primeiro argumenta que, apesar do ganho político industrial no início do governo Lula, as frações financeiras e externas mantiveram sua hegemonia durante boa parte do primeiro mandato. Sua hegemonia se traduziria na manutenção do tripé macroeconômico. Contudo, as frações financeiras e externas perdem sua posição hegemônica após a crise do Mensalão. Embora adotem terminologias diversas — frente neodesenvolvimentista, frente ou ofensiva desenvolvimentista, neoliberalismo desenvolvimentista, dentre outros -, os autores argumentam que, frente à ofensiva dos setores da frente neoliberal, e o abandono das classes populares, o PT passa a ser liderado pela burguesia “interna”. Essa nova configuração se traduz em mudanças na política econômica, que passou a priorizar os interesses da grande burguesia “interna”, lideradas pelo novo Ministro da Fazenda, o desenvolvimentista Guido Mantega (BOITO JR., 2007, 2018; BOITO JR.; SAAD-FILHO, 2016; PEREZ; VACCARI, 2017; SAAD-FILHO; MORAIS, 2018; TEIXEIRA; PINTO, 2012).

O segundo grupo diverge do primeiro em dois pontos. Primeiro, a divisão significativa passa a ser entre o setor produtivo e rentista, e não entre a burguesia externa e interna. Segundo, argumenta-se que durante os governos Lula há um equilíbrio entre as chamadas coalizão produtivista e a rentista. O fortalecimento da burguesia industrial se dá, portanto, sem rompimento com as frações financeiras. Isso se altera, contudo, com o governo Dilma. A tentativa de virada desenvolvimentista se dá no início do primeiro mandato de Dilma, com a Nova Matriz Econômica, em que a presidenta rompe com o setor rentista em favor dos interesses produtivos (PINTO et al., 2016; SINGER, 2018).

De qualquer forma, o que há de comum nessas interpretações é de que os governos do PT apresentaram uma mudança significativa na relação entre Estado e industriais, não

apenas pelo maior espaço institucional concedido a eles, mas principalmente pela reorientação da política econômica. Isto é, mesmo que mantendo em maior ou menor grau o tripé macroeconômico, os governos do PT priorizaram os interesses da indústria, vista como parte central de um projeto de desenvolvimento nacional. Adotando progressivamente uma política anti-neoliberal,¹⁸ os governos petistas apostaram na aliança entre Estado e industriais para retomar o crescimento econômico do país, gerando, ao mesmo tempo, redistribuição de renda. O PT no poder significou, portanto, a volta dos industriais à cena política. A aliança atingiu seu auge no início do governo de Dilma Rousseff, com a Nova Matriz Econômica. O período de lua de mel, entretanto, acaba logo em seguida. Os industriais se juntam às demais frações burguesas na oposição ao governo Dilma e tornam-se protagonistas na campanha pelo seu impeachment.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo teve por objetivo explorar as condições estruturais da atuação política industrial no Brasil, isto é, de que forma as condições econômicas e políticas delimitam os interesses industriais e, conseqüentemente, moldam a relação entre o empresariado e as demais classes sociais, e a relação com o Estado. Cada seção se dedicou a apresentar interpretações sobre as transformações dessas condições e a consolidação de novas estruturas políticas em cada ciclo político e econômico — a saber, o da industrialização, do golpe militar acompanhado pela internacionalização da economia, da redemocratização simultânea à abertura econômica e o da desindustrialização em um governo de esquerda. Em cada um desses momentos, os interesses industriais determinam as alianças formadas e o tipo de atuação política adotada.

Em um primeiro momento, os industriais eram retratados como uma fração “moderna”, que seria responsável pela superação do modelo “atrasado” de desenvolvimento brasileiro, pautado pelos interesses dos setores agroexportadores. O desenvolvimento

¹⁸ Como mencionado anteriormente, essa política é nomeada de diversas formas — desenvolvimentista, neodesenvolvimentista, novo-desenvolvimentista, neoliberal desenvolvimentista, social-liberalismo, ensaio desenvolvimentista, etc. Por isso, optamos por adotar o termo genérico anti-neoliberal, para destacar que a novidade se dá na oposição aos preceitos neoliberais até então dominantes.

econômico era atrelado ao processo de industrialização de tal forma que os interesses industriais eram equiparados com os nacionais (JAGUARIBE, 2013). Essa interpretação passou a ser questionada a partir dos anos 1960. Primeiro, porque a burguesia industrial não poderia ser dissociada completamente dos setores agrários. Na realidade, havia uma simbiose histórica e funcional entre essas frações (CARDOSO, 1967). Segundo, o desenvolvimento econômico brasileiro, ao contrário do que ocorreu nos países desenvolvidos, não era conduzido pelos industriais. Estes ocupavam um papel subordinado ao Estado e ao capital internacional. Isso não quer dizer, contudo, que não há atuação política industrial, mas sim que ela depende da correlação de forças em voga. Em geral, o empresariado adota uma postura adaptativa e pragmática: persegue interesses que tendem a ser compatíveis com os interesses do Estado e do capital internacional (CARDOSO, 1970, 1977; DINIZ, 1978). Neste sentido, a dependência econômica e política é compatível com ganhos políticos e econômicos. A indústria se desenvolve, garantindo sua dominação econômica, mesmo que de forma associada, como se evidencia durante o regime militar (CARDOSO, 1971, 1974, 1975; DINIZ, 1978).

A análise também vislumbra a relação entre o empresariado e a democracia no Brasil. Tanto no apoio ao golpe militar de 1964 quanto durante a redemocratização temos uma relação similar, em que a democracia é, em maior ou menor grau, vista como uma ameaça à dominação econômica burguesa. No primeiro momento, a ameaça das reformas de base e o diagnóstico de que o Brasil necessitava se modernizar economicamente fez com que a revolução burguesa ocorresse pela supressão da democracia e das classes populares (CARDOSO, 1971; FERNANDES, 2020). Já durante a redemocratização, há dois momentos distintos. O primeiro em que a democracia é tida como um instrumento de recuperação do poder político burguês, em contraste ao fechamento do processo decisório (CARDOSO, 1983; CODATO, 1995). O segundo momento é em que a democracia é vista como um risco à sua dominação, frente à pressão popular. Novamente o empresariado volta-se ao Estado e, desta vez, adere ao projeto de transição controlada pelo regime (CARDOSO, 1983).

Por sua vez, a discussão em torno da política industrial pós Constituição de 1988 reforça a tese de uma burguesia industrial não hegemônica. A abertura econômica implementada pelo Estado brasileiro dá o pontapé no processo de desindustrialização

brasileira. A perda de participação econômica é acompanhada pela marginalização política do setor produtivo. Nos governos dos anos 1990, Collor-Itamar e Fernando Henrique Cardoso, as decisões relativas à política econômica eram tomadas a portas fechadas, com pouco diálogo entre a burocracia estatal e os dirigentes industriais. Embora beneficiados pela política social do modelo neoliberal, os gêmeos câmbio valorizado e juros altos em conjunto com a retirada das medidas protecionistas derrubaram a participação do setor produtivo na matriz econômica brasileira. É este contexto que explica adesão empresarial à chapa oposicionista, encabeçada pelo ex-metalúrgico Lula (PT).

Desde as eleições presidenciais de 1989, o empresariado industrial apoiava o candidato “anti-Lula” que tinha as maiores chances de vencer o petista no segundo turno. Dentre os definidos como “anti-Lula” estão os mais variados nomes: os tucanos Mário Covas e Fernando Henrique, os peemedebistas Orestes Quéricia e Ulysses Guimarães, Paulo Maluf (PPR), Fernando Collor (PRN) e até mesmo Silvio Santos (PMB). O que os unia e apelava aos interesses industriais era a oposição a Lula. O apoio industrial à chapa petista em 2002 é, portanto, uma virada significativa.

A chapa petista representava para o empresariado a retomada da indústria como força motriz do desenvolvimento econômico. O governo de Lula, contudo, expressa as limitações impostas pela hegemonia dos setores financeiros e pela dependência econômica brasileira. Por mais que a indústria tivesse ganhado poder político e tido ganhos econômicos, os fundamentos do modelo econômico ainda beneficiavam os setores hegemônicos em detrimento de seus interesses. Isso fica evidenciado na manutenção do tripé macroeconômico e na reprimarização da pauta exportadora, ambos fatores que contribuíram para a continuidade da desindustrialização.

A crise de 2008 inaugurou um novo momento na economia brasileira, fragilizando ainda mais o setor produtivo. Neste contexto, o primeiro mandato de Rousseff teve de agir e optou pela priorização dos interesses industriais em detrimento dos financeiros: a *Nova Matriz Econômica* levou adiante medidas contrárias aos interesses do setor financeiro, em especial a redução dos *spreads* bancários, a diminuição das taxas de juros, a desvalorização cambial e o controle de capitais (SINGER, 2018). A presidenta decidiu, em seu primeiro mandato, romper o acordo entre o setor financeiro e o governo, tal como se constituiu nos

governos FHC e Lula (PINTO *et al.*, 2016; VACCARI; PEREZ, 2017). Retoma-se, portanto, o debate sobre a possível hegemonia industrial no país.

Rapidamente, contudo, esse período foi sucedido por uma intensa crise econômica acompanhada por uma crise política em que a atuação política industrial também foi central. Trata-se de um novo ciclo político-econômico que merece investigação. Neste sentido, a presente pesquisa se dedica à análise do comportamento político empresarial sob um período de mudanças de natureza econômica e política, visando contribuir para a literatura sobre o comportamento político empresarial no Brasil.

CAPÍTULO 2 - A INDÚSTRIA TÊXTIL-VESTUARISTA: DESAFIOS E ATORES

No início do século XX, a indústria têxtil brasileira era um dos setores mais relevantes econômica e politicamente. Não apenas suas entidades de classe foram uma das primeiras a serem formadas no país, mas seus dirigentes eram figuras políticas importantes nos planos estadual e nacional. Até o final da década de 1940, a indústria têxtil constituía, ao lado dos segmentos de alimentos e bebidas, “a maioria dos estabelecimentos, do capital empregado, do número de operários e dos valores produtivos fabris nacionais” (LOUREIRO, 2007, p. 1). Fundados por meio da legislação sindical de Getúlio Vargas, o Sinditêxtil-SP e o Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem do Estado do Rio de Janeiro (SITERJ) eram associações bastante influentes nas esferas governamentais (LOUREIRO, 2007; GRIEBELER, 2014). Seus presidentes ocupavam posições de destaque nas entidades empresariais — muitos deles foram presidente ou vice-presidente da FIESP,¹⁹ e até mesmo na política brasileira, como foi o caso de Fábio da Silva Prado (1936-1937), ex-prefeito da cidade de São Paulo, e Fernando Gasparian (1960-1964), também político atuante do Partido Socialista Brasileiro no período.

A história da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit) é diretamente entrelaçada à do Sinditêxtil-SP.²⁰ Na realidade, a então chamada Associação Paulista da Indústria Têxtil foi fundada em 1957 como uma forma de proteger o patrimônio do Sinditêxtil-SP, ameaçado pela intervenção estatal.²¹ Constituída juridicamente como uma associação privada não oficial, a associação garantia a autonomia da organização política industrial:

a estratégia do empresariado de manter as duas entidades, oficiais e não oficiais, foi amplamente utilizada, pois assim poderiam desfrutar dos benefícios de possuir uma entidade registrada, que possuía determinadas competências únicas, mas mesmo assim manter sua autonomia de organização e ação, através da independência das associações privadas (LEOPOLDI, 2000). (GRIEBLER, 1994, p. 44).

¹⁹ Álvaro Assumpção (1932-1935) e Humberto Reis Costa (1944-1951) foram presidentes da Fiesp e Ciesp. Oscar Augusto de Camargo (1952-1956) e Luiz Américo Medeiros (1967-1998) foram vice-presidentes dessas entidades. Não foram encontrados estudos, contudo, investigando as relações entre as associações têxteis e a Fiesp/Ciesp.

²⁰ Até hoje, inclusive, as entidades compartilham a mesma sede, no bairro de Higienópolis, em São Paulo, SP.

²¹ O Sinditêxtil-SP foi fundado em 1932, de acordo com a legislação sindical de Vargas.

Nesse momento inicial, contudo, a Abit ficava restrita à esfera estadual. Até então, o Sinditêxtil-SP ainda permanecia “como a mais ativa e influente associação da indústria têxtil brasileira” (GOMES, 1998, p. 107). A maior atuação da associação no âmbito nacional só começa a ser desenhada no final dos anos 1980 — momento, inclusive, em que é renomeada para Abit —, como uma resposta ao processo de abertura econômica (GRIEBELER, 2014).

O choque da abertura econômica provocou perda drástica e abrupta de relevância econômica do setor, além de uma reconfiguração na sua posição política. Apesar da significativa mobilização contra a condução da liberalização econômica, o setor de indústria têxtil foi fortemente impactado pelo distanciamento político imposto pelas gestões de Collor e FHC. Ignorado pelo Estado, a Abit levou adiante uma reorganização produtiva e administrativa sob a liderança de Paulo Skaf, que assumiu a presidência do Sinditêxtil-SP e da Abit em 1998.

Sob a gestão de Skaf, construiu-se uma nova elite setorial, composta também por pequenos e médios empresários. O caráter heterogêneo do grupo de dirigentes formado, que se mantém na direção das entidades até hoje, nos leva a utilizar a definição de elite empresarial,

composta por aqueles que exercem a direção de entidades de representação dos diversos setores do empresariado, tendo por referência, portanto, não propriamente o critério do poder econômico ou da direção de grandes empresas, como é usual nos estudos sobre elites econômicas, mas sim o da representação política, ou seja, os dirigentes que foram eleitos pelos membros das entidades empresariais e exercem a articulação dos interesses de seus representados. (COSTA, 2012, p. 452).

São essas lideranças, portadoras de capital político, que serão os porta-vozes do setor têxtil nos governos do PT. Se nos anos 1990 o setor foi alijado dos espaços decisórios, nos anos 2000 a elite dos industriais têxteis forma um grupo com poder político relevante — em contraste com sua contínua perda de participação econômica. Com a vitória de Lula em 2002, o empresário José Alencar, dono da Coteminas, passa a ocupar o cargo de vice-presidente da República. Em 2004, o líder têxtil Skaf passa a presidir a maior entidade empresarial do país, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Em seu lugar, Josué Gomes, filho de Zé Alencar, passa a dirigir a Abit — que no mesmo ano assumiu também a presidência do IEDI.

Este capítulo apresenta a atuação política dos industriais têxteis em um contexto de gradativa perda de relevância econômica durante os anos 1990 e 2000. Por um lado, observa-se a continuidade da agenda política apresentada pelos dirigentes empresariais. A argumentação em defesa do setor permanece e as demandas são da mesma natureza no período analisado — subsídios e incentivos fiscais, medidas de barreira a produtos importados, desvalorização do real, entre outras. Por outro, os espaços de diálogo se ampliam significativamente durante o governo Lula e as pressões são respondidas, em menor ou maior grau. A crise de 2008, contudo, acentua tensões latentes durante o governo petista.

As seções se dividem da seguinte forma: a primeira se dedica à atuação política do setor durante a abertura econômica, sob os governos Sarney, Collor e Fernando Henrique. A segunda discute a reorganização da representação setorial, em especial na Abit, liderada por Paulo Skaf. A terceira discute o reposicionamento político ocorrido sob os anos Lula, os impactos da ascensão chinesa na indústria têxtil-vestuarista, e expõe as tensões latentes na era Lula.

2.1 REBAIXAMENTO SOB O MODELO NEOLIBERAL

Apontada pela literatura como uma das principais vítimas do processo de desindustrialização brasileiro, a indústria têxtil-vestuarista constitui um dos segmentos mais tradicionais da estrutura produtiva brasileira (PEROBELLI; BASTOS; CARREIRO, 2017; MORCEIRO; GUILHOTO, 2019). O setor têxtil foi pioneiro na industrialização brasileira, surgindo nos anos 1840 (STEIN, 1979). No decorrer das décadas, foi beneficiado por diversas políticas governamentais, tornando-se especialmente dependente de restrições à importação de produtos têxteis, de proteção tarifária e incentivos fiscais.

Os lucros da indústria têxtil proviam mais do acesso à mão de obra barata e às proteções e aos incentivos governamentais supracitados, do que da modernização do setor através de investimentos em pesquisa e tecnologia. Apesar de em alguns períodos históricos as empresas têxteis brasileiras acessarem os mercados externos, a indústria nacional não estava apta a competir com as indústrias internacionais. Na realidade, esses períodos de prosperidade eram decorrentes não da eficiência das empresas brasileiras, mas de momentos

de exceção, em que as empresas internacionais eram afetadas por guerras ou graves crises econômicas, como durante as Primeira e Segunda Guerras Mundiais (EMERY, 2007).

Frente à dependência de medidas protecionistas, a substituição do modelo desenvolvimentista pelo neoliberal foi traumática para o setor. Não à toa. Afinal, a liberalização foi profunda, como se evidencia ao compararmos as tarifas impostas aos produtos importados antes e depois da abertura: com “a tarifa média passando de 87,4% em 1987 para 31,8% em 1990, e para 13,2% em 1994, enquanto a tarifa efetiva reduziu-se de 123% para 49,2% e 20,9%, respectivamente nos mesmos anos” (LIMA, 2009, p. 43).

Os anos 1980 foram um período de transição entre o antigo e o novo modelo econômico e político no Brasil. Não apenas a transição do desenvolvimentismo para o neoliberalismo prejudicou o setor, historicamente beneficiado pelas políticas protecionistas, mas o novo regime político também significou o rebaixamento político do setor.

No início da década, ainda sob o regime militar, o governo mantinha certa proximidade com os industriais têxteis. Apesar da crescente instabilidade econômica, o setor manteve sua relevância econômica, em grande parte devido às proteções e subsídios estatais (GOMES, 1998). No começo da década de 1980, o país já apresentava desaceleração do crescimento econômico e aumento da inflação. Em 1980, o governo adotou uma política de incentivo à exportação, desvalorizando em 30% a moeda nacional, que contou com o apoio do Sinditêxtil-SP. No ano seguinte, o presidente da entidade, Luiz Américo Medeiros, se reuniu com o então Ministro do Planejamento, Delfim Netto, e com o diretor da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX), Benedito Moreira. Na reunião, foram discutidas as medidas específicas ao setor têxtil. Em 1983, o governo atendeu a uma demanda histórica do setor, o *drawback verde e amarelo*, que previa isenção fiscal aos produtores que usassem matéria-prima nacional, reduzindo o preço do produto nacional. Apesar da instabilidade econômica e política que assolava o país e o desaquecimento da demanda, o setor cresceu durante o período. Em 1984, as exportações têxteis cresceram 38%, ultrapassando o valor de US\$ 1 bilhão. O sucesso setorial é reconhecido pelos próprios industriais como consequência da “assistência do governo” (GOMES, 1998, p. 111).

A democratização e os novos governos alinhados ao modelo neoliberal, contudo, modificaram a agenda econômica e afastaram os industriais têxteis das esferas governamentais. A segunda metade da década foi marcada pela priorização da estabilização econômica. As tentativas governamentais de derrubar a inflação, através dos diversos planos econômicos, foram inicialmente criticadas pelos industriais têxteis. As políticas de estabilização aqueceram a demanda interna, ao aumentar relativamente o poder aquisitivo da população. Por um lado, isso redirecionou a produção nacional ao mercado interno, diminuindo as exportações, que até então tinham virado prioridade. Por outro, o aumento brusco da demanda não era possível de ser acompanhado pela produção brasileira e “gerou muitos conflitos entre fornecedores, industriais, atacadistas e varejistas” (GOMES, 1998, p. 112).

As dificuldades dos produtores nacionais evidenciaram o atraso tecnológico da indústria têxtil. Como resposta a isso, o setor encomendou um estudo setorial que fundamentou o “Plano 2000”, o qual previa isenções para a importação de bens de capital e subsídios à indústria local. Apesar de não ter sido implementado pelo governo, o estudo serviu de base para a inserção têxtil no Programa Setorial Integrado, que fazia parte da Nova Política Industrial. O plano têxtil sugeria “gradativa redução de alíquotas de máquinas e produtos têxteis, maior liberdade de preços no mercado interno e financiamento subsidiado de investimentos” (GOMES, 1998, p. 113). O Sinditêxtil-SP também demandava, via Ministério da Fazenda, isenção do imposto de renda sobre os lucros das exportações têxteis. As medidas sugeridas, porém, não foram implementadas pelo governo (GOMES, 1998; GRIEBELER, 2014).

No início dos anos 1990, com o governo Collor e depois com os governos FHC, a pauta da liberalização econômica passou a predominar na agenda industrial. Desde o início, o setor se colocava como favorável ao processo de abertura, visto como meio de modernização do parque industrial pela facilitação da importação de bens de capital. Contudo, alertavam que a abertura deveria ser gradual e com medidas específicas de incentivo à modernização da indústria nacional. Eram contrários, portanto, a uma abertura irrestrita, que colocasse a indústria nacional em risco. Segundo argumentavam, deveria haver medidas protecionistas “até o ponto em que ela[s] se encontra[ssem] em equilíbrio de

igualdade com o mercado internacional” (GRIEBELER, 2014, p. 67). O então presidente do Sinditêxtil-SP e da Abit, Luiz Américo Medeiros, resume a visão dos industriais têxteis:

Estamos prontos para enfrentar uma abertura das importações, vista como um instrumento de política de longo prazo e, portanto, ancorada numa relação adequada entre tarifas e taxas de câmbio. [...] A modernização tecnológica do setor passa pela abertura de linhas de financiamento [...] passa igualmente, pela redução ou eliminação dos impostos, especialmente IPI e ICMS, que oneram a importação, de sorte a tornar o valor dos investimentos em maquinaria equivalente aos que se fazem no resto do mundo. (Carta Têxtil, 1990, apud GRIEBELER, 2014, p. 56).

O ritmo da liberalização não foi diminuído. Nos meses seguintes, o setor participou ativamente das discussões das câmaras setoriais²² criadas pelo governo Collor e da elaboração de programas voltados para a indústria nacional, reunindo-se com burocratas, parlamentares e ministros para apresentar os impactos negativos da abertura no setor. Contudo, a mobilização surtiu pouco efeito. Suas demandas não eram sequer reconhecidas pelo governo, refletindo o distanciamento entre Estado-empresários naquele contexto (GRIEBELER, 2014).

Além da atividade política, o setor se reorganizou para se adaptar à nova realidade econômica. Durante os anos 1990, assim como o restante da indústria brasileira, o setor têxtil-vestuarista reagiu com uma reestruturação e modernização do seu processo produtivo, buscando melhorar a qualidade do produto final, reduzir os custos com mão de obra e a defasagem tecnológica, e tornar as etapas produtivas mais eficientes.²³ As grandes empresas reduziram os produtos fabricados, desverticalizando a produção para concentrar-se nas atividades mais lucrativas — algumas inclusive passaram a se concentrar em uma única fase do processo produtivo. Ademais, buscaram flexibilidade para se adaptar a contextos econômicos desfavoráveis, passando a (i) terceirizar as atividades menos lucrativas, em especial as intensivas em mão de obra, para pequenas e micro empresas — que funcionavam como empresas-satélites e, por conseguinte, ganharam importância relativa, aumentando a

²² Vale notar que as discussões nas câmaras setoriais eram marcadas pelas divergências entre os diferentes segmentos da cadeia produtiva têxtil-vestuarista (GRIEBELER, 2014).

²³ Evidentemente, o processo de reestruturação produtiva apresenta variações de grau conforme segmento e porte das empresas — os segmentos mais expostos ao comércio exterior antes da abertura econômica estavam mais adaptados, e as empresas de grande porte tinham disponibilidade de capital para viabilizar a modernização de seus parques industriais. Como exemplo, enquanto o segmento têxtil como um todo apresentou tendência de grande concentração de produção, o subsetor de confecção pulverizou sua produção (GORINI, 2000). Não obstante, os desafios presentes neste contexto fizeram-se sentir na cadeia produtiva como um todo.

relação de complementariedade com as grandes empresas; (ii) utilizar mão de obra exportada — em geral nos países asiáticos; (iii) precarizar as condições de trabalho; e (iv) migrar para regiões com incentivos fiscais, principalmente no Nordeste do país (MASSUDA, 2002; SARAIVA; PIMENTA; CORRÊA, 2005; JURGENFELD, 2012a). Houve também uma tendência à mecanização da produção, substituindo parte da mão de obra por máquinas, a fim de atingir padrões internacionais (EMERY, 2007).

Apesar da reestruturação e modernização produtiva, a indústria ainda se encontrava em apuros. Logo os empresários perceberam que a eficiência adquirida não era suficiente para recuperar sua relevância econômica. Nem mesmo o Plano Real, implementado em 1994, que deu fim à hiperinflação e aumentou o poder de compra da população foi o suficiente para alavancar a indústria brasileira. Embora o aumento da demanda tenha beneficiado os produtos nacionais, a retomada foi efêmera. Conforme mostra Massuda (2002, p. 247), a “expansão de demanda [decorrente da estabilização econômica] foi rapidamente suprida pelas importações que, justamente, apoiaram-se na sobrevalorização cambial, base do Plano. Após o período de ‘recuperação’ sucedeu-se gradativa queda do número de indústrias têxteis”.

A partir de então, a dificuldade de concorrência com os produtos importados, em especial os chineses, passou a ser a principal pauta do setor. Na avaliação dos industriais têxteis, a falta de competitividade dos produtos brasileiros não mais se dava pelo atraso tecnológico, considerado já superado, mas sim por um conjunto de incentivos internos e externos que favoreciam os importados. Dentre os fatores internos que beneficiariam os importados, estavam a sobrevalorização cambial, que barateava o produto importado no mercado brasileiro, assim como questões estruturais que tornavam o produto brasileiro mais caro, como a falta de infraestrutura e juros altos. Além disso, os chineses contavam com incentivos governamentais e gozavam de uma oferta ampla e barata de mão de obra. A título de comparação, “enquanto a hora trabalhada de uma costureira brasileira custa[va] US\$ 2,80, o salário da chinesa [era] de US\$ 0,76 nos centros industriais e de US\$ 0,48 no interior” do país (SIENA et al., 2009, p. 152).²⁴

²⁴ Trataremos em maior profundidade do efeito chinês sobre a economia brasileira, em geral, e a indústria têxtil, em específico, em outra seção.

O rápido aumento das importações pressionou a indústria brasileira, que passou a demandar por medidas de salvaguarda — que àquela altura já tinham sido concedidas a setores como o automotivo e o eletroeletrônico. Novamente, porém, seu clamor não foi respondido.

Ressaltamos, neste contexto, a Carta publicada na Folha de São Paulo em maio de 1995, assinada por dezenas de entidades do setor têxtil, endereçada ao então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso (PSDB).²⁵ Nela, afirmavam que a “indústria têxtil e de confecções jamais foram contrárias à liberalização do comércio internacional”. Mesmo diante dos altos juros, da não resolução do custo Brasil e da inflação alta, o setor teria continuado sua modernização, argumentavam. Não obstante, a indústria têxtil-vestuarista não teria conseguido “escapar da voracidade do comércio desleal”, em especial dos países asiáticos. Frente a esse cenário, suas demandas não decorreriam de uma “falta de competitividade”, como acusavam os “sensacionalistas e aproveitadores de plantão”. Ao contrário, diziam na carta, a indústria têxtil nacional seria competitiva, mas nada poderia fazer diante dos países asiáticos, que além dos benefícios da abertura comercial irrestrita, contavam ainda com baixas taxas de juros e jornada de trabalho de 12 horas diárias, com salários baixíssimos. Na realidade, para eles, o sofrimento do setor seria o reflexo de uma abertura comercial “má conduzida”, “suicida e antipatriótica”, que gerava desemprego e queda de produção. Explicitando sua insatisfação com o governo FHC, o setor alegava que as inúmeras tentativas de “provar” os efeitos deletérios dessas práticas haviam sido em vão: o governo federal não teria se sensibilizado com a situação e teria se recusado a adotar medidas emergenciais. A Carta terminava com o pedido por medidas de salvaguardas — já concedidas a outros setores industriais, mas que, até então, eram recusadas ao têxtil-vestuarista (CARTA, 1995).

Não se tem registro de uma resposta governamental à Carta aberta, embora o setor tenha se reunido novamente com a ministra da Indústria, Comércio e Turismo nos meses posteriores à sua publicação. É possível apontar, entretanto, uma conquista relevante do setor, que ficou conhecida como Lista Dallari: uma lista de produtos têxteis cuja alíquota de

²⁵ Veremos nos próximos capítulos como o discurso sobre a situação setorial e a necessidade de medidas governamentais frente à “concorrência desleal”, sintetizados nesta Carta, se mantém até os dias de hoje.

importação passava a ser elevada em 70% de agosto de 1995 até abril de 1996. Não obstante, essa medida era temporária e não foi renovada, desapontando os industriais.

Ainda em 1995, os industriais e trabalhadores têxteis organizaram em agosto uma Marcha para Brasília pela sobrevivência do setor. Durante a manifestação, o presidente da Abit declarou que aquele era um protesto “contra a indiferença e passividade com que essas autoridades vêm assistindo ao dramático desfalecimento de um dos mais importantes segmentos da economia brasileira” (GRIEBELER, 2014, p. 72). O setor entregou a ministros da área econômica uma carta de reivindicações, elencando “medidas emergenciais de médio e curto prazo que precisavam ser adotadas para evitar que as empresas nacionais continuassem fechando suas portas e, em consequência, agravando as demissões que vinham ocorrendo em toda a cadeia têxtil” (GRIEBELER, 2014, p. 72). Como de praxe, a manifestação foi ignorada pelo governo, que se reuniu com o setor apenas no ano seguinte.

Em 1996 e nos anos subsequentes, o governo atendeu algumas demandas do setor, como a aplicação de cotas, durante 3 anos, para a importação de produtos têxteis advindos dos países asiáticos e um programa de financiamento, pelo BNDES, para a modernização do parque industrial nacional. Apesar das concessões, a relação entre governo e industriais têxteis estava bastante desgastada. Apesar da intensa atividade política do setor, a prática do governo era ignorar os pleitos apresentados. Quando as demandas eram atendidas, eram com enorme atraso e de forma temporária.

Tornava-se evidente que, além de ser economicamente prejudicado pela abertura comercial, o setor não se sentia representado pelo governo federal. Suas demandas eram, em geral, ignoradas. Embora alegasse não ser contra a abertura comercial *a priori*, sua oposição à forma pela qual a abertura foi conduzida era nítida. O posicionamento adotado pelo setor têxtil o permite caracterizar como parte da fração burguesa que foi marginalizada econômica e politicamente sob o modelo neoliberal dos anos 1990. Boito (2018) sintetiza a postura dessa fração:

Apoiavam, como toda a burguesia, a política social do neoliberalismo [...] Porém, relutavam em aceitar ou mesmo se opunham a aspectos importantes da política econômica neoliberal: rejeitavam a política de abertura comercial, que ameaçava o mercado cativo criado pelo desenvolvimentismo para a indústria local, e procuravam manter posições de força que tinham conquistado no capitalismo brasileiro, as quais eram ameaçadas pelas reformas neoliberais. Enfim, [...] a

grande burguesia interna, mesmo tendo interesse em atrair investimentos estrangeiros para o Brasil, procura preservar e ampliar as posições que detém no sistema econômico nacional e no exterior. Para isso, conta com a ação protetora e ativa do Estado brasileiro. (BOITO, 2018, p. 66-67).

Em suma, o setor, que prosperou sob o desenvolvimentismo, durante o qual manteve o monopólio do mercado interno, decaiu bruscamente sob o modelo neoliberal. Diante da obsolescência produtiva característica do setor, as empresas têxteis sofreram um grande choque com a abrupta abertura ao comércio exterior nos anos 1990, levando muitas delas à falência pela incapacidade de competir no mercado interno com produtos importados, especialmente de países asiáticos. Segundo Saraiva, Pimenta e Corrêa (2005), entre 1990 e 1997, cerca de 26% das empresas têxteis encerraram suas atividades — especialmente as grandes empresas, de modo a aumentar a importância relativa das pequenas e micro empresas (MASSUDA, 2002). A relevância econômica do setor foi significativamente reduzida, tanto na participação do PIB quanto na produção industrial. Conforme dados do IBGE apresentados por Emery (2007), em 1990 o setor têxtil representava 6,82% do PIB da indústria brasileira, já em 1999 a cadeia têxtil correspondia a apenas 3,43% da produção industrial. Sua oposição à condução da política econômica foi precoce, já no início dos anos 1990, enquanto entidades como a Fiesp e a CNI só passaram a questioná-la mais sistematicamente após a reeleição de FHC (DINIZ; BOSCHI, 2003). Apesar das inúmeras súplicas pela proteção estatal, a indústria têxtil não foi socorrida pelo governo.

2.2 UMA NOVA ELITE SETORIAL

O Sinditêxtil-SP foi presidido por Luiz Américo Medeiros de 1967 a 1998, que também liderou a Abit de 1989 a 1998. Apesar dos estudos sobre a atuação dessas entidades durante sua presidência, as pesquisas existentes (GOMES, 1998; GRIEBELER, 2014) focam nas declarações e mobilizações públicas direcionadas ao governo federal e não sobre as dinâmicas internas das entidades têxteis. Os únicos registros encontrados sobre a gestão de Medeiros são de declarações feitas por dirigentes têxteis. Na avaliação de Fernando Pimentel, presidente da Abit entre 2017 e 2022, a gestão de Medeiros foi marcada pelos esforços direcionados à projeção nacional da entidade (PIMENTEL, 2017). De fato, foi sob a liderança de Medeiros que a Abit passou a se posicionar publicamente, atuando como porta-

voz do setor. Entretanto, como vimos na seção anterior, sua atuação política tinha pouca eficácia. É só a partir da presidência de Paulo Skaf que o setor passa a ter uma visibilidade maior e conquista poder político durante a Nova República.

A eleição de Paulo Skaf em ambas as entidades é retratada como um movimento de “renovação” organizado pela própria diretoria de Medeiros. Segundo relato de Rafael Cervone, presidente do Sinditêxtil-SP entre 2005 e 2010 e presidente da Abit de 2014 a 2016, o Conselho da Abit discutia na época “a necessidade de atualizar a diretoria, buscar sangue novo para a direção” (O JOVEM, 2014). Medeiros teria lhe perguntado quem deveria assumir ao cargo, ao que Cervone teria indicado o nome de Skaf.²⁶ Apresentando a mesma narrativa, Skaf alega que

[...] o presidente lá, a diretoria vinha há muito tempo, eram... há mais de trinta anos que era o mesmo presidente e tal, então houve uma vontade, um movimento para uma renovação; e, no momento do movimento para a renovação, o meu nome é que surgiu. Aí eu acabei sendo eleito o presidente da Abit (CASTRO, 2011).

A chegada de Skaf na presidência do Sinditêxtil-SP e Abit, de fato, renovou o quadro de dirigentes, assim como colocou em marcha uma nova política para a entidade. Dentre os nomes que apontaram maior participação nas entidades a partir do convite de Skaf estão praticamente todos os seus sucessores. A seguir, alguns desses relatos:

Alfredo Bonduki: [...] eu comecei a atuar [na Abit] em 1998, quando o Paulo Skaf assumiu a presidência e aí eu era o coordenador do comitê de produtores de linhas e zíperes, né. Daí na gestão seguinte eu passei a ser tesoureiro do Rafael Cervone e do Josué que era o presidente da Abit né, do Sinditêxtil e da Abit. E em 2011 eu passei à presidência do Sinditêxtil e vice-presidência da Abit. E aí eu fiquei por 6 anos e aí logo depois eu saí da presidência e passei a ser tesoureiro de ambas as entidades. (Entrevista concedida à autora).

Fernando Pimentel: Foi, porém, na gestão de Paulo Skaf, a partir daquele ano de 1998, que minha atuação classista se tornou mais intensa. Skaf, sempre atuante e visionário, convidou-me a colaborar, voluntariamente, na reestruturação da entidade. (PIMENTEL, 2017, p. 3).

Rafael Cervone: Acontece que o Paulo assumiu a Abit e o Sinditêxtil-SP [em 1998]. Ele saiu candidato e me chamou para ser o segundo vice-presidente e assim começou [meu trabalho de defesa do setor]. (O JOVEM, 2014).

²⁶ Segundo relata o executivo, “respondei de imediato que era a favor da mudança e indiquei Paulo Skaf. Não sei por que pensei nele, pois nem tínhamos assim tanto contato. Admirava-o, conhecia-o, mas nem era assim tão próximo.” (O JOVEM, 2014).

Aguinaldo Diniz Filho: Para mim foi uma honra presidir a Abit. Quando recebi o convite de Paulo Skaf e Josué Gomes da Silva (ambos antigos presidentes da entidade), achei que seria um pouco sacrificante, devido à distância entre Minas Gerais, onde fica a Cedro [Têxtil], e São Paulo, para conciliar a agenda de reuniões e outros compromissos, mas aceitei o desafio. (AGUINALDO, 2014)

Após a saída de Skaf da Abit e do Sinditêxtil-SP para liderar a Fiesp, o grupo constituído por ele durante sua gestão se manteve à frente das entidades, revezando entre si os cargos de direção. Na Tabela 3 abaixo é possível observar o revezamento adotado entre o grupo de lideranças de confiança de Skaf.

Tabela 3 - Histórico de presidentes das principais entidades industriais e setoriais

	Abit	Sinditêxtil-SP	Fiesp	Ciesp
1999-2004	Paulo Skaf	Paulo Skaf	Horácio Lafer Piva	Horácio Lafer Piva
2005-2007	Josué Gomes da Silva ²⁷	Rafael Cervone	Paulo Skaf	Claudio Vaz
2008-2010	Aguinaldo Diniz Filho	Rafael Cervone	Paulo Skaf	Paulo Skaf
2011-2013	Aguinaldo Diniz Filho	Alfredo Bonduki	Paulo Skaf	Paulo Skaf
2014-2016	Rafael Cervone	Alfredo Bonduki	Paulo Skaf	Paulo Skaf
2017-2021	Fernando Pimentel	Luiz P. de Castro	Paulo Skaf	Paulo Skaf
2022-2023	Fernando Pimentel	Luiz P. de Castro	Josué Gomes da Silva	Rafael Cervone
2023-	Ricardo Steinbruch	Luiz P. de Castro	Josué Gomes da Silva	Rafael Cervone

Fonte: Elaboração própria.

A passagem de um presidente ao outro foi feita sempre em chapa única. Ao serem questionados pela autora sobre esse tipo de prática, os dirigentes têxteis respondem que é uma expressão do “consenso” do setor quanto à sua agenda:

²⁷ Entre 2005 e 2009, Josué Gomes também presidiu o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI). Para uma análise sobre a relação entre IEDI e os governos petistas, ver Micussi (2021).

Alfredo Bonduki (Sinditêxtil-SP): Normalmente é uma escolha em chapa única, uma eleição praticamente por unanimidade. Até porque o grupo ele tem uma coesão muito grande na condução, nós não temos tempo para disputas internas [risos]. O setor vem sofrendo há muitos anos né, e, assim, com isso os objetivos e as decisões são muito transparentes, muito claras. A gente, graças a Deus, não têm tido disputas internas que possam enfraquecer a condução das entidades. (Entrevista concedida à autora).

Fernando Pimentel (Abit): A Abit aglutina dentro dela os sindicatos, empresas individualmente, e o que a gente faz aqui é um grande encontro de contas. [...] Esse processo sucessório, ele é construído com muito diálogo. Então constrói-se, nós temos um conselho de mais de 50 pessoas, tem naturalmente umas... um processo sucessório, se alguém precisar sair do ramo ou muda e etc, mas tem mais ou menos encaminhado. Não significa que não haja democracia, há é muita costura, porque nós somos o setor da costura, então a gente tá sempre costurando [risos]. (Entrevista concedida à autora).

A manutenção desse grupo de dirigentes no poder é uma estratégia considerada “natural” pelo dirigente do SENAI, que optou por não ser identificado na entrevista com a autora:

Ele [o Skaf] é uma pessoa que busca estar com quem ele confia muito próximo dele e isso não só no âmbito do sistema Fiesp, mas também da própria Abit, né, do próprio Sinditêxtil e assim por diante. É natural que ele procure sugerir, né, ou se mobilizar para que pessoas muito próximas dele fiquem na liderança da Abit e assim por diante, né. Até porque ele conta com os empresários do setor têxtil, como na época que ele era presidente da Fiesp, né, como o principal alicerce para a posição que ele estava dentro da Fiesp. Claro, ele é um cara que conhecia também demandas de outros setores industriais, da área da mecânica, da elétrica, de alimentos etc. e tal. Agora não dá nem para comparar com a experiência que ele teve especificamente da área da têxtil, né, sobretudo como empresário. No que diz respeito à tecnologia, ele não conhecia nada disso daí né, mas a experiência que ele teve dava suporte nesse sentido. Então ele jamais poderia cometer o erro de sair efetivamente de um sindicato patronal, assumir a Fiesp e deixar a retaguarda dele desarmada ao ponto de alguém que tivesse um interesse contrário dele, seja lá qual for, assumisse um protagonismo no Sinditêxtil ou na Abit, entendeu? Então é natural o cara, é... nesse sentido, ele busca colocar, criar relações de confiança por onde ele ou tem uma relação de mando ou tem uma relação de influência, com certeza. [...] E aí, a partir de então, você tem uma dança das cadeiras. É até positivo [que se tenha]. (Entrevista concedida à autora).

O grupo em torno de Skaf junta pequenos e médios empresários — como ele próprio,²⁸ Bonduki (Bonfio)²⁹ e Cervone (Technotex)³⁰ — com os maiores do setor têxtil — como José e Josué Alencar (Coteminas), Ricardo Steinbruch (Vicunha Têxtil) e Aguinaldo Diniz Filho (Cedro Têxtil).³¹ No ranking Valor 1000, a Coteminas, do segmento de cama, mesa e banho, foi a maior indústria têxtil em 2020. A Cedro Têxtil ocupava o terceiro lugar, seguida pela Vicunha Têxtil, ambas líderes na produção de denim.

Dentre os grandes empresários vinculados a Skaf estão a família Steinbruch (CSN e Vicunha Têxtil) e Gomes da Silva (Coteminas). Ricardo Steinbruch ocupa atualmente a presidência da Abit (2023-) e seu irmão Benjamin foi o braço direito de Skaf em sua gestão na Fiesp, assumindo interinamente nos momentos que Skaf se afastou para disputar cargos políticos. Tanto Alencar quanto Steinbruch foram centrais na vitória de Skaf na eleição da Fiesp de 2004 (PERRIN, 2020). A relação foi construída inicialmente com Benjamin, antes mesmo de Skaf assumir a Abit (CASTRO, 2011; DIEGUEZ, 2014). José Alencar Gomes da Silva também foi um dos apoiadores da chapa de “renovação” encabeçada por Skaf e atuou como seu vice na Abit (DIEGUEZ, 2014). Quando Alencar tornou-se vice-presidente da República, seu filho, Josué Gomes, assumiu sua posição na entidade e, posteriormente, foi o sucessor de Skaf na Abit (2005-2007) e na Fiesp (2022-). Apesar do recente conflito entre Josué e Skaf, foi o então presidente da Fiesp que indicou Josué para ser seu sucessor e costurou sua campanha na entidade, em que Josué tinha pouca atuação política até então

²⁸ Na época em que assumiu a Abit, Skaf ainda tinha uma empresa de médio porte. A empresa sofreu com a abertura econômica, o que, em conjunto com a vontade de participar mais ativamente da Abit, resultou em sua venda. Assim, Skaf conta que redirecionou o negócio para a área imobiliária, desfazendo-se da tecelagem e alugando os galpões.

²⁹ A Bonfio é uma empresa de médio porte com sede em Americana (SP), com cerca de 150 funcionários e faturamento de R\$ 100 milhões, do segmento de linhas, fios e aviamentos, voltada majoritariamente ao mercado interno.

³⁰ Em entrevista à Revista Textília, Cervone remonta sua trajetória na indústria têxtil a seu avô, que fundou, em Santa Bárbara D'Oeste, a Fiação e Tecelagem Santa Bárbara. Seu pai, em conjunto com os tios, fundou uma fábrica de tecidos, a Cermatex. Seu pai participava da Abit e desde criança Rafael aponta participar do dia a dia da entidade. Rafael Cervone cursou engenharia têxtil e foi trabalhar no setor (O JOVEM, 2014). Em seu perfil profissional, é apontado como sócio-proprietário da Technotex desde 2002, uma empresa de porte pequeno, de Santa Bárbara D'Oeste (SP), produtora de uniformes.

³¹ Fernando Pimentel é o único que nunca foi dono de nenhuma empresa, exercendo apenas cargos administrativos. Conforme relata em entrevista concedida à autora, “eu tô no setor desde abril de 1977 [...] [e] trabalhei em várias áreas da indústria têxtil: projeto, economia, vendas, marketing, etc. E nesse sentido eu cheguei na Abit em 2005 [...] [Eu] já frequentava a Abit como associado, e também fazendo trabalho voluntário dentro da área de marketing na entidade a partir de [19]98 e tal, e [...] quando chegou em 2009 eu me desliguei da empresa que eu trabalhava então e fiquei fundamentalmente então aqui na Abit.”

(“Paulo Skaf quer Josué Gomes da Silva como seu sucessor na Fiesp”, 2020; “Skaf inicia “rebelião“ contra Josué Gomes na Fiesp 3 meses após deixar o cargo”, 2022).

Tabela 4 - Perfil das empresas dos dirigentes

Empresa	Sede	Capital	Controle acionário	Foco	Atividade fim	Funcionários	Faturamento	Porte
Technotex	SP	Fechado	-	Interno	Uniformes	?	?	Pequeno
Bonfio	SP	Fechado	-	Interno	Fios e linhas	150	R\$ 100 milhões	Médio
Coteminas	MG	Aberto	Familiar	Externo	Casa, mesa, banho	15 mil	R\$ 1 bilhão	Grande
Springs Global	MG	Aberto	Coteminas (52,92%)	Externo	Casa, mesa, banho	4 mil	R\$ 1,15 bilhão	Grande
Vicunha Têxtil	CE	Fechado	-	Interno	Jeans	7 mil	R\$ 2 bilhões	Grande
Cedro Cachoeira	MG	Aberto	Família (32,66%) e Coteminas (30,4%)	Interno	Jeans/ Uniformes	3 mil	R\$597,2 milhões	Grande

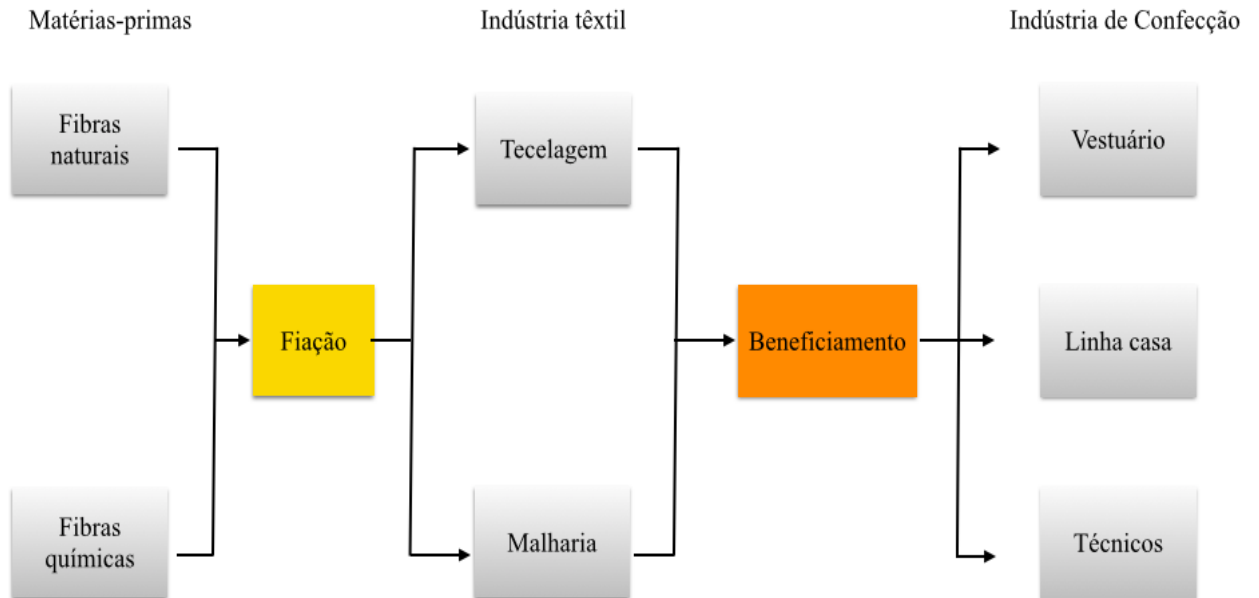
Fonte: Elaborado pela autora com base em informações concedidas em entrevistas e disponíveis nos sites das empresas.

Na Tabela 4 acima é possível observar o perfil das empresas dos dirigentes em questão. A heterogeneidade do grupo de Skaf refletia a própria política adotada na direção da entidade. Sob sua gestão, a Abit tornou-se representante não apenas do segmento têxtil, mas da totalidade da cadeia produtiva, incorporando segmentos que até então não participavam da entidade, como o segmento da confecção e os produtores de algodão, promovendo a unificação dos interesses da cadeia produtiva na entidade (ASAZU, 1999; CAI DÉFICIT, 2001; O JOVEM, 2014; SETOR, 1999; CASTRO, 2011; COTRIM, 2000;

DIEGUEZ, 2014; FERNANDES, 1998, 2002; GRIEBELER, 2014; PERRIN, 2020; PIMENTEL, 2017).

A cadeia produtiva têxtil-vestuarista se organiza em sequência linear, de modo que “o produto final de uma etapa constitui-se na matéria prima para a seguinte” (MASSUDA, 2002, p. 244), conforme é ilustrado na Figura 1 abaixo.

Figura 1 - Fluxo produtivo da cadeia têxtil e de confecção



Fonte: Adaptação de MENDES JUNIOR, 2017, p. 2.

A descontinuidade do complexo têxtil permite heterogeneidade entre os segmentos em relação ao porte da empresa, à escala e organização da produção, e ao nível tecnológico adotado (JUNIOR, 2017). Neste sentido, cada segmento do setor têxtil apresenta “dinâmica própria, com especificidades tecnológicas de mercado e de matéria-prima, existindo empresas que se dedicam exclusivamente a uma delas” (MASSUDA, 2002, p. 244). Em geral, as indústrias do segmento de fiação são as mais tecnológicas já que é uma etapa que demanda elevada escala de produção. Por conseguinte, há uma barreira de entrada para micro e pequenas empresas, tornando esse subsetor mais concentrado em grandes e médias empresas (COSTA; ROCHA, 2009).

O subsetor da tecelagem apresenta maior variedade em relação ao porte das empresas: há grandes indústrias integradas ao processo de fiação, assim como microempresas de tecelagem comumente chamadas de facionistas, as quais atendem às demandas das grandes empresas em momentos de excesso de demanda. Isso decorre do fato do tear constituir unidade produtiva independente e, portanto, de menor custo, permitindo que a escala de produção possa ser menor do que a implementada na etapa da fiação. A heterogeneidade

também se dá em relação ao nível tecnológico das empresas, dado que a tecelagem pode ser feita manualmente, assim como por equipamentos mais tradicionais, e até por máquinas que automatizam e aceleram o processo do tear e possibilitam maior controle de produção (EMERY, 2007; TAVES, 2013).

Por fim, o segmento de confecção tem processos produtivos e relações de trabalho bastante variados, em grande parte devido à diversidade do produto final e, conseqüentemente, de seu consumidor. A barreira de entrada é irrisória em decorrência do baixo investimento inicial, tendo em vista que o equipamento básico — a máquina de costura — é de baixíssimo custo. Por conseguinte, há grande presença de pequenas e micro empresas. Ademais, “a grande especialização necessária ao atendimento dos mais diversos tipos de demanda cria nichos de mercado desinteressantes para empresas de grande porte” (EMERY, 2007, p. 18). Pelo fato da qualidade do produto final estar fortemente relacionada à habilidade do trabalhador, a etapa de confecção é mais intensiva em mão de obra e requer menos escala de produção, por exemplo, em comparação com o segmento de fiação. Diante disso, as indústrias de confecção buscam o diferencial competitivo no baixo custo da mão de obra (EMERY, 2007; TAVES, 2013).

O presidente da Abit também atribui à sua gestão a representação dos diferentes portes na entidade, que não deixa de estar relacionado, como vimos, com a integração dos segmentos menos tecnológicos da cadeia à entidade. Na fala de Skaf, isso fica evidente:

[...] quando eu entrei no sindicato [Sinditêxtil-SP], o que se falava lá [...] na época, é que as fiações mandavam, que eram as grandes empresas e tal. Aí... E lá tinha fiações... tinha produtores de fibras, que é tipo Rhodia, fibras, que fornece para as fiações, e tinham as fiações, e tinham as tecelagens, as malharias e as tinturarias... as beneficiadoras. E linhas de costura e tal. Depois, nós ampliamos, pusemos cotonicultura, pusemos a confecção, que é muito importante a parte de confecção. Mas se falava que as fiações eram as maiores empresas, elas tinham o comando. Algumas eram verticalizadas, grupos grandes, que tinham todo o processo e tal. E que o setor próprio de tecelagem —, e eu, na época, era empresário de tecelagem, aqueles que não eram ainda verticalizados, de grandes grupos e tudo —, era o lado fraco, era o primo pobre da história. E então na verdade, quando eu comecei a me articular lá, não foi muito fácil, porque, primeiro, tinha o grupo que estava lá há trinta e poucos anos, os mais antigos, e depois tinha umas empresas grandes, que tinham uma idéia diferente, gostariam de pôr, talvez, um profissional deles ou alguma coisa, ou mesmo um deles enfim, e tinha as tecelagens, que... Então, na realidade, eu fiz uma movimentação, e graças a Deus deu tudo certo, em que nós saímos todos unidos, com chapa única. Mas ninguém acreditava. Que era: poxa, o primo pobre, a tecelagem, ser o presidente do sindicato? O presidente da Associação Brasileira? Parecia uma coisa impossível. [...] Então, quando eu entrei

como representante do setor de tecelagem dentro do sindicato, que tinha um predomínio da fiação, dos produtores de fibra, parecia meio impossível —, e tinha uma direção já há mais que trinta anos e tudo —, que aquele cara que chegou agora ia conseguir ser presidente. [...] Então não só fui presidente, como aquelas empresas, aqueles empresários que, inicialmente, estavam com outras idéias, quer dizer, que apoiavam outras idéias, e por fim, houve um entendimento — tanto é que saímos com uma chapa única, não houve disputa —, mas todos eles passaram a ser grandes apoiadores meus. [...] E aí parecia impossível pegar o setor têxtil daqueles anos, estava... pouco investimento, o setor estava com equipamentos antiquados, a exportação fraca, a moda brasileira não tinha espaço, e tudo parecia ser uma missão meia impossível. Juntar o setor? Era guerra entre tecelagem e confecção. Era uma guerra. Era... E pública, muitas vezes. Tinha entidades, uma ficava brigando com outra. E, um ano, dois anos, aquilo estava unido, os investimentos embalaram, a exportação embalou, enfim a moda, muita coisa boa aconteceu e tal (CASTRO, 2011).

De fato, até a gestão de Skaf, os dirigentes da Abit seguiam o perfil de grandes empresários, das maiores indústrias têxteis do Brasil. A partir de sua gestão, alguns pequenos e médios empresários e até lideranças sem empresas participaram ativamente da entidade, inclusive chegando à presidência, como vimos acima. Ademais, parte do insucesso do setor nas câmaras setoriais e na própria reação à abertura econômica é atribuído aos conflitos entre os diferentes segmentos da cadeia produtiva (GRIEBELER, 2014). Sua unificação na Abit, embora não exclua as divergências, permitiu uma ação unitária nas questões consensuais. Cervone explica o mecanismo adotado, que permanece desde então:

Aliás, preciso destacar um ponto forte da administração de Paulo Skaf, que teve a sabedoria de mudar a coordenação da Abit para um Conselho de Administração. Cada elo da cadeia têxtil tem uma demanda que muitas vezes são conflitantes. Há sempre a preocupação de apresentar uma chapa que proporcionalmente represente todos os elos da cadeia, os Estados da Federação e as pequenas, médias e grandes empresas. (O JOVEM, 2014).

Sua gestão foi marcada também pela promoção da autossuficiência na produção do algodão, principal matéria-prima do setor e pelo incentivo à exportação. O conjunto das medidas resultou, em 2003, no superávit da balança comercial do setor. Skaf também organizou uma campanha a favor da priorização de produtos nacionais,³² a fim de ampliar a participação no mercado interno frente aos importados. A gestão de Skaf na Abit foi extremamente bem avaliada pelos seus pares. O sucesso na empreitada à frente da Abit e do

³² Essa campanha foi retomada pela gestão de Aguinaldo Diniz Filho, em 2011, sob o slogan “Moda brasileira: eu uso, eu assino”.

Sinditêxtil-SP o posicionou para disputar a maior entidade industrial do país, a Fiesp, em 2004.

Não obstante, o principal legado de Skaf provavelmente foi a construção de uma atuação política setorial mais incisiva e a criação de uma nova elite setorial, costurada sob sua liderança. Conforme caracteriza Fernando Pimentel (2017, p. 3), Skaf construiu “um novo modelo associativo. Os resultados foram muito positivos, com um posicionamento mais efetivo e ousado na defesa e projeção de nossa indústria como grande geradora de emprego e renda”. O novo formato de atuação política aliado à proximidade com o governo Lula, como veremos a seguir, inaugura um período de maior poder político e, conseqüentemente, efetividade da mobilização setorial.

2.3 ERA LULA

É possível dividir a era Lula em três momentos. Os primeiros dois anos de Lula I foram marcados pelo otimismo de um governo que privilegiaria os interesses industriais. A Abit, sob presidência de Skaf, se mostrou otimista e confiante nos rumos que o governo tomava, como discutido anteriormente. A proximidade entre Skaf e o governo foi crucial para a sua vitória na Fiesp.

Entre 2005 e 2006, contudo, sob a liderança de Josué Gomes, a relação da Abit com o governo se complexificou. Neste segundo momento, há certa frustração frente à continuidade de uma política macroeconômica austera, considerada incompatível com um projeto de desenvolvimento econômico e, evidentemente, com os interesses produtivos. Outro ponto de tensão foi a proximidade excessiva do Brasil com a China, que contaminava, na visão industrial, as negociações de defesa comercial. Por outro lado, o setor têxtil brasileiro crescia efetivamente com o aquecimento da demanda interna promovido pelo Estado.

Já em Lula II, as críticas à política econômica se arrefeceram e o foco passou a ser a defesa comercial. Com a dupla Mantega-Furlan nos ministérios da Fazenda e Indústria,

respectivamente, o setor têxtil obteve diversas conquistas e defendeu a agenda governamental considerada protecionista pelo varejo têxtil e o Banco Central.

De qualquer forma, nesses três momentos, o setor recuperou o poder político perdido durante a década de 1990. Ademais, o crescimento econômico aliado ao aquecimento da demanda interna garantiu também a melhora do desempenho econômico setorial.

2.3.1 Lula lá, Skaf aqui

Na virada do século, a insatisfação no setor produtivo com a política econômica e a perda de influência política durante os governos FHC era explícita. Como discutido no Capítulo 1, àquela altura a candidatura de Lula colocava-se como representante da indústria. Skaf explica: “Pelo fato de o Lula ser trabalhador, eu achava que ele valorizaria o trabalho e sua eleição seria uma coisa positiva para o Brasil” (CASTRO, 2011). Em 2002, o então presidente da Abit foi um dos poucos dirigentes industriais que apoiaram publicamente a candidatura de Lula. Junto com Josué Gomes e José Alencar, o paulista fez “campanha junto ao empresariado para dissolver a desconfiança com o candidato petista” (CASTRO, 2011). Em momento de acirramento da campanha, quando o candidato tucano declarava que a vitória de Lula representaria a “argentinização” do Brasil, isto é, aguda crise econômica, Skaf rebateu:

O Serra é mais difícil de ouvir a gente. E Lula tem mostrado ouvidos mais abertos. É muito triste o que o Serra fez, ninguém tem o direito de colocar o país em risco. Por que eu não confiaria num governo do Lula? Lula é um homem de bem, correto, honesto. O candidato a vice dele (José Alencar) é um realizador, um empresário de sucesso. (LULA JÁ TEM, 2002).

Frente à vitória do petista, a Abit publicou uma nota parabenizando Lula pela eleição. Na carta, Skaf declarava:

[a vitória petista] poderá trazer um clima de maior esperança e otimismo ao país. Sinto que estamos vivendo um Brasil novo. É disso que precisamos. [...] O governo Lula deve priorizar a produção, os empregos, os investimentos, dando ênfase para a economia real e a isonomia com os concorrentes no mercado mundial. (EMPRESÁRIOS, 2002)

O início do governo Lula foi um período de otimismo entre o empresariado têxtil, que via na chegada do ex-metalúrgico à presidência a esperança de uma política mais alinhada aos interesses industriais (EMPRESÁRIOS, 2002; TÊXTIL, 2003; FERNANDES; PRADO, 2003). Nas palavras de Skaf, então presidente da Abit, “o cenário é positivo. E, quando há um ‘astral’, metade dos problemas se resolve” (PARA EMPRESÁRIOS, 2003). Durante os dois primeiros anos, 2003 e 2004, sob a liderança de Skaf, a Abit declarava confiança em que o governo Lula reduziria a taxa de juros, aumentaria a demanda interna e, conseqüentemente, seria capaz de estimular o crescimento econômico. Mesmo diante da suposta demora na melhora dos indicadores econômicos, a Abit se mostrou mais otimista do que demais entidades, como Fiesp, CNI e IEDI (PARA EMPRESÁRIOS, 2003; MATTOS; PRADO, 2003; PARA EMPRESÁRIOS, 2003; SETOR PRODUTIVO, 2003; EMPRESÁRIOS DIVERGEM, 2003; DIAS, 2004).

Àquela altura, portanto, Skaf era tido como uma liderança próxima do governo, pelas suas posições favoráveis a Lula durante a campanha de 2002 e nos primeiros anos do mandato, mas também por suas relações pessoais com o vice-presidente, José Alencar, e com o então líder do PT no Senado, Aloizio Mercadante — proximidade que teria sido mediada por Benjamin Steinbruch (PRADO, 2004). O então presidente da Abit teria sido, inclusive, “cogitado para o posto de ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do governo Lula por indicação de Alencar” (PERRIN, 2020).

Em sua campanha para a presidência da Fiesp, em 2004, o dirigente têxtil destacava sua visão de que a entidade deveria servir como um “instrumento político” ativo, e não reativo, em defesa dos interesses industriais (UM ANO, 2003). Dentre as principais bandeiras de sua campanha, Skaf alegava que a Fiesp deveria deixar de ser um foco de “lamentações” e que seu presidente deixaria de ser um mero “comentarista econômico”. Sob sua presidência, a entidade teria um “projeto de poder político” (AITH, 2004). O seu estilo de liderança contrastava com o dos dirigentes da situação, com perfil mais burocrático e que não teriam conseguido cavar seu espaço sob os governos tucanos (PERRIN, 2020). Conforme argumenta Benjamin Steinbruch (CSN), os industriais haviam perdido sua posição de liderança para a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e cabia a Skaf resgatá-la caso vencesse a eleição da Fiesp (BARROS, 2004a).

A retomada do protagonismo industrial teria como peça-chave a reaproximação com o governo federal. Daí a principal vantagem de Skaf, que se apresentava — e era reconhecido — como o ator que promoveria a aproximação da indústria ao governo Lula, em contraste com seu adversário, Claudio Vaz, do grupo de Horácio Lafer Piva, ligado aos tucanos (PERRIN, 2020). Conforme apurado pela Folha de São Paulo, Mercadante e José Alencar, e de forma mais discreta Antonio Palocci, ministro da Fazenda, e José Dirceu, da Casa Civil, fizeram campanha para Skaf entre as lideranças empresariais, reafirmando que “Skaf teria mais trânsito no governo Lula do que seu oponente” (BARROS, 2004b).

A vitória de Paulo Skaf, ex-presidente da Abit, na eleição da Fiesp é vista como mais um sinal dos novos tempos. Para Boito (2007), representou a ascensão política da burguesia interna industrial e sua proximidade com o governo Lula. Por sua vez, Diniz (2010) argumenta que, mais do que isso, expressou a politização da atuação empresarial:

[...] o que assumiu o primeiro plano foi a necessidade de o empresariado recuperar seu protagonismo na implantação do novo regime produtivo, no período pós-reformas orientadas para o mercado, tendo mais voz e maior capacidade de expressar e de fazer valer seus interesses no jogo político. Skaf ressaltou, em sua campanha, a relevância da maior proximidade em relação ao governo federal, reivindicando mais espaço para a defesa dos interesses industriais, de maneira a reverter o desequilíbrio que, desde o governo anterior, pesava a favor dos interesses financeiros, prejudicando a indústria doméstica. (DINIZ, 2010, p. 131).

No início dos anos 2000, os dirigentes têxteis haviam dado a volta por cima. José Alencar era vice-presidente do país; seu filho comandava, simultaneamente, a Abit e o IEDI; e Skaf liderava a poderosa Fiesp. Em meio ao apuro econômico, o setor ganhou força política e agora ocupava posições de destaque sob um governo que se mostrava mais simpático e aberto aos industriais. Os novos tempos eram de esperanças de retomada econômica para o setor e uma nova política econômica, que se voltasse para os interesses da indústria.

2.3.2 Crítica à política macroeconômica

A política macroeconômica “altamente restritiva e austera” foi retratada pelos dirigentes têxteis como um dos grandes obstáculos à indústria nacional (BARROS, 2005). A oposição à agenda de Palocci, então ministro da Fazenda, se tornou mais enfática a partir do

escândalo do Mensalão e com a chegada do ano eleitoral (2006). Contrastando com a importância que viria a ser dada à “crise ética e moral” sob o governo Dilma, as lideranças têxteis evitavam discutir a crise do Mensalão. Ivo Rosset, presidente da Valisère, alegava que a desaceleração econômica em curso era mais preocupante do que a crise política e que o momento pedia um “desvio” no rumo da “política econômica” (SETOR TÊXTIL GERA, 2005). O então presidente da Abit, Josué Gomes, também dava pouca importância à questão política: “acho que o importante para o Brasil é que nossas instituições sejam aprimoradas. Não adianta. O que está aí, está. [...] O que nós precisamos fazer é tentar aprimorar as instituições a partir dessa crise” (SETOR TÊXTIL GERA, 2005). O dirigente seguia, portanto, a linha de que a solução seria uma reforma política, e não o impeachment de Lula como ventilava a oposição, liderada pelo PSDB (BOITO, 2018).

Com o escândalo atingindo Palocci, surgiu a oportunidade de pressionar por uma mudança na política econômica. Em entrevista à Folha de São Paulo, Josué rejeitou a tese de que a economia estaria sendo blindada da crise política devido ao sucesso da política macroeconômica. A blindagem viria, na realidade, pelo cenário internacional favorável e poderia ser ainda maior caso a política econômica fosse voltada ao crescimento e não puramente à estabilidade econômica. Em sua avaliação, o modelo em voga desde os anos 1990 “imp[unha] um teto à taxa de crescimento brasileiro”, punindo o setor produtivo:

O Brasil precisa compreender que uma das mais importantes funções da política econômica é alcançar o potencial de crescimento e - não achatar o crescimento. [...] O que não pode é insistir num modelo, sem debatê-lo, que tem se mostrado claramente que não traz o crescimento a pleno potencial. [...] Mas não é a primeira missão, e muito menos a única, alcançar uma inflação moderada. No Brasil, parece que se acredita que todo o resto virá com uma força divina a partir do momento em que se consiga alcançar a meta de inflação (BARROS, 2005).

Mesmo crítico, a posição do dirigente não era, naquele momento, de oposição pública a Lula. Conforme argumenta, a culpa não seria do governo, mas da sociedade e, mais especificamente, dos agentes da produção, que não conseguiam se articular para “defender um conjunto de políticas mais favoráveis” (BARROS, 2005).

No ano seguinte, contudo, a tonalidade se alterou. Em ano eleitoral, Josué, que se rotulou como “desenvolvimentista”, condicionou seu voto em Lula a uma mudança na política econômica. Argumentou que o tripé macroeconômico responderia aos interesses do

setor financeiro em detrimento da indústria nacional. Por isso, se quisesse o voto industrial, o governo deveria alterar os rumos econômicos e provar que acredita que “a indústria é o principal motor de crescimento da economia”, criando as condições para seu fortalecimento (NÃO VOTO, 2006).

Embora Josué não mais responsabilizasse a sociedade, ele ainda sinalizava simpatia ao governo: “O presidente Lula é um homem que tem todas as características de alguém preocupado com o crescimento, mas precisa mudar a política econômica. Ainda há tempo. [...] Aos poucos eles vão entender que essa política representa tudo o que não queremos” (NÃO VOTO, 2006). A insatisfação expressa pelo presidente da Abit era compartilhada por outros industriais. Aqueles que apoiaram Lula em 2002 por identificarem em sua candidatura uma alternativa à política econômica de FHC mostraram-se insatisfeitos com o primeiro mandato de Lula. Para eles, o governo do PT foi “pouco desenvolvimentista” (LANDIM, 2006).

Apesar da pressão industrial, o governo manteve o tripé macroeconômico nos primeiros anos de seu segundo mandato. Em compensação, especialmente sob a liderança do novo ministro, Guido Mantega, o governo tornou-se mais sensível às reivindicações industriais por defesa comercial e redução do custo de produção e mão-de-obra. Assim, em momento econômico mais crítico, os industriais têxteis gozaram de maiores concessões, o que contribuiu para adoçar sua relação com o governo.

Contudo, a partir de 2005, o fator China passa a impactar mais fortemente o setor têxtil. Embora continuasse a ser impulsionado pelo aquecimento da economia brasileira, a sua participação econômica começou a se deteriorar, o que fez com que seus dirigentes pressionassem o governo por políticas compensatórias e que pudessem reverter a situação. Assim, sob a liderança de Josué na Abit (2005-2008), a condução da política macroeconômica e, com maior ênfase, o avanço dos produtos importados da China passam a ser as principais pautas discutidas pelos empresários têxteis. Antes de adentrarmos, contudo, na relação entre industriais têxteis-vestuaristas e o segundo governo Lula, faremos uma digressão sobre a questão chinesa. Apesar de a China já ser uma preocupação do setor têxtil brasileiro desde os anos 1990, como visto anteriormente, com o *boom* das commodities a partir de 2004 e a liberalização do comércio têxtil a partir de 2005, ela passa a ser seu

principal inimigo. Como se trata de um tema central para entender a atuação política do setor têxtil, teremos uma seção específica para apresentar o processo de ascensão chinesa e seus impactos na indústria brasileira, em geral, e na têxtil, mais especificamente.

2.3.3 Fator China

O processo de desindustrialização na indústria brasileira e, mais agudamente, no setor têxtil não pode ser tomado como um processo isolado ou puramente endógeno. Trata-se de uma cena de um longa-metragem que se inicia em meados dos anos 1990 e se acelera nos anos 2000: a reorganização mundial do processo produtivo como resposta ao aumento da competitividade internacional. As indústrias dos países “desenvolvidos” apostaram na racionalização e flexibilização da produção a partir da “desverticalização, com a fragmentação de atividades acompanhadas por uma intensa transferência internacional de etapas produtivas” (HIRATUKA; SARTI, 2017) para os países “em desenvolvimento”, que oferecem menores custos de produção.³³ Este processo de descentralização produtiva resultou na incorporação dos países em desenvolvimento nas cadeias globais de valor. Entretanto, essa integração foi assimétrica: alguns países asiáticos, como a China e a Coreia do Sul, conseguiram formar indústrias modernas e competitivas, realizando o *catching up*; já os países latino-americanos e do Leste Europeu tiveram uma inserção “subordinada” nas redes internacionais, sofrendo desindustrialização prematura e tornando-se, majoritariamente, fornecedores de insumos para os novos polos manufatureiros (SARTI; HIRATUKA, 2017; STURGEON et al., 2013).

Essa nova organização da atividade produtiva mundial não significou a redução das assimetrias entre os países. Embora tenha ocorrido uma dispersão das etapas da cadeia de valor, o deslocamento para os países em desenvolvimento ocorreu nas etapas “não essenciais”, de menor valor agregado. As grandes empresas, em sua maioria de países desenvolvidos, reforçaram o controle sobre ativos-chave, de maior valor agregado mantendo,

³³ A transferência das etapas produtivas a países em desenvolvimento explica por que, em geral, o processo de desindustrialização nesses países não é acompanhado pela queda em termos absolutos do emprego industrial, apenas relativo (MORCEIRO, 2012; SARTI; HIRATUKA, 2017).

portanto, o “comando sobre as cadeias de valor internacionais, reforçando barreiras à entrada nessa dimensão superior” (HIRATUKA; SARTI, 2017, p. 204). Neste sentido, a dispersão geográfica da cadeia produtiva se deu em conjunto com a maior concentração e centralização do capital nos países desenvolvidos. Até mesmo os produtos chineses de alta tecnologia foram “impulsionad[os] pelos produtos e [pel]as estratégias de empresas sediadas em países da OCDE” (STURGEON et al., 2013, p. 31). Diante disso, criaram-se condições mais acirradas de competitividade:

Coloca-se, portanto, a dificuldade de enfrentar uma competição em custo bastante acirrada, liderada pela produção chinesa, mas que envolve outros produtores asiáticos, que combinam custos de mão de obra, escala, câmbio, e incentivos governamentais bastante potentes. De outro lado, a competição é reforçada pelas empresas líderes dos oligopólios globais que lançam mão de seu escopo mundial para reforçar ativos, em especial os intangíveis, como marcas, canais de comercialização e capacitações tecnológicas, capazes de comandar cadeias de valores globais, com maior flexibilidade em seu comprometimento de recursos. (HIRATUKA; SARTI, 2017, p. 204-5).

É neste contexto que a China se reposicionou economicamente, tornando-se progressivamente a “fábrica do mundo”. Conforme dados da UNIDO, “a China representava em 1980 cerca de 1,4% do valor adicionado manufatureiro e 1% das exportações globais. Em 2010, esses indicadores passaram a 15,4% e 10,3%, respectivamente” (HIRATUKA; SARTI, 2017, p. 199).

A ascensão da indústria chinesa teve um efeito ambíguo na economia brasileira, que se tornou mais nítido a partir de 2004, com o *boom* das commodities. De um lado, a alta demanda asiática por insumos e commodities estimulou as exportações de recursos naturais e foi a principal fonte de estímulo ao crescimento econômico brasileiro nos anos 2000. De outro, a ascensão chinesa ameaçava a indústria brasileira, capturando parcelas cada vez maiores do mercado interno e tornando sua balança comercial deficitária. Isso ocorreu especialmente por dois motivos.

Em primeiro lugar, a produção chinesa era caracterizada pela alta escala de produção e mão de obra abundante e barata, além de uma política de incentivo à sua indústria, o que reduzia significativamente os preços dos bens manufaturados e tornava-os altamente competitivos no mercado brasileiro (HIRATUKA; SARTI, 2017; SARTI; HIRATUKA,

2017; MAFRA; SILVA, 2017).³⁴ Dentre as medidas adotadas, estavam “moeda desvalorizada e câmbio fixo; juros baixos, em torno de 2 a 3% ao ano; carga tributária em torno de 13% do valor do PIB e criação de Câmara de Comércio para Importação e Exportação de Têxteis da China (CCCT)” (COSTA; CONTE, N.; CONTE, V., 2013, p. 13). A título de comparação, a China apresentava o menor custo de produção em sete de nove categorias de produtos têxteis (COSTA; CONTE, N.; CONTE, V., 2013). Neste sentido, os preços baixos dos produtos chineses significavam não apenas a captura de parte significativa do mercado interno brasileiro, como também a imposição da redução dos preços dos produtos brasileiros, para que conseguissem manter certa competitividade. Isso resultou na redução da margem de lucro das empresas brasileiras. Esse foi especialmente o caso “[d]os setores de processo contínuo como siderurgia, petroquímica, cimento [...] e [dos] setores de processos discretos como eletrônica e vestuário” (SARTI; HIRATUKA, 2017, p. 12).

Em segundo lugar, o *boom* de commodities, impulsionado pela ascensão chinesa, resultou na valorização cambial (BRESSER-PEREIRA; MARCONI, 2008; HIRATUKA; SARTI, 2016; MAFRA; SILVA, 2017). A sobrevalorização do real embaratece ainda mais os produtos importados no mercado brasileiro, prejudicando a indústria nacional. Isso não apenas desacelera a produção industrial no país, mas tende também a tornar a balança comercial deficitária. Esse processo ficou conhecido como *doença holandesa*,³⁵ que seria um tipo específico de desindustrialização, causada por uma

‘falha de mercado’ na qual a existência e/ou a descoberta de recursos naturais escassos, para os quais o preço de mercado é superior ao custo marginal social de produção, gera uma apreciação da taxa de câmbio real, produzindo assim uma externalidade negativa sobre o setor produtor de bens manufaturados (BRESSER-PEREIRA, 2008 *apud* OREIRO; FEIJÓ, 2010, p. 222).

A junção desses fatores gera um quadro preocupante: a pauta exportadora se concentra cada vez mais em commodities, de baixo valor agregado e vulnerável às mudanças

³⁴ Os industriais alegam que se trata de uma concorrência “desleal”. Na área de comércio exterior, a concorrência desleal é entendida como aquela que decorre da adoção de medidas por determinado governo que visam à eliminação da concorrência em determinado mercado, e, conseqüentemente, a monopolização do mesmo. Conforme argumentam os industriais brasileiros, os chineses se encaixam nessa definição já que supostamente se aproveitam do trabalho escravo, desrespeitam leis ambientais e são beneficiados por subsídios governamentais e pela taxa de câmbio fixa.

³⁵ O termo se refere à tendência de concentração da pauta exportadora em commodities como resultado da sobrevalorização cambial.

na demanda externa; enquanto a pauta importadora é composta majoritariamente por produtos manufaturados, ameaçando a indústria nacional (BRESSER-PEREIRA; MARCONI, 2008; MORCEIRO, 2012; STURGEON et al., 2013; HIRATUKA; SARTI, 2016).

Neste novo ciclo econômico, o Brasil se inseriu na economia global especialmente a partir do agronegócio, tendo a indústria de transformação um papel cada vez mais secundário e decadente. Isto é, o crescimento acelerado chinês transformou o “papel do Brasil na economia global”, que se integrou de forma subordinada às cadeias globais de valor, gerando desequilíbrios estruturais para o país (STURGEON et al., 2013, p. 27). Isso reforçou a tendência do desenvolvimento econômico desigual entre as nações, redobrando os desafios para a indústria brasileira (HIRATUKA; SARTI, 2016; STURGEON et al., 2013).

A indústria têxtil foi uma das principais vítimas desse novo ciclo. A liberalização do mercado têxtil agrava a assimetria competitiva entre Brasil e China. A novidade é que a indústria nacional, além de não conseguir se inserir no mercado mundial, perde espaço também no mercado interno. O aumento das importações de bens manufaturados torna-se a principal preocupação do setor.

Em sintonia com o contexto mundial, os meados dos anos 1990 e início dos anos 2000 foram marcados pela maior liberalização do comércio mundial da indústria têxtil e, conseqüentemente, da intensificação da concorrência internacional. Em 1995 foi anunciado o Acordo de Têxteis e Vestimentas (ATV) da Organização Mundial do Comércio (OMC), que previa a extinção progressiva, até 2005, das proteções à indústria local ao eliminar gradativamente as limitações das quotas de importação. Diante desse cenário, os países asiáticos, com destaque para a China, aumentaram sua participação na exportação mundial de produtos têxteis, ameaçando tanto empresas voltadas ao mercado interno — pelo avanço dos produtos importados —, quanto indústrias exportadoras que perdiam espaço no mercado externo (MENDES, 2007). Segundo Costa e Rocha (2009, p. 166), “as exportações chinesas para o mundo passaram de 8% do total exportado, em 1995, para 25%, em 2006”.

Com o fim do ATV e, posteriormente, com a crise de 2008, a China se tornou a maior produtora mundial de produtos têxteis e de vestuário, assim como uma das maiores

importadoras, em especial de fibras naturais, alimentando sua alta produção industrial. Como é possível notar na Tabela 5 abaixo, a China passou a ser a maior fonte de produtos têxteis importados no Brasil:

Tabela 5 - Origem das importações têxteis brasileiras (em US\$ milhões e %)

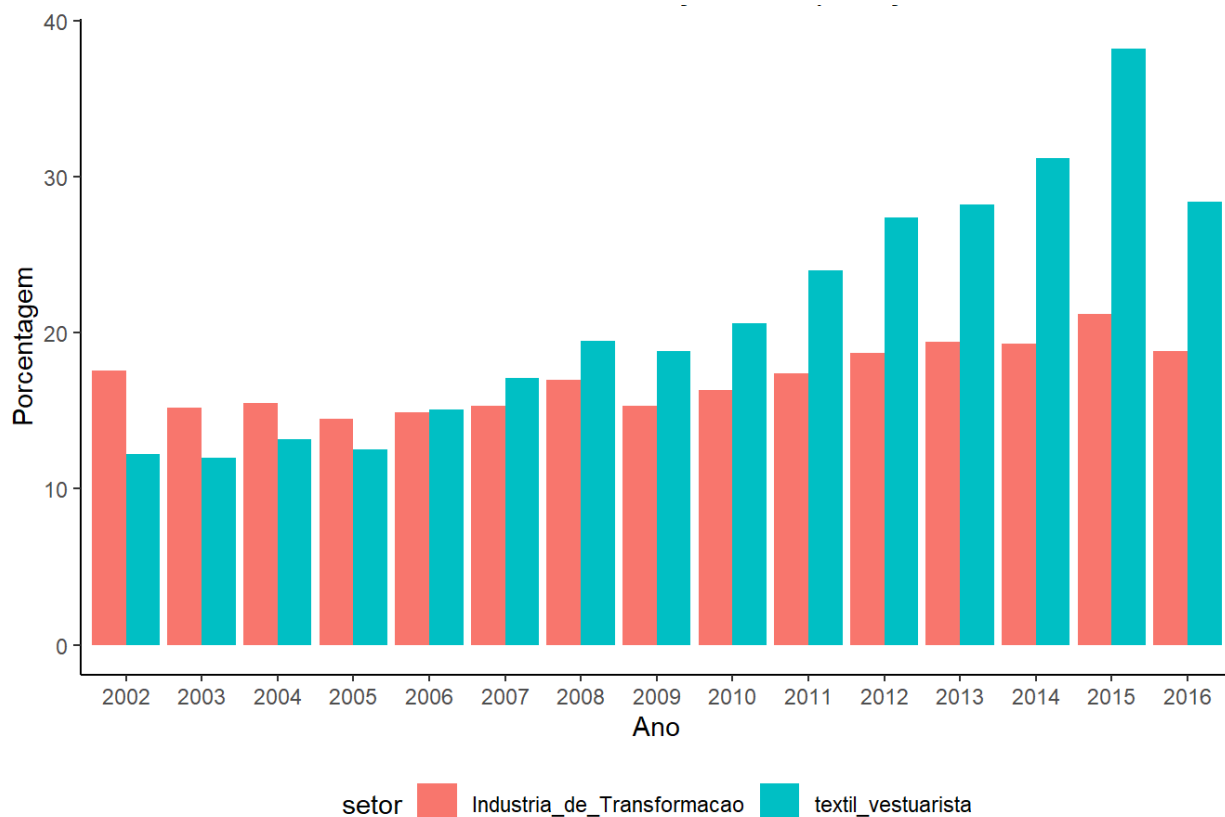
2001			2006			2012		
País	US\$ MI	%	País	US\$ MI	%	País	US\$ MI	%
Argentina	170	13,8%	China	608	28,4%	China	3.320	50,2%
Coréia do Sul	153	12,4%	Indonésia	227	10,6%	Índia	571	8,6%
EUA	138	11,2%	EUA	190	8,9%	Indonésia	350	5,3%
Taiwan	114	9,2%	Argentina	142	6,6%	EUA	216	3,3%
China	91	7,4%	Índia	129	6,0%	Taiwan	193	2,9%
Itália	64	5,2%	Taiwan	112	5,2%	Coréia do Sul	190	2,9%
Indonésia	47	3,8%	Coréia do Sul	106	5,0%	Bangladesh	175	2,6%
Paraguai	38	3,1%	Itália	71	3,3%	Argentina	155	2,3%
ESPANHA	35	2,8%	Alemanha	45	2,1%	Turquia	144	2,2%
Alemanha	27	2,2%	Tailândia	44	2,0%	Tailândia	111	1,7%
Outros	356	28,8%	Outros	468	21,9%	Outros	1.189	18,0%

Fonte: TAVES, 2013, p. 50.

Ao analisarmos os coeficientes de penetração da importação³⁶, é reforçado o impacto do fim do ATV. Conforme ilustra a Figura 3 abaixo, é justamente a partir de 2006 que a indústria têxtil-vestuarista brasileira passou a apresentar tendência crescente de penetração de importações — e superior à indústria de transformação — e que se refletiu no déficit da balança comercial.

³⁶ Conforme explica a Confederação Nacional da Indústria (CNI), “o coeficiente de penetração de importações mede a participação de importados no consumo aparente (a soma do valor da produção doméstica destinada ao mercado interno e das importações)” (CNI, 2018). Agradeço a Rafael Costa por ter me apresentado ao banco de dados de coeficientes de abertura comercial produzido pela CNI.

Figura 2 - Coeficiente de penetração de importações



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da CNI.

A situação é ainda mais grave na medida em que as exportações para a China se concentravam em produtos primários — em especial, fibras de algodão —, e a importação dos produtos chineses era majoritariamente de produtos manufaturados de maior valor agregado (FILLETI; BOLDRIN, 2020). Essa configuração reflete a diferença na inserção brasileira e chinesa no mercado têxtil. O Brasil, especializado em bens de baixo valor agregado, fabricados com fibras naturais (especialmente algodão), não consegue se inserir no mercado internacional, representando apenas 1% das exportações mundiais (BEZERRA, 2014). Sua inserção se dá, majoritariamente, pela exportação de produtos primários, para alimentar a indústria chinesa. Em contraste, a China conta com uma produção de alto nível tecnológico, especialista em fibras sintéticas, de maior valor agregado, além de um modelo industrial que permite rápida reação às tendências da moda e preços mais baixos. Conforme mostram Costa, N. Conte e V. Conte (2013, p. 22),

as combinações de inovação tecnológica, diferentes tipos de estratégias de internacionalização e o relacionamento com os varejistas formam uma combinação necessária para gerar um mapa global de produção e comércio mais complexo do que a simples explicação baseada nas diferenças de custos de mão de obra, fator característico da China.

Essa configuração contribui para a desindustrialização do setor no Brasil. Conforme explica Paulo Salvi (SENAI):

Dentro da cadeia produtiva têxtil, eu posso exportar fibra, fio, tecido, ou vou exportar a peça confeccionada. Vamos pegar esses quatro polos. À medida que eu vou subindo aqui o valor agregado vai aumentando e eu passo a ganhar mais, porque exportar fibra é commodity, eu ganho menos. E por incrível que pareça, o nosso volume de exportação ele é ao contrário, eu exporto mais fibra, depois o segundo que eu mais exporto é fio, depois é tecido, e pouco confeccionado. E o confeccionado ele fica na moda praia, que é um nicho pequeno, e fica na cama, mesa e banho. Então não é vantagem... que é assim, você vê, então eu tô exportando algodão, e de repente eu tô exportando uma peça confeccionada de algodão que talvez nem é produzido com o nosso algodão aqui do Brasil, se bobear, tá trazendo de volta, com um valor muito maior [...] então exportou commodity, você pegou um pedaço da cadeia e simplesmente abriu mão, e foi tudo embora. (Entrevista concedida à autora)

Isto é, ao invés de completar o processo industrial e exportar por maior valor agregado, o Brasil exporta a commodity para ser industrializada na China, que, por sua vez, produz o bem manufaturado e exporta de volta para o Brasil por um valor agregado maior. A parte industrial da cadeia, gradativamente, vai perdendo espaço.

Em suma, apesar de a ascensão chinesa ter alavancado o crescimento brasileiro, para a indústria têxtil o fator China trouxe duas grandes complicações. Em primeiro lugar, o *boom* das commodities resultante do aumento exponencial da demanda chinesa por insumos e recursos naturais foi um dos principais responsáveis pela valorização cambial no Brasil dos anos 2000.

Em segundo lugar, a manufatura chinesa se caracterizava pelos preços baixos de seus produtos, que, por sua vez, eram ainda mais barateados pela relação cambial brasileira. A indústria chinesa também tinha a vantagem de se especializar na produção de bens de maior valor agregado, enquanto a brasileira se concentrava em bens de menor valor agregado. Isso fez com que a competitividade no mercado interno se tornasse extremamente acirrada e que, gradualmente, a demanda brasileira fosse cada vez mais alimentada pela indústria chinesa.

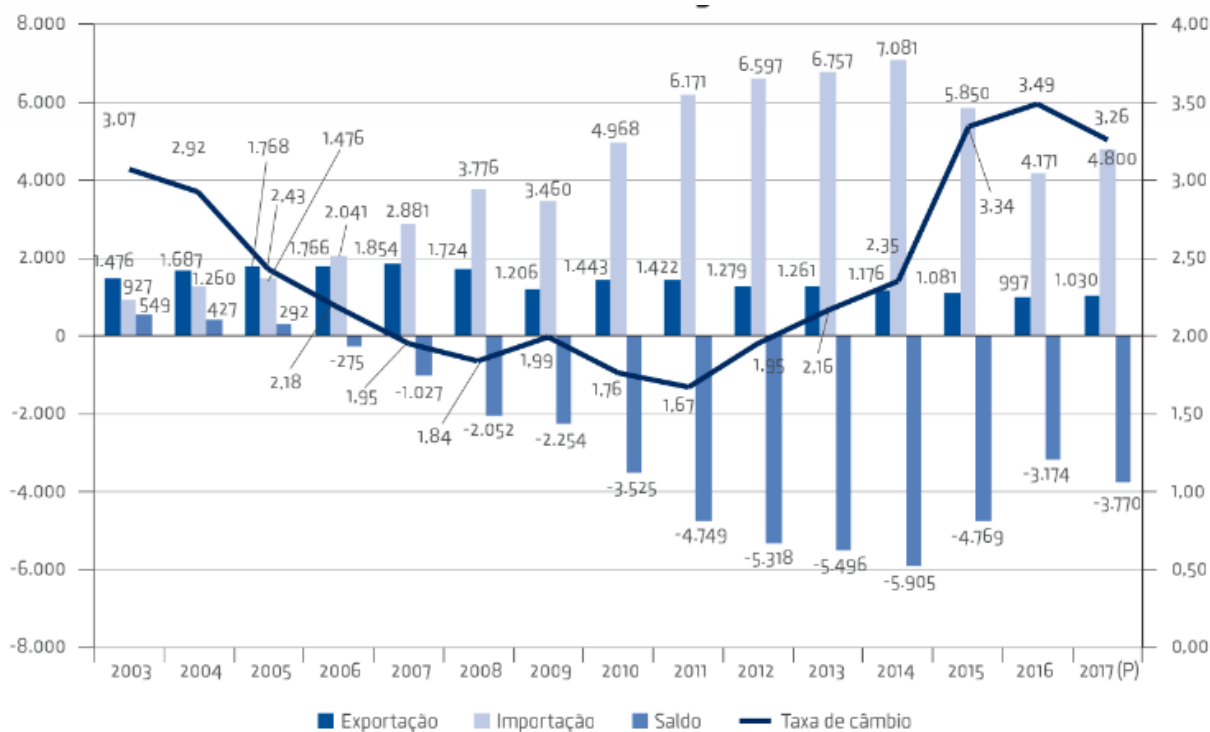
Há três momentos em que é possível observar um salto na importação de produtos chineses: a abertura econômica nos anos 1990, a liberalização do comércio têxtil no mundo a partir de 2005 e, como veremos a seguir, a segunda onda da crise de 2008, que atingiu o Brasil a partir de 2013. A maior parte dos governos Lula e a totalidade do governo Dilma se dá, portanto, em um contexto de crescente compressão da indústria têxtil nacional.

2.3.4 Pressão por defesa comercial

O discurso predominante nos anos 2000 continuava o mesmo dos anos 1990, a saber, de que a indústria brasileira era competitiva “da porta da fábrica para dentro”, mas era prejudicada por fatores domésticos, que encareciam a produção e investimento, e pelas vantagens desleais dos chineses. Dentre os problemas internos apontados estavam a falta de infraestrutura, altos juros e carga tributária excessiva. Já os chineses teriam subsídios governamentais, um câmbio fixo, mão de obra barata e legislação trabalhista favorável, além de adotarem práticas ilegais como o subfaturamento de produtos para evitar a taxaço no Brasil e, a partir da crise de 2008, dumping.

A principal queixa, contudo, era a questão cambial. O tema cambial tornou-se especialmente sensível com a volta do déficit comercial do setor a partir de 2005, devido ao fim do ATV (BARROS, 2004c; SETOR TÊXTIL GERA, 2005; FUTEMA, 2005; SETOR TÊXTIL FAZ, 2005; CÂMBIO, 2005; EMPRESÁRIOS FAZEM, 2005; EMPRESÁRIOS COBRAM, 2005; BARROS, 2006a, 2006b; SETOR TÊXTIL DISCUTE, 2006; EM CRISE, 2006). A valorização cambial estimulou a importação de bens manufaturados e prejudicou a exportação. Conforme ilustra o gráfico abaixo, ao desconsiderar as fibras de algodão, o aumento das exportações é mínimo. Em contrapartida, as importações apresentam tendência ascendente, em especial a partir de 2006, conforme ilustrado na Figura 3 abaixo:

Figura 3 - Câmbio vs. Balança comercial (Em USD milhões)



Fonte: CNI, 2017.

Diferentemente da década anterior, contudo, o governo Lula dialogava com os industriais têxteis e atendeu a diversas de suas demandas. Os dirigentes do setor jantavam com ministros, se reuniam com o próprio presidente da República e participavam ativamente da elaboração de políticas que atendessem a seus interesses (BARROS, 2003; SETOR TÊXTIL FAZ, 2005; GOVERNO NEGOCIA, 2005; EMPRESÁRIOS COBRAM, 2005; BILLI, 2005; BRASIL FECHA, 2006; SETOR TÊXTIL QUER, 2006; SETOR TÊXTIL DISCUTE, 2006; DANTAS, 2007; DANTAS; CUNHA, 2007).

A primeira conquista nesta pauta começou a ser desenhada ainda no primeiro mandato, em 2005, mas só se concretizou em 2006. O presidente assinou dois decretos presidenciais que regulamentavam a adoção de restrições às importações chinesas (MELLO; SETOR TÊXTIL FAZ, 2005; D'AMORIM, 2005). Abriu-se, assim, a possibilidade de adoção de medidas de salvaguardas contra os produtos chineses que estivessem prejudicando a indústria nacional. A Abit elogiou a atitude do governo, considerada “positiva e absolutamente necessária” e protocolou uma lista de 75 produtos que estariam sendo

prejudicados pela importação chinesa (ABIT DEVE, 2005). A adoção efetiva de salvaguardas, contudo, dependia de uma investigação que comprovasse o efeito direto da importação na indústria brasileira, o que poderia levar alguns meses.

A fim de acelerar o trâmite burocrático e, principalmente, não ferir as relações do país com a China, o governo brasileiro conduziu uma negociação direta com esta última, sob a liderança do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, e com participação ativa da Abit e Fiesp.

A opção por uma negociação “amigável” causou hesitação nos industriais, que reclamavam da aproximação de Lula com o país asiático. As tensões teriam começado em 2004, quando o presidente brasileiro reconheceu a China enquanto “economia de mercado”. Apesar de nenhum efeito prático, a decisão causou temor entre os empresários, que demandaram um ataque às importações de produtos chineses. Os industriais acusavam o governo de exagerar na “parceria estratégica” com a China e que os interesses de política externa poderiam contaminar os necessários acordos comerciais (TORTORIELLO, 2004; MELLO, 2005; DIANNI, 2006; WELLBAUN, 2006; LANDIM; SALGADO, 2006).

De qualquer forma, as conversas bilaterais resultaram, no início de 2006, em um acordo que previa a restrição voluntária de exportações chinesas de 76 produtos têxteis, que correspondiam a cerca de 60% do total das importações têxteis. O acordo estabelecia taxas máximas de crescimento das exportações chinesas desses produtos ao Brasil até 2008 (BRASIL FECHA, 2006; WELLBRAUN, 2006; ACORDO TÊXTIL, 2006; DIANNI, 2006).

O acordo teve uma recepção ambígua entre os industriais, apesar de eles próprios terem participado das negociações: era evidentemente positivo e não fechava as portas à eventual adoção de salvaguardas, porém era considerado “insuficiente” para barrar as importações (DIANNI, 2006; ACORDO TÊXTIL, 2006). De fato, a despeito da limitação da importação dos produtos prevista no acordo, o aumento da importação dos demais produtos têxteis mais do que compensou essa queda, mantendo, assim, a tendência ascendente das importações de produtos chineses. Nesse sentido, “o acordo apenas disciplinou as importações, mas não reduziu ou inviabilizou o comércio” (SIENA et al., 2009, p. 153).

A partir de então, o setor passou a demandar “medidas mais duras” contra a ameaça chinesa e ações que estimulassem a competitividade do produto nacional. Em maio e abril de 2006, um grupo de empresários têxteis liderado por Josué Gomes se reuniu com o ministro Furlan e entregou diretamente a Lula uma lista de reivindicações. Parte delas dizia respeito à defesa comercial, como o aumento da taxa sobre importados e a maior fiscalização nos portos para combater a importação ilegal. A outra parte visava incentivar a indústria por meio de novos acordos comerciais com EUA e UE, bem como por subsídios e isenções fiscais (REHDER, 2006; SETOR TÊXTIL QUER, 2006; SETOR TÊXTIL DISCUTE, 2006).

Essas demandas foram parcialmente atendidas pelo governo federal nos anos seguintes.³⁷ A maior fiscalização veio através de um convênio entre a Abit e a Receita Federal, que se iniciou em 2006 e já em 2008 mostrou resultados. Com o objetivo de combater o subfaturamento, a parceria resultou no aumento do preço médio dos produtos importados, de US\$ 3 para US\$ 15 (PANOS QUENTES, 2006; BARROS, 2007; DANTAS; D’AMORIM, 2008). No início de 2007, o governo comprou uma briga com o varejo brasileiro, o Banco Central e os países Paraguai e Uruguai, parceiros no Mercosul, para aumentar a taxa de produtos têxteis advindos da China: aumentou a Tarifa Externa Comum (TEC) para sua alíquota máxima, de 35% — até então, apenas os automóveis importados pagavam a taxa máxima para entrar no Mercosul (BARROS, 2007; DIANNI, 2007).

O varejo se posicionou contra a medida, taxando-a de “protecionista”. Segundo as entidades representativas do varejo têxtil, a importação só ocorreria porque a indústria brasileira estava atrasada tecnologicamente (CUNHA, 2007). A proteção impediria a modernização da indústria e prejudicaria o consumidor final. Já o Banco Central publicou uma nota oficial no dia seguinte ao seu anúncio da medida, em que defendia o aumento da importação como mecanismo de controle da inflação. A nota foi vista como uma oposição indireta ao aumento da TEC (BARBIERI, 2007).

Em sua fase final, o aumento da TEC quase não foi possível por conta da súbita oposição do Paraguai e do Uruguai. O comprometimento do governo brasileiro era tamanho

³⁷ Outras, como a desoneração da folha de pagamentos, serão atendidas no início do governo Dilma.

que, frente à discordância dos países vizinhos, ameaçou-se a elevação unilateral da taxaço (ROTZSCH, 2007; DANTAS, 2007; DANTAS; CUNHA, 2007). Não foi necessário, contudo, chegar a esse ponto. Após uma semana de negociaço liderada pelo ministro Furlan, com participaço ativa da Abit, os países cederam e o aumento da tarifa foi aprovado.³⁸

Neste mesmo período, o governo anunciou um pacote de medidas, elaborado pelo Ministério da Fazenda, comandado por Guido Mantega, para socorrer setores exportadores intensivos de mão de obra que estavam sendo prejudicados pela sobrevalorizaço do real. Foram contemplados os produtores têxteis e manufatureiras de móveis, calçados e artefatos de couro. O pacote incluía a criaço de uma linha de crédito, benefícios tributários, maior fiscalizaço dos produtos importados e aumento da tarifa de importaço— até aquele momento, os setores de móveis e couro não haviam sido contemplados pelo aumento da TEC (AJUDA, 2007).

Tal conjunto de medidas foi saudado pelos industriais têxteis, que, entretanto, não deixaram de demandar mais. Conforme argumenta Cervone, embora as medidas fossem positivas, a situaço do setor era tão crítica que elas não seriam suficientes para retomar o investimento. Para isso, pediam por maior desoneraço da produço e da mão de obra (INDÚSTRIA VÊ, 2007).

2.3.5 Crise de 2008

Apesar das dificuldades impostas, a indústria têxtil brasileira conseguiu manter resultados positivos até 2008. Nos primeiros anos da década de 2000, o setor têxtil retomou parte do crescimento que havia sido interrompido nos anos 1990. Esse crescimento decorreu, principalmente, de dois fatores interligados. O primeiro deles foi a expansço do mercado interno, devido ao aumento da demanda interna com a ampliaço do poder aquisitivo das classes mais baixas — esta, por sua vez, resultante do crescimento econômico na primeira década dos anos 2000, do aumento dos índices de emprego (em especial, empregos formais),

³⁸ Em troca, o Paraguai solicitou compensaço, como “a instalaço de unidades industriais brasileiras no Paraguai como forma de equilibrar a balança comercial [com o Brasil]” (DANTAS; CUNHA, 2007).

do aumento real do salário mínimo, assim como de políticas de distribuição de renda (COSTA; ROCHA, 2009; BEZERRA, 2014; CALLIL, 2014; MAFRA; SILVA, 2017; FILLETI; BOLDRIN, 2020). Para se ter uma melhor dimensão, cerca de 70% do mercado consumidor de produtos de vestuário pertenciam às classes B e C (COSTA; ROCHA, 2009), e, como os produtos têxteis têm demanda elástica, a distribuição de renda proporcionou aumento significativo do consumo per capita dos produtos têxteis (BEZERRA, 2014). O segundo fator foi o advento do modo de produção *Fast Fashion*, isto é, o “modo de produção em que a cadeia se organiza para fabricar aquilo que [...] está em plena coleção atual” (CALLIL, 2014, p. 122). O *Fast Fashion* comercializado pelas lojas de varejo contribuíram para a democratização dos produtos de vestuário por oferecerem produtos com custos mais acessíveis.³⁹

A crise inaugurada em 2008, contudo, neutralizou esses fatores que até então vinham compensando o avanço dos importados. Os mercados consumidores tradicionais dos produtos brasileiros, a saber EUA e países europeus, reduziram drasticamente a demanda em decorrência da recessão econômica, afetando as exportações das empresas brasileiras. A crise também fez com que a China buscasse nos países emergentes tal como o Brasil novos mercados para compensar a recessão estadunidense e europeia, ameaçando ainda mais a indústria têxtil brasileira — já prejudicada pela perda nas exportações, passa a sofrer também e principalmente como avanço dos produtos importados no próprio mercado interno (RAUEN; HIRATUKA, 2009).

Os empresários têxteis estavam preocupados diante do novo cenário e demandavam medidas mais enfáticas do governo para proteger a indústria (RESENDE, 2008; BOLÍVAR, 2008; BRITO, 2009). Segundo os industriais brasileiros, os exportadores da China estariam “reduzindo os preços de alguns produtos para compensar a alta do dólar e assim manter condições competitivas” (BRITO, 2009). Para piorar a situação brasileira, o acordo firmado com a China de restrição voluntária das exportações ao Brasil expirava naquele ano. Apesar

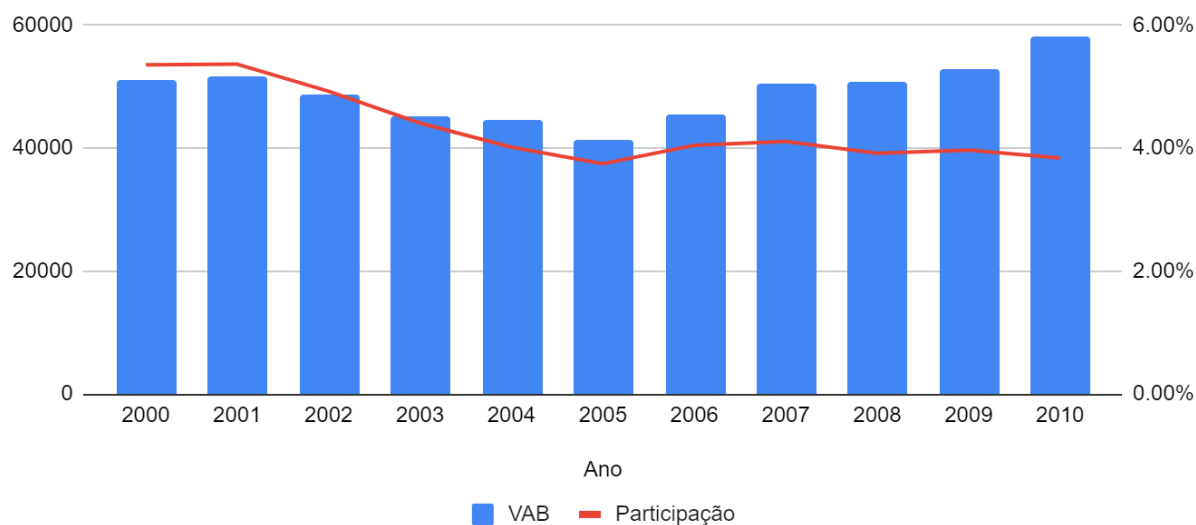
³⁹ Porém, vale ressaltar uma disputa entre o varejo e a indústria têxtil. Enquanto os industriais do setor apontam para o risco de desindustrialização do setor frente à ascendente concorrência dos produtos importados no mercado interno, demandando medidas protecionistas; os varejistas são a favor da liberalização comercial, defendendo uma abertura econômica com a justificativa que melhora a produtividade da indústria têxtil (VAREJO E INDÚSTRIA, 2011; SETOR TÊXTIL ESPERA, 2013).

das tentativas de extensão do acordo, a China recusou a renovação, já que sua estratégia para combater a desaceleração econômica era justamente o incentivo às exportações (ROSAS, 2008; TÊXTEIS, 2009). Respondendo à pressão industrial diante da impossibilidade de extensão do acordo, o governo brasileiro adotou duas sobretaxas antidumping em produtos têxteis vindos da China (IMPORTAÇÃO, 2009). A medida não foi suficiente, contudo, para conter a avalanche de produtos chineses no mercado brasileiro.

Conforme demonstram Filleti e Boldrin (2020), a produção industrial do setor acompanhava, mesmo que não em igual proporção, a ascensão das vendas reais no varejo, ocasionadas pelo aumento da demanda no mercado interno. Contudo, isso mudou a partir de 2009: a produção industrial apresentou queda acentuada, enquanto as vendas no varejo mantiveram sua tendência ascendente. Desta forma, foram os produtos importados, especialmente os chineses, que supriram a crescente demanda por produtos têxteis no mercado brasileiro. Por conseguinte, “a indústria têxtil brasileira produz[iu] menos e import[ou] mais, [...] proporcionando assim um cenário de desindustrialização” (FILLETI; BOLDRIN, 2020, p. 872).

Não obstante, as medidas anticíclicas implementadas pelo governo Lula garantiram que a bomba explodisse apenas no mandato de sua sucessora. A despeito do aumento do déficit da balança comercial, que vinha acontecendo desde 2006, a reação estatal, com a implementação de medidas anticíclicas, amorteceu o primeiro choque da crise. O aquecimento da demanda interna em conjunto com a desvalorização do real resultou na estagnação em 2008 e na rápida retomada do crescimento já a partir de 2009, como é possível observar na Figura 4 abaixo.

Figura 4 - Valor adicionado bruto (em R\$ milhões) da indústria têxtil-vestuarista e participação (em %) no PIB industrial - 2000-2010



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do IBGE.

Em suma, a era Lula representou um período de maior aproximação entre os industriais têxteis e o Estado. Seus dirigentes tinham acesso direto ao governo federal e tinham suas demandas reconhecidas. Economicamente, o governo Lula pode ser dividido analiticamente em duas fases: de 2002 a 2005, em que houve superávit na balança comercial da indústria têxtil, mas perda no valor adicionado bruto do setor, provavelmente devido à política recessiva adotada nos primeiros anos do mandato; e de 2006 a 2010, em que há crescimento em termos absolutos, em resposta ao aquecimento da demanda interna, mas progressivo déficit na balança comercial, indicando vazamento da demanda interna para produtos importados.

A segunda metade da década já vislumbrava um cenário mais delicado. O avanço dos produtos importados resultou no déficit da balança comercial têxtil, a despeito das medidas tomadas pelo governo para amenizar a entrada dos produtos chineses. Não obstante, o alto crescimento econômico, puxado pelo aquecimento da demanda interna, garantiu que a indústria continuasse a crescer. Ao tomarmos a era Lula como um todo, apesar de haver perda relativa de participação econômica, em termos absolutos a indústria têxtil-vestuarista cresceu efetivamente — tendências ilustradas na Figura 4.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo teve por objetivo apresentar as condições estruturais em que se deu a ação política dos dirigentes têxteis. Em linhas gerais, a indústria brasileira veio perdendo relevância econômica desde a abertura comercial. Se até os anos 1980, a indústria era vista como modernizante e o motor do desenvolvimento econômico, a transição para o modelo neoliberal rebaixou-a para um setor econômico atrasado, que só sobreviveu às custas da proteção estatal. Tratou-se de um novo ciclo econômico, em que o Brasil se integrou às cadeias globais de valor como fornecedor de insumos. Ocorreu, neste sentido, um descolamento entre o crescimento da economia nacional, puxada pelos setores extrativos e de serviços, e a participação econômica industrial. Os desafios ao desenvolvimento da indústria no Brasil aumentaram progressivamente. O setor têxtil-vestuarista foi o epítome desse fenômeno.

Tratou-se de uma fração industrial tradicional e intensiva em mão de obra, que constituía o segundo maior empregador industrial no país. Embora o choque da abertura tivesse, de fato, estimulado a modernização do parque industrial e uma reestruturação produtiva, o setor continuou perdendo espaço para os produtos importados. Isso se deu, especialmente, pelo fator China. O processo de transformação do país asiático no principal polo industrial do mundo impôs um nível de competitividade difícil de ser superado pela indústria brasileira. Frente à produção de alta escala, baseada em mão de obra abundante e barata e inúmeros incentivos estatais, os industriais brasileiros alegaram que estaria nas mãos do Estado brasileiro reverter a assimetria em voga. Conforme argumentaram, não havia o que pudesse ser feito, dentro das fábricas, para torná-las mais competitivas. É a partir dessa avaliação que sua ação política se orientou.

Factualmente, a agenda apresentada pelo setor não se alterou no período analisado. Idealmente, gostariam de uma liberalização gradual, da intervenção estatal para a desvalorização do real e redução dos juros e o retorno da indústria como o principal segmento econômico do país. Embora os industriais tenham pontuado os fatores estruturais e clamado, eventualmente, pela reversão da reprimarização da economia brasileira, sua ênfase foi na

reivindicação por políticas pontuais de subsídio à produção e defesa comercial. Em especial, demandaram por isenções fiscais, linhas de financiamento, sobretaxa de produtos importados e monopólio sobre as compras governamentais. Tratou-se de medidas que não constituíam um novo modelo político-econômico alternativo, mas que os permitiam manter sua posição em meio ao ambiente crescentemente hostil. As demandas foram, na prática, formas de amenizar o impacto do modelo neoliberal.

Sob os governos Collor e FHC, as reivindicações da indústria, em geral, e do setor, em especial, foram relevadas. Apesar de terem alcançado uma ou outra conquista, os industriais se sentiam alijados do poder. A perda econômica era acompanhada, portanto, pelo rebaixamento político. O setor têxtil foi pioneiro na crítica desse novo contexto, opondo-se já no início dos anos 1990. A rejeição à política econômica e ao governo FHC ganhou novos adeptos, como a Fiesp e a CNI, só no final da década. Na virada para os anos 2000, constituiu-se a avaliação dominante de que o modelo em voga favorecia o setor financeiro em detrimento do industrial. A vitória de Lula em 2002 representou a esperança de um novo arcabouço, que não sacrificasse o crescimento econômico pela estabilização. Até certo ponto, isso ocorreu. Contudo, o crescimento foi puxado pelo *boom* das commodities, mais do que pela indústria. Isso não quer dizer, porém, que não houve ganhos.

Sob os governos Lula, o setor ganhou poder político que resultou, em diversos momentos, em medidas que geraram ganhos econômicos. Em termos absolutos, o setor gozou de crescimento econômico, embora não o suficiente para reverter a tendência de perda de relevância econômica. É evidente que as reivindicações industriais foram mais atendidas pelo governo Lula do que por seus antecessores. Entretanto, há incongruências de fundo entre o modelo econômico empreendido e os interesses da indústria brasileira, sendo o setor têxtil-vestuarista um exemplo nítido dessas contradições.

Em primeiro lugar, a manutenção da política macroeconômica, imposta pela ameaça do capital financeiro internacional e nacional (CAMPELLO, 2015), desestimulou os investimentos produtivos, tornou os produtos importados mais atraentes ao consumidor e encareceu o produto brasileiro no mercado internacional. Tal problema foi mascarado pelo alto crescimento econômico do país, impulsionado pelo estímulo à demanda interna.

Enquanto a economia crescia, havia demanda o suficiente para alavancar a indústria nacional mesmo com aumento considerável da presença do produto importado.

Em segundo lugar, a aposta na relação comercial com a China, motivada por uma questão de política externa, mas também igualmente alimentada pelo estímulo ao setor extrativo, redobrou a vulnerabilidade da indústria têxtil brasileira. O prejuízo foi duplo: o setor extrativo cresceu mais do que a indústria e alavancou a valorização cambial, criando um ciclo vicioso de encarecimento do produto nacional, que perdeu ainda mais competitividade frente aos importados chineses. O resultado foi a perda do peso relativo da indústria têxtil na economia brasileira. Essas tensões apareceram já durante os governos Lula. As críticas ao modelo econômico e o clamor pelo reconhecimento da indústria como o real motor da economia brasileira foram manifestações nítidas disso. Não obstante, o alto crescimento econômico do país aliado ao maior poder político e as compensações econômicas ao setor serviram, naquele momento, para acalmar os ânimos industriais.

As tensões empurradas para debaixo do tapete no período de prosperidade econômica ressurgem, porém, no governo Dilma. Como veremos no capítulo seguinte, em meio à desaceleração econômica, o processo de desindustrialização se acelera significativamente e, a partir de 2012, o setor passa a perder não apenas em termos relativos, mas também absolutos. O novo ciclo econômico abre as portas para uma reconfiguração da cena política. É essa transformação que será o objeto dos próximos capítulos.

CAPÍTULO 3 - A VIRADA DA MARÉ: DA MAROLINHA AO TSUNAMI

Nos fins de 2010, o lulismo garantiu novamente a preferência dos eleitores brasileiros, conquistando a vitória da sucessora de Lula, Dilma Rousseff, a primeira presidenta do país, com expressivos 56% dos votos no segundo turno, contra José Serra (PSDB). Nos últimos dois mandatos, o país havia tido crescimento médio do PIB de 4% ao ano, tendo em 2010 o recorde de crescimento de 7,5% (NUZZI, 2011; PIB, 2011). O Brasil tinha vivido anos dourados, com crescimento e desenvolvimento econômico acompanhado por redução da pobreza e da desigualdade, contrariando “dogmas sagrados de teorias ortodoxas do crescimento e da economia do desenvolvimento pós-consenso de Washington” (KERSTENETSKY, 2017, p. 31).

Entretanto, as brisas vitoriosas da primeira década dos anos 2000 duraram pouco. Rousseff assumiu a cadeira presidencial com o desafio de comandar o país pelas águas turbulentas de um mundo que ia, aos poucos, sendo contaminado pela crise que se iniciara em 2008. A crise significou uma mudança significativa na economia brasileira, não apenas pelo papel na aceleração do processo de desindustrialização no país, como já discutido no Capítulo 2, mas também pela inauguração de um novo ciclo econômico e político no mundo e, conseqüentemente, no Brasil. Conforme argumenta Rugitsky (2020), a crise de 2008 teve um efeito dominó, envolvendo as três pontas do triângulo que formava a economia mundial. Até então, a roda da economia girava a partir da articulação entre (i) os países deficitários, como os EUA e a Inglaterra, que constituíam os principais mercados consumidores, (ii) os países exportadores industriais, como China, Alemanha e Japão, e (iii) os países exportadores de insumos, como o Brasil. O consumo dos primeiros, impulsionado pelo endividamento privado, alavancava o crescimento dos segundos, que, por sua vez, eram alimentados pelos recursos naturais dos terceiros. Quando a primeira peça quebrou, aos poucos as demais foram sendo derrubadas também. É nesta virada do ciclo econômico que se insere o primeiro governo Dilma.

A crise mundial começou com uma crise do sistema bancário estadunidense, em 2008, gerada pela bolha imobiliária alimentada por linhas de crédito mais flexíveis, voltadas para as classes populares e que possuíam um alto risco de não pagamento. Não demorou para que a crise tomasse proporções internacionais (BLYTH, 2017; TOOZE, 2018). A primeira

vítima foi o sistema bancário europeu, altamente interligado ao estadunidense. Para evitar uma reedição do *crash* de 1929, o *Federal Reserve* (FED) decidiu salvar os bancos, inclusive os europeus, comprando os ativos de emergência, e adotando políticas anticíclicas, como o *quantitative easing* e a drástica redução da taxa de juros (TOOZE, 2018). A reação “keynesiana” foi repetida em outros países (BLYTH, 2017). No caso brasileiro, o governo Lula aproveitou a redução da pressão sobre o rigor fiscal e ampliou as despesas públicas, adotando medidas anticíclicas, como os programas Minha Casa Minha Vida e de Aceleração do Crescimento (PAC), concessão de créditos pelo BNDES e isenção do IPI. As medidas garantiram que o país ultrapassasse o primeiro choque da crise com maestria sob o governo Lula (CARVALHO, 2018; RUGITSKY, 2020; SINGER, 2018). O ano de 2010 apresentou alto nível de crescimento, com aumento de 7,5% no PIB.

A volta do Estado, contudo, foi efêmera. A partir de 2011, a reação “keynesiana” passou a ser duramente criticada ao redor do mundo (BLYTH, 2017). O resgate do sistema bancário significou o aumento do endividamento estatal. Com o sistema bancário a salvo, a solução para a crise passou a ser a austeridade: o Estado deveria abandonar a política expansionista e cortar o gasto público como garantia de pagamento da dívida pública. Ao redor do mundo, a pressão por austeridade aumentou progressivamente, conforme os países europeus periféricos submergiram em crises da dívida pública. Em 2011, o clima global já havia mudado: convenientemente, “o que eram essencialmente problemas de dívida do setor privado foi rebatizado como ‘a Dívida’ gerada por despesa pública ‘descontrolada’” (BLYTH, 2017, p. 116). A crise deixou de ser uma crise financeira e passou a ser retratada como uma crise do Estado.

Enquanto o mundo radicalizou a aposta neoliberal como resposta à crise, Dilma tentou manter — e até aprofundar — as medidas anticíclicas, que ficaram conhecidas como a Nova Matriz Econômica. Nos dois primeiros anos de seu mandato, o governo foi capaz de avançar seu ensaio desenvolvimentista (SINGER, 2018). Dentre as medidas implementadas, estavam a redução da taxa de juros e a desvalorização do real, um pacote de medidas de incentivo à indústria (Plano Brasil Maior) e linhas de crédito pelo BNDES. De certa forma, o experimento teve êxito político e econômico até o início de 2013 (SINGER, 2018). Naquele

período, a presidenta surfava em aprovação popular e contava com o apoio público dos industriais (SINGER, 2018; BOITO, 2018; SAAD-FILHO; MORAIS, 2018).

A partir do segundo semestre de 2013, o cenário mudou. Como apontado anteriormente, a crise mundial foi derrubando as economias por efeito dominó (RUGITSKY, 2020). Com a crise atingindo os principais mercados consumidores do mundo — EUA e Europa —, os países industriais também foram afetados. Em 2012, a economia chinesa começara a desacelerar. Isso teve duas consequências prejudiciais ao Brasil. Primeiro, o arrefecimento da produção chinesa acabou com o *boom* das commodities, e, por conseguinte, com o ciclo de altas taxas de crescimento econômico brasileiro. Diante disso, as políticas adotadas pelo governo brasileiro não foram mais suficientes para manter o crescimento econômico. Em segundo lugar, a desaceleração econômica da China fez com que esta tentasse redirecionar suas exportações para os países emergentes, aprofundando a concorrência no mercado doméstico, o que afetou particularmente a indústria brasileira. No caso do setor têxtil, os anos de 2012 e 2013 marcaram, pela primeira vez desde os anos 1990, a queda em termos absolutos no PIB e no emprego, além do aprofundamento do déficit na balança comercial. A situação era trágica: àquela altura, o temor de recessão econômica e consequente queda na demanda interna estava cada vez mais provável de se concretizar.

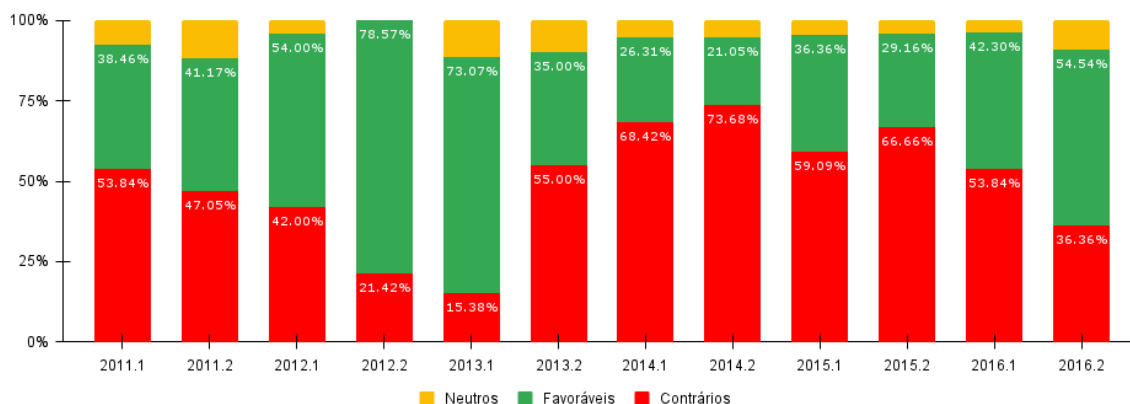
O conjunto da obra evidenciou um novo ciclo econômico, caracterizado pela estagnação, com exceção da economia chinesa. As medidas anticíclicas adotadas pelo governo brasileiro surtiram efeito, em maior ou menor grau, até 2013. Porém, a partir do momento em que a crise atinge a China e reduz, por consequência, a demanda por commodities, o modelo econômico até então em voga pareceu atingir um limite. Não era mais possível garantir o crescimento do país através da exportação de bens primários. Ao mesmo tempo, a demanda se arrefeceu e derrubou, com isso, a produção industrial. A desaceleração econômica trouxe consigo o temor de que a continuidade do gasto público elevado gerasse um cenário de estagflação.

Simultaneamente, o país sofreu uma onda de manifestações de rua, que desestabilizou o governo e fortaleceu a oposição, como veremos no Capítulo 4. Assim, embora o Brasil tenha sobrevivido ao choque inicial da crise de 2008, as consequências estruturais submergiram o país em uma profunda crise política e econômica a partir de 2013. Se o

lulismo tinha superado com sucesso a “marolinha” de 2008 (CARVALHO, 2018; RUGITSKY, 2020), o tsunami econômico e político subsequente se provou um desafio muito maior de ser suplantado.

Neste capítulo, temos por objetivo apresentar a inflexão do posicionamento político dos industriais têxteis à luz de sua avaliação sobre a política econômica. Inicialmente, as lideranças do setor pressionaram por e participaram da construção do ensaio desenvolvimentista. Em seu auge, no ano de 2012, o ar era de otimismo mesmo diante de um desempenho econômico mais fraco em relação ao ano anterior. Todavia, em 2013, momento em que as políticas industriais implementadas passaram a surtir maior efeito, as consequências estruturais da crise de 2008 começaram a desestabilizar a economia brasileira. Os industriais foram tomados pelo pessimismo e, daí em diante, constituíram oposição ao governo. O ano de 2013 pareceu ser, portanto, o ano da virada entre a harmonia que predominou nos anos de 2011 e 2012, a maior oposição em 2014 e a ruptura consolidada no segundo mandato (2015-2016).

Figura 5 - Posicionamento político dos industriais têxteis na imprensa por semestre (2011-2016)



Fonte: Elaboração própria.

Seguindo a tendência do comportamento político do empresariado nacional (OLIVEIRA; HERSCOVICI, 2022), os industriais têxteis tiveram uma inflexão no posicionamento frente ao governo, especificamente, entre o primeiro e segundo semestre de 2013, como é possível observar na Figura 5 acima. A análise da Figura 5 nos permite observar que, na primeira metade de 2013 (indicada na figura como 2013.1), os posicionamentos

favoráveis ao governo ainda figuravam 73,07% do total de declarações industriais, ante 15,38% contrárias; já no segundo semestre (2013.2) verifica-se uma inversão, com 55% de manifestações contrárias, ante 35% favoráveis. A predominância de posicionamentos contrários ao governo e à diretriz econômica se manteve até o primeiro semestre de 2016 (2016.1), sendo revertida apenas após a aceitação do pedido de impeachment no Senado, que significou o afastamento da presidente e o início do mandato de Temer, ainda presidente-interino naquele momento (2016.2).

Não apenas as declarações desfavoráveis se tornaram predominantes, mas elas mudaram qualitativamente: se antes as críticas visavam pressionar o governo a fim de ampliar e aprofundar as políticas anunciadas, reivindicando a *continuidade* da política econômica vigente, a partir do segundo semestre de 2013 passam a clamar por uma *mudança* profunda da orientação da política econômica — demanda fundamentada na avaliação de que o modelo econômico até então implementado tinha se esgotado. Assim, identifica-se uma mudança na própria agenda industrial.

Nas próximas seções, detalharemos os termos dessa inflexão no posicionamento dos industriais têxteis e investigaremos sua potencial relação com o novo ciclo econômico que emergiu com os choques estruturais da crise de 2008. A primeira seção demonstra a participação dos dirigentes têxteis na construção do ensaio desenvolvimentista e sua recepção positiva às medidas implementadas pelo governo. Até o início de 2013, os industriais se mostraram otimistas com o rumo da política econômica e avaliavam que o governo estaria, pela primeira vez, atacando os problemas centrais da falta de competitividade brasileira. Na segunda seção, apresentamos tensões latentes mesmo no período de maior alinhamento com o governo Dilma. Em especial, destacamos a insatisfação empresarial frente à suposta insuficiência das medidas adotadas, do recuo na mudança da política macroeconômica, da condução “ideológica” da política externa e da recusa do governo em atacar os direitos trabalhistas.

A terceira seção se dedica a reconstituir a virada identificada no posicionamento dos industriais têxteis a partir do segundo semestre de 2013. A inflexão ocorre em dois sentidos. Primeiro, a predominância quantitativa que as declarações contrárias à política econômica. Segundo, uma mudança qualitativa nas críticas tecidas. Se até então, as críticas feitas visavam

pressionar o governo para a ampliação e aprofundamento das medidas anunciadas, depois elas se voltam contra a própria orientação da política econômica. Identificamos na avaliação industrial a interpretação de que o modelo político-econômico em voga havia se esgotado e as novas condições econômicas demandavam uma mudança de direção. Frente a esse diagnóstico, as tensões já existentes tornam-se os principais problemas a serem atacados e os industriais se mobilizam em torno de uma agenda oposicionista, que reivindica transformações estruturais na economia e na política.

3.1 NO MESMO BARCO

No início do primeiro mandato de Dilma, as preocupações dos industriais têxteis se dividiam em duas grandes tendências: (i) a perda de participação no PIB do setor têxtil, em específico, e da indústria, em geral, o que é avaliado como fator contribuinte para a desaceleração da economia brasileira; e (ii) a “ameaça chinesa” que se intensificava com a chegada da crise econômica na Europa. Há manutenção, portanto, da agenda de problemas e demandas apresentada sob o segundo governo Lula.

Como vimos, esses dois obstáculos apareciam no discurso industrial de forma entrelaçada: é a importância econômica e social da indústria e do setor têxtil-vestuarista que justificaria a urgência de brechar a invasão dos produtos importados, uma das principais responsáveis pela desindustrialização. A avaliação feita pelo setor era a de que as indústrias nacionais seriam competitivas em termos de qualidade dos produtos, mas seriam prejudicadas pela falta de competitividade imposta pelos altos custos de produção em comparação com os dos países asiáticos, e por uma desfavorável política macroeconômica. Nas palavras de Aguinaldo Diniz Filho (Abit), “temos tecnologia, design e moda, mas perdemos com o custo da folha de salários e com o câmbio”; ou, como afirma Germano Maia (Sinditêxtil-CE), “da porta da fábrica para dentro está tudo bem, temos qualidade, qualificação e tecnologia. O problema está do lado de fora” (INDÚSTRIA, 2011; CE, 2012).

Segundo argumentavam, a indústria brasileira não enfrentaria as “empresas, mas o Estado chinês”, que, além de tudo, oferecia subsídios, isenções fiscais, concedia terrenos para

construção de fábricas, além de outros benefícios que tornavam a concorrência “desleal” (LEO, 2011a, 2011b; BONDUKI; 2012; CE, 2012; MASIJAH, 2013). Em estudo encomendado pela Abit, foram identificados 27 tipos de apoio governamental à indústria têxtil chinesa. Conforme apurado, “os programas vão desde incentivos tributários e crédito facilitado até o controle dos preços das matérias-primas e fundos de apoio à exportação” (LANDIM, 2012b). Assim, os produtos chineses teriam vantagens no mercado brasileiro que a indústria nacional por si só não poderia neutralizar. Era necessário a ação governamental para que fosse possível a correção dessa falta de isonomia.

Diante dessa avaliação, de 2011 ao primeiro semestre de 2013, a maior parte das declarações críticas eram, na realidade, manifestações que visavam pressionar o governo federal para que este agisse a favor da competitividade do setor — aprovando e aprofundando medidas para a redução do custo de produção (desoneração da folha de pagamentos, redução da tarifa da energia elétrica) e políticas de defesa comercial (fim da guerra dos portos, aumento de impostos sobre produtos importados, maior fiscalização nos portos) — e para que mudasse a política macroeconômica (desvalorização do real e diminuição da taxa de juros). Em suma, as soluções para os desafios do setor naquele momento eram a redução do “custo Brasil” e a aprovação de políticas de defesa comercial. Nas palavras do então presidente da Abit, Aguinaldo Diniz Filho,

os encargos sobre folha de pagamento, juros altos, câmbio desfavorável, pesada carga tributária, alto custo da energia, infraestrutura e logística caras e deficitárias, entre outros itens do custo Brasil, roubam a competitividade da moda brasileira e exportam nossos empregos para países onde o custo de produção é mais vantajoso. Precisamos urgentemente mudar essa situação. (GIFFONI, 2012a).

Assim, os industriais têxteis concentravam suas críticas aos fatores que favoreciam o produto importado em detrimento do nacional: ao câmbio valorizado, à guerra dos portos, à compra governamental de produtos chineses e à estratégia do governo de buscar controlar a inflação pelo aumento da importação. Foram feitas também críticas a fatores estruturais que aumentavam o custo de produção, e, portanto, representavam uma desvantagem da indústria nacional em relação aos industriais asiáticos, como a alta carga tributária.

Por iniciativa da Abit, foi fundada, em abril de 2011, a Frente Parlamentar José Alencar, com 250 parlamentares dos mais variados partidos, com o objetivo de intensificar o

diálogo com o governo. A agenda prioritária do setor incluiu: a desoneração da folha de pagamentos; medidas de defesa comercial como anti-dumping, salvaguarda e maior fiscalização de produtos importados; compras governamentais com prioridade aos produtos nacionais; o fim da guerra dos portos; um sistema tributário especial para o setor; e uma mudança na política macroeconômica que levasse à redução da taxa de juros e a desvalorização do real. No evento de lançamento da Frente, os parlamentares “assumiram publicamente o compromisso de lutar, principalmente, pela desoneração da folha de pagamento e pelo fortalecimento da indústria de confecção” (LANÇADA, 2011).

Em junho daquele ano, a Frente se reuniu com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, para apresentar suas reivindicações e, segundo Aguinaldo Diniz Filho (Abit), a reunião sinalizou que “mudanças positivas” estariam por vir (FIEP, 2011). Com exceção do regime tributário especial e da política de salvaguarda, as demais demandas setoriais foram atendidas. A indústria têxtil foi uma das priorizadas pelo Plano Brasil Maior, por ter sido bastante afetada pela crise internacional e estar, supostamente, deixando de gerar empregos. O pacote contou, inicialmente, com oito medidas que contemplavam a indústria têxtil, como a tão demandada desoneração da folha de pagamentos, a priorização das compras governamentais aos produtores nacionais e medidas de defesa comercial, como a fiscalização do Inmetro e aumento do Cofins para produtos têxteis importados. Já em benefício das indústrias exportadoras, desafiadas pela competitividade no mercado externo, o governo contempla o setor no programa Reintegra. O governo também prorrogou o Programa de Sustentação de Investimento (PSI) e reduziu o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Outra evidência de que o governo buscava responder aos anseios dos industriais têxteis foi a priorização do setor têxtil-vestuarista nos financiamentos do BNDES naquele ano, que, junto com a indústria extrativa e metalúrgica, teve maior crescimento de desembolsos (DESEMBOLSOS, 2011).

O anúncio do Plano Brasil Maior foi muito bem recebido pelos industriais têxteis e visto como uma sinalização importante do governo, que se mostrou sensível às preocupações do setor e disposto a atender demandas que nunca tinham sido atendidas até então. Em agosto de 2011, Roberto Chadad, presidente da Associação Brasileira do Vestuário (Abravest), afirmou que a desoneração proposta pelo governo “cai[u] como uma luva para o setor”,

ênfatizando que essa era uma demanda do setor desde 1986 (PITTHAN; KOIKE, 2011). O pacote inaugura um “novo período de prosperidade para o setor”, segundo o dirigente (PITTHAN; KOIKE, 2011). Em documentos da Abit, a entidade anunciou o Plano Brasil Maior como uma conquista recente da indústria têxtil, assim como apontou as medidas governamentais setoriais e macroeconômicas como cruciais para a retomada do setor (ABIT, 2012, 2013). Nas palavras de Carlos Döhler, em artigo de opinião publicado no Valor Econômico logo após o anúncio, “o pacote sinalizou a disposição do governo de mexer em temas adiados há anos. Isso, sim, foi um grande avanço. [...] o poder público dá mostras de que *pela primeira vez* passará a defender o patrimônio interno. [...] certamente temos motivos para confiar na possibilidade de um Brasil Maior.” (DÖHLER, 2011, grifos nossos). Similarmente, um dos dirigentes mais críticos ao governo, Ronald Masijah (Sindivestuário-SP), afirmou que foi a “primeira vez” que o “Governo Federal demonstrou preocupação com o setor” (MARIANO, 2011).

Desde quando o Plano Brasil Maior foi anunciado (agosto de 2011), a confiança da indústria de vestuário e calçados aumentou dez pontos percentuais e superou a média histórica do setor (MACHADO, [julho de] 2012). Declarações da presidenta sobre a relevância do papel da indústria no crescimento e desenvolvimento econômico do país animavam os industriais. O alinhamento no discurso entre governo-industriais era nítido. No lançamento da primeira etapa do Plano Brasil Maior, em agosto de 2011, a presidenta definiu a concorrência com os produtos importados como “injusta” e afirmou que era “unânime no governo a vontade de defender a indústria nacional” (VERÍSSIMO; FROUFE; NOSSA; 2011). Sobre a importância da indústria, a fala de Dilma, em abril de 2012, no evento do Programa de Apoio à Competitividade da Indústria ecoava o discurso industrial:

Tenho uma convicção profunda de que não há hipótese de o Brasil dar certo, não há hipótese de nós continuarmos nos desenvolvendo, distribuindo renda, gerando emprego, afirmando a nossa soberania, tendo importância internacional, se nós não tivermos uma indústria forte. [...] Não sou daquelas pessoas que acreditam que o mundo mudou e é, hoje, só (o setor de) serviços. Não acredito nisso. (FROUFE; MOURA; MONTEIRO, 2012).

Como evidência desse alinhamento, em janeiro de 2012, Mantega recebeu a medalha de honra ao mérito da Abit. Na cerimônia de entrega da medalha, o presidente da entidade, Aginaldo Diniz Filho, declarou que “esta medalha vem para condecorar uma autoridade que

sempre foi sensível às reivindicações do setor, além de saber que é uma indústria competitiva, criativa e inovadora. As medidas anunciadas inibem as importações desleais que tiram nossos empregos” (GOVERNO, 2012).

O otimismo industrial era justificado não apenas pelos discursos favoráveis à indústria, mas pelas políticas que vinham sendo implementadas, que indicavam, para os industriais, a intenção do governo de atacar os principais desafios que vinham enfrentando. Até o início de 2013, as seguintes demandas foram atendidas pelo governo federal: a desoneração da folha de pagamentos, a redução da tarifa de energia elétrica, redução da taxa de importação do algodão (principal insumo do setor), o fim da guerra dos portos, maior fiscalização das exigências técnicas dos produtos importados e a priorização do produto nacional nas compras governamentais.

A cereja do bolo era o avanço das mudanças para a seara macroeconômica, outra demanda antiga do setor, como vimos no Capítulo 2. O câmbio valorizado era visto como um dos principais desafios do setor têxtil, por incentivar o avanço dos produtos importados no mercado doméstico. Conforme relata Josué Gomes da Silva (Coteminas), "reconhecemos que há outros problemas, mas posso assegurar a vocês que o desalinhamento das taxas de câmbio está no coração dos problemas que o setor industrial enfrenta no Brasil" (PRODUÇÃO, 2012). Similarmente, em entrevista à autora, Marcos Staak, da Hj Tinturaria, afirma inclusive que o câmbio foi mais decisivo para o desempenho de sua empresa do que políticas industriais.

Assim, a desvalorização do real e a redução da taxa de juros iniciada em 2012 foi motivo de grande otimismo entre os industriais têxteis (PIOVESAN, 2012a, 2012b; GIFFONI; MACHADO; PEDROSO, 2012; FALCÃO, 2012b). A expectativa era que o novo patamar do câmbio diminuísse a entrada de importados e incentivasse a exportação dos produtos brasileiros. A redução da taxa de juros contribuiria também para estimular os investimentos internos. O conjunto seria central para a aceleração do ritmo de expansão da economia brasileira — o sentimento era de que “o pior já passou” (FALCÃO, 2012c).

O novo câmbio era elogiado tanto pelas empresas exportadoras quanto pelas que dependiam mais do mercado interno. O novo patamar é apontado como um dos principais

motivos para a redução da entrada de produtos importados, especialmente os que foram alvo de sobretaxa antidumping (WATANABE, 2013b; BUENO; MARTINS; MACHADO, 2013). Apesar dos industriais avaliarem que a crise internacional impedia o aumento do volume de exportação, o novo câmbio aumentou as receitas advindas da exportação (NOGUEIRA; MARTINS, 2012; DÓLAR, 2013; WATANABE; MACHADO, 2013b).

Mais do que isso, a disposição política do governo de alterar a política macroeconômica foi admirada pelos industriais. Para eles, sinalizava um progresso na discussão sobre o papel do tripé feito há anos pelos industriais. A política macroeconômica, para eles, não deveria servir apenas à estabilização econômica, como vinha sendo desde os anos 1990, mas também ao incentivo à industrialização (GIFFONI; MACHADO; PEDROSO, 2012; BARTELS, 2012). Ambicionava-se, portanto, que o tripé fosse reajustado para contemplar seus interesses:

Aguinaldo Diniz Filho (Abit): Um instituto importante como o Copom deveria ter a participação de empresários, pessoas que realmente lidam com o dia a dia, que veem os problemas da necessidade de produção. Entendo que o assunto é muito mais complicado de ser resolvido, mas seria muito bom para o Brasil porque a gente poderia aumentar o leque de percepção do movimento do Copom, que juros são esses que o Brasil precisa (EMPRESÁRIOS DEVERIAM, 2011).

Josué Gomes da Silva (Coteminas): [estou] otimista sobre os avanços na discussão que aponta para a necessidade de levar em conta o câmbio na formulação de medidas de proteção comercial. (GIFFONI; MACHADO; PEDROSO, 2012).

Alfredo Bonduki (Sinditêxtil-SP): A presidente Dilma Rousseff (PT) enxergou que o câmbio estava muito baixo e o juro muito alto. O Brasil recebeu muito dinheiro de fora nos últimos anos. *Essa política iniciada com o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) de juro alto para equilibrar a inflação criou uma distorção grande*, porque o real foi uma das moedas que mais se valorizou enquanto o dólar e o iene foram aquelas que mais se desvalorizaram. Além disso, o juro alto aumenta o custo das empresas. Na hora de pedir um empréstimo, os juros eram de 3% a 4% ao mês, enquanto os bancos de alguns países cobram isso ao ano dos empresários. Uma das mudanças mais importantes é a redução da taxa de juros. *Esse reposicionamento da taxa real de juros vai trazer o câmbio, como já se iniciou, para um patamar mais razoável. E isso é uma bela luz no fim do túnel.* (BARTELS, 2012).

Neste ponto fundamental, governo e industriais falavam a mesma língua. Desde o início de seu mandato, a presidenta indicava como uma das principais preocupações de seu governo a taxa cambial e os altos juros (ROSSI, 2011; LORENZI, 2012; DILMA QUER, 2012). Dilma argumentava que o câmbio “mais real” e as taxas de juros mais compatíveis

com os níveis globais eram centrais para a superação de “alguns gargalos fundamentais”, garantindo que o país crescesse “de forma sustentável” (DILMA QUER, 2012).

A partir dessa avaliação, o governo “politizou a redução dos juros, arrefeceu a busca pelo centro da meta de inflação, interveio na flutuação cambial e afrouxou a política de superávit fiscal” (VACCARI; PEREZ, 2017, p. 95). A mudança na condução da política monetária “visava reduzir o ingresso de capital estrangeiro especulativo, desvalorizar a moeda e diminuir o custo do crédito. Buscava-se, assim, promover o investimento e o consumo privados, em vez de recompensar a especulação financeira” (SAAD-FILHO; MORAIS, 2018, p. 173). Dilma apresentava, portanto, uma novidade em relação a seus antecessores, invertendo a ordem de prioridade: os governos Lula e FHC, em graus diversos, priorizavam o tripé mesmo que em detrimento da indústria, como vimos no Capítulo 2; já Dilma tinha “a política explícita de apoio à indústria, mesmo que isso ocorr[esse] em detrimento da gestão macroeconômica”, como bem observa o ex-presidente do Banco central, Gustavo Loyola (MELLO; CARNEIRO, 2012).

A recepção positiva da Nova Matriz Econômica nos primeiros anos do mandato é parcialmente explicada porque os industriais viam nela o tão esperado ajuste das distorções causadas pela política macroeconômica. Em sua visão, a indústria seria beneficiada não apenas secundariamente, através de medidas setoriais e pontuais, mas voltaria a ter seus interesses contemplados no núcleo da condução econômica. Em entrevista ao Jornal da Notícias, Bonduki definiu a política econômica de Dilma como uma “luz no fim do túnel” e o início de uma “quebra de paradigmas” (BONDUKI, 2012). Em comentário em post de Facebook de seu colega Fernando Pimentel (Abit), Bonduki reforçou a tese de “mudança de paradigma” e concluiu que a presidenta estava corrigindo “distorções de nossa economia”. Por sua vez, Pimentel publicou em seu Facebook, em julho de 2012, que “a Presidenta Dilma, acertadamente a meu ver, identificou com muita precisão o tripé do mal que afeta nossa economia: tributos, juros e câmbio”. Segundo declaração de Rafael Cervone (Abit), a “expectativa para Dilma [era] que as coisas avançassem [em relação ao Lula], de mudar uma política de ganho financeiro para produtivo” (PERRIN, 2020, p. 86). A expectativa era de que o governo avançasse na resolução dos obstáculos estruturais enfrentados pela indústria.

Até o início de 2013, o governo estava, de fato, abraçando a agenda apresentada pelos dirigentes têxteis nos últimos anos. O setor era beneficiado tanto pelas políticas setoriais, como a desoneração da folha de pagamentos e as compras governamentais, quanto pelas políticas macroeconômicas. Em 2012, já foi possível diminuir os preços dos produtos brasileiros, especialmente devido à desoneração, tornando-os mais competitivos no mercado interno. Houve também aumento de receitas de exportação devido à melhora cambial. O setor têxtil também aumentou significativamente sua participação no valor adicionado bruto industrial, passando dos 7% pela primeira vez desde 2003. Em setembro de 2012, Diniz Filho (Abit) afirma que a desoneração da folha salarial, a desvalorização do real e a redução dos juros possibilitaram o aumento dos índices de produtividade e emprego no setor (WATANABE; PEDROSO, 2012). Bonduki, presidente do Sinditêxtil-SP, comentou que “[...] tudo isso [as medidas do Plano Brasil Maior] somado deve melhorar um pouco a competitividade das empresas do setor. Mas, sem dúvida, a maior e mais importante mudança aconteceu no binômio juros x câmbio” (BONDUKI, 2012).

3.2 LIMITES INERENTES

O otimismo industrial, no entanto, não era cego aos limites do projeto dilmista. Mesmo no período de maior alinhamento, os dirigentes se queixavam i) da lentidão da implementação das políticas; ii) da insuficiência delas; e iii) da política social e externa petista, que eram vistas como entraves à competitividade industrial.

As críticas mais incisivas de 2011 até o primeiro semestre de 2013 eram de que as medidas adotadas pelo governo eram “insuficientes”, mas, até então, tais críticas vinham acompanhadas de ponderações sobre a “direção” ou “intenção” correta do governo: julgavam que, por mais que fossem “tímidas” ou “paliativas”, as medidas se alinhavam com as prioridades industriais e deveriam ser aprofundadas (ABIT DIZ, 2012; WATANABE, 2012a, 2012b; CORREÇÃO, 2012; GIFFONI; MACHADO, 2012; MARTINS; MACHADO, 2012; PEDROSO, 2012; PEDROSO et al., 2012; SETOR TÊXTIL DEVE REAGIR, 2012; APÓS CRISE, 2012; CAMPOS; RESENDE, 2013; FALCÃO; PEDROSO, 2013; LIMA, 2013). Em síntese, os industriais visavam o aprofundamento e ampliação da política econômica

vigente, como a ampliação da desoneração da folha de pagamentos, da alíquota de preferência nacional nas compras governamentais e da desvalorização do real.

Além da alegada insuficiência das políticas, a demora entre a apresentação da reivindicação e a efetiva implementação das medidas era fonte de insatisfação. Especificamente na primeira metade de 2013, as declarações desfavoráveis visavam incitar urgência na aprovação de duas políticas que ainda não tinham saído do papel: a salvaguarda e o Regime Tributário Competitivo para Confecção (RTCC) — ambas não atendidas pelo governo federal. Os dirigentes têxteis interpretavam a lentidão de resposta estatal como um descaso do governo com as demandas do setor têxtil, o que julgavam não acontecer com outros setores.

A lentidão no atendimento a demandas seria uma característica geral do Estado brasileiro em relação à indústria, mas setores como o automobilístico, com predominância de empresas multinacionais, receberiam um tratamento diferenciado, sendo rapidamente atendidos pelo governo. Os executivos avaliavam que o setor têxtil e de confecções, majoritariamente composto por indústrias de menor porte e de capital nacional, não era tratado com a mesma prioridade pelo governo, embora contribuísse mais para a empregabilidade e investimentos no país.

Assim, um balanço comum feito pelas lideranças têxteis era de que a indústria, em geral, e o setor têxtil-vestuarista, em específico, foi bastante ouvido pelo governo Dilma I, mas que dificilmente o discurso se transformava em ação, e quando o fazia, já era tarde demais. Vejamos alguns exemplos:

Fernando Pimentel (Abit): “causa especime [sic] porém que para atender as demandas da Foxconn o governo tenha sido tão ágil nas medidas de incentivo. Para os empresários brasileiros porém é sempre um parto obter melhores condições de competitividade” (Post no Facebook, publicado em 04 jun. 2011).

Alfredo Bonduki (Sinditêxtil-SP): “Quando a indústria automobilística tem um resfriado, o governo Federal, de imediato, lança pacotes para socorrê-la. Com a indústria têxtil isso nem sempre ocorre. Contudo, [...] a indústria têxtil tem uma força de influência sobre o governo federal muito mais forte do que tinha [antes]. [...] Hoje, o segmento tem grupos de trabalho no Ministério da Fazenda, no MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior) e no Itamaraty.” (BONDUKI, 2012).

Ronald Masijah (Sindivestuário-SP): “O governo Chinês, que só tem um partido político, toma decisões importantes em benefício de suas indústrias de uma forma

imediate. Enquanto isto, nas terras de Cabral, o governo segue a cartilha de Rodin (O Pensador). Está sempre pensando, analisando e nunca agindo. *Quando toma alguma medida para ajudar, a medida é pequena e tardia, quando a indústria já sangrou muito*". (MASIJAH, fev. 2013, grifos nossos).

Fernando Pimentel (Abit): "Como bem colocado em editorial de hoje no Globo, a hora é de investimentos e competitividade. *Vive-se um daqueles raros momentos em que há relativo consenso entre analistas e governo. O difícil é pôr o discurso em prática dada a incapacidade do poder público [de] fazer acontecer e mais o ranço estatista presente*" (Post no Facebook, publicado em 01 jun. 2013, grifos nossos).

Fernando Pimentel (Abit): "É inacreditável as notícias que estamos lendo, mais uma vez, sobre pedido de ajuda das montadoras ao governo brasileiro o qual, certamente, irá atender ao que lhe é pedido. Empresas de grande porte, multinacionais, parecem startups. Enquanto isto a indústria têxtil e de confecção, empregando 10x mais do que eles não tem a mesma atenção das autoridades. Absurdo total." (Post no Facebook, publicado em 26 abr. 2014).

Rafael Cervone (Abit): "Na verdade nunca tivemos tanta abertura quanto no Governo do PT. Nunca fomos tão ouvidos. *O que falta é a velocidade de transformação*, o passo da demanda para a conclusão, mas nunca tivemos tanto espaço." (O JOVEM, 2014, grifos nossos).

Rafael Cervone (Abit): "“Rapidez” é o termo que ele espera que seja empregado nas decisões do candidato preferido pelas urnas: “Nós temos uma série de medidas que estão sendo discutidas com o governo há muito tempo. Algumas saíram, mas *muitas foram proteladas*. Isso fez com que hoje não exista uma única bala de prata com que você atire e resolva esses problemas. [...] Há muito tempo não se vê um ambiente de negócios tão hostil. Isso tem feito com que o humor do empresário fique prejudicado” (MOREIRA, 2014, grifos nossos).

Rafael Cervone (Abit): "Portanto devemos pressionar para que as mudanças ocorrem e no curto prazo, o Brasil não pode mais se dar ao luxo de se esperar eternamente para o país do futuro." (RAFAEL, 2014).

Digno de nota, até 2014 os empresários têxteis reconheciam que o governo Dilma ouvia suas demandas — mesmo que não as atendesse na velocidade desejada —; contudo, no segundo mandato de Dilma (2015-2016), as declarações dos industriais se tornaram mais impacientes, apontando uma mudança de avaliação sobre a relação com o governo:

Rafael Cervone (Abit): "Não dá mais para ter conversa fiada: *chamar 300 empresários para o Planalto, prometer medidas genéricas e terminar sem nada*. Se for mais do mesmo, o clima vai piorar e não conseguirei controlar meu setor, que está disposto a entregar as chaves das fábricas ao Planalto, fechando tudo. [...] Já falamos 500 vezes com o ministro Levy: já vimos esse filme várias vezes. [...] A presidente corre o risco de cancelar a reunião por falta de quórum, se os empresários sentirem que será mais do mesmo, ou de criar um clima pior ainda, caso a reunião seja igual às demais" (EMPRESÁRIOS, 2015, grifos nossos).

Rafael Cervone (Abit): "As coisas não andavam, foi aí que ela [Dilma] perdeu o rumo. Houve colisão com o Congresso. Nunca foi questão de incompetência, mas falta de habilidade de Dilma de tocar o dia a dia" (PERRIN, 2020, p. 92).

Alfredo Bonduki (Sinditêxtil-SP): “Este governo desde o começo sempre tratou nossas reivindicações com desdém, *nunca se mostrou solícito ao nosso pleito*. Contemplaram com a desoneração da folha e agora estão voltando atrás” (BONDUKI, 2015, grifos nossos).

Alfredo Bonduki (Sinditêxtil-SP): “Outra preocupação do Sinditêxtil está relacionada ao que o dirigente chamou de ‘falta de interlocução com o governo federal’: ‘Nos últimos cinco anos tentamos ser atendidos em audiência pela presidente, mas não conseguimos levar a agenda adiante. *Infelizmente, não dispusemos de espaço para falar de nossas demandas e reivindicações*’”. (SETOR TÊXTIL ACREDITA, 2016, grifos nossos).

Havia, nesse sentido, o temor de que o freio à desindustrialização ficasse mais no discurso do que na prática. Era necessário continuar a avançar:

Alfredo Bonduki (Sinditêxtil-SP): “As medidas anunciadas pelo governo são paliativas e algumas, como a desoneração, com prazo para acabar. Não mudará muito o cenário e não inibe a concorrência predatória da Ásia, cujas vantagens são muito superiores e não são essas medidas que irão reduzir a concorrência. É preciso a implantação urgente de um regime tributário específico para o setor. Enquanto isso não acontece, precisamos da Salvaguarda, que também é uma medida temporária. Outro fator que pode ajudar é o câmbio em um patamar mais elevado, acima de R\$ 2,00”. (APOS CRISE, 2012).

Aguinaldo Diniz Filho (Abit): “O governo tem tomado decisões na direção correta, mas elas são paliativas e não anulam a concorrência predatória dos asiáticos. O setor têxtil precisa de um regime tributário específico e competitivo como existe em outros países concorrentes” (SETOR TÊXTIL DEVE, 2012).

O otimismo no setor era baseado nessa expectativa de avanço de suas pautas prioritárias. Entretanto, essa expectativa é frustrada a partir do segundo trimestre de 2013, quando o governo começa a recuar: na política macroeconômica, o BC voltou a aumentar os juros; na política externa, o governo parou de atuar em favor da salvaguarda ao setor; além disso, vetou a extinção da multa do FGTS e recusou o Regime Tributário Competitivo para Confecção (RTCC), pautas consideradas centrais para a redução do custo da produção. Cada vez mais, os industriais têxteis tinham a sensação de que o governo dava com uma mão e tirava com a outra.

3.2.1 Recuo na política macroeconômica

Desde o início, a tentativa de mudança na orientação da política macroeconômica foi criticada pelo setor financeiro, que perderia lucros com a redução do juros, e pelo varejo, que

temia o aumento dos preços com a alteração cambial. Publicamente, a resposta industrial era feita através da defesa da nova política macroeconômica. É possível identificar, nas redes sociais, a avaliação feita sobre essas críticas:

Fernando Pimentel: O mercado financeiro e seus analistas se acham os iluminados. Agora a lorota é que o real mais desvalorizado porá [sic] mais lenha na fogueira da inflação. Interessante que este dólar esteve no menor nível em julho e os analistas continuavam a pedir juros mais altos. Agora dizem que uma queda de meio ponto na Selic está causando desvalorização do real e ameaçando a inflação. Guardem suas sapienciais para si. (Publicação no Facebook, em outubro de 2011).

Fernando Pimentel: Não é que o dólar esteja caro na faixa de R\$ 1,92 . Ele estava é barato demais ao preço de R\$1,60 . Não houve deflação nos preços das roupas importadas qdo o Real estava mais apreciado. Não há portanto razão para o varejo se arvorar em elevar preços com este novo nível de preço do dólar . [...] As margens de lucro, pelo menos no vestuário, são enormes nos produtos importados. Comprem do Brasil e não aumentem os preços (Publicação no Facebook, em maio de 2012).

Especialmente a partir de 2013, contudo, torna-se mais frequente a avaliação entre os industriais de que era necessário estabilidade e previsibilidade cambial para que o planejamento das empresas não fosse prejudicado. Inclusive, alguns empresários afirmavam que prefeririam uma menor desvalorização a variações abruptas (MACHADO et al., 2012; CUIDADO, 2013; WATANABE; MACHADO, 2013a; EMPRESAS PEDEM, 2013). Em menor grau, havia empresas que se preocupavam com a desvalorização do real devido ao aumento dos preços dos insumos e bens de capital importados (MACHADO, 2012).

Em 2013, o governo não foi capaz de conter a ofensiva do setor financeiro. Já no início do ano, predominava o temor da volta da inflação, supostamente devido à desvalorização do real forçada pelo governo. O Banco Central “abandonou seu experimento heterodoxo”, em abril, sinalizando “um novo ciclo de contração monetária visando conter a inflação e, ainda mais importante, sinalizar aos ‘mercados’ o primado duradouro do tripé neoliberal” (SAAD-FILHO; MORAIS, 2018, p. 175). A reversão da política monetária expansiva representava a virada no clima econômico. Diferentemente do Ministério da Fazenda, que acreditava que a inflação estava controlada e a política heterodoxa contribuiria para o crescimento econômico, o Banco Central e o mercado financeiro previam a chegada de um período de estagnação de longo prazo na economia global, que deveria ser respondido por medidas contracionistas — receita imposta aos países europeus, como discutido na introdução (SAAD-FILHO; MORAIS, 2018). Embora a presidenta e o Ministério da Fazenda

discordassem, o mercado financeiro acabou vencendo o cabo de guerra. Conforme sintetiza Singer (2018, p. 54), “a Nova Matriz tinha perdido momentum, e sofreu diversos ataques devido ao seu ativismo estatal, criando um clima para forçar um ajuste recessivo”.

Apesar do aumento da taxa de juros, o real continuou a desvalorizar. Desta vez, contudo, não era feito do governo, e sim reflexo da política monetária norte-americana e da crise econômica brasileira. Embora o câmbio contribuísse para diminuir o ritmo das importações, ele não era considerado suficiente para compensar os demais fatores que prejudicavam a competitividade da indústria nacional. Logo os industriais se juntam à ofensiva financeira, atribuindo à Nova Matriz grande responsabilidade pela crise econômica, como veremos em breve.

3.2.2 Tensões na política externa

Desde 2011, o ministro Mantega vinha sinalizando que o governo pediria medidas de salvaguarda para produtos têxteis na OMC, uma demanda antiga do setor, como vimos no Capítulo 2. Conforme declara Alfredo Bonduki (Sinditêxtil-SP):

O ministro Mantega tem demonstrado muita lucidez quando trata dos assuntos da situação da indústria e de sua competitividade. Ele sabe que a maioria das indústrias é moderna e competitiva da porta para dentro, porém quando esbarra nos problemas de elevada carga tributária, custos financeiros escorchantes e infraestrutura cara, ela não consegue competir e sobreviver. Desta forma, ele vem estimulando desde o fim do ano passado [2011] o setor a apresentar estudos que comprovem danos e permitam a implantação de Salvaguardas para a confecção, por três ou quatro anos. (APOS CRISE, 2012).

O pedido protocolado requeria a proteção de um total de 60 itens, que representavam 82% das importações de produtos têxteis chineses, alegando concorrência desleal. No início de 2013, a expectativa era de que a salvaguarda fosse aprovada (MOREIRA, 2013). A partir de março, o tema desaparece do noticiário. A não aprovação da política de salvaguarda é vista pelos industriais como um reflexo da relação de proximidade entre o PT e a China:

Alfredo Bonduki (Sinditêxtil-SP): Infelizmente nós não conseguimos as salvaguardas. Gastamos muito dinheiro na época fazendo levantamentos, relatórios, identificamos pelo menos 15, 16 programas de subsídios à exportação em províncias chinesas, é, assim, nós tentamos de toda forma, [...] nós nem conseguimos na época que houvesse a abertura da investigação, então eu acho que

isso foi ruim [...] Por que não abriram a investigação? Eu...para ser bem sincero, na época, *o governo do PT estava muito alinhado com a China* né, e não havia nenhuma disposição, nenhuma disposição de criar qualquer tipo de debate com a China sobre comércio internacional. Pelo contrário, o Lula na época chegou a dizer que a China era uma economia de mercado, depois voltou atrás... Então *havia um alinhamento muito grande do governo com a China*, talvez pelo aumento das exportações que houve naquele período, principalmente de alimentos né, mas *não houve uma disposição do governo em abrir qualquer painel, qualquer debate contra exportações chinesas predatórias*. Nós perdemos um momento importante, perdemos tempo, perdemos dinheiro, mas, honestamente, *eu acho que houve uma certa displicência do governo com o assunto*. (Entrevista concedida à autora).

Apesar do empresário justificar durante a entrevista esse “alinhamento” pela relação comercial (“pelo aumento das exportações que houve naquele período”), a aproximação é lida pelos empresários como ideológica. Geralmente, esse tema aparece vinculado não às políticas de defesa comercial, como é o caso da salvaguarda, mas também à política externa. Mesmo em 2011 e 2012, em momento de lua de mel entre os industriais e o governo sob o olhar público, Fernando Pimentel, em sua página de Facebook, portanto “por trás das câmeras”, reclama da suposta substituição dos EUA pela China feita pelo governo brasileiro. Usando o termo “sinodependência”, ele critica a aproximação do Brasil ao país, considerando ser uma forma de “franquear” o mercado interno brasileiro e constituir o motor da “reprimarização” da pauta exportadora e da desindustrialização. Entretanto, a crítica à China não é apenas pautada pelo interesse econômico. Ao identificar uma disputa pela hegemonia global entre EUA e China, o empresário diz preferir a “vitória” estadunidense, por se tratar de uma “democracia”. Ademais, enquanto o país asiático contribuía para a desindustrialização brasileira, os EUA era visto como um modelo a ser seguido, já que apostava na reindustrialização para promover o crescimento econômico. Já no final de 2013, o empresário entende o afastamento dos EUA na política externa como “bravatas” fundamentadas em “ideologias atrasadas”.

A crítica se estendia à constatação de que o governo petista se restringia ao Mercosul, ao invés de explorar acordos bilaterais com outros países, principalmente com EUA e UE, que pudessem abrir novos mercados à indústria nacional. Bonduki (Sinditêxtil-SP) explica essa demanda industrial:

Existia um sistema de cotas que regulava o comércio internacional e esse acordo [ATV] foi encerrado há sete anos [em 2005]. Então os países começaram a procurar acordos bilaterais. Por exemplo: o Peru fez acordo com os Estados Unidos, a Colômbia fez com a Europa e, agora, em maio, conseguiu um belo acordo de livre

comércio têxtil com os Estados Unidos. Esses países, com esses acordos, conseguiram canais de exportação. [...] Isso aconteceu rapidamente. [...] o que o Brasil precisaria é, através do Itamaraty, buscar os acordos de livre comércio com os grandes consumidores têxteis da atualidade, os Estados Unidos, a Europa e o Japão. (BONDUKI, 2012).

Como exemplo de como isso afetava as empresas, a presidente da Dudalina, Sônia Hess, comenta que o Brasil “não tem muitos acordos comerciais favoráveis, isso dificulta o nosso trabalho. [...] Por isso a empresa deixou de exportar para os Estados Unidos e Europa e, por enquanto, concentra suas atividades no Paraguai, Venezuela e Argentina” (MARCOLINO, 2011). Associada à crítica ao Mercosul, está a análise de que o Brasil estava “ficando para trás”. Enquanto os demais países avançaram nas relações comerciais bilaterais, escoando seus produtos no mercado internacional, o Brasil se mantinha em um modelo “atrasado” por interesses “ideológicos”, de relação multilateral com países dirigidos pela “vanguarda do atraso”, nas palavras de Fernando Pimentel (Abit). Assim, a priorização do Mercosul é vista como uma “opção pelo subdesenvolvimento” realizada pelo governo. Os acordos comerciais seriam pautados pelo alinhamento ideológico, ao invés de estratégias econômicas. Em novembro de 2013, Pimentel posta em sua página de Facebook:

Enquanto os países que querem realmente se desenvolver vão fazendo acordos que ampliem os negócios e a integração — Ex; Aliança do Pacífico — aqui vamos ficando afundados na mediocridade do Mercosul agora ampliado com a entrada de países que compõem a vanguarda do atraso. O grande líder da Suprema Felicidade Bolivariana [refere-se à Nicolás Maduro] diz que o novo Mercosul está em fase de construção. Só se for a construção do subdesenvolvimento eterno.

A interpretação industrial converge perfeitamente com as críticas feitas pela oposição partidária. No programa de governo de José Serra (2010), candidato à presidência pelo PSDB, o tema aparece da seguinte forma:

No governo Lula, a política externa deixou de ser uma política de Estado e *passou a ser uma política do Partido dos Trabalhadores*. A partidarização da política externa levou a desvios, como a política de generosidade e de afinidades ideológicas na América do Sul, o reconhecimento da China como economia de mercado e a negociação de acordos comerciais com países de reduzida importância para o setor exportador nacional. (SERRA, 2010, p. 164, grifos nossos)

Assim, a preferência do governo petista era lida como uma escolha “ideológica”, que os prejudicava economicamente. Em contraposição, a relação com os EUA, o mercado consumidor dos olhos dos industriais, seria preterida pela ideologia “anti-imperialista” petista. Os industriais identificam, portanto, uma oposição entre os interesses ideológico-

partidários do governo federal e o interesse da indústria nacional — que aparece em seus discursos como o interesse da nação como um todo. Fernando Pimentel (Abit) chega inclusive a sugerir a descentralização das mãos do Poder Executivo e do Ministério das Relações Exteriores nas decisões sobre os acordos internacionais (MARIANO, 2013). Frente a esse diagnóstico, os industriais demandam uma condução “pragmática” da política externa, priorizando acordos bilaterais com EUA e Europa (REHDER, 2006; MARIANO, 2013; CERVONE, 2014; FALCÃO, 2014a).

3.2.3 Limites da coalizão produtivista

A cadeia produtiva têxtil brasileira constitui a segunda maior empregadora industrial. A título de comparação, a Tabela 6 abaixo apresenta o total de trabalhadores da indústria têxtil-vestuarista e de demais segmentos intensivos em mão de obra. Em 2011 o setor empregava cerca de 2 milhões e 300 mil trabalhadores, ficando atrás apenas da indústria de construção civil, que ocupava 2 milhões e 900 mil pessoas. É válido também comparar com a ocupação não-industrial que mais emprega no país, a saber, os serviços domésticos: no ano de 2011, os trabalhadores domésticos somavam aproximadamente 6 milhões e 800 mil.

Tabela 6 - Total de empregos e participação no PIB industrial por segmento

Segmento	Trabalhadores	Participação no PIB industrial
Construção civil	2.909.131	25.40%
Têxtil-vestuarista	2.357.942	4.09%
Alimentos e bebidas	2.235.622	9.70%
Autopeças	348.283	3.07%
Total indústria de transformação	11.771.205	-
Serviços domésticos	6.841.825	-

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE.

Ao compararmos o total de empregos gerados à participação no PIB industrial, é possível observar que a relevância social da indústria têxtil é maior do que sua relevância econômica. Isso torna sua atuação política interessante, na medida em que demandam

prioridade para seus interesses, mesmo que tenham pouco impacto econômico. Não à toa, portanto, os representantes industriais enquadram seus interesses como interesses públicos, e especialmente, como demandas que beneficiam a classe trabalhadora. Frequentemente os empresários comentam que a falta de política favorável ao setor implicará em aumento do desemprego — ou ao contrário, que a implementação de determinada política desfavorável à indústria aumentará o emprego no país. Vejamos alguns exemplos dessa retórica:

Marcelo Surek (Sinditêxtil-Paraná): Hoje temos que nos preocupar em sobreviver. Queremos condições para preservar os empregos, com nossas empresas crescendo, e é a união [entre empresários e trabalhadores] que vai fazer com que o governo se sensibilize para agir em prol de nossas indústrias. (SETOR TÊXTIL EXIGE, 2011).

Aguinaldo Diniz Filho (Abit): Tendo como principal argumento a geração de emprego, sobretudo da confecção onde a grande maioria dos trabalhadores é de mulheres, a Abit espera convencer o governo da importância estratégica da cadeia têxtil para o crescimento econômico do país. (BRASIL PODERÁ, 2011).

Aguinaldo Diniz Filho (Abit): Tal alarmismo [do varejo contra a salvaguarda] soa como reação aos sinais de nosso novo governo de que adotará medidas para conter as importações provenientes da Ásia. Ser contrário às providências defensivas e, como se não bastasse, reivindicar a redução das taxas de importação são atitudes conspiratórias contra a saúde da economia brasileira, tamanho o dano para a indústria, a balança comercial do País e os consumidores. [...] *Não é prudente repudiar medidas que atendem aos interesses maiores desta nação, devido ao mero oportunismo representado pela fortuita possibilidade de se beneficiar dos ganhos propiciados pelo câmbio sobrevalorizado. [...] Se continuarmos estimulando indefinidamente esse rombo, de nada adiantará importar roupas, pois não teremos a quem vendê-las, já que estaremos criando empregos e renda apenas do outro lado do mundo.* (FILHO, 2011, grifo nosso).

Aguinaldo Diniz Filho (Abit): Não somos contra o livre mercado e sim a favor da indústria nacional e da geração de emprego e renda em nosso país. Não podemos ser ingênuos de entregar o nosso mercado interno, deixando de criar empregos aqui para gerar lá fora. (MARIANO, 2012).

Aguinaldo Diniz Filho (Abit): Não estamos pedindo proteção, apenas condições igualitárias para competir com os importadores. *Eu represento 1 milhão e 800 mil trabalhadores que vão perder seus empregos para os chineses.* Este dia é histórico, pois estamos todos – políticos, trabalhadores e empresários – , lutando por um interesse comum. (GRITO, 2012, grifo nosso).

Alfredo Bonduki (Sinditêxtil-SP): [O governo] se mostrou sensível às reivindicações do setor têxtil/confecções. [O Plano Brasil Maior] é uma vitória a favor do emprego no Brasil” (GOVERNO DESONERA, 2011, grifo nosso)

Ronaldo Masijah (Sindivestuário-SP): A falta de uma medida como essa [RTCC] levou o setor a registrar em 2012 queda de 8,8% na geração de emprego, o que representa 140 mil pessoas fora do mercado de trabalho (SETOR TÊXTIL ESPERA, 2013).

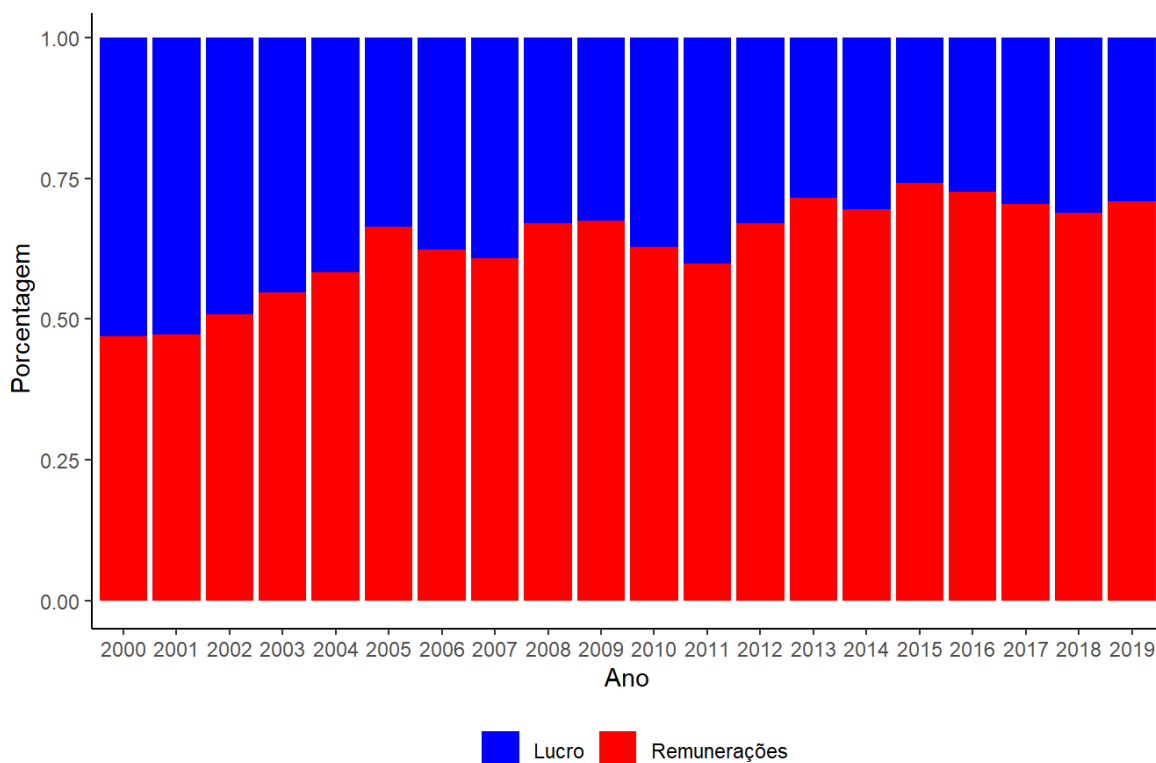
Fernando Pimentel (Abit): Não haverá 'emprego sem empresa' e 'nem empresa sem mão de obra'. Até mesmo o sindicalismo não sobreviverá sem sua base. Por isso, é necessário que os sindicatos laborais e sindicatos dos empregadores discutam essas duas agendas: 'a agenda da competitividade e a agenda da produtividade'. Caso contrário, *nós perderemos a nossa indústria se não nos unirmos em busca destas agendas* (SETOR TÊXTIL E DE CONFECÇÕES, 2014, grifo nosso).

A aliança com os trabalhadores fortalece a legitimidade de suas demandas, não apenas para a sociedade, mas nesse caso também para o próprio governo, dado que o Partido dos Trabalhadores historicamente é simpático às demandas das organizações trabalhistas. Se nos anos 1990 eram desprezados, nos governos petistas a indústria têxtil recebeu atenção especial. O segmento era estratégico para o lulismo, afinal constituía um dos maiores empregadores industriais e era majoritariamente voltado ao mercado nacional. Incentivá-lo, portanto, seria uma forma de gerar emprego, estimular o mercado interno e reduzir a desigualdade.

Essa estratégia de apelar ao caráter social do setor se provou eficaz em diversos casos, como na priorização da indústria têxtil no Plano Brasil Maior e na atuação governamental a favor da defesa comercial do setor. Nas palavras do próprio ministro da Fazenda, as demandas da indústria têxtil se tornaram prioridade do governo devido ao impacto no desemprego do setor, e, por isso, o governo não permitiria que "a indústria brasileira, particularmente a têxtil, saia diminuída da crise internacional" (MACHADO, 2011).

No entanto, como toda coalizão, há interesses conflitantes. Por ser um segmento intensivo em mão de obra, era de se esperar que houvesse um conflito direto com o governo petista ao se tratar do custo trabalhista. Haveria razões para isso: o gráfico abaixo ilustra a transformação na participação dos lucros e das remunerações no valor adicionado bruto da cadeia produtiva têxtil-vestuarista sob os governos Lula e Dilma. Em 2000, o capital representava 52,3% do VAB setorial, ante 46,18% do trabalho. Em 2010, último ano do governo Lula, as remunerações representavam 61,43% do VAB, ante 36,46% do capital. No governo Dilma, essa tendência continua. Em 2016, as remunerações representavam 70,74% do VAB setorial, ante 26,65% do capital. Isto é, nos governos petistas, o capital perdeu cerca de 25,5 pontos percentuais, e o trabalho ganhou aproximadamente 24,5 pontos percentuais.

Figura 6 - Conflito distributivo na indústria têxtil-vestuarista (2000-2019)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE.

Não obstante, até o início de 2013, a questão trabalhista é utilizada retoricamente para se opor à China, acusada de não ter as mesmas exigências trabalhistas e, portanto, ser uma concorrência desleal que deve ser barrada pelo governo federal. Contrainstintivamente, o setor não considerava até então o reajuste do salário mínimo um problema. Pelo contrário, o reajuste foi elogiado em 2012 (MARTINS, 2012; JURGENFELD; BUENO; CAMAROTTO, 2012). Isso pode se justificar, além da faixa salarial baixa, pelo fato dos produtos têxteis-vestuaristas serem considerados “bens de salário”, conforme classifica Fernando Pimentel. O aumento da renda é central para o crescimento do setor, afirma Bonduki em entrevista. Pimentel sintetiza: a “demanda dos produtos de moda, de vestuário, [es]tá muito ligada a nível de emprego, renda e expectativa”.

A diminuição do custo de mão de obra até o primeiro semestre de 2013 era exclusivamente tratada em termos de redução dos encargos trabalhistas pelos industriais têxteis. Este foi o caso de uma das principais demandas do setor: a desoneração da folha de pagamentos, que aliava os encargos trabalhistas ao mesmo tempo em que visava estimular a

formalização da mão de obra. Entretanto, as medidas de incentivo à competitividade foram encampadas pelo governo desde que não confrontassem os interesses dos trabalhadores. Este limite ficou evidente no caso da disputa em torno do FGTS.

Em 2013, os industriais se mobilizaram a favor da extinção da “contribuição social de 10% sobre todo o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), devida pelos empregadores no caso de demissão sem justa causa” (SIQUEIRA; PIOVESAN, 2013). Junto com outras entidades empresariais, a Abit enviou uma carta à presidenta pedindo para que não vetasse o projeto (DILMA, 2013). Apesar de aprovado pelo Congresso e dos esforços industriais, o PLP foi vetado pela presidenta com a justificativa de que não se poderia extinguir a principal fonte de financiamento da política habitacional Minha Casa Minha Vida. Ao ter de decidir entre subsidiar uma importante política social e diminuir os custos industriais, a presidenta optou pela primeira opção. O setor têxtil frustrou-se com o veto, argumentando que a não aprovação da medida seria contra os próprios objetivos do Plano Brasil Maior (DILMA, 2013). Os empresários acusavam o governo de não colocar em prática seu discurso — ou de não cumprir suas promessas. Julgavam contraditório o governo afirmar que queria melhorar a competitividade do país e pedir que o setor privado aumentasse seus investimentos e, ao mesmo tempo, negasse a extinguir a multa do FGTS.

Em um período de esfriamento da economia, é possível identificar um acirramento nos conflitos de classe (SINGER, 2018; MARTINS; RUGITSKY, 2019). Neste mesmo ano, o reajuste real do salário mínimo em meio à desaceleração econômica preocupava os industriais. Ulrich Kuhn (Sintex-Blumenau) alega que “os ganhos de produtividade não têm conseguido conter os avanços do custo de mão de obra” (MOTTA, 2013). Em post publicado em maio em seu Facebook, Fernando Pimentel (Abit) parece ameaçar o governo: declara que o governo terá que “promover alguma queda na renda real da população”, e se não fizer, o mercado o fará fazer “com aumento do desemprego”. Isto é, se o governo não controlasse a inflação pelo esfriamento da demanda, o empresariado o faria através do desemprego.

3.3 A VIRADA

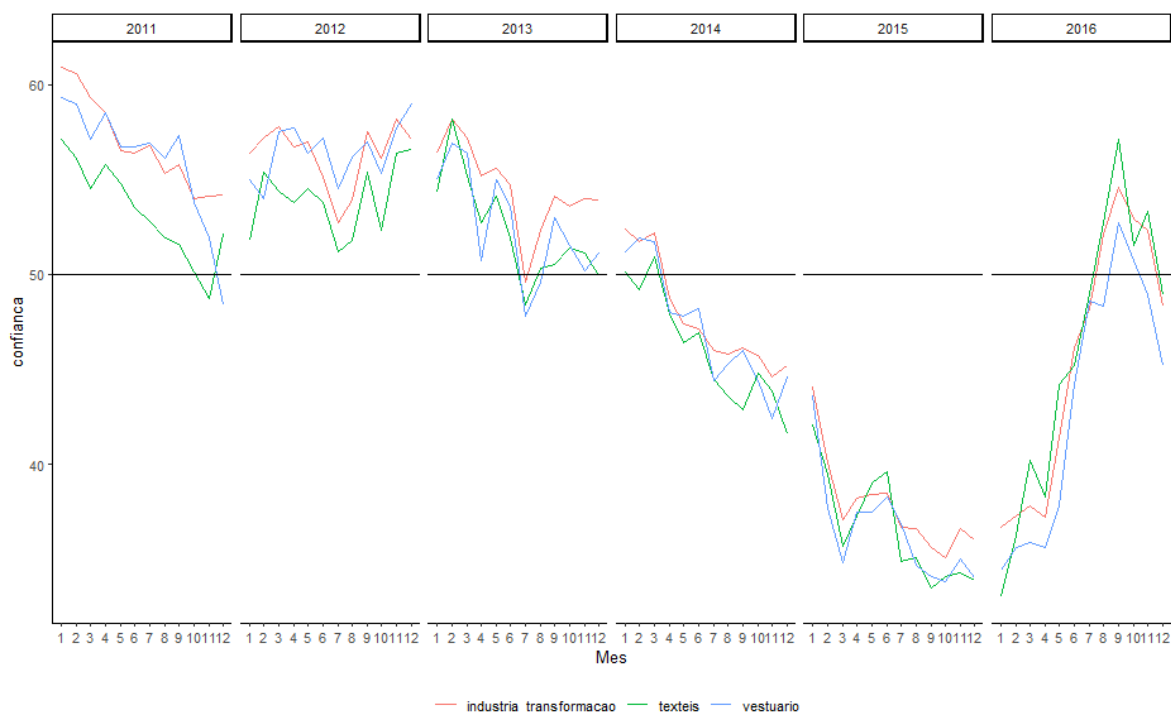
O ano de 2013 começa com o governo federal sendo acusado de maquiar as contas públicas para atingir o superávit fiscal (PSDB QUER, 2013). O fantasma da inflação voltou a assombrar o país e forçou o BC a abandonar o experimento heterodoxo (seção 3.2.1). Em junho, a Standard & Poor's anuncia que poderia “reduzir a nota do Brasil se o fraco crescimento, a piora nas contas públicas, a deterioração no balanço de pagamentos e a perda de credibilidade na condução da economia reduzirem a capacidade do país de administrar choques externos” (SCIARRETTA; FREITAS, 2013).

Em contraste, nos primeiros meses de 2013, as boas expectativas e o otimismo prevaleciam entre os dirigentes têxteis. Os industriais atribuíram a perspectiva econômica positiva aos resultados da desoneração, da queda da taxa de juros, do fim da guerra dos portos e da redução da tarifa de energia elétrica (FALCÃO, 2013a, 2013b; SETOR, 2013; MARCHESINI, 2013). A melhora era palpável: a Cedro Cachoeira, empresa de Diniz Filho (Abit), teve aumento de encomendas; a Dohler, de Carlos Dohler, teve aumento de 5,6% no volume produzido; e a Dudalina, de Sônia Hess, teve aumento de quase 50% na produção física (FALCÃO; PEDROSO, 2013; FALCÃO, 2013a). No início do ano, a Abit estimava o crescimento de 3% do PIB e de 2% a 2,5% na produção do setor e apontava as medidas governamentais como os motivos para o aumento esperado (WATANABE et al., 2013; FALCÃO, 2013a). Até o primeiro trimestre de 2013, portanto, o governo parecia estar avançando na direção desejada pelas lideranças têxteis, que esperavam ainda naquele ano a aprovação da salvaguarda e do RTCC. Assim, por mais que os industriais reconhecessem dificuldades e divergências, a expectativa era de que a economia e o setor continuassem avançando. As limitações da política econômica pareciam ser compensadas pelo avanço das medidas adotadas.

Entretanto, a partir do segundo trimestre, o governo começou a recuar em pautas caras ao setor, como discutido nas seções anteriores. A piora dos indicadores econômicos reduz a margem de manobra do governo (RUGITSKY, 2022). A estratégia governamental de compatibilizar os interesses industriais aos dos trabalhadores torna-se cada vez mais inviável diante da “desaceleração do crescimento econômico [que] repercutiu

negativamente na arrecadação tributária” (RUGITSKY, 2022, p. 66). Diante disso, os industriais têxteis convergem com o restante do setor privado e passam a demonstrar falta de confiança no governo — antes, portanto, de sua oposição se tornar pública (Figura 7).

Figura 7 - Índice de Confiança do Empresário Industrial (2011-2016)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da CNI.

O Índice de Confiança do Empresário Industrial, disponibilizado pela CNI, corrobora essa mudança identificada. Conforme é possível observar no gráfico acima, o ano de 2012 apresentou tendência crescente na confiança industrial, convergindo com a análise das declarações, em que os empresários se mostraram otimistas com o avanço do ensaio desenvolvimentista. Até os primeiros meses de 2013, manteve-se o patamar do nível de confiança. No entanto, a partir do segundo trimestre sua confiança entra em queda. Em julho, no mês dos protestos, há uma brusca redução na confiança empresarial — e ainda maior nos segmentos têxtil e vestuarista — que, embora se recupere nos meses seguintes, nunca voltou ao patamar pré-protestos. O diretor-executivo do IEDI, Julio Gomes de Almeida, explica o impacto nos industriais das manifestações em entrevista ao jornal Valor Econômico:

O nosso empresário industrial, assim como os consumidores, teve sua confiança reduzida com as manifestações de junho [de 2013]. Os nossos consumidores

mudaram suas expectativas logo em seguida, e já melhoraram, mas os empresários não. Eles mantiveram seu pessimismo, que no fim de ano foi agravado por toda essa desconfiança [principalmente das agências de classificação de risco] que veio sobre a economia brasileira. (JURGENFELD, 2014b, grifos nossos).

Como ficará evidente nas próximas seções e no Capítulo 4, a perda de confiança dos empresários estava vinculada à avaliação de que o governo seria responsável pela crise ao adotar uma política econômica inadequada e, mais grave ainda, por não ter capacidade de implementar as reformas estruturais consideradas cruciais para a superação da crise. O último ano do primeiro mandato já é dominado pela desconfiança industrial. A partir de 2014, o nível de confiança passa a apresentar tendência decrescente acelerada. Não à toa a confiança industrial só se recupera após o afastamento de Dilma, em 2016.

Entre o primeiro e segundo semestre de 2013, não apenas a insatisfação passa a superar o otimismo até então predominante com o “amadurecimento” das políticas governamentais, mas, se antes as críticas visavam pressionar o governo pela ampliação e aprofundamento das políticas econômicas vigentes, a partir da segunda metade de 2013, as declarações desfavoráveis tinham por objetivo reivindicar uma *mudança* das orientações econômicas e, cada vez mais, do Estado brasileiro. A inflexão se justifica pela suposta incapacidade da política econômica em vigor de garantir o crescimento industrial, que precisava de procedimentos mais estruturais para ser ressuscitada.

Desde 1990, os principais problemas apontados pelos industriais têxteis eram o avanço dos produtos importados e o tripé macroeconômico. A partir de 2008, a crise internacional se soma às suas preocupações. Entretanto, a partir de 2013, essas pautas são praticamente abandonadas e o problema central passa a ser a crise política e econômica causada por “fatores internos”, cuja superação dependia de uma reorientação da política econômica e da condução do Estado. Os dirigentes empresariais aqui analisados passam a defender uma agenda de reformas neoliberais, que resolveria, para eles, os problemas estruturais não apenas da indústria, mas do país como um todo.

Até então os industriais atuavam politicamente dentro das margens. Isto é, embora criticassem, eventualmente, o “curto-prazismo” da política econômica, seu foco de mobilização era em políticas mais pontuais — subsídios, isenções, barreiras alfandegárias, etc. A partir de 2013, isso mudou. Se antes as políticas reivindicadas para resolver a falta de

competitividade industrial eram reduções da carga tributária e políticas compensatórias na área da defesa comercial; depois, a pressão passa a ser por resoluções estruturais, que tocavam em incompatibilidades de fundo entre o crescimento desejado e o projeto petista. Diante de um novo ciclo econômico, fazia-se necessário um novo modelo econômico e político que reduzisse institucionalmente o custo de produção.

3.3.1 Esgotamento da Nova Matriz Econômica

A pontualidade das medidas do Plano Brasil Maior e os reveses sofridos a partir de 2013 tornaram-se mais preocupantes à medida que a economia brasileira entrava em recessão. Como eram políticas de curto prazo, os industriais pressionavam pela constante ampliação e avanço das políticas industriais — demanda que, a partir de 2013, o governo não foi capaz de suprir, como vimos na seção anterior. As principais reivindicações naquele ano, da salvaguarda e o RTCC, nunca saíram do papel. A tentativa de revogação de parte dessas medidas em anos posteriores, como a do Reintegra, foi vista como uma comprovação do “imediatismo e curto-prazismo das medidas anunciadas com pompas e circunstâncias”, como afirma Fernando Pimentel (Publicação no Facebook, em novembro de 2013).

A interpretação era de que o Plano Brasil Maior foi uma promessa de mudança de paradigma que não se concretizou. Ao ser perguntado pela autora se o setor tinha participado da elaboração do pacote, Bonduki (Sinditêxtil-SP) respondeu:

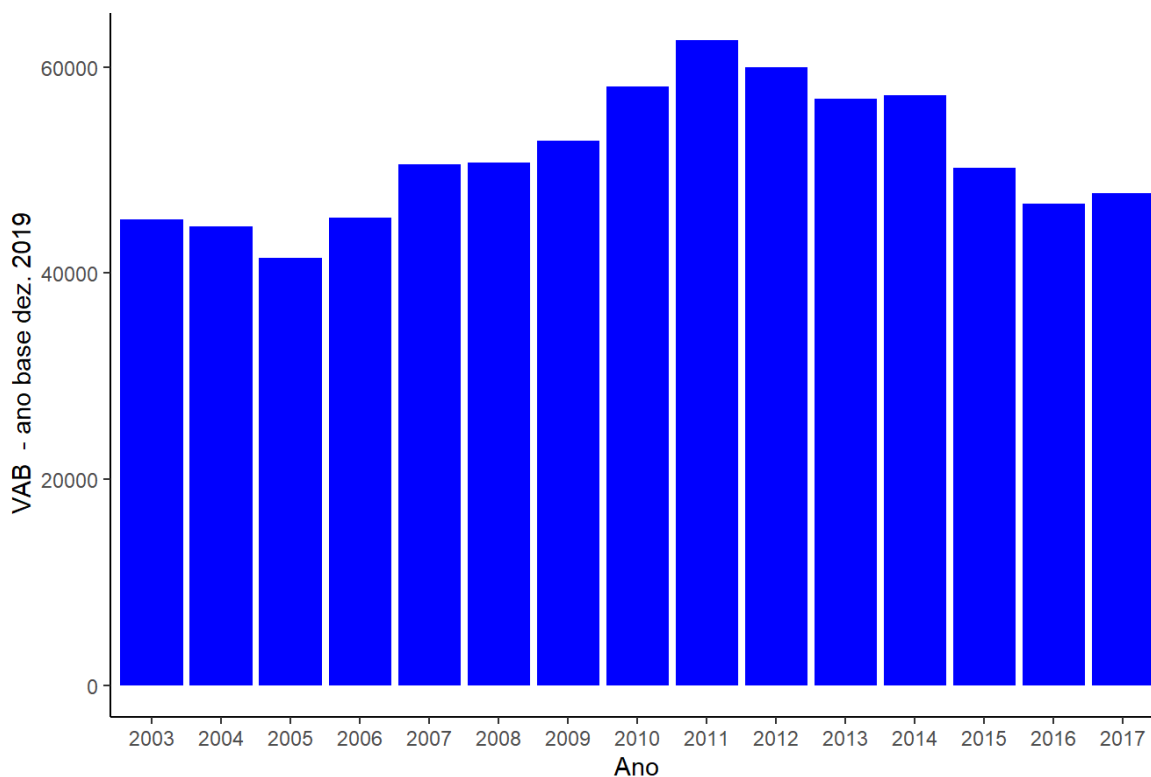
Sim, nós participamos do Plano Brasil Maior, mas na verdade ele foi de pouca eficácia né, teve pouco efeito. Mas assim, todos os atos em que o governo mostrou boa vontade, a gente sempre participa. Infelizmente o governo Dilma acabou se atrapalhando depois e acabou do jeito que a gente sabe que acabou né, e com ele acabou o Plano Brasil Maior. Mas ele trouxe muitos poucos benefícios para a indústria em geral, abriu um canal, foi mais para abrir um canal de diálogo. [...] foi importante para abrir na época do governo Dilma um canal de diálogo, eu mesmo estive em Brasília e tudo, mas foi de pouca eficácia, porque na época a preocupação do Brasil, é, do governo era manter uma base política, né, de sustentação no Congresso e também cobrir os seguidos rombos fiscais que se apresentavam principalmente através das estatais, então foi um período muito difícil de conversa. (Entrevista concedida à autora).

Na avaliação do executivo, portanto, o Plano Brasil Maior foi “de pouca eficácia” por causa da necessidade de “manter uma base política” — dada a instabilidade política — e a

crise econômica (em sua avaliação, causada pelos “rombos fiscais” do Estado) impediram que o governo e o Plano Brasil Maior fossem para frente. Vale notar a convergência dessa avaliação com a hipótese oferecida por Singer (2018) de que a partir de junho de 2013 a presidenta teria passado a atuar em “zigue-zague” e recuado da tentativa de implementação do ensaio desenvolvimentista. Ao fim e ao cabo, de fato, foi um *ensaio* desenvolvimentista, já que uma experiência breve e incompleta. A chegada à terra prometida parecia estar na esquina até a primeira metade de 2013, mas, com a chegada da instabilidade política e o fim do ciclo de crescimento econômico brasileiro, nunca se concretizou. Em poucas palavras, de nada adiantava aos industriais que a “direção” estivesse certa, se o destino torna-se impossível de ser alcançado.

De fato, o ensaio desenvolvimentista não cumpriu seu objetivo. Na realidade, sob o governo Dilma o processo de desindustrialização se aprofundou. O fim do ciclo de alto crescimento da economia brasileira teve consequências trágicas à indústria têxtil. Como vimos no Capítulo 2, embora perdesse importância em termos relativos, o setor crescia em termos absolutos. A partir de 2012, porém, isso se alterou: o PIB setorial passou a acompanhar a trajetória decrescente de sua participação econômica, conforme ilustrado na Figura 8 abaixo.

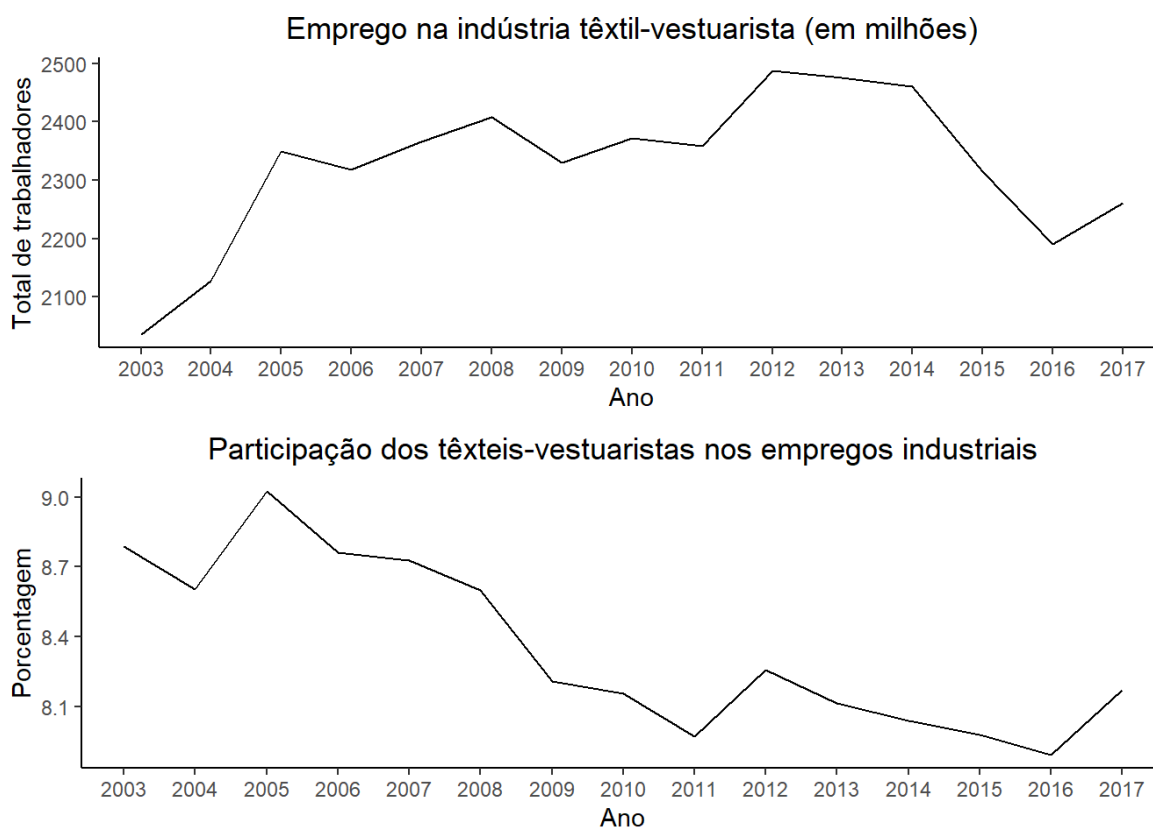
Figura 8 - VAB da indústria têxtil-vestuarista (2003-2017) em R\$ milhões



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE.

O último indicador positivo do setor também se inverteu. Até então, a empregabilidade do setor aumentava em termos absolutos, embora sua participação relativa decaísse. Contudo, a partir de 2013, a indústria têxtil também apresentou queda nos índices de emprego, ilustrado na Figura 9 abaixo. Assim, seu processo de desindustrialização se agrava significativamente. Todos os indicadores (emprego, PIB e balança comercial), em termos absolutos e relativos, apontavam para a sua decadência.

Figura 9 - Empregos da indústria têxtil-vestuarista (absolutos e relativos)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE.

Diante deste cenário, os industriais têxteis-vestuaristas convergiram para a análise dos demais setores econômicos, da oposição e da grande imprensa, que jogavam “a conta da crise apenas no desenvolvimentismo ou na assim chamada nova matriz econômica” (AVRITZER, 2019, p. 67). Na visão deles, o modelo havia esgotado e precisava ser substituído para que a economia brasileira pudesse retomar sua trajetória ascendente. A insistência do governo em tentar manter os preceitos desenvolvimentistas foi vista como uma das causas da crise econômica.

Em fevereiro de 2014, o recém-empossado presidente da Abit, Rafael Cervone, concede entrevista à revista Textilia em que sinaliza insatisfação com a política econômica vigente. Naquele momento, contudo, o executivo ainda busca mostrar moderação em suas críticas. Por um lado, avalia que a confluência da pressão popular, que emergiu em junho de

2013, com o período eleitoral torna aquele ano oportuno para a promoção de um “ponto de mudança” no rumo da política econômica (O JOVEM, 2014). Em tom mais crítico, alguns meses depois, Cervone declara que “o atual modelo econômico se esgotou e a paciência do cidadão também” (RAFAEL, 2014).

Nessa mesma linha, Bonduki (Sinditêxtil-SP) afirma que “é hora de definir estratégias de longo prazo” para “oferecer um cenário claro e transparente para estimular os investimentos produtivos”. Para isso, o executivo defende que o governo abandone o modelo econômico adotado desde o “pico da crise econômica internacional”, já que não haveria motivos para manter as medidas anticíclicas e, por conseguinte, sua continuidade passa a “desorganizar a economia” (BONDUKI, 2014b). Fernando Pimentel (Abit) oferece a mesma análise:

O pior é que aquilo que talvez fosse correto na contraciclidade da política econômica, depois eles [o governo do PT] acharam que aquilo dava pra ser perpetuado, meteram os pés pelas mãos e o Brasil quebrou do ponto de vista fiscal né. [...] Então foi muito mais... [a crise de] 2008 e 2009 não nos impactou tão fortemente quanto o impacto do descalabro fiscal que acabou acontecendo em 2014, a partir de 2014, já vinha vindo, mas ele acelerou-se, e que culminou que 2015 e 2016 aquela tragédia que derrubou o PIB, derrubou o emprego, derrubou nossa produção. (Entrevista concedida à autora, grifos nossos).

Para eles, portanto, o governo tinha acertado na política anticíclica no início da década de 2010 — e isso se refletiu na recepção positiva da Nova Matriz Econômica naquele momento. Contudo, a conjuntura havia mudado: a crise não era mais internacional, mas nacional e era necessário um novo modelo econômico que correspondesse à essa nova realidade; as políticas de “curto prazo” não tinham mais uso, tornava-se necessário uma solução estrutural. Um modelo em que a prioridade fosse a “responsabilidade fiscal”, o controle da inflação, a redução do Estado e o fim do intervencionismo estatal.

Essa interpretação é sintetizada pela tese publicada no editorial d’O Globo que Fernando Pimentel compartilha em sua página de Facebook, segundo a qual há uma “tradição” desde Rui Barbosa (1889-91) de que faz-se um ajuste, depois abre-se a torneira para políticas “expansionistas”, de “rápido crescimento”, a qual é seguida pela “virada da curva, quebradeira”. Especificamente sobre o governo Dilma, o editorial alega que:

Com Dilma, as finanças públicas foram novamente desarrumadas, no padrão brasileiro de altos e baixos, de *políticas ditas desenvolvimentistas* que soltam as

forças da inflação, produzem crescimento efêmero, para tudo acabar em inflação e déficits estrondosos. [...] O último capítulo deste enredo é o ‘novo marco macroeconômico’, do primeiro governo Dilma. Como se vê, nada há de novidade. Trata-se do velho e bem brasileiro voluntarismo que acha possível alcançar-se o desenvolvimento perene por meio de canetadas dos poderosos de turno. Tudo dependeria só de ‘vontade política’. (A TRADIÇÃO, 2014, grifos nossos).

O “excesso” de políticas desenvolvimentistas — considerada uma ideologia “atrasada” — durante o primeiro mandato de Dilma teria resultado na alta da inflação, em rombos nas contas públicas e na estagnação econômica. Com o fim do ciclo positivo da economia internacional, chegara o momento de consertar a “quebradeira” causada pelo governo petista através de políticas de austeridade. O setor financeiro oferecia o mesmo diagnóstico: “Nas palavras do presidente do Goldman Sachs Brasil, Paulo Leme, o problema estava na ‘política fiscal muito expansionista’, com o governo ‘dobrando a aposta’, aumentando ainda mais o gasto público em um momento de desaceleração econômica que impunha maior austeridade” (LEME, 2013 apud VACCARI; PEREZ, 2017, p. 100).

Vale notar que esse movimento de pressão por austeridade após a implementação de medidas anticíclicas segue a onda mundial adotada desde a crise de 2008 (BLYTH, 2017). Daí vem a noção industrial de que o Brasil estava “ficando para trás” ao dar sobrevida a um modelo “atrasado” ideologicamente. Para eles, o mundo estava adentrando um novo ciclo econômico-político e, portanto, tornava-se necessário “atualizar” e “modernizar” a política econômica e o Estado brasileiro. Assim, seria necessário abandonar o modelo de Estado inchado, a legislação trabalhista antiga, a política externa restrita ao modelo Sul-Sul. O Brasil deveria se adequar aos novos tempos, reduzindo o Estado e os direitos sociais e trabalhistas e inserindo-se na cadeia global de valores através da relação com os grandes mercados consumidores — EUA e Europa. Vejamos exemplos dessas interpretações:

Bonduki (Sinditêxtil-SP): Estamos pagando um preço muito alto pela resignação de nossas políticas públicas à radical mudança do cenário do comércio exterior a partir da crise internacional de 2008. *As nações exportadoras reagiram rapidamente, ajustando mecanismos fiscais e cambiais a um novo patamar de competitividade, compatível com o acirramento na disputa por mercados mais restritos. O Brasil, na contramão de tudo isso, manteve seus impostos estratosféricos, juros altos, taxa de câmbio* que somente nos últimos meses tornou-se um pouco menos severa contra as exportações e todos os históricos ônus incidentes sobre a produção. *Abriu-se um hiato de competitividade entre a nossa indústria e seus concorrentes externos.* Perdemos espaços nas vendas globais. Mais grave do que isso tem sido a impossibilidade de defender nosso próprio mercado interno, o oitavo maior do mundo, hoje abastecido, cada vez mais, por têxteis e

confeccionados produzidos nos países que souberam adequar-se mais rapidamente às transformações do mundo. (BONDUKI, 2014a, grifos nossos)

Fernando Pimentel (Abit): *O Brasil como nação desaprendeu a crescer e é saudosista de políticas que não funcionam mais.* Então a reindustrialização não vai ser uma reindustrialização da década de 70 do século XX, ‘ah porque a Coreia’, acabou! Esse modelo da Coreia já foi, nós estamos em outro mundo! Tem que encontrar os caminhos. (Entrevista concedida à autora, grifos nossos).

Os novos tempos demandavam um ambiente mais favorável à competitividade da indústria nacional. No entanto, os industriais avaliam que, ao invés do governo intervir para a promoção da melhora econômica, estava intervindo para minar a competitividade da indústria ao manter — e até aumentar — os custos de produção e, mais especificamente, da mão de obra, como foi o caso do veto à extinção da multa do FGTS.

É possível contar nos dedos os empresários que não partiram direto para a oposição já no primeiro mandato de Dilma. No setor têxtil, apenas Ivo Rosset (Grupo Rosset) e Josué Gomes da Silva (Coteminas) não foram contaminados pelo pessimismo. Rosset se opõe ao discurso catastrófico, sinalizando que há certo exagero nas avaliações sobre a recessão, se mostra otimista com o desenvolvimento do país e elogia a forma de governar de Dilma. O otimismo se reflete em seu discurso: o empresário afirma que pretende continuar investindo e expandindo sua empresa:

[...] não vejo razão para pessimismo. O momento é de cautela e cada um tem que tomar suas precauções. Não vejo o futuro com risco. Eu continuo acreditando no Brasil. O PIB é praticamente negativo e isso afeta o ânimo do empresário na hora de investir. Mas é justamente nesse momento que a gente tem que acreditar na continuidade do país. Nós temos um mercado interno bastante expressivo e que vai continuar consumindo. [...] Talvez a Dilma seja a candidata que vai promover essa mudança. Seu segundo mandato talvez seja melhor que o primeiro. Ela tem experiência e uma capacidade de governar muito grande, mais objetiva. [...] Uma coisa é certa. Ninguém vai conseguir tirar o Brasil do sistema e do rumo que está. É enorme o potencial de desenvolvimento e de crescimento. O que ocorre agora é um período de retração. (EU, 2014, grifos nossos).

Outro empresário que não entrou na onda pessimista é Josué Gomes da Silva, presidente da Coteminas e Springs Global. Filho do ex-vice-presidente José Alencar, Josué foi filiado ao PMDB naquele ano pelo ex-presidente Lula. Em entrevista ao Valor em maio de 2014, ao comentar sua entrada na política, Gomes da Silva afirma que, nas eleições de 2014, será “um soldado do partido na briga pela reeleição de Dilma” (VALENTI; BALARIN, 2014). Cotado para assumir o MDIC, da Silva recusou o convite para que pudesse se

candidatar ao Senado. O executivo apresentou como justificativa para sua filiação a necessidade de apoiar “o projeto começado pelo meu pai [José Alencar], com o presidente Lula, e que está tendo continuidade com a presidente Dilma” (VALENTI; BALARIN, 2014).

Ainda nesta entrevista, da Silva defende o governo das acusações de intervencionismo e pondera sobre a avaliação exagerada sobre a situação do país: “Da mesma forma que o Cristo Redentor não estava decolando, ele também não está desgovernado”, referindo-se à capa do *The Economist* (VALENTI; BALARIN, 2014). Já com o governo reeleito, Gomes da Silva declara confiança na capacidade da nova equipe econômica de “melhorar a competitividade da economia brasileira como um todo”. Entretanto, sinaliza que espera uma mudança no segundo mandato. O empresário espera uma política fiscal “mais austera”, que evite que a correção da inflação seja feita apenas pela política monetária (LIMA; VALENTI, 2014). Posteriormente, em balanço sobre o primeiro mandato de Dilma, o empresário explicita sua avaliação negativa do modelo econômico vigente. Segundo argumenta, a incessante perda de confiança dos agentes econômicos era resultado do

[...] inevitável insucesso, o esgotamento dos efeitos temporários da denominada Nova Matriz Econômica, que conjugava a intervenção na economia — por meio de controle de preços públicos, da prática de juros subsidiados, das desonerações fiscais voltadas ao estímulo do consumo, de políticas fiscais anticíclicas adotadas de modo generalizado, sem avaliação do custo-benefício — com a prática de contabilidade criativa. (CARRANÇA; BOUÇAS, 2016, grifos nossos).

Nesse sentido, mesmo aqueles que estavam ainda imunes ao pessimismo generalizado que acometia o setor privado no final do primeiro mandato de Dilma, condicionavam seu otimismo na confiança de que, durante o segundo mandato, Dilma seria capaz de fazer mudanças necessárias na condução da política econômica. Havia, portanto, um consenso nas declarações industriais, mesmo entre os mais simpáticos ao governo, em torno do diagnóstico de esgotamento da política econômica vigente e a urgência de um novo modelo econômico.

3.3.2 Um modelo para os novos tempos

Os industriais têxteis justificam seu pessimismo pela identificação de “macroproblemas” que dificilmente poderiam ser compensados pelos estímulos econômicos

esperados do período eleitoral e da realização da Copa do Mundo no país em 2014 (JURGENFELD et al., 2014). Predominava naquele momento a incerteza em relação ao cenário econômico e a expectativa de estagnação (PEDROSO, 2014; ÍNDICE, 2014). Os alvos da preocupação empresarial são os gastos públicos considerados excessivos, a inflação, a volatilidade cambial, “pressões sindicais crescentes” e legislação trabalhista “engessada”, alta dos juros, baixo crescimento, dentre outras (JURGENFELD et al., 2014; ÍNDICE, 2014; NEUMANN, 2014; PIOVESAN, 2014). Nas palavras de Cervone (Abit), esses problemas estruturais “têm sido mais prejudiciais ao setor do que questões ligadas à crise internacional e ao volume expressivo de roupas importadas da China. [...] Acho que 70% dos nossos problemas são internos.” (FATORES, 2014).

Nota-se aqui uma avaliação das causas da desaceleração econômica que diverge da justificativa oferecida pelo governo: não se trata mais, para os industriais, de reflexos nacionais da crise internacional, mas de problemas “internos”. Relevante também é a ponderação de que os principais problemas que os industriais têxteis-vestuaristas apontavam até então, a saber, a crise internacional e o avanço dos produtos importados no mercado nacional, passam a ser questões menores, secundárias, se comparadas aos “problemas internos”. Essa interpretação industrial estava em sintonia com a narrativa da grande imprensa, conforme aponta Almeida (2016, p. 214), a mídia nunca aceitou que o mau desempenho econômico fosse reflexo da crise internacional: “O problema era o Brasil, apenas o Brasil. O mal estava no governo Dilma, somente no governo Dilma”.

Digno de nota, os “problemas internos” apontados não eram novidade. Essa lista, aliás, é repetida há décadas pelos industriais: trata-se do famoso “custo Brasil”, que passou a unificar o discurso empresarial já nos anos 1990 (MANCUSO, 2004). Mesmo no auge da harmonia entre industriais e governo Dilma, em 2012, esses eram identificados como “problemas estruturais” que deveriam ser enfrentados a longo prazo (FALCÃO, 2012a, 2012b). Contudo, apareciam quase como uma lembrança distante e ideal, estando lá apenas para pontuar uma reivindicação histórica. A tonalidade era de que “está tudo indo na direção correta, mas não podemos esquecer de que, a longo prazo, precisamos olhar para essas outras questões também”. A disputa priorizada era por políticas pontuais: os industriais têxteis e de confecção se mobilizavam para serem contemplados por políticas de incentivo e

compensação, assim como uma política macroeconômica mais favorável, a saber, um real desvalorizado e, com menor ênfase, a redução da taxa de juros.

A partir do segundo semestre de 2013, todavia, as políticas “de curto prazo” deixam de ser priorizadas — e são, inclusive, criticadas — e os problemas tidos como estruturais e nacionais passam a constituir a primeira página da agenda industrial, se entrelaçando com o diagnóstico de crise oferecido por eles, que será melhor explorado no Capítulo 4. Em síntese, a avaliação consensualmente repetida pelas lideranças têxteis-vestuaristas era que, para que o país superasse a tsunami, era urgente resolver todas essas “questões estruturais” (CAMPOS, 2013b; MARIANO, 2013; CAMPOS, 2014a; CERVONE, 2014; FATORES, 2014; REINERT, 2014; VERAS, 2015; CERVONE, 2015).

Diante do novo ciclo econômico, fazia-se necessário um novo modelo econômico e político. Não bastava mais isenções fiscais e subsídios pontuais. Para sobreviver diante da desaceleração econômica em contexto de acirramento da competitividade internacional, tornava-se necessário reduzir institucionalmente o custo da mão de obra: ao lado da reforma tributária e previdenciária, a reforma trabalhista torna-se uma urgência (CAMPOS, 2013b; AUMENTO, 2014; RAFAEL, 2014; REINERT, 2014; CERVONE, 2014; CERVONE, 2015; BOUÇAS, 2016; CRESCIMENTO, 2016). Segundo Cervone (Abit), a legislação trabalhista é definida como “antiquada” e, portanto, deve passar por uma “modernização” (BOUÇAS, 2016; CRESCIMENTO, 2016). Com a mesma avaliação, Fernando Pimentel (Abit) avalia que “[...] [a CLT] Não atende mais aos objetivos para que foi criada e tem sido um entrave à evolução do país.” (Publicação no Facebook, abril 2013). A legislação trabalhista resultava em um custo considerado desproporcional da mão de obra, que seria fatal na disputa com os importados:

João Domingos Chiari Sanchez (SENAI): Quando você tem uma quantidade de gente muito grande com você e o quanto isso representa, o quanto a folha pesa nessa questão do custo final do produto. Porque aí tem gente que fala assim ‘ah não, é o setor que paga lá em cima’, pelo contrário, a confecção, o próprio calçado, são setores que têm normalmente o histórico de ter uma meta salarial baixa, principalmente quando vai na ponta, numa facção. Caramba, ainda assim é caro pra quem paga. Mas é caro pra quem paga por que? Porque a quantidade de encargos é lá nas alturas né (Entrevista concedida à autora)

Paulo Sergio Salvi (SENAI): e é aquilo né, quando você pega um grande magazine e fala assim “eu te pago R\$2,50 nessa peça” aí que tá caro, porque eu tenho um limite de um salário pra te pagar. Tudo bem que eu tenho... pago 2 mil de salário, mas foi feito um estudo de um dos empresários nosso que ele fala assim ó, quando o pessoal fala que os encargos sociais no Brasil você paga mil [de salário], você tá pagando dois [mil], não, tem vezes que você paga três [mil], e ele fez estudo. Dois [mil] é usando os encargos normais, mas dependendo aonde você tá, o sindicato tem cesta básica, convênio médico, auxílio creche, uniforme, isso daí não tá naqueles encargos sociais do governo, então são outros encargos que vem aqui que funcionário quando você paga mil, na verdade ele custa três [mil] pra você. (Entrevista concedida à autora)

Ronald Masijah (Sindivestuário-SP): Nossa carga tributária é tão mais elevada, os encargos sociais tão desproporcionais em relação a eles e o retorno deste imposto tão pífio que o Brasil pode produzir produtos maravilhosos, mas a questão preço é inviável. Quando falei retorno pífio, vou dar somente três exemplos: pagamos impostos para saúde pública, obrigação do governo, mas ela inexistente, obrigando a empresa a fornecer um convênio médico, custo este que logicamente precisa ser repassado ao preço do produto, portanto bi-tributação nos preços. Pagamos imposto para educação, obrigação do governo, mas as empresas são obrigadas a admitir em seu quadro de colaboradores menores aprendizes. Obviamente o custo desses salários também está computado no produto, de novo bi-tributação. Da mesma maneira, a empresa precisa fornecer vale transporte, mas transporte público deveria ser garantido pelo governo. Enfim, toda essa tributação de impostos faz com que os produtos importados, que não têm nada disso, cheguem muito mais baratos. (MASIJAH, 2013).

Fernando Pimentel (Abit): No Brasil, o trabalho, custo final, celetista, ele é muito mais alto do que aquilo que acontece nos outros países. No Brasil tem um monte de cotas que não tem nos outros países, eu não tô aqui de novo fazendo juízo de valor. Ontem mesmo aprovaram no Senado o projeto de cota pra mãe solo. Ainda vai pra Câmara, nós vamos lá trabalhar isso. Mas ter cota pra... por que que tem pra mãe solo? E a mãe casada? Não tem que ter emprego não? Isso acaba afastando. Às vezes vai com intuito de proteger e acaba afastando. Já vi, já ouvi o cara fala “ó, só contrato agora mais de 40 anos porque a chance da maternidade é menor”, então, são... a economia ela vai se ajustando, o cara vai impondo na marra e o cara vai tentando driblar, o último passo para isso é a informalidade. A nossa informalidade no Brasil, no setor que tá dentro do Brasil, é maior do que os outros países da OCDE, que nós estamos querendo entrar. [...] Nós temos agendas de projetos vinculados a essa redução do custo Brasil. *Mas ao mesmo tempo que você tem que fazer avançar projetos para reduzir os custos, você tem que travar projetos como esse da mãe solo.* (Entrevista concedida à autora).

Neste sentido, para que a indústria nacional não fosse engolida em um momento de acirramento da competitividade, era urgente a “modernização de alguns preceitos estruturais [da Constituição de 1988], como as reformas tributária, previdenciária e trabalhista”, como bem sintetiza Bonduki (Sinditêxtil-SP) (BONDUKI, 2013; CAMPOS, 2013b; INDÚSTRIA, 2013; FALCÃO, 2013c). Trata-se, portanto, da reivindicação por uma redução estrutural do custo da mão de obra.

Para além disso, demandava-se o investimento em infraestrutura, a redução da burocracia, o fim da insegurança jurídica e incertezas políticas e tornasse “pragmática” a condução da política externa (REINERT, 2014; RAFAEL, 2014; BONDUKI, 2014b; O JOVEM, 2014; JURGENFELD et al., 2014; ÍNDICE, 2014; CERVONE, 2014). Os industriais sublinham, não obstante, que, nada disso poderia “avançar sem que a política macroeconômica privilegie a redução do gasto público, leve à correção do câmbio e ao controle da inflação” (REINERT, 2014; BONDUKI, 2014b).

A agenda de mudanças estruturais convergia com o programa oposicionista (AVRITZER, 2019), o que nos leva a investigar também a finalidade dessas avaliações críticas e da agenda industrial proposta. Enquanto no início do primeiro mandato as críticas feitas pelo empresariado visavam orientar a política econômica de acordo com seus interesses imediatos (ajustar as medidas, pedir pelo aprofundamento delas, etc.), no último ano elas são feitas para demarcar oposição ao governo e, eventualmente, desestabilizá-lo. Essa diferença fica mais explícita na seguinte declaração feita pelo dirigente têxtil, Alfredo Bonduki (Sinditêxtil-SP), em entrevista concedida à autora para os fins desta pesquisa. Ao ser indagado sobre quais eram as mudanças necessárias na política econômica que o setor estava demandando em meados de 2014, o empresário responde:

Então, todas essas que eu disse pra você [antes], é, assim, basicamente né, a redução do custo financeiro, a redução da tributação sobre valor agregado, é... mas, assim, *eram coisas que a gente sabia que o governo não ia poder dar porque o déficit público vinha aumentando muito né.* (Entrevista concedida à autora).

Nessa passagem, nota-se que o executivo admite que o setor sabia que o que estavam demandando não era possível de ser atendido pelo governo naquele momento. Encontramos aqui uma estratégia política: o empresariado prioriza pautar propostas de mudanças estruturais em um momento em que o governo está fragilizado, não porque espera que o governo o atendesse, mas para demarcar politicamente a oposição ao governo — e, possivelmente, para contribuir para sua desestabilização e, conseqüentemente, para fortalecer a candidatura oposicionista.

Talvez por isso que os pontos de incompatibilidade com o projeto petista ganham maior atenção. Diferentemente dos anos anteriores, em que o custo da mão de obra era tratado através da discussão da carga tributária, a partir de 2013, o foco passa a ser a redução

estrutural do custo da mão de obra, por meio da reforma trabalhista. Da mesma forma, demanda-se por um critério “econômico” na política externa, em contraste com o critério “ideológico” adotado pelo governo petista. A redução dos gastos públicos e o fim das “incertezas políticas” eram demandas que, como veremos no próximo capítulo, se colocavam em oposição ao tipo de política que o PT fazia, na visão industrial. O conflito se torna mais explícito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo teve por objetivo apresentar a inflexão do posicionamento político dos industriais têxteis-vestuaristas. A primeira metade do governo Dilma se assemelha ao governo Lula. Os industriais clamam ajuda estatal frente à ameaça chinesa, em especial no contexto pós-crise de 2008. No Lula II, parte das demandas tinham sido atendidas. Sob Dilma, o pacote de salvamento da indústria avança e se aprofunda. Entre 2011 e o primeiro semestre de 2013, as seguintes demandas são atendidas: desoneração da folha de pagamentos, priorização de produtos nacionais nas compras governamentais, fim da guerra dos portos, medidas anti-dumping, a redução do preço da energia elétrica, maior fiscalização de produtos importados nos portos, desvalorização do real e redução da taxa de juros. Por mais que eventualmente ponderassem a insuficiência das medidas frente aos obstáculos enfrentados, a avaliação predominante era que o governo estava atento às demandas industriais e reconhecia a centralidade da indústria nacional na tarefa de estimular o crescimento e desenvolvimento econômico do país. O governo e a indústria pareciam compartilhar o mesmo objetivo. Por mais que o desempenho econômico nesses anos tenha sido morno, o otimismo empresarial era alto.

A partir do segundo semestre de 2013, no entanto, o cenário se altera. O fim do *boom* das commodities e consequente desaceleração econômica traz à tona as tensões até então latentes. A desindustrialização se aprofunda e as políticas implementadas se tornam insuficientes para reverter a situação. A mudança do ciclo econômico é acompanhada por um novo ciclo político. A agenda industrial responde a essas mudanças, e os empresários adotam um novo discurso em relação ao governo. Os principais desafios do setor deixam de ser o

avanço dos produtos importados e a crise internacional e passam a se resumir a “problemas internos”: gastos públicos supostamente excessivos, alta burocratização, gestão inábil e ineficiente, legislação trabalhista engessada, incerteza jurídica e política, alta carga tributária, política externa dogmática, ameaça inflacionária, dentre outros.

Diante desse diagnóstico, os empresários passam a demandar por uma mudança na política econômica, que, em sua visão, era demasiadamente pontual e de curto prazo, além de ser baseada em ideologias “atrasadas”. A avaliação consensual era de que o modelo político-econômico vigente tinha se esgotado e, portanto, devia ser substituído por uma agenda estrutural de modernização do Estado e da economia.

Assim, não apenas as críticas ao governo e à política econômica passam a predominar nas declarações públicas, mas elas mudam qualitativamente. Até então, as manifestações desfavoráveis visavam pressionar o governo a ampliar e aprofundar as medidas já anunciadas; desde o segundo semestre de 2013, contudo, as críticas passaram a ter a finalidade de pressionar pela alteração da orientação econômica e de demarcar oposição ao governo. Digno de nota, tanto o diagnóstico quanto o prognóstico industrial estavam afinados ao discurso oposicionista disseminado pelos movimentos anti-Dilma, pela oposição partidária e pela grande mídia.

É interessante notar também que eles passam a demandar para si o que julgavam ser “desleal” da indústria chinesa. Como vimos, os industriais têxteis tinham a avaliação de que a China não tinha as mesmas exigências trabalhistas, ambientais e tributárias, e que, por isso, suas empresas seriam mais competitivas no mercado brasileiro. Em entrevista concedida à autora, o atual presidente da Abit, Fernando Pimentel, declara:

Então, a China quando entrou no mundo, quando ela entrou na OMC, ela invadiu, começou a colocar, ela usufruiu dessa liberdade, e o que ela fez? Explorando, usando a mão de obra barata, aquela superpopulação, direitos trabalhistas e previdenciários pouco respeitados, é uma ditadura. Então o que a gente questionava era essa questão... (Entrevista concedida à autora).

Até 2013, a demanda para “igualar” as condições entre os países se voltava à desoneração da folha de pagamentos e a redução da carga tributária em geral, a políticas de defesa comercial, e à redução do juro e à desvalorização do real. Depois, parte central da agenda industrial é justamente a “modernização” da legislação trabalhista e dos direitos

previdenciários, a fim de reduzir estruturalmente o custo da mão de obra. Essa mudança reflete o realinhamento político ocorrido: antes, os industriais se aliavam aos trabalhadores, demandando políticas que incentivassem a indústria e que eram compatíveis com os interesses trabalhistas; posteriormente, a agenda priorizada era defendida em conjunto com as demais frações burguesas, em oposição aos direitos trabalhistas.

A maior compressão resultante da desaceleração econômica é uma peça importante nessa virada, como vimos aqui (RUGITSKY, 2020, 2022). Ao fim e ao cabo, tratava-se de uma luta pela sobrevivência. Em um ambiente de desaquecimento econômico em meio ao acirramento da competitividade com a China, a redução do custo da mão de obra passa a ser central. Mas isso não é suficiente para explicar a virada identificada aqui. A taxa de crescimento econômico já vinha definhando desde 2011. Além disso, o governo tinha recuado em políticas importantes para o setor desde março de 2013. Por que a oposição industrial veio apenas a partir de junho de 2013? É esta questão que será explorada no próximo capítulo. Veremos que o novo ciclo político inaugurado a partir das manifestações de junho foi crucial para germinar a inflexão industrial. A mudança na correlação de forças e consequente expectativa de que o PT não vencesse a eleição permitiu que a agenda industrial passasse a ser explicitamente de oposição ao governo, disputando questões estruturais e que tocam em incompatibilidades do projeto petista.

É uma atuação evidentemente política, que revela um comportamento estratégico industrial. Nos primeiros anos, os industriais visam conquistar concessões marginais: subsídios, isenções, tarifas alfandegárias, etc. Para isso, se utilizam de uma retórica que equivale os interesses industriais aos trabalhistas. A partir do segundo semestre de 2013, isso mudou. A atuação política industrial é nitidamente de oposição ao governo. Nesse contexto, os industriais não hesitam em decretar o esgotamento da política econômica e, como veremos no próximo capítulo, do que consideravam um modelo de Estado encampado pelo PT. Passam a disputar uma agenda própria, que bate de frente com os interesses dos trabalhadores e com o projeto petista.

CAPÍTULO 4 - O GIGANTE ACORDOU? AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO E A OPOSIÇÃO INDUSTRIAL

Temos agora a grande globalização dos movimentos sociais e de protestos. É bom o Brasil acelerar suas reformas para resgatar a competitividade de sua indústria. Se não o fizer, veremos em breve movimentos do mesmo teor não só contra o sistema financeiro, mas também contra as más políticas. Basta de impostos, "burrocracia", incompetência, corrupção, má gestão e por aí vai. (Post no Facebook de Fernando Pimentel, 15 out. 2011).

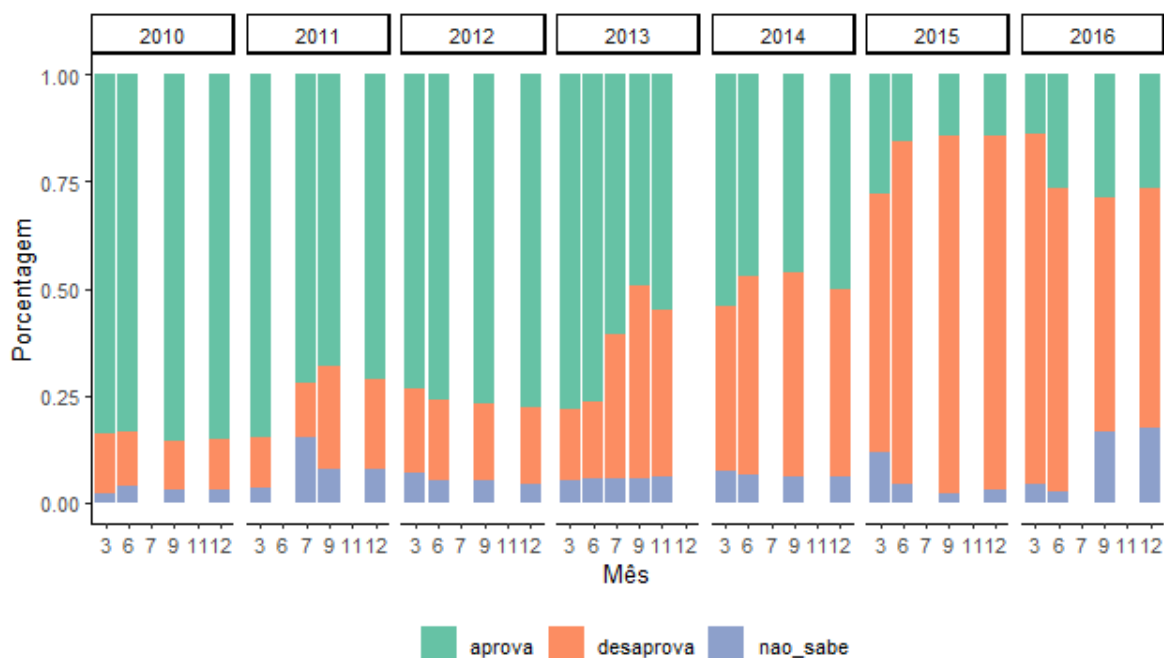
Simultaneamente ao sepultamento do antigo ciclo econômico, a partir de 2010, crises políticas surgiram em todo mundo — e permanecem não superadas até os dias de hoje. Grandes levantes populares questionadores do sistema (*establishment*), como a Primavera Árabe, os indignados na Espanha e o *Occupy Wall Street* nos Estados Unidos, tomaram conta das ruas, desestabilizando as instituições democráticas ao redor do globo. Assim, a crise econômica se tornou também crise política. É neste contexto que eclodiram as manifestações de junho de 2013 — um divisor de águas na política brasileira (ALONSO, 2017; SINGER, 2018; ROCHA, 2019; SILVA, 2020; ARAUJO; BELINELLI, 2022).

Por aqui, os protestos de junho de 2013 aparentavam ser um raio em céu azul. Afinal, o lulismo permitiu a combinação de regressão produtiva com queda nas desigualdades sociais (RUGITSKY, 2020, 2022). Em março, poucos meses antes dos manifestantes tomarem as ruas, a presidenta tinha 65% de aprovação, 72% dos entrevistados acreditavam que Dilma “fará um governo ótimo ou bom daqui para frente” e apenas 10% esperavam piora no cenário econômico (DATAFOLHA, 2013a). O Brasil atravessou um tsunami de manifestações pelas principais ruas e avenidas durante quase um mês, com milhares de brasileiros protestando por melhores serviços públicos e contra a corrupção, dentre tantas outras bandeiras levantadas. Apesar de, eventualmente, as ondas se retraírem, o país nunca mais foi o mesmo. Se antes a maioria dos brasileiros estava otimista e aprovava o governo, depois dos protestos a expectativa de piora econômica aumentou para 29% e, da primeira para a última semana de junho, a aprovação da presidenta caiu 27 pontos percentuais — de 57% na primeira para 30% na última semana (DATAFOLHA, 2013b). Embora tenha apresentado oscilações, a presidenta nunca conseguiu recuperar a aprovação pré-manifestações de junho de 2013.

Essa inflexão se deu também nos índices de aprovação industrial à presidente, apresentados na Figura 10 abaixo. Segundo dados fornecidos pela CNI, em pesquisa

realizada em parceria com o IBOPE, até o primeiro semestre de 2013, a avaliação industrial sobre o governo sofreu pouca alteração, mantendo um nível alto de aprovação. A partir de julho, no entanto, o padrão se altera: a desaprovação industrial à presidenta dá um salto, atingindo a maior porcentagem até então, e a partir desse mês a desaprovação passa a apresentar tendência crescente. No segundo mandato, a oposição ao governo se consolida em patamar altíssimo.

Figura 10 - Aprovação industrial da maneira de governar do presidente (2010-2016)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da CNI.

O contraste da agenda industrial pré e pós junho de 2013 revela uma mudança drástica no posicionamento industrial. Como vimos no Capítulo 3, até o primeiro semestre de 2013, os empresários se manifestaram majoritariamente a favor do governo e da política econômica empreendida. A agenda priorizada era a mesma defendida sob a era Lula: isenções fiscais, subsídios, medidas de defesa comercial, como medidas para reduzir a falta de competitividade da indústria nacional. A partir do segundo semestre de 2013, contudo, a crise internacional deixa de ser considerada a raiz das dificuldades industriais, justamente quando ela atinge mais fortemente a economia brasileira. Em seu lugar, o principal obstáculo passa a ser os “problemas internos”, considerados profundos demais pelos industriais para serem solucionados com medidas pontuais e de curto prazo. No segundo mandato, a avaliação

oferecida pelos industriais é de que não apenas o modelo econômico em curso havia atingido seu limite, mas o modelo político também havia se esgotado. A crítica, antes à política econômica, se expande ao Partido dos Trabalhadores e ao modelo de Estado inaugurado desde a Constituição de 1988.

As manifestações de junho inauguraram um novo ciclo político, que apresentou uma nova agenda oposicionista na opinião pública marcada pela crítica aos altos gastos públicos e à corrupção. A segunda metade do governo Dilma de nada se assemelhava aos anos anteriores. Desde que assumiu o poder executivo, o lulismo nunca esteve tão deslegitimado. O governo era criticado nas ruas e pela grande mídia, desde junho de 2013, por “gastar” demais com a Copa do Mundo e não com serviços públicos de qualidade. Durante o ano de realização dos jogos no Brasil, as cidades-sede dos jogos foram palco de manifestações e a presidenta foi vaiada e recebida por xingamentos de baixo calão no jogo de abertura em São Paulo (DOZE, 2014; DILMA, 2014). Adicionando lenha à fogueira, a Operação Lava-Jato ocupava as manchetes dos principais jornais e revistas do país, devido à investigação de suposto caso de corrupção na Petrobras envolvendo dirigentes petistas (ENTENDA, 2014). Simultaneamente, com crescimento de apenas 0,5% do PIB em 2014, o discurso dominante era de que o Brasil entrava em recessão. Consequentemente, a ameaça de aumento da inflação e desemprego voltava a assombrar o país (ROLLI, 2014). Em suma, a imagem do governo era associada à corrupção, irresponsabilidade fiscal e à inabilidade política e econômica.

Diante da instabilidade política e econômica, todos estavam de olho nas eleições presidenciais de 2014. Em julho daquele ano, a presidenta teve a maior taxa de reprovação desde que assumiu o poder executivo (DATAFOLHA, 2014b). Segundo Avritzer (2019, p. 57), as eleições de 2014 foram atípicas, “porque ocorreram em um ambiente já fortemente polarizado na ótica da tradição amigo versus inimigo, segundo a qual a política não é um campo de conciliação e negociação, e, sim, aquele em que o inimigo se manifesta”. A polarização tornou o resultado das urnas imprevisível: Aécio (PSDB) e Dilma (PT) estavam praticamente empatados nas pesquisas de intenção de votos para o segundo turno poucos dias antes do segundo turno (RIZÉRIO, 2014). Desde 2002, a oposição nunca esteve tão próxima de ganhar a eleição: no dia 26 de outubro, a presidenta Dilma garantiu sua reeleição com apenas 3,28% de vantagem sobre o adversário tucano (SANTOS; CAULY, 2014).

Apesar do tucano declarar, após anunciada sua derrota, que sua maior prioridade era de “unir o Brasil” (SANTOS; CAULY, 2014), o PSDB protocolou no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pedido de auditoria da eleição presidencial no dia 30 de outubro (PSDB, 2014). No dia 15 de novembro, milhares foram às ruas pelo “Fora Dilma”. A radicalização era evidente. Conforme informa o portal Uol, “grande parte dos manifestantes seguravam bandeiras do Brasil e usavam roupas nas cores verde e amarela. Alguns deles queimaram uma bandeira da campanha de Dilma e pisaram no que restou dela aos gritos “Fora Dilma”, “Fora PT”.” (NEVES, 2014). Aproveitando a mobilização, três dias depois da manifestação, o PSDB protocola no TSE pedido para cassar o registro da candidatura petista, argumentando que “campanhas do PT teriam sido financiadas com dinheiro de corrupção, o que tornaria a eleição de Dilma ‘ilegítima’.” (PASSARINHO, 2014). Embora os pedidos não tenham sido acatados, o questionamento da legitimidade da presidenta só se aprofundou daí em diante, desaguando, em março de 2016, em seu impeachment.

Nesse capítulo, exploraremos a hipótese da possível relação entre a oposição industrial ao governo Dilma e as manifestações de junho de 2013. Antes de tudo, devemos sublinhar que não se trata de traçar uma relação de causalidade, isto é, não pretendemos afirmar que os protestos de junho *causaram*, por si só, a mudança de posicionamento empresarial. Em primeiro lugar, como pretendemos ter demonstrado ao longo dessa pesquisa, há diversos fatores que contribuíram para a inflexão observada no posicionamento político industrial. No Capítulo 3, identificamos que já no primeiro trimestre de 2013 a confiança empresarial tinha entrado em queda. O governo já havia começado a recuar politicamente frente a maior pressão do setor financeiro e a virada do ciclo econômico. Por conseguinte, não seria coerente afirmar que as manifestações *causaram* a mudança observada. Em segundo lugar, mas não menos relevante, as pautas que as manifestações de junho jogaram luz já estavam presentes no discurso empresarial *antes* da eclosão dos protestos. A partir do segundo semestre de 2013, contudo, elas passaram a ter maior predominância nas declarações públicas industriais. Nosso argumento, portanto, é que os protestos parecem ter *consolidado* as críticas e oposições até então latentes no discurso empresarial, oferecendo um clima político favorável à publicização da oposição industrial ao governo Dilma.

Isto posto, questionamo-nos: como os industriais interpretaram as manifestações de junho e como essa interpretação pode ter impactado seu comportamento político? Trabalhamos com duas hipóteses. Primeiramente, a ruptura causada no cenário político pelos protestos foi interpretada pelo empresariado como uma janela de oportunidade política. A queda gerada na aprovação da presidenta possibilitou o alinhamento entre a preferência eleitoral do empresariado e o (esperado) resultado das urnas. Assim, a agenda defendida pelos industriais servia também como uma campanha pela oposição na eleição de 2014. Frente a essa interpretação, o empresariado se mostra mais impaciente e se distancia gradualmente do governo, passando a constituir, já em 2014, oposição ao governo, como discutido no capítulo anterior e aprofundado nas seções seguintes.

Em segunda lugar, o surgimento dos movimentos de direita (ou nova direita) por meio das manifestações de junho possibilitou a criação de uma plataforma unificada entre a classe média e as frações burguesas. Predominava, a partir de então, a avaliação de que a crise brasileira era majoritariamente causada pelo PT e pelo seu modelo político e econômico. Frente a esse diagnóstico em comum, o empresariado se mobiliza em torno de uma agenda de Estado mínimo, fundamentada por uma retórica antipetista, que desaguou na defesa do impeachment no segundo mandato. Para eles, o impeachment é visto como a solução para a crise em curso desde 2013. Com a deposição da presidente, a agenda de reformas estruturais defendida pelos industriais poderia, finalmente, ser implementada.

O capítulo se divide em três seções. A primeira apresenta a hipótese de junho de 2013 como uma janela de oportunidade para a oposição industrial. A segunda e terceira seções se dedicam a explorar os diagnósticos e prognósticos da crise brasileira. Nos interessa aqui investigar como os dirigentes têxteis-vestuaristas diagnosticaram a crise brasileira, quais eram as soluções propostas por eles e quais argumentações teciam para fundamentá-las. São essas perguntas que nos motivam a analisar não apenas o *que* eles se opunham, mas o *porquê* da oposição; não apenas o *que* defendem enquanto programa, mas *porque* apresentam essas propostas enquanto soluções aos problemas que identificam. A argumentação apresentada pelos executivos reforça a tese de que a crise não era meramente econômica, mas também política.

4.1 MUDA BRASIL: JUNHO COMO JANELA DE OPORTUNIDADE

As manifestações de junho foram um corte na cena política brasileira. Segundo Alonso (2017, p. 54), junho de 2013 gerou uma “conjuntura fluida”, em que foi produzida uma “incerteza estrutural, na qual padrões rotineiros de orientação da conduta política se dissolveram, clivagens usuais esmaeceram e novas conexões, entre setores sociais distantes entre si no espaço social, ganharam expressão política”. A instabilidade política instalada fez com que Dilma passasse a atuar na defensiva, impossibilitando a sustentação do ensaio desenvolvimentista (SINGER, 2018). As manifestações não apenas mudaram os rumos do governo Dilma, mas anteciparam “o debate da eleição presidencial de 2014 e seria[m] o prólogo da crise do impeachment” (SINGER, 2018, p. 126). Quase uma década depois, a instabilidade política e econômica que se originou naqueles eventos ainda não saiu de cena no país (ALONSO, 2017; TATAGIBA, 2018; AVRITZER, 2019; SAAD-FILHO; MORAIS, 2018; SILVA, 2020; ARAUJO; BELINELLI, 2022; STARLING; LAGO; BIGNOTTO, 2022).

Nesse contexto de crise política, argumentamos que os dirigentes industriais teriam identificado uma janela de oportunidade política a partir das manifestações de junho de 2013, isto é, uma possibilidade de mudança na política econômica a partir da (supostamente) provável derrota eleitoral do PT. Nos inspiramos aqui em Kingdon (2014), que, embora teorize sobre a constituição da agenda governamental, nos oferece uma categoria analítica que julgamos útil. Kingdon formula os conceitos de fluxos (*streams*) dos problemas, das políticas públicas (*policy*) e da política (*polity*). Em momentos críticos, os três fluxos se convergem — e isso tem maior probabilidade de acontecer quando há uma abertura de janela: “O problema é reconhecido, a solução está disponível, o clima político torna o momento certo para a mudança, e as restrições não proíbem a ação” (KINGDON, 2014, p. 88, tradução nossa). Diante disso, tomamos a liberdade de adaptar esse conceito para a análise do comportamento político empresarial. Avaliamos que, a partir de junho de 2013, há uma confluência entre a identificação comum dos principais problemas que o país enfrentava e de sua solução, assim como a abertura de uma clima político incerto, mas de um desejo consensual de mudança, que se fortalece diante da alteração na correlação de forças — pela primeira vez em muitos anos, o governo liderado pelo PT sofria crescente desaprovação

popular — que os possibilita se opor publicamente ao governo e atuar em favor de sua agenda prioritária. Assim, as manifestações de junho criam essa conjuntura fértil para a oposição e a mobilização por uma agenda mais radical.

O pontapé de nossa análise é a declaração de Alfredo Bonduki (Sinditêxtil-SP). Durante entrevista concedida à autora, o dirigente analisava a recessão brasileira, que teria iniciado a partir de 2013 e, ao ser perguntado se ele avaliava que as manifestações de junho também contribuíram para aquela instabilidade, Bonduki responde: “Não, essas manifestações elas vieram no intuito de resolver o problema, uma situação que vinha se complicando. Então acho que elas *fizeram parte da solução para que a gente superasse aquele problema*”. Essa afirmação, quase que codificada, parece sintetizar o que as manifestações significaram para o empresariado. Os codinomes-chave aqui são o “problema” e a “solução”. A análise mais detida das declarações empresariais sobre a avaliação do governo de Dilma, as visões sobre o papel do Estado e as defesas da aprovação do impeachment nos permite decifrá-los.

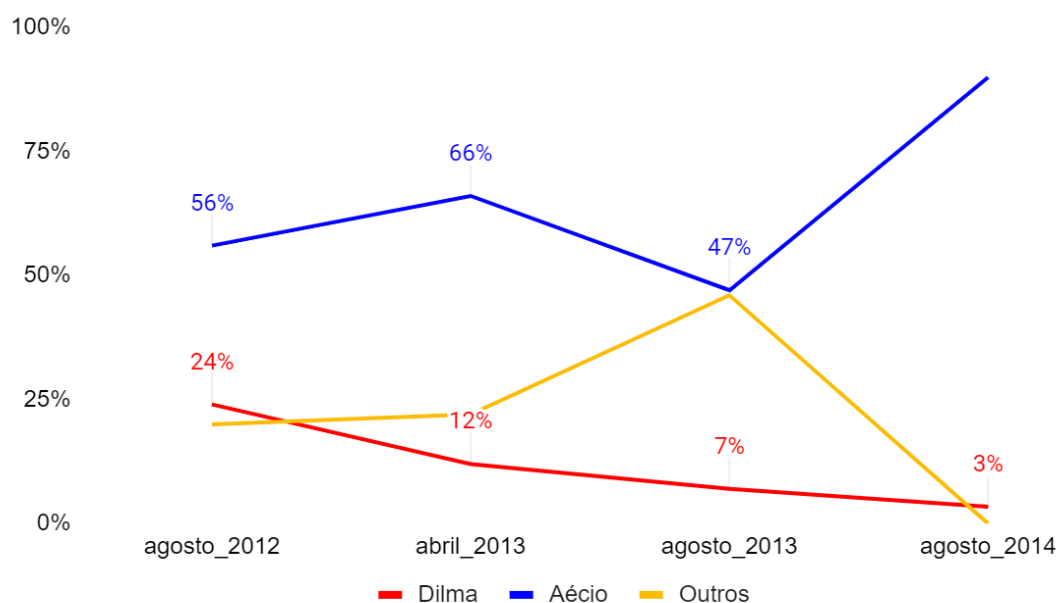
O “problema” nomeado pelo executivo seria um conjunto de fatores que o governo petista representava: gastos públicos e burocracia “excessivos”, uma “corrupção generalizada”, o “intervencionismo” econômico e na área trabalhista, a “ideologização” da política externa, dentre outros. A “solução” seria a “alternância de poder”, um novo presidente que tivesse vontade política para aprovar as tão desejadas “reformas estruturais” que visavam a reduzir o Estado brasileiro — suas funções, tamanho, gastos e papel na condução da atividade econômica. Em suma, atualizar a “cultura governamental” — nas palavras de Cervone (2014) —, ou “modernizar” o pacto da Constituição de 1988, nas palavras de Bonduki (2013).

Resta ainda entender, todavia, qual a relação que as manifestações de 2013 tem, para os industriais, com essa “solução” desejada e, ao fim e ao cabo, conquistada. Para isso, as pesquisas realizadas pelo Fórum da Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH) com 200 presidentes das maiores empresas brasileiras, são bastante reveladoras. As respostas dos entrevistados são colhidas, de modo anônimo, durante o fórum, cujo convite é pessoal e intransferível. Essa metodologia nos permite ter confiança de que a resposta foi dada pelas maiores lideranças empresariais do país. Não foi possível, entretanto, identificar todos os

dirigentes presentes em cada edição — mas sabemos que lideranças têxteis, como Sônia Hess (Dudalina), Ricardo Steinbruch (Vicunha Têxtil), dentre outras, estavam presentes (OLMOS; SOUZA; CAMAROTTO, 2013).

Uma das perguntas feitas é em quem o(a) empresário(a) votaria para as eleições presidenciais. Conforme é possível observar na Figura 11 abaixo, apesar da avaliação empresarial sobre o governo e a política econômica ter tido ápice de aprovação em 2012 (OLIVEIRA; HERSCOVICI, 2022), longe das câmeras, a presidenta não era a favorita para as próximas eleições. No início de 2013, a diferença entre Dilma e seu principal oponente, Aécio Neves (PSDB), aumenta. Poucos meses depois, logo após as manifestações de junho, identifica-se um fenômeno interessante: tanto Dilma quanto Aécio tiveram queda significativa e Eduardo Campos (PSB) alçou 22% na preferência empresarial. Em 2014, contudo, Aécio conquistou impressionantes 89,9% da preferência dos entrevistados. Mesmo que todos os votos de Eduardo Campos e os votos perdidos de Dilma fossem transferidos para Aécio, o mineiro ainda teria crescido 17% sozinho.

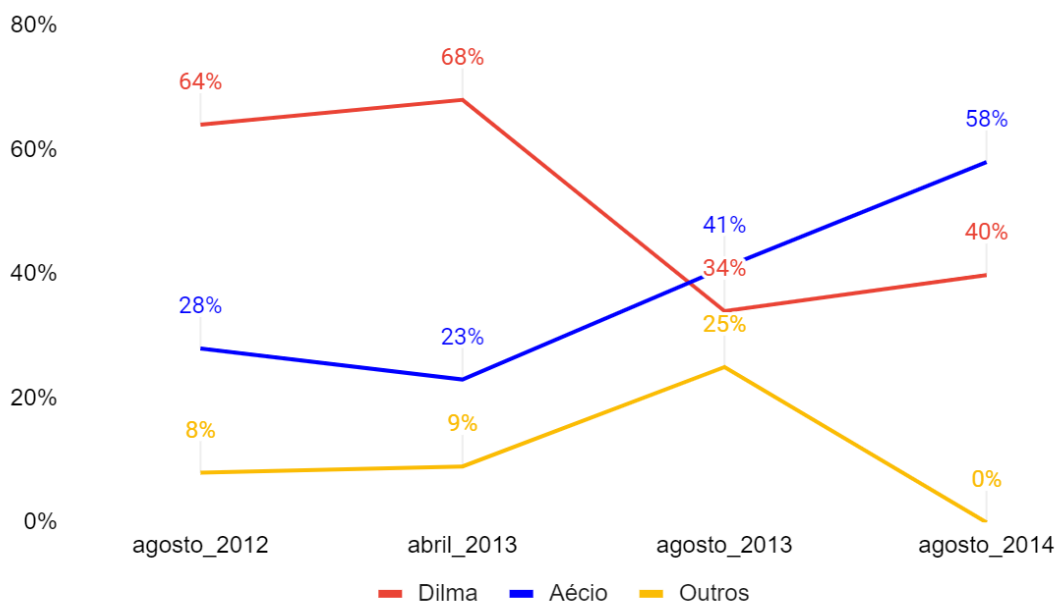
Figura 11 - Preferência empresarial para próximo presidente



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das pesquisas da ABRH.

Talvez a pergunta mais interessante seja, todavia, qual candidato(a) o(a) empresário(a) achava mais provável de vencer as eleições. Os resultados, ilustrados na Figura 12 abaixo, indicam que a preferência empresarial tinha o sentido oposto à esperada escolha do eleitorado brasileiro até o início de 2013. Isto é, por mais que Dilma não fosse a preferida dos principais empresários do país, a expectativa de que a presidenta fosse reeleita era alta. Logo após as manifestações de 2013, contudo, há uma dispersão que se refletiu tanto na preferência empresarial quanto na expectativa de resultado eleitoral. A incerteza política é ilustrada pela expectativa relativamente equilibrada de que qualquer um poderia ser eleito àquela altura. Isso condiz com a rejeição à classe política difundida durante as manifestações de junho (SINGER, 2018, p. 106, 119, 120).

Figura 12 - Expectativa empresarial qual candidato tem mais chances de ser eleito



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das pesquisas da ABRH.

Tão revelador quanto, a partir dos protestos de junho, o resultado eleitoral esperado passa a harmonizar com a preferência empresarial. Isto é, os empresários calculam que sua preferência – a vitória de Aécio e a derrota de Dilma – se realizaria nas urnas. Por mais que as manifestações tenham chacoalhado o cenário político, a “crise política” gerada significou a queda de aprovação do governo, assim como a alta expectativa de que sua reeleição não se concretizasse. O desejo de mudança e a agenda anti-PT predominavam. Neste sentido, junho de 2013 teria aberto a janela de oportunidade para a tão desejada “alternância de poder”.

Em agosto de 2014, véspera da eleição, a polarização entre Dilma e Aécio volta a se refletir na expectativa empresarial, mas a maioria dos empresários entrevistados espera que o tucano vença a disputa eleitoral. Vale notar que essa expectativa diverge dos dados apontados pelo Datafolha realizado no mesmo mês, que indicavam, na pergunta estimulada, 36% de preferência eleitoral à Dilma, 20% a Aécio e 21% a Marina Silva (DATAFOLHA, 2014a).

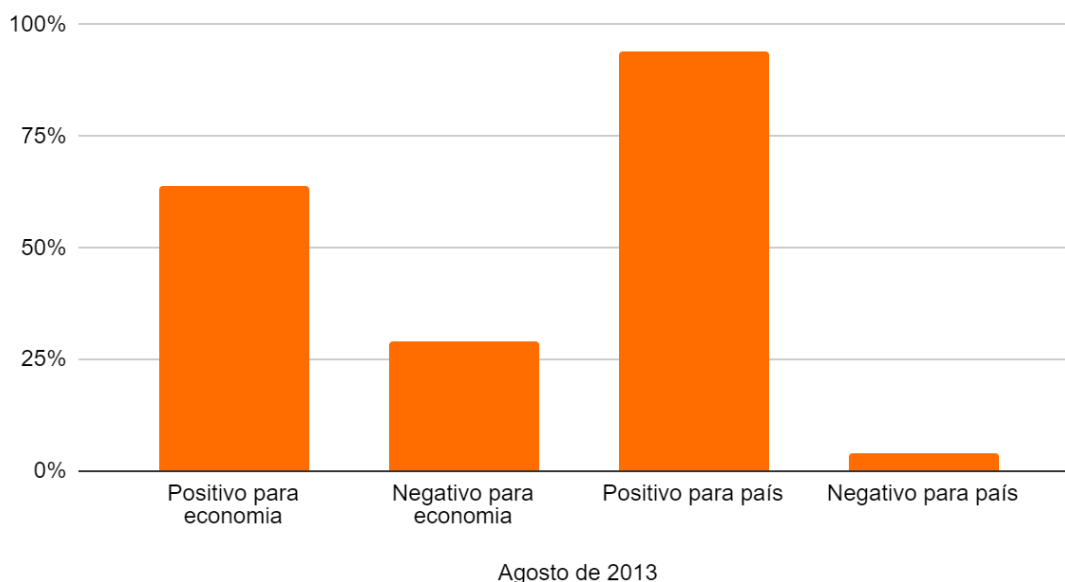
A proximidade da eleição presidencial era tida como conveniente para a definição de uma nova agenda econômica. Nas palavras de Rafael Cervone (Abit), em fevereiro de 2014, “estamos em um ponto de mudança. O ambiente pesado, a pressão popular e o momento de

eleições faz com que tenhamos tudo para conseguir melhorar nossa situação. *Este é o momento*” (O JOVEM, 2014, grifos nossos). A vitória da oposição era a possibilidade da implementação da agenda prioritária industrial. Como sintetiza Utsch, presidente da Alpargatas, ao ser entrevistado pelo Valor sobre o resultado da pesquisa de agosto de 2014: "Um presidente novo tem chance de fazer reformas mais fortes" (CAMPOS, 2014a).

Vale notar que, embora a Abit não tenha declarado oficialmente apoio a uma candidatura empresarial, a agenda que propõe aos presidentiáveis é compatível com a plataforma defendida pelo seu principal adversário, Aécio Neves (PSDB). Tanto o balanço do governo quanto a agenda proposta pelos industriais naquele momento (sintetizada no Capítulo 3) estavam alinhados ao discurso e às propostas da oposição partidária e dos movimentos de direita. Conforme Avritzer (2019, p. 105) nota, o programa liberal de Aécio Neves em 2014 se resumia à redução do tamanho do Estado e às ditas reformas estruturais. Esse alinhamento com a oposição se mantém — e até se aprofunda — durante o segundo mandato de Dilma, como ficará nítido nas próximas seções.

Por fim, apresentamos a pergunta feita exclusivamente na edição de agosto de 2013 para os entrevistados, sobre a avaliação do impacto das manifestações na economia e no país (Figura 13). Embora a instabilidade política em 2015 seja caracterizada pelos industriais como negativa economicamente na imprensa e durante as entrevistas, as manifestações de junho, origem dessa instabilidade, foram vistas como positivas para a economia por 64% dos entrevistados. Por sua vez, a avaliação que as manifestações eram positivas para o país era compartilhada por 94% dos entrevistados. Os dados reforçam a hipótese de que a crise era, ao menos em 2013, mais “política e social do que propriamente uma crise econômica”, como sugere Fábio Hering (FALCÃO, 2013c).

Figura 13 - Avaliação empresarial sobre as manifestações de junho de 2013



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das pesquisas da ABRH.

Em síntese, o impacto das manifestações de junho de 2013 no cenário político pode ter sinalizado ao empresariado que: 1. a perda de apoio popular do governo poderia possibilitar a derrota eleitoral do PT nas eleições presidenciais, após três mandatos consecutivos, e, finalmente, convergir a preferência industrial com a vontade da maioria do eleitorado brasileiro; 2. O enfraquecimento do governo significaria também que não teria forças o suficiente para aprovar as reformas (impopulares) que achavam necessárias ou sustentar as políticas industriais implementadas desde 2012, tornando ainda mais central a eleição de um novo presidente.

Nesse sentido, as manifestações de junho de 2013 teriam aberto uma janela de oportunidade política aos industriais, já que representou o alinhamento de diagnóstico e prognósticos da “crise brasileira”, unidos na defesa do Estado mínimo e na rejeição ao petismo, proporcionou uma militância organizada e mobilizada nas ruas ideologicamente alinhada aos industriais, embora institucionalmente autônoma, e possibilitou o alinhamento de preferência eleitoral entre industriais e população brasileira. A não consumação dessa convergência nas urnas em 2014, aliás, foi fonte de frustração tanto dos movimentos antidilistas quanto dos industriais.

4.2 DIAGNÓSTICOS E PROGNÓSTICOS DA CRISE A PARTIR DE JUNHO

Nas primeiras semanas de junho, o Movimento Passe Livre (MPL) organiza manifestações em algumas capitais contra o aumento da passagem do transporte público. Inicialmente, nas ruas estavam de 2 a 5 mil manifestantes — com os números crescendo a cada nova manifestação. Desde o primeiro protesto, a repressão policial era a resposta do poder público. Nem os protestos nem a repressão eram novidades: faziam parte da cena política das ruas brasileiras periodicamente (TATAGIBA, 2014). Algo, contudo, mudou. A partir da segunda quinzena do mês, novos atores passam a se somar à mobilização: classes média e alta, movimentos de direita e extrema-direita (da libertária até os apoiadores de uma intervenção militar). A grande mídia, que até então retratava os manifestantes enquanto “vândalos”, passa a ilustrá-los como “patriotas”. As manifestações passam a contar com centenas de milhares de brasileiros, protestando pelas mais diversas bandeiras. Sob o mote “não são apenas 20 centavos”, as manifestações, por mais que com “ideologias cruzadas” (SINGER, 2018), expressam uma insatisfação popular generalizada com a classe política e exigem “mudança”.

Quem representava essa “classe política” e qual “mudança” seria necessária eram questões em disputa. Mas, aos poucos, o PT passou a ser o principal inimigo dos “patriotas” e sua saída do governo tornou-se a mudança urgente. Mesmo que houvesse um enquadramento “contra o sistema” em geral (NOBRE, 2013), não há como negar que, ao fim e ao cabo, a narrativa que ganhou a disputa das ruas era fundamentalmente antipetista. Independentemente de como a conceitualizamos — se “campo patriota”, “nova direita” ou simplesmente “direita” —, o discurso anti-sistema genérico foi transformado, em questão de dias, em uma ampla contestação antipetista (ALONSO; 2017; SINGER, 2018; TATAGIBA, 2018; BARON, 2019). Diante disso, junho abriu as portas para uma disputa ideológica na sociedade brasileira. Se, até então, os governos petistas experimentaram relativa estabilidade e legitimidade, a partir das manifestações, o antipetismo não apenas se difundiu, mas se radicalizou.

A ciência política está longe de entrar em consenso sobre o que junho significou para a política brasileira. Mas fato é que i) junho foi um momento de virada na trajetória do PT na presidência da República, empurrando o governo “no fluxo da desmoralização e descrédito a que estavam submetidos os governos em todos os países, seqüela da crise econômica iniciada em 2008” (SANTOS, 2017, p. 45); e ii) foi central no fortalecimento de uma direita com uma gramática nova e radicalmente antipetista (TATAGIBA, 2018; ROCHA, 2019). O surgimento de uma "direita desavergonhada”, como conceitualiza Avritzer (2019), simultaneamente à deslegitimação sofrida pelo principal partido de esquerda, altera a correlação de forças da política brasileira e abre a janela de oportunidade para tirar o PT do comando do governo federal, posição que ocupava há uma década.

Nos interessa aqui explorar que tipo de interpretação do Estado e do papel do PT na política brasileira foi apresentada a partir dos protestos e qual agenda passou a ser proposta como solução à crise.

4.2.1 Nós contra eles

A partir dos protestos de 2013, os movimentos de direita – dos libertários aos de extrema-direita — ganham maior presença não apenas nas redes sociais, mas nas manifestações de rua (ABREU; ALEGRETTI, 2016; ORTELLADO; SOLANO, 2016; SANTOS, 2017; SINGER, 2018; AVRITZER, 2019; ROCHA, 2019). Conforme Tatagiba (2018), a direita foi às ruas em 1964, mas, quando instalado o regime militar, deixaram de ocupá-las. A partir dos anos 1970 até os anos 2000, é a esquerda que passa a ser protagonista de protestos, com participação sindical e popular. As manifestações de junho de 2013 teriam significado, nesse sentido, uma mudança no “padrão de participação sócio-política” com a mudança no repertório de ação da direita, que, além do lobby e da lógica eleitoral, passou a atuar também através do confronto político (TATAGIBA, 2018).

A ascensão da direita impulsionada pelo protagonismo adquirido a partir de 2013 motivou um debate na Ciência Política acerca do surgimento de uma “nova” direita. Apesar dessa discussão fugir do escopo dessa pesquisa, ela serve para demonstrar a força, não apenas

eleitoral-partidária, mas ideológica que a direita passou a ter. Conforme argumenta Rocha (2019, p. 20, grifos nossos),

Ainda que ao final dos anos 2000 o ultraliberalismo tenha ganhado maior visibilidade, à medida que se institucionalizava com o apoio de organizações mais antigas, o sentimento de isolamento da militância permanecia. *Na época, o lulismo parecia ser um projeto político triunfante. [...] [A] guinada neodesenvolvimentista do governo (iniciada em 2006 com a nomeação de Guido Mantega para o Ministério da Fazenda e sustentada por uma gigantesca coalizão política e aprofundada durante o primeiro governo de Dilma Rousseff) não havia ainda encontrado resistências políticas semelhantes às experimentadas pelos tucanos durante a década de 1990. [...] Assim, foi apenas a partir de mudanças ocorridas na estrutura de oportunidades políticas, relacionadas à eclosão das manifestações de Junho de 2013 e à reeleição de Dilma Rousseff em 2014, que os membros do contrapúblico ultraliberal puderam ter sucesso em alcançar setores mais amplos da população e, a partir daí, dirigir os primeiros protestos pró-impeachment ainda em 2014.*

O que unificava essa “nova” direita era o antipetismo (ALONSO, 2017; TATAGIBA, 2018; BARON; 2019). Nota-se que o antipetismo não se resume apenas a um fenômeno político-eleitoral, de rejeição ao partido, mas envolve afetos políticos — mais especificamente, o *ódio* ao partido e ao que ele representa (TATAGIBA, 2018). É sob esse guarda-chuva que identificam os principais problemas que o país enfrentava, e é através da mobilização desse afeto que foi possível levar às ruas segmentos sociais que até então nunca tinham participado de protestos de rua.

Evidentemente, o antipetismo já existia antes mesmo do PT assumir a cadeira presidencial. O que as manifestações de junho de 2013 teriam proporcionado é uma “mudança na estrutura de oportunidades políticas” (TATAGIBA, 2018, p. 2) para os grupos da “nova” direita. A insatisfação popular e desejo de uma mudança abstrata e genérica foi transformada em uma oportunidade de fortalecimento e legitimação do discurso e movimentos antipetistas. São os movimentos surgidos ou impulsionados a partir das manifestações que passaram a dirigir os primeiros protestos a favor do impeachment da presidenta, já em 2014 (ORTELLADO; SOLANO, 2016; TATAGIBA, 2018; ROCHA, 2019; ALONSO, 2019; SILVA, 2020). Singer (2018) aponta também para uma radicalização antipetista: durante os protestos de junho, militantes petistas foram expulsos das manifestações e pessoas vestidas de vermelho — mesmo que não necessariamente com vestimentas partidárias — foram assediadas nas ruas. Tatagiba (2018) argumenta que essa radicalização se deu pela unificação das narrativas antipetistas e anticorrupção a partir dos

protestos de junho — e, digno de nota, também presentes durante a campanha pró-impeachment.

A estratégia de mobilização teria tomado “a forma de uma *cruzada moral*, representada na luta do bem (o ‘nós’) contra o mal (‘eles’).” (TATAGIBA, 2018, p. 124). Identificando o mesmo fenômeno, Alonso (2017) conceitualiza o “repertório patriota” que se utilizava de um enquadramento fundamentado pela “ética na política”. A retórica moralizadora era composta tanto pela “moralização pública (anticorrupção)” quanto pelo “moralismo (pátria, religião, família, valores da sociedade tradicional)” (ALONSO, 2017, p. 56). Similarmente, Singer argumenta que a direita disseminou a narrativa antipetista como uma posição patriota, a partir do estabelecimento do “vínculo de causalidade entre a corrupção e as carências sociais, buscando convencer a população de que, se a corrupção fosse varrida, haveria recursos para todos viverem bem” (SINGER, 2018, p. 120). A partir desse enquadramento, esses movimentos retratavam uma batalha entre a sociedade — cidadãos dos bem, pagadores de altos impostos, patriotas — e o Partido dos Trabalhadores, que personificava a corrupção, a má administração pública, e que colocava seus interesses “ideológicos” acima dos interesses da “nação” (e, portanto, tinha pretensões “totalitárias”). Não à toa as camisas verde e amarela simbolizaram tanto as manifestações de junho de 2013 quanto os protestos oposicionistas e a favor do impeachment de 2014 até 2016. O PT, que governava há uma década sob altos índices de aprovação popular, passou a constituir a principal mazela do país.

Esse diagnóstico está presente também no discurso empresarial. O então presidente do Goldman Sachs no Brasil sintetizou a harmonia entre as ruas e o setor privado: “Tanto os investidores quanto a população expressaram, de maneiras diferentes [a população, com os protestos; o setor privado com a perda de confiança], coisas parecidas, que têm a ver com a perda de conectividade entre a política e os anseios do investidor e da população” (FRAGA; CARNEIRO, 2013). Apesar de banqueiro, a sua avaliação replica o clima entre os industriais. A paciência industrial para políticas imediatistas tinha acabado, mas o governo se mostrava incapaz de apresentar a solução estrutural desejada por eles. A política dilmista era caracterizada pelos empresários como feitas “na base do improvisado”, nas palavras de Cervone (Abit), e “puxadinhos”, segundo Pimentel (Abit). Conforme argumentam, o governo estava

mais preocupado com interesses partidários-eleitorais do que com o desenvolvimento e crescimento nacional. O governo não tinha um projeto de país, mas apenas um “plano de poder”: só pensam nas “próximas eleições” e agem baseados nas “pesquisas de opinião e raramente [...] no futuro do País” (RAFAEL, 2014; CERVONE, 2015). Nesse sentido, constrói-se no discurso empresarial uma oposição entre os interesses petistas e os do país.

Na visão industrial, ocupando a cadeira presidencial há mais de uma década, o partido faria de tudo para se manter no poder. Os empresários apontam algumas estratégias para isso. Em primeiro lugar, o governo compraria apoio político por vias legais, a partir de nomeações políticas a cargos públicos, e por vias ilegais, pela corrupção. Em segundo lugar, o partido no poder se valia de altos gastos sociais para manter seu apelo popular. Todas essas “estratégias” são retratadas à luz da contraposição entre os interesses do partido e da nação: as nomeações políticas são prejudiciais ao país já que contribuem para um modelo de Estado grande e ineficiente; tanto a corrupção quanto os altos gastos públicos geram déficit fiscal, contribuindo para a crise econômica. Ainda, os altos gastos não eram acompanhados por serviços públicos de qualidade, nem por investimentos em problemas estruturais, como a infraestrutura.

Exemplo nítido dessa visão maniqueísta aparece em post de Facebook de Rafael Cervone (Abit), publicado em março de 2015: acompanhado de uma imagem de manifestação petista, há a seguinte afirmação: “Desafio: Encontre uma bandeira do Brasil. Esta é a grande diferença entre lutar por um partido e lutar pelo País.” Já em março de 2016, Cervone (Abit) convoca seus amigos a partir de post no Facebook para a manifestação a favor do impeachment, avaliando que a crise vigente é, mais do que tudo, uma “crise de degradação dos valores e da família”. Assim todos devem ir à manifestação para que se

[...] demonstre claramente nossa discordância com este estado de coisas que dominou o Brasil: a corrupção, o descompromisso com o dinheiro público, com a Pátria, com a família. Que o espírito da paz possa nos guiar para trazer o Brasil de volta à grandeza e crescimento que todos merecemos, não através da malandragem, mas fruto de muito trabalho e dedicação. Estarei nas ruas no domingo, com a minha família; vamos todos juntos, chamem as pessoas de bem!

Na visão do executivo, portanto, as “pessoas de bem” devem se manifestar contra o PT, que teria “dominado” o Brasil por interesses particulares: para enriquecer via corrupção, sem nenhuma preocupação com o “dinheiro público, com a Pátria, com a família”, originando

uma crise moral e econômica no país. Outra declaração que reproduz a lógica maniqueísta é a de Fernando Pimentel (Abit), também no Facebook, em abril de 2014: “Estão dispostos a tudo para permanecerem no poder. Escrúpulo zero. Tudo se resume a nós contra eles. No final, o ‘eles’ somos nós. As tais elites. Elites porém são os companheiros que se apoderaram do Estado e nele se locupletam”. Curioso notar que esse mesmo discurso é encontrado em vídeo do MBL de mobilização pró-impeachment: “Então, a verdadeira elite golpista, é a elite vermelha. A elite golpista dos cargos comissionados, a elite do dinheiro fácil, a elite do dólar na cueca” (MBL, 2015 apud SILVA, 2020).

Mesmo durante o período de lua de mel, em que havia relativo consenso entre industriais-governo em torno das políticas setoriais e macroeconômicas, é possível identificar essa oposição entre interesses políticos do partido no poder e os da “nação”. Exemplo disso é a avaliação que os empresários fazem sobre a condução da política externa sob os governos petistas. Crescentemente ameaçado pelo avanço dos produtos importados no mercado interno, conforme discutido nos capítulos anteriores, os empresários têxteis-vestuaristas têm grande interesse em aprovar políticas que restrinjam a entrada desses produtos no território nacional, ou ao menos diminuam sua vantagem comparativa. Ademais, como forma de compensar a perda de monopólio do mercado nacional, o setor tem como um de seus principais objetivos a internacionalização de suas empresas. Diante disso, a política externa é relevante, por conseguinte, tanto por seu impacto na conquista de novos mercados quanto pela relação com políticas de defesa comercial. Neste contexto, os industriais se opõem à priorização nas relações comerciais com os países do Mercosul e com a China sob os governos do Partido dos Trabalhadores. Identificam nessas duas questões uma “ideologização” por parte do governo, que prioriza seu alinhamento ideológico com esses países em detrimento dos interesses da indústria nacional.

Além disso, o PT teria, segundo argumentam, se apoderado do aparelho estatal para fins particulares — novamente opondo os interesses partidários aos interesses nacionais. O suposto “descompromisso” do governo petista com o povo brasileiro resultou, segundo argumentam, em um Estado mal administrado, gastador, ineficiente e que pesa no bolso da população devido à alta carga tributária. Em troca, o cidadão receberia serviços públicos de má qualidade, pouco investimento em áreas como saúde e educação, e a indústria sofreria a

ameaça de perder seus benefícios com a proposta de ajuste fiscal. Assim, o governo, entendido como o responsável pela crise, empurrava os custos para a indústria e população brasileira, ao invés de cortar gastos públicos. A argumentação era compatível com aquela difundida pela grande imprensa: “se não havia dinheiro e o governo pedia ao país ajuda para pagar a conta, que fizesse a sua parte” (ALMEIDA, 2016, p. 202). Vejamos alguns exemplos dessa avaliação:

Fernando Pimentel (Abit): Para aqueles gastadores que agora vem falar em problemas fiscais, recomendo que cortem ministérios, reduzam o número de municípios e administrem melhor o R\$ público (Postagem no Facebook, em julho de 2013).

Nada de mais imposto. Antes melhorem a qualidade dos gestores e parem de deixar o roubo comer solto. Não pagaremos mais conta alguma coisa para prevalecer este estado de coisas. Vamos para as ruas e levantar barricadas. (Postagem no Facebook, em dezembro de 2014).

Rafael Cervone (Abit): O ambiente de negócios no Brasil está tremendamente deteriorado; *o Brasil perdeu credibilidade interna e externamente, o governo tem demonstrado que tem brutais dificuldades em gestão e tem prejudicado em demasia a competitividade do país e a produtividade da indústria. Mas possui ampla capacidade para gastar sempre mais.* Faltam investimentos, a energia é cara, a gestão dos recursos hídricos é vergonhosa e cada vez mais o engessamento das leis trabalhistas seguem na contramão da livre negociação que ocorre nos restante do mundo [...] Faltam segurança e mobilidade urbana. Quem não perceber esta *urgência em se substituir um plano de poder por um plano estratégico de país* muito provavelmente não deverá ocupar um cargo relevante em primeiro de janeiro de 2015 [...]. (RAFAEL, 2014, grifos nossos).

Há uma ansiedade do governo em encontrar soluções de emergência para reparar *o abismo fiscal que ele próprio provocou, gastando muito mais do que arrecada.* Porém, [...] a solução acaba recaindo, como sempre, na desgastada e equivocada fórmula de *subtrair ainda mais recursos da sociedade e dos sistemas produtivos*, embora ninguém mais suporte aumentos de tributos no Brasil. Além da crise político-econômica, ética e moral, a grave conjuntura da economia nacional também se deve à *ausência de planejamento de médio e longo prazos* em todas as esferas de poder. *Seguimos à base do improviso, com medidas cujo alcance nunca ultrapassa o horizonte das próximas eleições e das campanhas eleitorais.* (CERVONE, 2015, grifos nossos).

Alfredo Bonduki (Sinditêxtil-SP): Mantendo despesas incompatíveis com o PIB brasileiro, *o governo insiste em cobrir seu déficit com a captação de mais dinheiro de quem produz e trabalha.* E faz isso com o suporte legislativo de uma fisiológica base de apoio no Congresso Nacional, à revelia do diálogo com os representantes de atividades geradoras de mão de obra intensiva, como a combatida indústria têxtil e de confecção. [...] *o governo do Partido dos Trabalhadores parece estar mais preocupado em manter dispendiosas e anacrônicas regalias de um Estado ineficiente.* O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, talvez já consciente dos limites de cortes nas entranhas políticas e burocráticas do *insaciável monstro estatal*, insiste no discurso do aumento tributário, praticando uma tática de terra arrasada: tenta promover o ajuste em cima da indústria de transformação. [...] *É preciso que*

os poderes Executivo e Legislativo assumam a responsabilidade por seus atos e decisões. Por isso, soa como desrespeito à inteligência dos brasileiros a frase de Joaquim Levy em entrevista na noite que se seguiu ao rebaixamento da nota de crédito do Brasil: “Se a gente precisar pagar impostos, eu tenho certeza de que a população estará preparada para fazer isso”. Não, ministro, não estará! Aumento de impostos e taxas para quem já vem pagando a conta há tanto tempo apenas aprofunda o desalento e a desesperança. (BONDUKI, 2015, grifos nossos).

Springs Global (presidida por Josué Gomes da Silva): O Brasil se encontra numa encruzilhada, e a sociedade precisa decidir que direção tomar. O processo de crescimento do Estado vem desde a Constituição de 1988. Os direitos previstos por nossos constituintes foram sendo ampliados ao longo dos 27 anos de promulgação. Corporações foram avançadas sobre o Estado brasileiro, obtendo mais e mais benefícios para grupos específicos. *Criamos um Estado provedor obeso, ineficiente, voraz, que retira seu sustento dos setores eficientes da economia e não retorna à sociedade com serviços minimamente aceitáveis e dignos.* (CARRANÇA; BOUÇAS, 2016, grifos nossos).

O interesse do partido, na visão empresarial, era de manter-se no poder para enriquecer, o que gerava um problema econômico, já que significava altos gastos públicos e déficits fiscais. Nas palavras de Pimentel (Abit), em novembro de 2013, “a turma bolivariana gosta mesmo é das mordomias do poder e toma-lhe gasto público e uso particular do dinheiro público”. Uma afirmação mais elaborada dessa lógica é a de Alfredo Bonduki (Sinditêxtil-SP), em entrevista concedida à autora para os fins desta pesquisa. Ao ser perguntado quais eram as mudanças necessárias na política econômica que o setor estava demandando em meados de 2014, o empresário responde:

Então, todas essas que eu disse pra você [antes], é, assim, basicamente né, a redução do custo financeiro, a redução da tributação sobre valor agregado, é, mas assim, *eram coisas que a gente sabia que o governo não ia poder dar porque o déficit público vinha aumentando muito né.* Então assim, *aquilo que aconteceu com a Petrobras, a Lava-Jato, ela aconteceu de uma forma generalizada durante aqueles governos né, então isso acabou gerando déficits e acabou criando...* quer dizer, pior ainda né, *um governo fraco pra se sustentar cede às pressões das suas bases no Legislativo, então fica muito difícil você querer enxugar despesa e criar uma política tributária mais favorável à indústria se você não...* *se você tem que ceder a pressões toda hora.* Então foi um momento muito complicado aquele, Nicole, acho que não só pro setor têxtil, mas todo o setor industrial no Brasil. (Entrevista concedida à autora, grifos nossos).

Ao falar sobre a impossibilidade do governo atender àquelas demandas, Bonduki passa imediatamente a discutir — sem nomear diretamente (“aquilo que aconteceu”) — os escândalos de corrupção e como essa teria sido a *causa* do déficit público. A corrupção — identificada como “generalizada” nos governos do PT — em conjunto com a compra de apoio parlamentar para se manter no poder são vistas pelo empresário como os motivos que

impossibilitaram o governo de “enxugar despesa e criar uma política tributária mais favorável à indústria”.

Assim, é construída uma relação direta entre o déficit fiscal e a corrupção “generalizada” do governo petista. O PT teria se apoderado da máquina estatal e faria de tudo para se manter no poder e continuar se “apropriando” do “patrimônio nacional”, como nos casos de corrupção em empresas estatais. Essa lógica ecoava o discurso antipetista dos movimentos pró-impeachment, como MBL, Vem pra Rua e Revoltados Online (TATAGIBA, 2018; BARON, 2019). Conforme explica Tatagiba (2018, p. 124-5),

No discurso das lideranças pró-impeachment é comum a narrativa [antipetista] segundo a qual *o Estado fora assaltado* por uma quadrilha composta por sindicalistas e movimentos sociais, *com o objetivo de enriquecimento pessoal ilícito e/ou perpetuação de um projeto de poder de natureza populista*. [...] A associação da corrupção ao PT ofereceu um poderoso *enquadramento simbólico para o conflito: o problema do Brasil é a corrupção, a causa da corrupção são os governos do PT e a superação do problema é o “Fora PT”, “Fora Lula” e “Fora Dilma”* (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA 2015, grifos nossos).

É construída, desta forma, uma imagem de uma elite política responsável pelo déficit fiscal, já que se apossava dos recursos públicos por vias legais — salários altos, viagens, indicando aliado a cargos públicos — e ilegais. Vejamos três exemplos (Figuras 14, 15 e 16) em que há a construção dessa imagem:

Figura 14 - Postagem no Facebook

 **Rafael Cervone**
8 de setembro de 2015 · 🌐



O NOSSO CUSTO ANUAL COM TODOS OS PARLAMENTARES DO BRASIL É DE
R\$ 11.021.236.800,00
SÓ COM SALÁRIOS!
A ESTIMATIVA DE GASTOS COM VERBAS DE GABINETE, INDENIZATÓRIAS E BENEFÍCIOS ULTRAPASSE A CIFRA DE
R\$ 145.000.000.000,00
VALOR SUPERIOR AOS ORÇAMENTOS DA SAÚDE E EDUCAÇÃO SOMADOS!
VERGONHA!
QUEM TEM VERGONHA COMPARTILHA!

A Dilma diz que não tem onde cortar e o Levy quer criar um imposto para fazer a travessia...

Travessia de onde para onde?

Da falta de competência e comprometimento de nossos políticos até a total revolta do povo brasileiro?

Bà Lão - Đặc Trị Mụn Thâm Sẹo Rỗ Lâu Năm ✓
5 de setembro de 2015

Fonte: Perfil do Facebook.

Figura 15 - Postagem no Facebook

 **Rafael Cervone**
26 de setembro de 2015 · 🌐



MESMO HOTEL DE LUXO EM NY
NA MESMA SUITE TIFFANY 158 METROS QUADRADOS C/ SALA DE JANTAR PRA 10 PESSOAS !! COM O DOLAR A 4 REAIS A DIARIA É DE 43 MIL REAS !! PODE SER A ÚLTIMA VEZ !!

Wagner Osorio
25 de setembro de 2015

Fonte: Perfil do Facebook.

Figura 16 - Postagem no Facebook



Fonte: Perfil do Facebook.

A interpretação predominante, portanto, é que as posições dogmáticas e ideológicas do partido prejudicavam o crescimento e desenvolvimento econômico brasileiro. O Partido dos Trabalhadores, ao priorizar seus interesses partidários e ideológico-políticos em detrimento do bem da nação, se provava um entrave à modernização do país. O suposto descompromisso do governo federal com o país é identificado como um dos principais motivos da crise vigente. Assim, a oposição ao partido era fundamentada moral e

economicamente. Essa narrativa reproduz com todas as letras a retórica construída a partir dos protestos de junho de 2013, durante os quais construiu-se a “percepção de que ‘o problema do Brasil’ era a corrupção e ineficiência do Estado, por culpa de partidos e indivíduos específicos [...] Em 2013, a repulsa à corrupção apoiou um ataque moralizante do ‘povo como um todo’ contra a política em geral e o PT especificamente, sob alegações de que o partido havia ‘sequestrado’ o Estado para seu próprio benefício (SAAD-FILHO; MORAIS, 2018, p. 222).

4.2.2 O papel do Estado

A retórica moral e patriota é acompanhada também pela defesa da redução do Estado. A relação que aparece nos discursos dos industriais analisados acima entre o objetivo do PT de se manter no poder movido pelo interesse em benefícios econômicos particulares e os altos gastos públicos para fins eleitorais, em detrimento de um projeto que beneficie o país, remete à lógica neoclássica. Conforme expõe Madariaga (2020, p. 35, 48), os pensadores neoclássicos tinham como pressuposto que os políticos em democracias são “auto-interessados” e têm incentivos para gastarem mais para conquistar o apoio de grupos de interesse e/ou parte do eleitorado e, assim, garantir suas (re)eleições. Nesse sentido, os políticos não estariam interessados em implementar as medidas econômicas mais “corretas” se elas não os beneficiassem direta e imediatamente. Por conseguinte, os políticos estariam priorizando seus interesses de curto prazo (as eleições ou os ganhos econômicos por meio da corrupção) em detrimento de um projeto de desenvolvimento de longo prazo. A solução encontrada pelos pensadores neoliberais foi a de limitar o próprio Estado:

Os economistas neoclássicos viam a ação governamental como economicamente ineficiente e politicamente prejudicial, concluindo que ‘a melhor forma de limitar o *rent-seeking* é limitar o governo’ (David Colander apud Schamis, 2002, p. 15). Portanto, não é de surpreender que a privatização tenha ocupado um lugar de destaque na agenda de desenvolvimento do Consenso de Washington e nos esforços de reforma do mercado realizados sob os auspícios das instituições financeiras internacionais (ver Williamson, 1990b). (MADARIAGA, 2020, p. 35, tradução nossa).

Essa mesma lógica está presente na análise industrial sobre o Estado brasileiro. A crise econômica é lida pelos industriais como consequência dos altos gastos públicos,

entretanto, não bastava atingir o reequilíbrio fiscal: a questão só seria resolvida se o Estado se tornasse “muito mais enxuto, eficiente, menos intervencionista e muito menos burocrático” (CERVONE, 2015). Isto é, a futura reversão do quadro econômico não é suficiente, a solução só virá com uma reforma — permanente — da estrutura do Estado brasileiro. Isso só seria possível, contudo, se o PT fosse tirado do caminho. Como vimos na seção anterior, o déficit fiscal é lido pelos empresários como consequência da política petista “descompromissada” com os interesses da nação. O aparelhamento do Estado pelo partido tornava o Estado inchado, ineficiente e deficitário. Nesse sentido, a crise econômica se ligava diretamente à crise política e ética. Seguindo essa lógica, o partido teria se amalgamado em tal profundidade no Estado que a solução para a crise passava, necessariamente, pela retirada do partido do poder, a partir da qual seria possível a reforma do Estado degenerado.

Essa avaliação de que a redução do Estado é a condição zero para a solução da crise brasileira é consensual entre os dirigentes têxteis. Cervone sintetiza essa interpretação em artigo de opinião publicado em 2015. Nele, o dirigente afirma que a solução para a crise não poderia ser pura e simplesmente o reequilíbrio fiscal, já que o problema real por trás da crise é a “estrutura pouco eficiente do Estado”, que sempre produzirá novos déficits, “num círculo vicioso cada vez mais insustentável” (CERVONE, 2015). Por conseguinte, conclui o empresário, o que é necessário para recolocar o país nos trilhos é uma

[...] mudança séria e profunda da *cultura governamental*, promoção de avanços estruturais nas políticas públicas e construção de uma agenda para a economia e o desenvolvimento, *tornando o Estado brasileiro muito mais enxuto, eficiente, menos intervencionista e muito menos burocrático*. [...] *O Brasil precisa de um projeto de país* no qual se incluam a redução dos impostos, efetiva responsabilidade fiscal, menores juros, estratégia cambial bem calibrada, regras do jogo bem definidas e previsíveis, política industrial horizontal e recursos disponíveis e mais baratos para financiamentos produtivos. Quem trabalha e produz precisa de um *horizonte e terreno firme para caminhar*. Está na hora de se deixarem de lado disputas e interesses pessoais para *assumirmos de fato o compromisso de um pacto de governabilidade*, pensando no futuro do Brasil e seus valorosos cidadãos. (CERVONE, 2015, grifos nossos)

Ao ser perguntado se o ajuste fiscal de 2015 não teria sido uma tentativa do governo de atender à demanda de mudança, Bonduki (Sinditêxtil) responde que sim, mas que

Primeiro, você tem que ter *um governo que queira diminuir o tamanho do Estado e os privilégios de quem participa do Estado*. Não existe um país que aumente a sua despesa pública e que consiga se manter estável sem aumentar a carga tributária. Então o que a gente assistiu, desde o governo Fernando Henrique pra cá,

é que a carga tributária para a indústria saiu de 25% do PIB para 38% do PIB, 37%, 38%. Isso é uma *transferência de renda do segmento do setor privado para o setor público*. Se levar em conta também que nesse período o Brasil praticou as maiores taxas reais de juros públicos, houve também uma transfusão ao contrário aí do setor industrial para o setor financeiro [...] Mas eu não tenho dúvida que *um governo eficiente, um governo que gaste bem, ele traz benefícios para a indústria e pra quem investe*, porque um emprego bom não é aquele emprego público que você gera e vai enchendo a máquina, *a gente sabe que [risos] eficiência das empresas privadas, via de regra, é maior do que a eficiência das empresas públicas não é, então você vê aí os segmentos que foram privatizados, os investimentos que essa turma fez na área de energia, na área de telefonia e por aí vai*. (Entrevista concedida à autora, grifos nossos).

Segundo o executivo, a redução do Estado é positiva pois a máquina pública é, “via de regra”, ineficiente se comparada ao setor privado. Isto é, para ele, mudanças na política econômica não bastam, o que determina se todo o resto dará certo é o quão “eficiente” é o Estado. Essa visão fica evidente também em outra passagem da entrevista: “acho que são modelos macroeconômicos que todos vão funcionar se você tiver uma despesa pública mais controlada, um Estado eficiente e enxuto, isso *automaticamente* gera políticas macroeconômicas estáveis, né”, afirma o empresário.

Explicitando esse mesmo posicionamento, Josué Gomes da Silva, em entrevista para o Valor, aponta como solução para a crise a limitação do papel do Estado: é “imprescindível”, para ele, o “corte de despesas e [d]a redução do tamanho do Estado brasileiro, [que é] inchado e ineficiente”. Segundo ele, “o governo tem que se preocupar [...] apenas com os grandes temas macroeconômicos e não interferir muito” (CARRANÇA; BOUÇAS, 2016). O empresário ainda brinca, dizendo que virou um “grande liberal, pero no mucho, né” (VALENTI, 2016b).

Da mesma forma, Pimentel (Abit) declara em entrevista à autora: “eu sou mais pra uma política liberal, mas não uma liberal ingênua, uma política que dê mais espaço pro mercado e o Estado seja mais normatizador e regulador e entre em áreas em que a livre iniciativa não vai. ‘Ah o modelo clássico’, é o modelo mais clássico mesmo”. Ao ser perguntado se as medidas de incentivo à indústria ou a setores específicos importam mais do que a política macroeconômica, o empresário também afirma que, entre políticas setoriais e política macroeconômica, o que realmente importa é a segunda:

A política macroeconômica de sustentabilidade fiscal, juros adequados pra você trabalhar, previsibilidade, isso tudo é incomparável. Depois que você arruma essa

casa, não é que é depois, mas esse é o arcabouço do país, uma segurança jurídica, isso tudo faz muita diferença na decisão de investir ou não investir, atrair investimento nacional e internacional. [...] Então, você tem um conjunto, uma visão, um business plan de país que envolve a macroeconomia, que é o conjunto da funcionalidade, com uma justiça que funcione adequadamente, as instituições são muito importantes. Por que que você, é... tô lendo um livro, te recomendo a ler se ainda não leu, é, Why the Nations Fail, do Acemoglu. Então por que que a Coreia do Sul é diferente da Coreia do Norte? Por que que tem lá no Arizona, o lado americano é mais desenvolvido que o lado mexicano? Por que que a Alemanha Ocidental ela é muito mais desenvolvida do que a Alemanha Oriental? Mesmo povo. Então há muita da questão das instituições, da formação. Brasileiro não gosta muito da livre iniciativa, ele gosta muito de Estado, o Estado provedor, isso é uma cultura patrimonialista de muito tempo, do nosso descobrimento e etc. Mas Portugal que era muito assim, mudou! A gente carrega esses genes. [...] Então as instituições fazem muita diferença, a confiança nas instituições faz muita diferença! Esses ambientes que te dão mais previsibilidade, mais segurança de que o contrato não vai ser rompido. (Entrevista concedida à autora, grifos nossos).

A análise dessa fala nos revela que o empresário defende uma política macroeconômica, que ele entende como parte fundamental do “arcabouço” institucional do país, que corrija a “cultura patrimonialista” brasileira e promova, conseqüentemente, o desenvolvimento do país. O “*business plan*” que ele defende para o país é ter instituições que garantam “que o contrato não vai ser rompido”, isto é, que o Estado não gastará demais, que a legislação não mudará com frequência, que a taxa de juros seja “adequada” e estável. Isso garantiria a “confiança” necessária para que os investimentos ocorram.

Vale notar que nesta pauta também aparece no discurso industrial a associação entre corrupção, altos gastos públicos e ineficiência da máquina estatal. A conclusão sugerida é uma defesa de redução do Estado também como uma forma de evitar a corrupção e o suposto aparelhamento estatal. Assim, defendem a privatização das estatais, a redução dos ministérios e dos cargos comissionados, e, claro, a limitação dos gastos públicos. Trata-se de uma visão tipicamente liberal do Estado, em que o “o Estado intervencionista tenderia necessariamente a estimular a prática do rent seeking, gerando corrupção e dilapidação dos recursos públicos”, cuja solução seria o ideal do Estado mínimo (DINIZ, 2011, p. 505). Um exemplo dessa relação lógica aparece explicitamente nas seguintes declarações:

Pimentel (Abit): Vejam a disputa fratricida por cargos na montagem do ministério. Imaginem se ainda tivéssemos Vale, CSN, teles, Embratel, Embraer para lotear. O desastre seria ainda maior. E alguns ainda falam em reestatizar empresas. Só se for para arrumar uma ‘boquinha’. Deus nos livre destes falsos patriotas (Publicado no Facebook, em dezembro de 2010).

O que está ocorrendo em Brasília corrobora a tese de termos menos ministérios, secretarias, etc como forma de termos menos nomeações políticas e com isto ter mais eficiência e probidade na máquina pública (Publicado no Facebook, em julho de 2011).

Aqui também é possível identificar uma convergência com a narrativa dos movimentos da “nova” direita. Esses movimentos frequentemente criticam as nomeações políticas para cargos públicos e demandam privatizações como remédio para a corrupção, valendo-se de lógica argumentativa compatível com a dos dirigentes industriais. A título de exemplo, o MBL justifica a demanda por privatizações da seguinte forma: “os escândalos envolvendo a Petrobras e os Correios só foram possíveis porque ambas são empresas estatais. As indicações são, via de regra, feitas por puro interesse político e sem nenhuma preocupação com a qualificação técnica do indicado’ (MBL, julho de 2016)” (BARON, 2019). Similarmente, os movimentos Revoltados Online e Endireita Brasil argumentam que “onde não tem a mão suja do político, não tem roubalheira’ (ROL, julho de 2016). Então, a solução é “deixar na mão da iniciativa privada, que traz mais eficiência e transparência nos negócios’ (MEB, julho de 2016)”. (BARON, 2019).

Essa convergência de interpretações fica explícita nos achados da pesquisa de Dias (2017). Ao analisar postagens de cinco movimentos protagonistas da campanha pró-impeachment, a autora utiliza as seguintes categorias analíticas: enquadramento diagnóstico, isto é, o que é caracterizado como culpado pelos problemas; enquadramento prognóstico, ou seja, quais são as soluções para esses problemas; e o enquadramento motivacional, que seriam os “apelos ou expressões que visam engajar” (DIAS, 2017, p. 61). Dos dez principais enquadramentos diagnósticos, sete vão de encontro com os alvos de críticas empresariais, tal como: corrupção (27,8%), má gestão, aumento de gastos ou impostos e mau uso dos recursos públicos (11,4%), mentiras, ilusão ou manobras (11,4%), ditadura bolivariana (8%), deterioração da economia (6,1%), aparelhamento estatal (5,7%), e incompetência ou imoralidade dos políticos (5%) (DIAS, 2017, p. 74). Também é possível identificar o alinhamento quanto ao prognóstico: a saída do PT no poder, a defesa de uma política e econômica liberais e a redução do Estado (DIAS, 2017, p. 75).

A análise dos posicionamentos oficiais desses movimentos contribui para a identificação de uma convergência de diagnósticos dos principais “problemas internos” e de

prognósticos entre os industriais e movimentos de direita que passaram a ter legitimidade a partir das manifestações de junho. O Movimento Brasil Livre aponta, em seu site oficial, como seus valores e princípios a redução do papel do Estado na economia, livre iniciativa e empreendedorismo, primazia do indivíduo e da sociedade sobre o Estado, eficiência e visão de longo prazo, dentre outros. As “bandeiras” defendidas pelo movimento são: redução e simplificação da carga tributária; autonomia contratual para o trabalhador; defesa da livre concorrência e livre iniciativa; privatizações na educação, saúde, infraestrutura, etc.; fim das cotas raciais e de gênero (“discriminações oficiais”); “livre comércio com todas as nações, independente de preferências ideológicas de governos específicos”; “melhoria na infraestrutura nacional e fomento às PPPs; “combate aos privilégios da elite do funcionalismo público”, etc. Dentre as pautas elencadas pelo movimento ao longo da campanha pró-impeachment estão: privatizações, redução do número de ministérios, ajuste fiscal sem aumento de impostos, repúdio ao Foro de São Paulo e acatamento da Lei de Responsabilidade Fiscal (BARON, 2019; SILVA, 2020).

Em seu manifesto, o Movimento Vem Pra Rua (2014) sintetiza seus objetivos como: “um Brasil livre da *corrupção*, com uma política feita com ética e um *Estado desinchado e eficiente*, verdadeiramente democrático e justo. *E não há democracia nem justiça com corrupção, incompetência, autoritarismo e impunidade*”. Em livro escrito pelos seus fundadores, Chequer e Butterfield (2016) argumentam que o que os levou a “protagonizar um embate contra a corrupção e o governo federal” brasileiro não era nem “tempo de sobra”, nem “necessidade” e nem “barganha política”. As motivações, segundo eles, seriam: 1. A crise fiscal causada pelo governo petista que a população “pagaria a conta” através do aumento de impostos, e receberia, de volta, serviços públicos “equivalentes aos de Gana”; 2. Corrupção e impunidade, que seria associada aos gastos públicos: “quando vi o tamanho do rombo do governo daqui, fruto da corrupção, atrelado ao sofrimento do nosso povo, comecei a ficar absolutamente mal e deprimido”, afirma Butterfield. O estopim teria sido a preferência eleitoral por Dilma mesmo após as manifestações de junho de 2013 e os escândalos da Lava-Jato. É bastante presente também a narrativa de que era necessário uma “alternância de poder”, e que o PT “acabou” com o país. Ainda, os fundadores afirmam que: “Depois de muito debate, concluímos que queríamos um Estado pequeno, desinchado e eficiente. Para

nós, a discussão sobre tamanho e função do Estado passou a ser mais importante do que falar em ‘esquerda’ e ‘direita’.” (CHEQUER; BUTTERFIELD, 2016).

É possível notar, portanto, uma convergência entre a agenda industrial e as bandeiras desses movimentos — que viriam a protagonizar as mobilizações pró-impeachment. Eles compartilham tanto do diagnóstico da crise quanto do prognóstico desejado. A retórica antipetista que ganhou as ruas em junho de 2013 e continuou a ser adotada tanto por esses movimentos de “nova” direita quanto pelos industriais nos anos seguintes se baseia na interpretação de que o PT representava as mazelas brasileiras, a saber, a corrupção, a ineficiência do Estado e a demagogia. No poder há mais de uma década, o partido teria supostamente aparelhado o Estado a fim de satisfazer interesses próprios e, com isso, levava o país para o fundo do poço. Assim, a oposição ao governo não é puramente econômica, mas também política e moral. Esse enquadramento da crise coincide também com o discurso da oposição partidária ao PT. Assessor da campanha de Aécio Neves e ex-presidente do Banco Central, Armínio Fraga publica em setembro de 2015 artigo que reproduz as mesmas interpretações industriais, explicitando o consenso consolidado na oposição ao governo. Em suas palavras,

[A crise é consequência do] modelo político e econômico atual. Este se caracteriza pela captura, agigantamento, incompetência e falência do Estado. Captura por interesses partidários e privados, que sem qualquer escrúpulo montaram não um, mas dois enormes esquemas de corrupção voltados para sua preservação no poder e enriquecimento pessoal. Agigantamento, pois o gasto público se aproxima de 40% do PIB, número elevado, especialmente para um país de renda média. Incompetência por não entregar os serviços de qualidade que a sociedade demanda, apesar dos recursos despendidos. Falência pela perda da disciplina fiscal, fator que pesou na recente perda do grau de investimento, com destaque para a admissão pelo próprio governo de sua incapacidade de manter um superávit primário capaz de evitar a explosão da dívida pública. [...] Outras características do atual modelo econômico incluem um elevado grau de dirigismo, um claro desprezo pela eficiência em geral, e pelo mercado em particular, um relativo isolamento do mundo, uma má alocação do capital (em boa parte feita pelos bancos públicos), políticas setoriais mal desenhadas, um sistema tributário complexo, que distorce e encarece a atividade empresarial, e um aparato regulatório desprestigiado e, em alguns casos, mal tripulado. [...] A esta altura, não se pode descartar a hipótese de que o segundo mandato da presidente Dilma Rousseff seja o início de uma nova década perdida. Esta crise requer um tratamento proporcional ao seu tamanho. Isso não tem sido possível em função de barreiras ideológicas e de incompetência, além das naturais dificuldades de um governo corrigir algo feito por si mesmo, e da crise política que deve perdurar. (FRAGA, 2015, grifos nossos).

No caso do setor têxtil, chama a atenção o fato de que o sindicato dos trabalhadores também tinham essa interpretação e apoiaram o impeachment da presidenta. A partir da análise das declarações da presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias do Setor Têxtil, Vestuário, Couro e Calçados (CONACCOVEST), Eunice Cabral, a categoria apoiava o impeachment da presidenta ao menos desde abril de 2015. O sindicato participou dos protestos a favor da deposição da presidenta, defendendo o “Estado mínimo e o corte no número de impostos” (MILHARES, 2015). Segundo Cabral (2016, grifos nossos),

As reformas que o governo não fez no tempo certo como a Simplificação tributária, a excessiva burocracia, gastos exorbitantes, redução da máquina, demonstram claramente que a *crise política chega a superar a econômica*. O Governo Federal nos últimos anos, apesar dos avanços sociais, pecou ao deixar passar a oportunidade de investir nas questões estruturais, como portos, rodovias, hidrovias e ferrovias.

Em suma, o raciocínio consensualmente reproduzido é o seguinte: o país enfrenta uma crise causada pelo próprio governo federal, que gasta muito e mal e não consegue oferecer uma solução real à crise econômica, já que prioriza seus interesses partidários em detrimento do bem da nação; a solução oferecida é uma reforma da “cultura governamental”, nas palavras de Cervone (2015), que transformasse o Estado brasileiro em um Estado eficiente, “enxuto” e não intervencionista. As medidas que compõem essa agenda são inúmeras: ajuste fiscal, reforma previdenciária, tributária, trabalhista, independência do Banco Central, política externa “pragmática”, etc. Essa argumentação tornou-se consensual e permitiu o estabelecimento de uma nova coalizão antipetista. O empresariado, a classe média, a oposição partidária e “das ruas” e a imprensa repetiam os mesmos diagnósticos e prognósticos da crise brasileira. O PT e, conseqüentemente o governo federal, ficou isolado diante da mudança na correlação de forças. É essa agenda que fundamentará o apoio das lideranças empresariais ao impeachment, como veremos a seguir.

4.3 A COSTURA PERFEITA: O IMPEACHMENT COMO BALA DE PRATA

O primeiro ano do segundo mandato de Dilma começou sob pressão de todos os lados: economicamente, a grande mídia, o setor privado interno e as agências de rating exigiam um forte ajuste fiscal, retratando o governo como “mau pagador” (POZOBON;

GARCIA, 2017); politicamente, o governo era bombardeado por escândalos gerados pela Operação Lava-Jato e lutava para manter sua base parlamentar que ameaçava pular do barco a qualquer momento sob a liderança do novo Presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB), e imobilizava o poder executivo através de pautas-bomba (DUARTE, 2015); nas ruas, manifestações clamavam por “Fora Dilma” (FLORÊNCIA, 2014; BATISTA, 2016).

Com Dilma reeleita em um contexto de notável piora econômica e instabilidade política, os dirigentes têxteis-vestuaristas reforçaram a aposta na agenda oposicionista consolidada em 2014. A crise se manifestaria, para eles, na “perda de confiança do consumidor, maior desemprego, menor oferta de crédito e aumento da inflação”, segundo o então presidente da Abit, Rafael Cervone (BORTOLOZI, 2015a). O momento é caracterizado pelo dirigente como “hostil ao empreendedorismo, aos negócios, ao faturamento das empresas” e de “uma “imprevisibilidade generalizada” na “agenda tributária, trabalhista, [e] econômica” (RELANÇADA, 2015; VALENTI, 2016). Apesar do evidente distanciamento, no início do ano, Cervone (Abit) ainda indica uma disposição de diálogo com o governo, afirmando, em março, que “somos parceiros do governo para resolver os problemas e temos confiança de que, como tantas outras crises, esta também vai passar” (VERAS, 2015).

A cordialidade nas manifestações públicas desaparece, no entanto, a partir do segundo semestre de 2015. Com a intenção de acalmar os nervos do mercado e pressionada pelo rebaixamento da nota do país por agências de classificação de risco, a presidenta inicia em maio um pacote de ajuste fiscal que visava garantir a obtenção de superávit primário em 2016. O efeito, contudo, foi o contrário. O empresariado buscou influir sobre as diretrizes do ajuste fiscal ao longo do ano, sendo o principal alicerce do apoio industrial a Joaquim Levy. Entretanto, o resultado não foi o que esperavam: a partir de agosto, o pacote contemplava, dentre outras medidas, o relançamento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e a redução da alíquota do Reintegra. Isso parece ter sido a gota d’água, gerando fortes reações por parte dos industriais, que relacionaram o fracasso do ajuste a todos os demais problemas que identificavam no governo.

A partir do segundo semestre de 2015, a insatisfação com o governo não é mais velada. Embora a presidenta tente uma reaproximação com o setor privado, os industriais não

se satisfazem mais com o discurso e declaram não estarem mais dispostos a ouvir promessas que não serão cumpridas. O presidente da Abit, Cervone, declara em agosto que “não dá mais para ter conversa fiada”, muito menos “mais do mesmo” (EMPRESÁRIOS, 2015).

Reagindo ao anúncio do pacote, a Abit calcula que a volta do CPMF representaria um aumento de mais de um bilhão de dólares nos impostos pagos pelo setor (MANTOAN et al., 2015). Em declaração concedida a *O Liberal* em outubro, Alfredo Bonduki, presidente do Sinditêxtil-SP, avalia que as medidas econômicas estão “equivocadas” e são “pouco democráticas”. O executivo alega que caso não seja corrigida, o país terá um novo “nunca antes neste país” (referenciando o famoso bordão de Lula) de “fechamento de empresas e perda de empregos, tornando inútil o sacrifício da sociedade para prover um ajuste fiscal feito de modo errado” (RPT, 2015). Ainda nesse tópico, Bonduki publica um artigo de opinião, em 02 de dezembro, no qual declara que a solução para o problema fiscal seria a redução dos gastos públicos, não a redução de benefícios tributários aos industriais. O dirigente afirma que um projeto de desenvolvimento do país é impedido por conta do fisiologismo, das retaliações políticas no Congresso — lideradas pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha —, e das “posições dogmáticas e [da] inabilidade política da presidente Dilma” (BONDUKI, 2015).

Ao mesmo tempo em que as tensões se tornavam mais explícitas, o vice-presidente Michel Temer se movia para costurar o apoio industrial ao impeachment. No dia 05 de agosto, o vice-presidente declarou que era necessário “alguém para reunificar o país”, o que foi o estopim para seu afastamento da cúpula do Planalto e resultou, no dia 24 daquele mesmo mês, na sua saída da articulação política da presidência (ALMEIDA, 2016). Enquanto Dilma tentava reconquistar o setor privado, Temer contava com o apoio de Paulo Skaf, então presidente da Fiesp, para garantir o apoio empresarial ao impeachment (PERRIN, 2020).

No dia 27 de agosto, Skaf se reúne com movimentos pró-impeachment, como o *Acorda Brasil* e o *Vem pra Rua*. Apesar de afirmar que não defenderá “publicamente” o impeachment, o objetivo da reunião evidentemente é articular a defesa da deposição da presidenta. Nas palavras do presidente da Fiesp, trata-se da “formação de uma agenda comum entre as ruas e o empresariado” — deve-se notar que “as ruas” ouvidas são apenas as pró-impeachment (SKAF, 2015). Logo após essa reunião, Skaf organiza um jantar entre

lideranças empresariais e Temer, incluindo dirigentes do setor têxtil, como Josué Gomes da Silva. O fato de Skaf encabeçar essa articulação entre Temer, empresários e movimentos pró-impeachment nos é especialmente relevante porque ele encabeça o “grupo” dos dirigentes do setor têxtil, conforme desenvolvido no Capítulo 2.

Àquela altura, o diagnóstico que fundamentou a defesa do impeachment em 2016 já estava presente no discurso empresarial. A entrevista concedida por Josué Gomes ao Estadão, em setembro de 2015, é um exemplo nítido disso. Ao ser questionado sobre a responsabilidade do empresariado na crise vigente, o executivo responde:

O empresário é movido por expectativas e as expectativas foram se deteriorando. *O conjunto de intervenções na economia e o crescimento do Estado foram tirando o ânimo do setor industrial.* Esse ânimo e o espírito animal do empresariado serão recuperados se nós trabalharmos em medidas estruturais e de gestão que nos deem um horizonte de contas públicas ajustadas nos próximos anos. (KATTAH, 2015, grifos nossos).

É justamente a necessidade de “medidas estruturais e de gestão” que fundamenta, como veremos abaixo, a defesa ao impeachment de Dilma. Apesar da evidente oposição ao governo, o apoio dos dirigentes têxteis-vestuaristas ao impeachment só se tornou público em 2016. Isso pode ser entendido como uma estratégia política: enquanto a deposição é uma realidade incerta, ainda em disputa, eles preferem não romper com o governo e conseguem alguns ganhos a partir disso, como o veto à extinção da desoneração do setor e a não recriação da CPMF. Na mesma entrevista de Josué referida acima, o executivo dá a seguinte declaração:

Michel Temer tem dado declarações polêmicas, como o governo não resistir até o fim... Esse negócio de o governo cair, vamos dizer a verdade, eu acho até que o melhor regime é o parlamentarismo, mas não foi a escolha que fizemos. Então esse negócio de cair o governo não é próprio do presidencialismo, que é o sistema que nós adotamos. A popularidade pode cair, dificulta. Me parece que a afirmação do Michel é que é muito difícil governar por três anos com baixa popularidade. Mas ao mesmo tempo ele falou que acredita que tomadas as medidas, a economia melhorando um pouco, a própria popularidade tende a melhorar um pouco. Então, *essa discussão de cai governo, não cai governo, só cria um clima de incerteza que não contribui em nada. E não vai acontecer, até porque não tem elementos para acontecer.* O papel do PMDB é o papel de um partido maduro e bastante responsável pela governabilidade. O presidente Michel Temer está sendo responsável, leal, correto. (KATTAH, 2015, grifos nossos).

A análise de que o impeachment não ocorreria está presente também na fala feita, em dezembro de 2015, por Ricardo Steinbruch (Vicunha Têxtil). O executivo indicou pouca

esperança de que a presidenta fosse deposta: "Que inveja da Argentina. [...] Os senhores têm esperança de mudança; no Brasil as coisas vão demorar mais", referindo-se à eleição de Macri (OLMOS, 2015). Nesse sentido, é quando o fato está praticamente consumado, e certamente pactuado, que eles passam a se posicionar publicamente. Aqui vale ponderar dois pontos relevantes: i) a maior parte dos empresários não trata sobre o assunto na imprensa durante todo o segundo mandato; e ii) os que se posicionam são dirigentes de entidades de classe e têm relação institucional com a Fiesp, grande mobilizadora pelo impeachment, e pessoal com Skaf, que, naquele momento, arquitetava a viabilização da campanha à presidência de Temer, conforme demonstrado por Perrin (2020).

Neste contexto, a Fundação Ulysses Guimarães, do PMDB, lança no dia 29 de outubro o “Ponte para o Futuro”. O documento parece uma resposta direta aos anseios empresariais — trata-se de uma espécie de programa com as principais medidas estruturais prezadas pelo empresariado. Segundo Singer (2022, p. 11), o documento

[...] internalizava o diagnóstico de Sharma, *Economist*, *Financial Times*, Barclays e Goldman Sachs: a Constituição de 1988 forçava gastos que o tesouro não conseguia sustentar (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES, 2015, p. 6). Fazia-se urgente realizar reformas liberais e integrar-se aos mercados externos, pois ‘a globalização é o destino das economias que pretendem crescer’ (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES, 2015, p. 17).

O primeiro parágrafo do documento ecoa a interpretação empresarial, se utilizando das mesmas expressões:

[...] nós nos propomos a buscar a *união dos brasileiros de boa vontade*. O país clama por pacificação, pois o *aprofundamento das divisões* e a disseminação do ódio e dos ressentimentos *estão inviabilizando os consensos políticos* sem os quais nossas crises se tornarão cada vez maiores. Todas as iniciativas aqui expostas *constituem uma necessidade*, e quase um consenso, no país (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES, 2015, p. 2, grifos nossos).

A título de exemplo, recorremos ao artigo publicado pelo então presidente da Abit, Rafael Cervone, na Folha de São Paulo, em novembro de 2015. Nele, o dirigente declara que o Brasil “carece de direção” política e clama por uma mudança na “cultura governamental”: um compromisso nacional, um novo consenso em torno da redução do Estado — acabando, assim, com as “disputas e interesses pessoais” —, que estabelecesse regras nítidas e de longo prazo para pôr fim à tão criticada imprevisibilidade decorrente da intervenção política, em prol do “futuro do Brasil e seus valorosos cidadãos” (CERVONE, 2015). Similarmente, em

março de 2016, a Springs Global, de Josué Gomes da Silva, alega que as "feridas abertas" pela acirrada eleição aprofundaram-se e sobrepuseram-se ao interesse nacional, alinhando-se à avaliação dos demais dirigentes têxteis que identificam conflitos entre o interesse do país e do partido no poder. Tanto o documento quanto as declarações empresariais clamavam pela "unificação do país", acima de "divisões" políticas, e clamam pelo "consenso" das medidas necessárias para a superação da crise.

O Ponte para o Futuro não apenas repetia o diagnóstico, mas também o prognóstico industrial. O programa compartilha da avaliação empresarial que vimos acima de que o problema do país não se resume a determinadas políticas econômicas, mas à própria estrutura do Estado que constantemente produzirá déficits fiscais, em um "ciclo vicioso insustentável", nas palavras de Cervone (Abit). Segundo o documento publicado,

No entanto, *a parte mais importante dos desequilíbrios é de natureza estrutural e está relacionada à forma como funciona o Estado brasileiro. Ainda que mudássemos completamente o modo de governar o dia a dia, com comedimento e responsabilidade, mesmo assim o problema fiscal persistiria. Para enfrentá-lo teremos que mudar leis e até mesmo normas constitucionais, sem o que a crise fiscal voltará sempre, e cada vez mais intratável, até chegarmos finalmente a uma espécie de colapso.* (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES, 2015, p. 5-6, grifos nossos).

A partir disso, foram listadas como propostas todas as demandas que os empresários julgavam estruturais e fundamentais para o crescimento do país e a promoção sustentada da competitividade: limite de gastos públicos com o compromisso de não aumentar a carga tributária, "uma política de desenvolvimento centrada na iniciativa privada" com promoção de concessões, primazia de acordos coletivos "sobre as normais legais" na área trabalhista", reforma da previdência, o fim da priorização das relações Sul-Sul na política externa, a unificação do ICMS, "promover a racionalização dos procedimentos burocráticos e assegurar ampla segurança jurídica para a criação de empresas e para a realização de investimentos", dentre tantas outras (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES, 2015, p. 18-19). O Ponte para o Futuro representava, nesse sentido, o antídoto das políticas "míopes" da gestão petista. Ao contrário do imediatismo da política econômica sob Dilma, Temer oferecia um programa de longo prazo.

Podemos caracterizar o documento como uma proposta similar ao conceito de *institutional lock-in*, elaborado por Madariaga (2020). O objetivo era estabelecer a tão

demandada reforma estrutural do Estado (nos moldes neoliberais), redesenhando as regras do jogo a partir de políticas que visavam isolar “certos domínios políticos da competição partidária e depois constitucionaliza-los, tornando ainda mais difícil de ser modificados” (MADARIAGA, 2020, p. 47, tradução nossa), como conseguiram, após o impeachment, com as reformas trabalhista, previdenciária, a PEC do Teto de Gastos e a independência do Banco Central. A resposta à crise seria, portanto, a radicalização e consolidação do modelo de Estado neoliberal. Segundo Pimentel (Abit) afirma em entrevista concedida à autora, o programa era “bem concatenado”, e representava uma mudança “estrutural” e “liberal” na política a partir do estabelecimento de “metas e compromissos [...] [de] prazos mais longos”. Em março de 2016, Josué Gomes da Silva declarou que o documento propunha um conjunto de medidas consensuais e “indispensáveis para a reversão do quadro” brasileiro (VALENTI, 2016b). Não é de surpreender, já que o que clamavam, como vimos, era uma política de longo prazo que atacasse os problemas estruturais do país por meio de uma transformação (nos moldes neoliberais) do Estado brasileiro.

O documento, portanto, propunha quase que com as mesmas palavras aquilo que os industriais vinham pedindo há anos. Entretanto, conforme declara Josué Gomes, àquela altura, o “ambiente político” não permitia que o Ponte para o Futuro fosse implementado, já que o governo de Dilma tinha perdido “a autoridade, a confiança e o respeito indispensáveis para aprovar as medidas necessárias para tirar o país da paralisia” (VALENTI, 2016b). Por conseguinte, conclui o executivo, a melhora da economia *só* poderia se dar sob outro presidente. Assim, o melhor caminho para evitar o colapso completo da economia brasileira seria o impeachment ou renúncia, para que outro presidente pudesse assumir e reverter o quadro econômico. Contudo, ele avalia que Dilma não renunciará, já que vê “o processo como uma briga política ‘tremendamente’ injusta”. Restava como única saída, portanto, o impeachment.

A centralidade do Ponte para o Futuro para a deposição de Rousseff e a leitura oferecida por Josué Gomes da Silva é confirmada pelo próprio Michel Temer, que admitiu algumas semanas depois da aprovação do impeachment no Senado:

Há muitíssimos meses atrás, eu ainda vice-presidente, lançamos um documento chamado ‘Uma Ponte Para o Futuro’, porque nós verificávamos que seria impossível o governo continuar naquele rumo. E até sugerimos ao governo que

adotasse as teses que nós apontávamos naquele documento chamado ‘Ponte para o Futuro’. *E, como isso não deu certo, não houve adoção, instaurou-se um processo que culminou agora com a minha efetivação como presidência da República*”. (FERNANDES, M., 2016, grifos nossos).

Reforçando a relação entre o documento e a deposição de Dilma, o “Ponte para o Futuro” foi rebatizado de “Plano Temer” em outubro, mês do início do processo de impeachment, e apresentado em eventos para empresários. Romero Jucá sintetiza a essência do documento, definindo-o como “um pano de fundo para a transição”, em novembro de 2015. Em dezembro, algumas peças começaram a se alinhar para que o processo acelerasse.

Primeiro, o governo perdeu o cabo-de-guerra com o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, que, no dia 02 de dezembro, aceita a denúncia de crime de responsabilidade protocolada em outubro. Em segundo lugar, no dia 07, Temer deixa vaziar uma carta escrita “para a presidente, no mesmo dia em que visitou a Federação do Comércio de São Paulo para falar do ‘Ponte para o Futuro’ e de suas ideias para o país” (ALMEIDA, 2016, p. 304). A carta dissociava a imagem de Temer do governo, em meio à pressão feita por Dilma para que o vice se declarasse publicamente contra o impeachment. No dia seguinte, Temer alega que o pedido de impeachment tinha “lastro jurídico”. Em terceiro lugar, no dia 18, Joaquim Levy se demite do Ministério da Fazenda (TEMÓTEO; HESSEL, 2015). Em sua carta de demissão, Levy declara que chegava “ao fim de 2015 preocupado com a situação do país, particularmente com a da economia”. Mesmo que desgastado, o ministro representava ainda o último grão de esperança de implementação das medidas estruturais. O avanço da Lava-Jato em março de 2016 foi a última peça que faltava para consumir o processo de impeachment. É neste contexto que o empresariado passa a apoiar publicamente a deposição da presidenta.

No dia 02 de março, a Springs Global publica um relatório da administração sobre o ano de 2015 extremamente crítico e político. Criticando a política econômica do governo Dilma I, a empresa aponta como razão da falta de credibilidade do governo a recusa em cortar os gastos públicos e em reduzir o Estado, caracterizado como “inchado e ineficiente” (VALENTI, 2016b).

As primeiras semanas de março são marcadas pelo avanço da Operação Lava-Jato. O ex-presidente Lula foi conduzido coercitivamente no dia 04 de março para depor sobre

acusações de corrupção. A ação foi televisionada pela grande imprensa como um grande evento nacional. A decisão pela condução foi criticada por juristas, que alegam que Lula não teria negado o convite para prestar esclarecimento, sendo injustificada a medida coercitiva (LOBO; NOGUEIRA; SOUZA, 2016). Segundo o juiz Sergio Moro, julgado parcial no julgamento de Lula pelo STF em 2021 (STF, 2021), optou-se pela condução coercitiva para “evitar tumulto” (COLON et al., 2016). De qualquer forma, o espetáculo incitou o imaginário antipetista, que tinha como um de seus símbolos o “pixuleco” de Lula com uniforme de presidiário. Poucos dias depois, no dia 07 de março, o presidente do Sindivestuário-SP, Ronald Masijah, participa de evento da Fiesp com dirigentes da indústria. Masijah é bastante pessimista sobre a recuperação do setor. Segundo ele, é "consenso que não haverá melhora no país sem a saída do governo" e "se a Dilma Rousseff não sofrer impeachment ou renunciar, os números vão ser piores em 2016" (BOUÇAS, 2016a).

O evento serviu para mobilizar a maior manifestação contra Dilma, no dia 13 de março — ato para o qual Cervone (Abit) fez convocação em seu Facebook. Ocorreram protestos em todo o Brasil, com enorme adesão, mais de 3 milhões de manifestantes em todo o Brasil, e marcados pelo apoio à Operação Lava-Jato e ao juiz Sergio Moro (MANIFESTANTES, 2016; ROSSI; ALESSI; BENITES, 2016). No mesmo dia, o juiz publicou nota agradecendo o apoio popular à investigação e incitando a classe política a ouvir “a voz das ruas” (ROSSI; ALESSI, BENITES, 2016).

Isolada no Palácio e com dificuldades de garantir sua base parlamentar para barrar o pedido de impeachment no Congresso, Dilma convida Lula para assumir a Casa Civil. A presidenta sempre manteve certa distância do ex-presidente durante seu governo, tentando construir seu próprio legado. Lula evitava interferir no governo, mesmo que insatisfeito com os rumos tomados — a título de exemplo, o ex-presidente considerava fundamental a mudança na política econômica muito antes de Dilma, que fez a guinada, considerada ainda tímida, apenas em 2015 (ALMEIDA, 2016). Com estilos políticos muito diferentes, Lula era conhecido por sua política da boa vizinhança, enquanto Dilma — e seu braço direito, Aloizio Mercadante — é retratada por todos, aliados e adversários, como desgostosa do tête-à-tête que os cargos políticos exigem. No momento em que a garantia de apoio parlamentar é central, Lula seria o perfil ideal para coordenar a articulação governamental contra a

aprovação do impeachment no Congresso e garantir a governabilidade. A indicação foi vista, contudo, como uma proteção que a presidenta oferecia ao ex-presidente, frente ao avanço da Operação Lava-Jato. Ilegalmente, o juiz Moro vaza à imprensa ligação entre Dilma e Lula sobre a nomeação feita no mesmo dia (16/03) (CASTRO; NUNES; NETTO, 2016). A conversa e a possível nomeação foram o estopim.

No mesmo dia, a Fiesp e o Ciesp publicam nota em que definem a nomeação de Lula ao Ministério da Casa Civil como “um golpe contra a nação brasileira” e articulam uma grande reunião para “discutir os últimos acontecimentos” (SKAF, 2016). A reunião ocorreu já no dia seguinte. A Abit, representada por seu presidente, Rafael Cervone, participa de evento na Fiesp que reuniu aproximadamente 300 entidades empresariais. No evento foi lançado oficialmente o apoio empresarial ao impeachment de Rousseff — incluindo o anúncio de uma campanha das entidades industriais para que os parlamentares votassem a favor da deposição. Skaf explica que, como a presidenta se recusa a renunciar, o “impeachment passou a ser a opção prioritária”. O presidente da Fiesp compartilha da avaliação dos demais dirigentes têxteis, e afirma que o “governo brasileiro não está trabalhando para a Nação, [ao contrário] ‘está trabalhando para se sustentar, para se segurar no poder’” (TONI, 2016). Ainda em março, no dia 28, Gomes da Silva (Coteminas e Springs Global) passa a apoiar explicitamente a troca de governo. O executivo afirma que a presidenta teria perdido “as condições de governar o Brasil” e não poderia mais recuperar a confiança para aprovar as “medidas necessárias para tirar o país da paralisia” (VALENTI, 2016b). Similarmente, Cervone alega que

No segundo mandato, percebeu-se claramente que ou fazia-se uma mudança ou o tombo seria muito maior. Nada mais rodava no Congresso. Ou se tinha uma solução rápida, ou o país ia para o vinagre. Não dava mais para esperar, o tempo era inimigo do país. Aí ela [Rousseff] perdeu de vez a liderança. [...] [O] descrédito era generalizado naquele momento. Passamos por uma crise de liderança no Brasil e no mundo, que continua hoje. [...] É esgotamento do modelo Brasil país do futuro, essa geração não tem mais paciência e vai pra rua. E sem liderança, há crise. [...] [O] caminho é pressionar para que isso mude, começando por acabar com a corrupção. (PERRIN, 2020, p. 153).

A defesa do impeachment aparece no discurso empresarial entrelaçada ao balanço do primeiro mandato de Dilma e ao diagnóstico da crise vigente. O governo é identificado como o responsável pela crise e a deposição da presidenta é retratada como o único remédio possível. Tal como um coral, os empresários repetiam o mesmo refrão. Diante da crise

supostamente causada pelo governo — pelos gastos excessivos, política econômica equivocada, desvio moral e ético e aparelhamento do Estado —, tornava-se necessário não apenas uma mudança em determinadas medidas econômicas, mas transformações “profundas” e “estruturais” no Estado brasileiro. A redução do Estado, as reformas tributária, trabalhista e política, políticas de longo prazo, responsabilidade fiscal, dentre outros. Sem governabilidade, a presidenta era um empecilho para a superação da crise e a implementação das medidas consideradas consensuais e urgentes.

Diante disso, a opção pelo impeachment se torna cristalina. Na interpretação dos industriais, a crise tinha manifestações econômicas graves, mas sua raiz era, ao fim e ao cabo, política. A deposição resolveria dois grandes obstáculos para o desenvolvimento do país, segundo acreditavam: primeiro, tirariam do poder o Partido dos Trabalhadores, identificado como um partido inerentemente corrupto e que não tem “escrúpulos” em seus gastos públicos; e, em segundo lugar, mas não menos importante, colocariam no poder aquele que tinha escutado suas demandas mais profundas e reestruturaria o Estado brasileiro nos moldes desejados, por meio da plataforma sintetizada no Ponte para o Futuro. Assim, a crise seria solucionada: acabaria a corrupção e as políticas dogmáticas e abriria o caminho para que as reformas estruturais tomassem a dianteira e um novo Estado (eficiente e enxuto) fosse instaurado.

Não à toa, o humor empresarial muda da água para o vinho assim que o impeachment passa a se tornar uma possibilidade concreta.⁴⁰ O Senado aprova, no dia 12 de maio, a abertura do processo do impeachment, resultando no afastamento da presidenta até que o processo se completasse. No dia seguinte, o presidente interino, Michel Temer, nomeia José Serra e Gilberto Kassab como, respectivamente, ministros das Relações Exteriores e da Ciência, Tecnologia e Comunicações. As nomeações foram bem recebidas pelos empresários, assim como o afastamento — mesmo que temporário — de Dilma, Bonduki (Sinditêxtil-SP) declara que a “nova equipe” deve “quebrar essa paralisia que estava tomando conta do governo federal”, e já espera que o país receba “uma nova leva de investimentos em capital estrangeiro” (CECCON, 2016). O presidente Sindicato das Indústrias de Tecelagem da RPT, Dilézio Camarro, compartilha do otimismo, alegando que o setor espera que o

⁴⁰ A retomada da confiança industrial fica evidente na Figura 7 apresentada no Capítulo 3.

governo Temer “faça as coisas como devem ser feitas, gastando dentro do limite do orçamento. Nossa perspectiva é que essas mudanças estimulem o emprego e a renda, já que vínhamos sentindo uma total falta de ânimo nas empresas” (CECCON, 2016). É possível observar, portanto, que o afastamento da presidente gerou, imediatamente, boas expectativas por parte dos empresários, que já contavam com uma melhora no cenário econômico sob o presidente interino.

Mesmo que o desempenho do setor não tenha sido tão bom quanto esperado, a Abit previa melhora no segundo semestre, esperando “retomada da confiança dos empresários assim que forem definidas ações do governo [interino] relacionadas à carga tributária e política cambial, entre outras questões” (BOUÇAS, 2016b). A sensação que os empresários compartilhavam era de que “o pior já passou”, como asseguraram Gustavo Rosset e Alfredo Bonduki em agosto de 2016 (VISÃO, 2016; LEITE, 2016). As sinalizações do presidente interino, como declarações contra o aumento de impostos e a favor da redução do “tamanho do Estado”, foram consideradas “boas”. A expectativa industrial era de que, com Temer na cadeira presidencial, o país teria “estabilidade política e, conseqüentemente, econômica”, gerando retomada da produção — mesmo que lenta (LEITE, 2016).

Similarmente, no dia 29 de agosto, Gomes da Silva afirma que a melhora no humor empresarial sob o governo de Temer e aumento da confiança já se refletiram no aumento das vendas. O empresário compartilha do otimismo dos demais dirigentes têxteis e afirma: “Acho que há uma disposição e uma determinação forte para a aprovação das medidas que levem a um ajuste fiscal de maneira a que, de fato, esta confiança que começou a ser recuperada continue crescendo e isso traga repercussões favoráveis na atividade econômica” (SOUZA, 2016). Cervone, no mesmo dia, também apresenta uma perspectiva de melhora econômica, esperando a retomada dos investimentos com a perspectiva de mudanças estruturais sob o novo governo, isto é, a agenda industrial defendida desde a segunda metade de 2013, “como a modernização da legislação trabalhista e avanço nos acordos comerciais” (BOUÇAS, 2016e).

Após três meses de tramitação do pedido de impeachment no Senado, no dia 31 de agosto, Dilma é deposta por 61 votos favoráveis, ante 20 contra seu impedimento. No mesmo

dia, Cervone (Abit) declara que “espera que o novo presidente da República, Michel Temer, tenha ‘senso de urgência’ para solucionar problemas que agravam a recessão no país.”.

Temer representava para os industriais têxteis o fim de um longo período de imprevisibilidade política e recessão econômica. Os empresários tinham confiança que o novo governo cumpriria suas promessas e implementaria as medidas “necessárias” para a retomada da economia: reformas estruturais da legislação trabalhista e da previdência, responsabilidade fiscal, redução do Estado, garantia de não aumentar a carga tributária, acordos comerciais com países do Norte global, entre outras. A deposição de Dilma e chegada ao poder de Temer foi vista, em si só, como um motor para o aumento de investimentos e para a retomada da produção e empregos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo teve por objetivo investigar os termos da oposição industrial ao governo Dilma e da defesa ao impeachment em 2016. Nossa hipótese é de que os protestos foram interpretados pelos empresários como uma janela de oportunidade, em que se tornou possível a unificação entre diferentes segmentos sociais e econômicos em uma agenda comum anti-PT e neoliberal; e que, finalmente, tinha chances reais de vencer as eleições de 2014. Tendo o mesmo diagnóstico e prognóstico, as manifestações proporcionaram o ingrediente que faltava, isto é, o ambiente político necessário. Os protestos transformaram a correlação de forças a partir da deslegitimação do PT e da tomada das ruas pela direita, além de disseminar o desejo de mudança e a narrativa crítica ao Estado, baseada tanto na retórica neoliberal quanto moralista. É essa configuração que fundamentará a oposição ao governo ainda no primeiro mandato de Dilma. É neste sentido que junho de 2013 foi parte da “solução” ao problema enfrentado, conforme definido por Alfredo Bonduki (Sinditêxtil-SP).

Em linhas gerais, embora a crise tivesse causas econômicas (discutidas no Capítulo 3), havia uma face política também: a outra raiz da crise era o Estado grande e gastador demais. Neste ponto, os dirigentes têxteis relacionam o modelo estatal ao Partido dos Trabalhadores, apesar de, simultaneamente, argumentarem que a superação da crise passa

necessariamente por uma reformulação do Estado e não apenas na deposição da presidenta. Aqui a relação entre a narrativa surgida nos protestos de junho de 2013 é nítida. Como bem sintetizam Saad-Filho e Moraes (2018, p. 222), “o emergente movimento popular [de junho] contra a corrupção, o PT e o governo Dilma Rousseff sustentava que a corrupção e a ineficiência do Estado seriam os problemas mais graves do Brasil, insinuando, ao mesmo tempo, que esses males derivariam do comportamento perverso de indivíduos e partidos específicos [...]”. É essa mesma interpretação que fundamenta o posicionamento industrial.

Como vimos, a argumentação oferecida pelas lideranças do setor é a seguinte: o Partido dos Trabalhadores teria se apoderado do aparelho estatal para satisfazer interesses partidários e particulares, em detrimento dos interesses da nação. Esse *plano de poder*, diferentemente de um *projeto de país*, implicava em altos gastos públicos — devido à corrupção, políticas sociais e compra de votos no Legislativo — e ineficiência, já que o governo priorizava seus interesses políticos, como ao nomear a cargos públicos com o critério de proximidade política ao invés de competência técnica ou na condução de uma política externa ideologizada. Nesse sentido, a narrativa que se constrói é de que o partido governava para si mesmo, deixando os custos da má administração para a sociedade e para o setor produtivo. O culpado pela crise era, portanto, o PT. Daí surge uma oposição moral e econômica ao governo, em que a “nação” se volta contra o partido que ocupa o governo federal.

Embora a culpa pela crise fosse do PT, os empresários não se satisfazem apenas com a deposição da presidenta, mas demandam também que, em seu lugar, assuma um governo capaz de conduzir a “modernização” do Estado brasileiro. Segundo argumentam, o Estado é fundamentalmente ineficiente. Em contraposição, o setor privado é “naturalmente” mais eficiente. É com base nesse pressuposto que os empresários defendem a redução do Estado — de seu tamanho, de suas funções e gastos — como solução à crise.

Novamente aqui, o comportamento político industrial é também pragmático. Isto é, por mais que tivessem esses diagnósticos e prognósticos da crise desde 2013, e o impeachment estivesse na agenda pública desde o final de 2014, a adesão ao movimento do impeachment ocorreu apenas em 2016. O Ponte para o Futuro foi a sinalização necessária para que a defesa do impeachment pelos empresários se tornasse pública. O documento

representava, para eles, as medidas consideradas consensualmente necessárias para a superação da crise em curso. Assim, o impeachment solucionaria dois problemas em um só golpe: tiraria o PT do governo federal e colocaria em seu lugar aquele que representava a modernização do Estado e da economia brasileira.

CONCLUSÃO

Desde seus primórdios, a elite têxtil-vestuarista teve uma relação muito próxima aos estratos estatais. Os industriais têxteis representavam um setor relevante politicamente, comandando as mais influentes entidades de classe. Não raro, esses empresários se transformaram também em figuras políticas de peso, tal como Fernando Gasparian e José Alencar. A era de ouro, entretanto, teve fim com a abertura econômica dos anos 1990. Sob os governos de FHC, tampouco foi possível recuperar a influência política. O governo não escondia seu diagnóstico de que o futuro era o mercado financeiro. Indústria tradicional, intensiva em mão de obra e pouco tecnológica, o setor têxtil-vestuarista foi preterido.

É neste contexto que, em 2002, a candidatura do Lula *light*, ou Lulinha “paz e amor”, representou a possibilidade da construção de uma coalizão entre governo e setor produtivo. O petista se esforçou em demonstrar preocupação com a indústria nacional. Já em 2001, os dirigentes petistas se reuniram com o setor privado, a fim de reforçar a agenda em comum e, inclusive, convidar os empresários a contribuírem para o programa de governo. Lideranças no setor têxtil, como Paulo Skaf e Josué Gomes, se somaram aos esforços do petista para “dissolver a desconfiança” entre o empresariado (CASTRO, 2011). Lula falava explicitamente que sua campanha representaria o setor produtivo, opondo-se ao governo e ao candidato situacionista, que representavam a “especulação” (ZANINI, 2002a). Essa avaliação era reproduzida no discurso empresarial. Nas palavras do empresário Carlos Jereissati, “por mais paradoxal que pareça, o PT hoje é o partido que melhor defende os interesses do empresariado brasileiro” (CARVALHO; COSTA, 2001). A escolha do vice, aliás, é bastante simbólica: José Alencar, dono de uma das maiores indústrias têxteis do Brasil, a Coteminas. Embora àquela altura estivesse mais com o pé na política do que na empresa - naquele momento já dirigida pelo seu filho, Josué -, sua imagem de “empresário bem-sucedido, nacionalista e contra quem não pesam suspeitas” deu credibilidade fundamental à candidatura lulista (ZANINI, 2002b).

Uma vez eleito, o setor produtivo voltou a ser ouvido. Os industriais têxteis, em específico, tiveram ganhos políticos e econômicos. Se nos anos 1990 eram desprezados, nos governos petistas a indústria têxtil recebeu atenção especial. O segmento era estratégico para

o lulismo, afinal constituía um dos maiores empregadores industriais e era majoritariamente voltado ao mercado nacional. Incentivá-lo, portanto, seria uma forma de gerar emprego, estimular o mercado interno e reduzir a desigualdade. Além disso, as lideranças têxteis eram próximas do governo petista – José Alencar, Josué Gomes, Paulo Skaf e Ivo Rosset eram empresários tidos como aliados -, o que facilitou a obtenção de políticas que os favorecessem.

Não obstante, haviam pontos de tensão. Os industriais se frustraram diante da manutenção do tripé macroeconômico, que continuava a beneficiar o setor financeiro em detrimento da indústria nacional. Outra insatisfação era a respeito da suposta reprimarização da economia brasileira, acelerada pela ascensão da economia chinesa, que gerou uma enorme demanda por *commodities*. A proximidade do governo com o país asiático era visto como um obstáculo a uma postura mais agressiva na política externa. Embora fossem alvo de medidas compensatórias, os industriais têxteis não sentiam que seus interesses eram priorizados no governo Lula e continuavam a perder participação no PIB industrial.

A crise de 2008 inaugurou um (breve) momento keynesiano no mundo (BLYTH, 2017). Por aqui, o governo Lula aproveitou a brecha para adotar medidas anticíclicas, aumentando as políticas de incentivo e proteção à indústria nacional e aquecendo o mercado interno. O presidente fechou sua era com recorde de aprovação popular e 7,5% de crescimento do PIB. Sua sucessora, Dilma Rousseff, assumiu a cadeira na virada da maré. Economicamente, a crise atingira fortemente os países europeus, desacelerando, em seguida, a economia chinesa, que, até então, funcionava como alavanca do alto crescimento brasileiro. Em resposta, a presidenta redobrou a aposta na política econômica desenvolvimentista, que se guiava a partir do princípio de que o Estado deveria estimular a reindustrialização, considerada central no estímulo ao crescimento econômico e à redução da desigualdade social (SINGER, 2018).

Nesse primeiro momento, os dirigentes têxteis sentiam que o governo *priorizaria* seus interesses, inclusive na espinhosa política macroeconômica. Um novo modelo econômico, mais compatível com as aspirações industriais, surgia no horizonte. Em um contexto ameaçador, Dilma se dispôs a escolher o lado do setor produtivo — não apenas as “campeãs nacionais”, mas também aqueles que estavam sendo mais atingidos pela crise vigente. O

entusiasmo com a disposição da presidenta de enfrentar obstáculos históricos era nítido, mas foi efêmero.

A partir do início de 2013, a desaceleração da economia chinesa e o conseqüente fim do *boom* das commodities eram motivos de alerta por aqui. Tudo indicava que o ciclo de alto crescimento econômico, que permitira maior margem de manobra para a característica política de ganha-ganha dos governos petistas, havia se encerrado (RUGITSKY, 2022). Neste novo contexto, já não havia mais tolerância a uma política expansionista e o mercado financeiro, e logo em seguida o industrial, passou a pressionar por austeridade. As medidas anticíclicas passaram a ser, na visão industrial, as culpadas pela estagnação econômica, e não mais o antídoto necessário.

Com a virada no ciclo econômico, as tensões até então latentes entraram em erupção, inaugurando também um novo ciclo político. O insucesso da empreitada dilmista, independente das causas, empurrou para a primeira página da agenda industrial as chamadas “reformas estruturais”. De fato, as políticas “curto-prazistas” implementadas durante os governos do PT não foram o suficiente para reverter a decadência industrial e, sob o governo Dilma, a desindustrialização acelerou-se. Frente ao desaquecimento da economia, a balança começou a pender para o lado dos trabalhadores, que recebiam reajustes reais do salário mínimo mesmo com a queda da produção. Em oposição, os industriais clamavam pela redução estrutural do custo da mão de obra e da produção, em geral. Àquela altura, reivindicavam tudo aquilo que consideravam obstáculos estruturais à sua competitividade. No segundo mandato, o principal obstáculo se tornou o próprio PT, que impedia a implementação das “medidas necessárias” e a “modernização do Estado”. Essencialmente, urgiam o fim do pacto social simbolizado pelos governos petistas. A situação econômica não mais permitia o ganha-ganha. Alguém haveria de perder, e não seriam eles.

No entanto, essa inflexão no comportamento político industrial não pode ser entendida apenas a partir do novo ciclo econômico. Afinal, a desaceleração econômica já podia ser sentida desde 2011. A oposição (pública) ao governo veio, porém, apenas a partir do segundo semestre de 2013. Identificamos uma ação pragmática: não haveria por que se opor a um governo que tinha anos de mandato pela frente e surfava em aprovação popular. Esse cálculo se altera com as manifestações de junho, que transforma a correlação de forças

e abre uma conjuntura crítica na política brasileira. Inaugura-se um novo ciclo político, em que há um racha na hegemonia petista e se torna conveniente, para os industriais, se opor ao governo Dilma e se mobilizar não mais por políticas pontuais e setoriais, mas por um modelo político e econômico próprio.

Os novos ciclos econômico e político permitem a unificação do discurso oposicionista. O diagnóstico e prognóstico da crise são consensualmente compartilhados entre industriais, rentistas, classe média, grande imprensa e demais setores oposicionistas. Constituiu-se, assim, uma frente anti-desenvolvimentista: segundo argumentam, a recessão econômica não seria reflexo da crise internacional, mas sim consequência da irresponsabilidade do governo federal, que gastava demais e mal. Gastava com políticas sociais, com um aparato estatal inchado e ineficiente, e, não menos importante, com desvios éticos. A irresponsabilidade não era apenas fiscal: o governo petista, agarrado a uma “política do atraso”, priorizava suas posições ideológicas em detrimento do desenvolvimento do país. A oposição ao governo, e, posteriormente, a defesa do impeachment da presidenta, era legitimada por motivações econômicas, morais e políticas.

A análise do comportamento político industrial neste período nos leva a hipótese de que a oposição ao governo Dilma e adesão ao plano Temer podem ser entendidas a partir da relação entre empresariado-Estado. Mais especificamente, trata-se de um momento de disputa pelo controle do Estado. Isso se torna ainda mais explícito quando analisamos o setor têxtil, historicamente dependente da intervenção estatal para sua própria sobrevivência.

De um lado, reivindicam fervorosamente medidas protecionistas (embora se recusem a admitir que são, de fato, protecionistas), incentivos e subsídios estatais, e uma política macroeconômica que os beneficie diretamente. Nesses casos, defendem o governo dos ataques feitos por segmentos insatisfeitos, como o setor financeiro e os varejistas. Mas a intervenção só pode ocorrer a seu favor. Caso ocorra sem sua aprovação, as políticas passam a ser “ideológicas”, “dogmáticas”, “atrasadas” e “intervencionistas”. A atuação do governo, por exemplo, nas relações trabalhistas e na política internacional são retratadas como medidas contra o “interesse nacional”, que, na verdade, é o interesse industrial. A oposição ao governo é pintada, então, como uma defesa da pátria, afinal, “o empresariado brasileiro tem uma visão

privatista e individualista acerca do ‘interesse nacional’, que se confunde com as suas demandas estamentais e de classe (FREITAS; PINHO, 2020, p. 27).

Assim, o Estado é indesejado quando se trata de impostos e regulações trabalhistas, que minam a competitividade industrial, mas deve atuar para corrigir as assimetrias de concorrência — gerando “justiça” e “igualdade”. Para eles, o papel do Estado é criar um ambiente favorável ao setor privado — o que significa, em alguns casos, liberalizar as relações, e em outros, intervir a favor da indústria. Trata-se, portanto, de uma defesa de uma atuação específica e direcionada do Estado. Esse é um padrão no comportamento político industrial. Ao analisarem a campanha anti estatizante dos anos 1970, Diniz e Boschi (1978, p. 191) identificam essa mesma percepção sobre o intervencionismo entre o empresariado:

Em outras palavras, num debate aparentemente marcado por considerações de ordem econômica, transparece, em seus fundamentos, uma demanda de caráter essencialmente político, que vem a ser a possibilidade do empresário exercer algum controle sobre os rumos do processo de intervenção do Estado na economia. Nossa pesquisa não desvendou uma elite industrial contrária à intervenção do Estado na economia. Em alguns casos, observou-se mesmo a justificativa desta intervenção pela necessidade de preencher espaços vazios que o setor privado não tinha condições de ocupar. Por outro lado, ficou bem claro que, para a maioria dos entrevistados, a ação do Estado como produtor só é legítima dentro de limites bem específicos, qual sejam os parâmetros da não-competitividade com a empresa privada. Tais colocações denotam, na nossa opinião, exatamente a correspondência entre as demandas políticas por maior participação e as críticas ao processo de estatização, já que é precisamente no sentido de manter o Estado dentro desses limites que se torna crucial o controle político dos rumos de sua intervenção na economia.

A realidade, portanto, é que querem que o governo governe para eles. Um caso emblemático é o de uma reunião entre empresários e a presidenta, em agosto de 2015, durante a qual Josué Gomes da Silva (Coteminas) e Benjamin Steinbruch (CSN, cuja família é dona também da Vicunha Têxtil) se queixam da alta taxa de juros. Em resposta, Dilma declara que essa reclamação é “fantástica”, afinal “antes vocês falavam que eu interferia no Banco Central, mas o Banco Central tem plena autonomia. Então agora vocês querem que eu interfira?” (DILMA, 2015).

O problema é que, diante do novo ciclo econômico, a ação estatal passou a beneficiar mais os trabalhadores do que aos industriais. Com a desaceleração e, a partir de 2014, recessão econômica, o governo não teria a mesma capacidade de promover uma política ganha-ganha. Diante disso, os industriais pressionam para que quem “pague o pato” seja o

Estado e os trabalhadores, com corte de gastos sociais, a liberalização das relações trabalhistas, entre outras. Tal como Diniz e Boschi (1978, p. 198) identificam no comportamento político industrial, “[...] o poder de mobilização revelado por essa elite se acentua, quando o controle do Estado se torna um empecilho à plena consecução dos interesses privados, observando-se que, em tais momentos, as setorializações da classe tendem a desaparecer em prol de um projeto comum”. Na disputa pelo Estado, os industriais se aliam às demais frações burguesas a favor de uma política neoliberal, que promova a competitividade através da supressão dos custos de mão de obra e da retomada da “confiança” no Estado por meio de uma política de austeridade. Sua atuação política passa a ser a favor desta agenda estrutural e em oposição ao governo, ao invés de uma mobilização por medidas pontuais e compensatórias.

Ao fim e ao cabo, o que desejam é dirigir a ação estatal. Como bem sintetiza Madariaga (2020, p. 5, tradução nossa), “[o] neoliberalismo não exclui a intervenção estatal, e, frequentemente, até a exige; no entanto, [o neoliberalismo] dá às empresas (descritas como ‘mercados’ impessoais) o poder de decidir quais intervenções são desejáveis e quais não são”. Daí surge sua defesa da “modernização” do Estado como a única forma de resolver a crise brasileira. Não se trata de uma “redução” do Estado, como dizem, mas uma reorientação da ação estatal para atender, exclusivamente, aos seus interesses. Ao enxergarem uma oportunidade de que um representante da agenda neoliberal — seja pelas urnas, com Aécio, ou pelo alto, com Temer — ocupasse a cadeira presidencial, os industriais correm para abraçar a oportunidade.

Depois de treze anos à frente do Poder Executivo, a saída do Partido dos Trabalhadores pela porta de trás era vista pelos industriais como a superação do atraso. A modernização do país, finalmente, teria vez. Sob Temer, a confiança empresarial imediatamente foi recuperada. A opção pelo neoliberalismo, representado por Temer, pode ser lida como uma escolha pela direção política do aparelho estatal. O Ponte para o Futuro apresentou Temer ao mercado enquanto um dos seus. Ele implementaria a agenda industrial, sem ser restringido por compromissos com alguma base eleitoral ou movimentos sociais. O “Ponte para o Futuro” carimbava um novo pacto de “modernização”, como preferiam rotular, em que a intervenção estatal seria exclusivamente em favor da burguesia; o barateamento da

mão de obra viria por meio da destruição da legislação trabalhista; as relações externas seriam com os EUA e a UE, e não mais com a China, entre outros. O setor têxtil, em específico, ganharia ainda mais, tendo Skaf como interlocutor do próximo presidente. Em suma, se em 1964 a burguesia abriu mão de sua atuação política para modernizar a dominação econômica (CARDOSO, 1972), em 2016 a burguesia teve duas vitórias em um só golpe: ao colocar a economia brasileira “em compasso”, sob Temer, enfraqueceu politicamente as classes populares e, ao mesmo tempo, ganhou espaço político.

As políticas implementadas desde a deposição da presidenta tiveram o sentido de cristalizar o isolamento da política econômica de intervenções políticas. Em outras palavras, tiveram a finalidade de esvaziar a democracia e cristalizar o Estado neoliberal. Tendo isso em vista, o fenômeno aqui investigado pode ser caracterizado como parte da onda anti-democrática que inundou o país desde as manifestações de junho de 2013 (AVRITZER, 2019; STARLING; LAGO; BIGNOTTO, 2022). Ao identificarem o PT como consolidador do pacto social-liberal (ARAÚJO; BELINELLI, 2022), representado pela Constituição de 1988, a demanda por revisão da Constituição e reformulação do Estado estar alinhada à retirada do PT do governo federal passa a fazer maior sentido também. Em síntese, a oposição não era apenas ao PT, mas ao que ele representava para eles: um modelo político e econômico ideologicamente atrasado, economicamente custoso e politicamente popular. Nas palavras de Araujo e Belinelli (2022, p. 206), a crise originada em 2013 foi o processo de rompimento do pacto social-liberal, desde os protestos de junho demandavam “não só o fim dos governos petistas, mas a busca de uma outra norma, democrática ou autoritária, de relações entre classes e grupos sociais – em suma, um novo regime político”.

REFERÊNCIAS

ABERBACH, J. D.; ROCKMAN, B. A. Conducting and coding elite interviews. **Political Science and Politics**, Vol. 35, No. 4, p. 673-676, 2002.

Abit consegue alíquota zero para algodão por três meses. **Textilia**, 26 abr. 2013.

Abit deve entrar com processo contra produtos chineses. **Agrolink**, 08 out. 2005. Disponível em: <https://www.agrolink.com.br/noticias/abit-deve-entrar-com-processo-contra-produtos-chineses_32679.html>. Acesso em: 8 abr. 2023.

Abit diz que câmbio anula defesa dos têxteis. **O Liberal**, 24 jul. 2012.

Acordo não traz ônus adicional, afirma Serra. **Folha de São Paulo**, 06 set. 2002.

Acordo têxtil Brasil-China entra em vigor na segunda-feira. **Estadão**, 31 mar. 2006.

Acordo têxtil com a China não é o ideal, mas é bem-vindo, diz Abit. **Exame**, 9 out. 2008.

ADAMS, W. C. Conducting Semi-Structured Interviews. In: NEWCOMER, Kathryn E.; HATRY, Harry P.; WHOLEY, Joseph S. **Handbook of practical program evaluation**. California: Jossey-Bass, 2015.

ADRIA, K. Setor têxtil voltado a casa e decoração se une para driblar crise. **O Liberal**, 27 mar. 2016.

Aguinaldo Diniz Filho: Retrospectiva. **Textile Industry**. Disponível em: <<https://textileindustry.ning.com/profiles/blogs/aguinaldo-diniz-filho>>. Acesso em: 7 abr. 2023.

Aguinaldo Diniz Filho apresenta a nova marca da Cedro, que comemora 137 anos. **Textilia**, 22 fev. 2011.

AITH, M. Entidade precisa deixar de ser fonte de “lamentações”, diz Skaf. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 2 ago. 2004.

Ajuda a “vítimas” do câmbio custa R\$ 1 bi. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 13 jun. 2007.

ALENCAR, K. Lula vê crise como oportunidade para Dilma. **Folha de S.Paulo**, 15 fev. 2009.

ALENCAR, K.; CABRAL, O. FHC quer dividir ônus da crise com presidenciaíveis. **Folha de São Paulo**, 14 ago. 2002.

ALMEIDA, R. **À sombra do poder: Os bastidores da crise que derrubou Dilma Rousseff**. São Paulo: Leya, 2016.

ALONSO, A. A gênese de 2013: formação do campo patriota. **Fundação FHC**, 22 mai. 2019. Disponível em: <https://medium.com/funda%C3%A7%C3%A3o-fhc/a->

[g%3%AAnese-de-2013-forma%3%A7%3%A3o-do-campo-patriota-4f42f9a14d5e](https://g3%AAnese-de-2013-forma%3%A7%3%A3o-do-campo-patriota-4f42f9a14d5e).

Acesso em: 01 ago. 2022.

ALONSO, A. A política das ruas: Protestos em São Paulo de Dilma a Temer. **Novos Estudos - CEBRAP**, p. 49-58, jun. 2017.

Ampliada margem de preferência para compra têxtil - Negócios. **Diário do Nordeste**, 16 jun. 2012.

Apesar da importância, têxtil segue afetado por asiáticos - Negócios. **Diário do Nordeste**, 30 out. 2012.

ARANTES, S. Argentina vê concorrência desleal em têxteis. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 22 dez. 2004.

ARAUJO, C.; BELINELLI, L. A crise constitucional brasileira: ensaio de interpretação histórica (1988-2016). In: SINGER, André; ARAUJO, Cícero; RUGITSKY, Fernando. (orgs.). **O Brasil no inferno global: Capitalismo e democracia fora dos trilhos**. São Paulo: FFLCH/USP, 2022.

ARAUJO, P.; GODOY, D.; ZAHAR, A. Empresariado critica barreiras para não demitir. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 23 jan. 2009.

ASAZU, C. Indústrias têxteis querem crescer 5%. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 23 jun. 1999.

Associação diz que setor têxtil continua com dificuldades. **Exame**, 28 fev. 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÃO (ABIT). Frente parlamentar mista José Alencar para o Desenvolvimento da Indústria Têxtil e de Confecção - Mandato de 2012 a 2016. Indústria têxtil e de confecção brasileira. **Cenários, desafios, perspectivas, demandas**. Brasília, junho de 2013. Disponível em: <<http://abit-files.abit.org.br/site/publicacoes/cartilha.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÃO (ABIT). **Perfil do Setor**, 2019. Disponível em: <<https://www.abit.org.br/cont/perfil-do-setor>>. Acesso em: 30 out. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÃO (ABIT). **Setor têxtil e de confecção: momento atual e agenda de trabalho**. 2015. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas/documentos/camaras-setoriais/algodao/anos-anteriores/agenda-de-trabalho-abit>>. Acesso em: 30 out. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÃO (ABIT). **Setor Têxtil e de Confecções: Situação atual, perspectivas e agenda de prioridades**. Londrina, 12 mai. 2012. Disponível em: <http://paranacooperativo.coop.br/UPL/Outro/O_Forum_das_Fiacoes_Clique_aqui.pdf>. Acesso em: 31 out. 2020.

A tradição secular de altos e baixos na economia. **O Globo**, Editorial, 07 dez. 2014.

Aumento na energia preocupa setor têxtil. **Diário do Nordeste**, 15 abr. 2014.

AVRITZER, L. **O pêndulo da democracia**. São Paulo: Todavia, 2019.

BALBI, S. Cresce importação de máquinas e insumos. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 19 jan. 2004.

BALTAR, C. F. R. **Análise crítica e comparativa entre as medidas de salvaguarda e as de antidumping previstas no GATT**. Jus, 29 abr. 2011. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/18997/analise-critica-e-comparativa-entre-as-medidas-de-salvaguarda-e-as-de-antidumping-previstas-no-gatt>. Acesso em: 17 ago. 2022.

BALTHAZAR, R. A virada da Fiesp. **Piauí**, n. 200, 2023.

BARBIERI, C. Importados expõem contradição no governo. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 27 abr. 2007.

BARON, L. Se empurrar, ela cai: as grandes manifestações pró-impeachment e a construção discursiva dos Movimentos Brasil Livre, Vem pra Rua, Revoltados Online e Endireita Brasil. **Simbiótica**, v. 6, n. 2, p. 191-217, 2019.

BARROS, G. **Lula se reúne com 300 empresários**. Folha de São Paulo, 13 out. 2002.

BARROS, G. Palocci defende aumentar imposto sobre as heranças. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 9 ago. 2003.

BARROS, G. Eleição hoje na Fiesp divide empresários. **Folha de São Paulo**, 25 ago. 2004a.

BARROS, G. Cúpula do governo trabalhou por Skaf. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 27 ago. 2004b.

BARROS, G. Nova Fiesp quer parceria com governo Lula. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 27 ago. 2004c.

BARROS, G. Meta fiscal maior desagrada a setor produtivo. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 22 set. 2004d.

BARROS, G. Filho de Alencar diz que só Palocci não blinda economia. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 21 ago. 2005.

BARROS, G. Indústria continua em marcha lenta. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 5 set. 2006a.

BARROS, G. Setor têxtil deve registrar déficit em 2006. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 18 nov. 2006b.

BARROS, G. Indústria têxtil denuncia subfaturamento. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 19 jan. 2007a.

BARROS, G. Medida protecionista gera críticas. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 26 abr. 2007b.

BARTELS, W. **Bonduki Enxerga A Luz No Fim Do Túnel Para O Setor Têxtil**. **Textile Industry**, 3 jun. 2012. Disponível em: <<https://textileindustry.ning.com/forum/topics/bonduki-enxerga-a-luz-no-fim-do-tunel-para-o-setor-textil>>. Acesso em: 28 fev. 2023

BATISTA, L. **Cronologia: protestos 2015 a 2016**. Estadão, 11 mar. 2016.

BEGUOCI, L. Filho de José Alencar chama Serra de governador em evento em SP. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 21 jul. 2006.

BENITES, A. **TCU rejeita contas de Dilma em decisão que eleva voltagem da crise**. **El País**, 07 out. 2015.

BENITES, A. “Chego ao fim de 2015 preocupado com a economia”, diz Levy em carta. **El País Brasil**, 18 dez. 2015.

BEZERRA, F. D. Análise retrospectiva e prospectiva do setor têxtil no Brasil e no Nordeste. **Informe Macroeconomia, Indústria e Serviços**, v. 8, n. 2, 2014.

BIANCHI, A. Crise e representação empresarial: o surgimento do pensamento nacional das bases empresariais. **Revista de Sociologia e Política**, n. 16, p. 123–142, 2001.

BIANCHI, A. **Um ministério dos industriais**: a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990. Campinas: Unicamp, 2010.

BILLI, M. Indústria vê importação fraudulenta de têxtil. **Folha de São Paulo**, 27 fev. 2005.

BOITO JR., A.; SAAD-FILHO, A. Brazil: The Failure of the PT and the Rise of the ‘New Right’. **Socialist Register**, v. 52, p. 29–34, 2016.

BOITO JR., A. Estado e burguesia no capitalismo neoliberal. **Revista de Sociologia e Política**, p. 57–73, 2007.

BOITO JR., A. Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT. São Paulo: Editora UNESP, 2018.

BOLÍVAR, I. No Brasil, setor quer medidas de proteção. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 22 out. 2008.

BOMFIM, M. Indústria diz que roupa barata da China cria cemitério de empregos no país. **UOL**, 27 out. 2014.

BONDUKI, A. A palavra do presidente. **Em Notícia**, v. VII, n. 25, 2012.

BONDUKI, A. A conspiração da burocracia. **Valor Econômico**, 2013.

BONDUKI, A. Perdas e danos do setor têxtil paulista. **Textilia**, 29 abr. 2014a.

BONDUKI, A. O que o Brasil precisa para bombar em 2015. **Diário Popular**, 23 maio 2014b.

BONDUKI, A. O inútil sacrifício das empresas e empregos. **Textilia**, 2 dez. 2015.

BONDUKI, A. CPMF, um imposto paulista! **ABC do ABC**, 8 jan. 2016.

BORTOLOZI, T. Importação de produtos têxteis cresce no trimestre. **Valor Econômico**, 13 mai. 2015a.

BORTOLOZI, T. Marisol investe em rede de franquias. **Valor Econômico**, 25 mai. 2015b.

BOUÇAS, C.; VALENTI, G.; CARRANÇA, T. Ajustes são complexos e recuperação será longa. **Valor Econômico**, 22 abr. 2016.

BOUÇAS, C. Hering dá sinais de melhora em julho. **Valor Econômico**, 28 jul. 2014.

BOUÇAS, C. Principais riscos à indústria têxtil estão no Brasil, diz Abit. **Valor Econômico**, 22 jan. 2015a.

BOUÇAS, C. Setor têxtil prevê mais um ano de retração. **Valor Econômico**, 23 jan. 2015b.

BOUÇAS, C. Alta do dólar anima produtor local. **Valor Econômico**, 23 fev. 2015c.

BOUÇAS, C. Springs Global prevê expansão de até 12% e estuda recomprar ações. **Valor Econômico**, 27 mar. 2015d.

BOUÇAS, C. Grupo Rosset planeja expandir rede de lojas com franquia a custo menor. **Valor Econômico**, 20 jul. 2015e.

BOUÇAS, C. Produção de roupa cai 12,5%. **Valor Econômico**, 8 mar. 2016a.

BOUÇAS, C. Produção de itens de cama, mesa e banho recua 10%. **Valor Econômico**, 6 abr. 2016b.

BOUÇAS, C. Oscilação cambial afeta exportação de calçado e produto têxtil. **Valor Econômico**, 13 jun. 2016c.

BOUÇAS, C. Indústria têxtil e de confecção avalia que cenário parou de piorar. **Valor Econômico**, 3 ago. 2016d.

BOUÇAS, C. Abit espera “senso de urgência” do governo para solução de problemas. **Valor Econômico**, 31 ago. 2016e.

BOUÇAS, C. Setor têxtil prevê pequeno avanço na produção em 2017. **Valor Econômico**, 14 dez. 2016f.

BRASIL. Governo Federal. Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Setor têxtil e de confecções - 2005**. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sistemas_web/renai/public/arquivo/arq1273166252.pdf>. Acesso em: 31 out. 2020.

- Brasil e EUA fecham acordo sobre Global Entry. **O Liberal**, 19 mar. 2013.
- Brasil fecha acordo que limita entrada de têxteis da China. **Gazeta do Povo**, 10 fev. 2006.
- Brasil poderá sofrer apagão industrial. **Textilia**, 21 set. 2011.
- Brasil só exporta mais para os EUA. **O Liberal**, 4 jul. 2015.
- Brasil registra em 2014 primeiro déficit em contas públicas desde 2002. **Uol**, 30 jan. 2015.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Desenvolvimento econômico e o empresário. *Revista de Administração de Empresas*, v. 2, p. 79–91, 1962.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. O empresário industrial e a revolução brasileira. *Revista de Administração de Empresas*, v. 3, n. 8, p. 11–27, 1963.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. *Empresários e Administradores no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1974.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. *O colapso de uma aliança de classes: A burguesia e a crise do autoritarismo tecnoburocrático*. [s.l.] Editora Brasiliense, 1978.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Seis interpretações sobre o Brasil. *Dados*, v. 25, n. 3, p. 269–306, 1982.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. *Interpretações sobre o Brasil*. Em: 50 anos de Ciência Econômica no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997. p. 17–69.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. O conceito de desenvolvimento do ISEB rediscutido. *Dados*, v. 47, n. 1, p. 49–84, 2004.
- BRESSER-PEREIRA, L. C.; GALA, P. Por que a poupança externa não promove o crescimento. **Revista de Economia Política**, v.27, n.1, p.3-19, jan. 2007.
- BRESSER-PEREIRA, L. C.; MARCONI, N. Existe doença holandesa no Brasil? In: [s.l.: s.n.], 2008. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2008/08.14.Existe.doen%C3%A7a.holandesa.comNelson.Marconi.5.4.08.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2023.
- BRIGATTI, F. Falar em racha na Fiesp é “loucura”, diz presidente do Ciesp. **Folha de S.Paulo**, 6 set. 2022.
- BRITO, A. Chineses desovam no país o “encalhe” da crise, diz indústria. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 19 jan. 2009.
- BUENO, S. R.; MARTINS, A. Ritmo de encomendas do varejo causa incerteza para calçados e vestuário. **Valor Econômico**, 10 jul. 2012.
- BUENO, S. R.; MARTINS, A.; MACHADO, T. Real mais fraco ajuda calçados e têxtil. **Valor Econômico**, 12 ago. 2013.

BUENO, S.; JURGENFELD, V. **Têxteis e calçados oscilam entre estabilidade e leve retomada.** Valor Econômico, 18 dez. 2012.

BUENO, S. R. Santa Catarina exporta mais roupa que São Paulo. **Valor Econômico**, 23 out. 2015.

BUENO, S. **Reintegra:** O que é. Blog FazComex, 13 jan. 2021. Disponível em: <<https://www.fazcomex.com.br/blog/reintegra-o-que-e/>>. Acesso em: 09 mai. 2021.

CABRAL, Eunice. **Desafios e perspectivas.** Jornal da CONACCOVEST, ed. 16, fev. 2016. Disponível em: https://www.conaccovest.org.br/images/noticiasimg/Conaccovest_fev2016.pdf.

Cai a produção exportada pela indústria. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 4 jun. 2006.

Cai déficit comercial do setor têxtil. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 3 jul. 2001.

Cai produção no País de indústrias têxtil e de vestuário. **O Liberal**, 12 dez. 2012.

CALCAGNO, L. Crítica de Lula à reforma trabalhista repercute mal no meio empresarial. **R7**, 10 nov. 2022.

CALLIL, V. **Cadeia produtiva e mercado:** Um estudo sobre a produção e a venda de moda varejista na cidade de São Paulo. 2014. 160f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2014.

Câmbio favorável estimula indústria brasileira a exportar mais. **O Liberal**, 18 jan. 2016.

Câmbio “deixou de ser inteligente”, diz setor têxtil. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 23 fev. 2005.

Caminhada ao Supremo Tribunal Federal não estava na agenda e foi sugerida por Bolsonaro. **O Globo**, 7 maio 2020.

CAMPELLO, D. **The politics of market discipline in Latin America:** Globalization and democracy. New York: Cambridge University Press, 2015.

CAMPOS, E.; RESENDE, T. Para empresários, desoneração é importante, mas insuficiente. **Valor Econômico**, 1 mar. 2013.

CAMPOS, S. **Entre presidentes de empresas Aécio tem 47%, Campos, 22%, e Dilma, 7%.** Valor Econômico, 07 ago. 2013a.

CAMPOS, S. Pessimismo cresce entre os presidentes. **Valor Econômico**, 8 ago. 2013b.

CAMPOS, S. Pessimismo contamina presidentes no país. **Valor Econômico**, 18 ago. 2014a.

CAMPOS, S. Executivos brasileiros admitem que equipes estão desmotivadas. **Valor Econômico**, 8 set. 2014b.

- CANNONE, H.; MÜLLER, H. O nacional-desenvolvimentismo de Hélio Jaguaribe: nacionalismo, ideologia e classes sociais. **Desenvolvimento em Debate**, v. 8, n. 3, p. 57–91, 2020.
- CARDOSO, F. H. Hegemonia burguesa e independência econômica: Raízes estruturais da crise política brasileira. **Revista Civilização Brasileira**, v. 17, n. 1, 1967.
- CARDOSO, F. H. Dependência, desenvolvimento e ideologia. **R. Adm. Emp.**, v. 10, n. 4, p. 43–71, 1970.
- CARDOSO, F. H. O regime político brasileiro. **Novos Estudos - CEBRAP**, p. 85–118, 1971.
- CARDOSO, F. H.. O regime político brasileiro. **Estudos Cebrap**, 2, 1972.
- CARDOSO, F. H. As contradições do desenvolvimento associado. **Novos Estudos - CEBRAP**, n. 8, p. 41–75, 1974.
- CARDOSO, F. H. A questão do Estado no Brasil. Em: **Autoritarismo e democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. p. 187–221.
- CARDOSO, F. H. O papel dos empresários no processo de transição: O caso brasileiro. **Revista DADOS**, v. 26, n. 1, p. 9–28, 1983.
- CARDOSO, F. H. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.
- CARRANÇA, T.; BOUÇAS, C. Lucro da Springs Global cai e empresa critica linha econômica de Dilma. **Valor Econômico**, 2 mar. 2016.
- Carta aberta ao Exmo. Sr. Dr. Fernando Henrique Cardoso, DD. Presidente da República. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 19 maio 1995.
- Carta de Temer a Dilma: “As palavras voam, os escritos permanecem”. **El País**, 08 dez. 2015.
- CARVALHO, A.; COSTA, F. **Jogo capital**. IstoÉ, 08 ago. 2001.
- CARVALHO, L. **Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico**. São Paulo: Todavia, 2018.
- CASTRO, C. (Org.). **Elites Empresariais Paulistas: Depoimentos à FGV**. [s.l.]: Editora FGV, 2011.
- CASTRO, F.; NUNES, S.; NETTO, V. **Moro derruba sigilo e divulga grampo de ligação entre Lula e Dilma; ouça**. G1, 16 mar. 2016.
- CAVALCANTI, S. Câmbio dá mais fôlego aos têxteis. **Valor Econômico**, 18 dez. 2014.
- CE: chineses minam 12% das vendas da indústria têxtil - Negócios. **Diário do Nordeste**, 23 jan. 2012.

CECCON, M. Escolhas de Kassab e Serra como ministros agradam entidades da região. **O Liberal**, 13 maio 2016.

CERVONE, R. **Reindustrializar é preciso**. Textília, 1 out. 2014.

CERVONE, R. **Planejar é preciso**. Folha de São Paulo, 27 nov. 2015.

CHEQUER, R.; BUTTERFIELD, C. **VemPraRua**: A história do movimento popular que mobilizou o Brasil. São Paulo: Matrix, 2016.

CODATO, A. N. A burguesia contra o Estado? Crise política, ação de classe e os rumos da transição. **Revista de Sociologia e Política**, n. 04–05, p. 55–87, 1995.

COLON, L. et al. **Condução coercitiva de Lula foi decidida para evitar tumulto, diz Moro**. Folha de S. Paulo, 04 mar. 2016.

COLOSALLE, J. Têxteis querem aderir plano de emprego lançado pelo governo. **O Liberal**, 8 jul. 2015.

Com aumento da internacionalização, exportação deve avançar. **Valor Econômico**, 11 maio 2015.

Com caixa, Döhler cresce e vê 2013 forte. **Valor Econômico**, 10 set. 2012.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). **O setor têxtil e de confecção e os desafios da sustentabilidade**. Brasília: CNI, 2017. Disponível em: <https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/bb/6f/bb6fdd8d-8201-41ca-981d-deef4f58461f/abit.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2021.

COSTA, A. B.; CONTE, N. C.; CONTE, V. C.. A China na cadeia têxtil–vestuário: Impactos após a abertura do comércio brasileiro ao mercado mundial e do final dos Acordos Multifibras (AMV) e Têxtil Vestuário (ATV). *Revista Teoria e Evidência Econômica*, v. 19, n. 40, 2013.

COSTA, A. C. R.; ROCHA, E. R. P. Panorama da cadeia produtiva têxtil e de confecções e a questão da inovação. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 159–202, 2009. Disponível em:

<https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/co_nhecimento/bnset/Set2905.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2021.

COSTANZO, D.; MARINO, R. Duas interpretações do empresário industrial e desenvolvimento econômico, de Fernando Henrique Cardoso. **Lua Nova**, p. 299–330, 2022.

Coteminas estuda a compra da marca Teka. **ABRAS - Associação Brasileira de Supermercados**, 22 nov. 2012.

COTRIM, F. Setor têxtil eleva exportação. **Jornal Diário do Grande ABC**, 5 jun. 2000.

Crescimento da indústria só deve vir em 2017. **O Liberal**, 29 ago. 2016.

CUNHA, J. Ex-Fiesp, Skaf declara voto em Bolsonaro. **Valor Econômico**, 14 out. 2022.

CUNHA, S. Lojas de roupa vão repassar tarifa maior. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 15 jun. 2007.

Após crise, polo têxtil pode virar fornecedor mundial. **CNTRV CUT**, 06 out. 2012.

DANI, A. C. **Importação de têxteis da China representou menos 100 mil empregos para o Brasil**. RFI, 08 abr. 2011.

DANTAS, I.; CUNHA, S. Paraguai apoia Brasil em sobretaxa à China. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 11 jul. 2007.

DANTAS, I.; D'AMORIM, S. Fiscalização eleva preços de confecções. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 28 abr. 2008.

DANTAS, I. País pode elevar taxa sem acordo no Mercosul. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 4 jul. 2007.

DATAFOLHA. **Aprovação a Governo Dilma atinge 65%**. 24 mar. 2013. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/03/1252102-aprovacao-a-governo-dilma-atinge-65.shtml>. Acesso em: 08 ago. 2022.

DATAFOLHA. **Aprovação a governo Dilma Rousseff cai 27 pontos em três semanas**. 29 jun. 2013. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/06/1303659-aprovacao-a-governo-dilma-rousseff-cai-27-pontos-em-tres-semanas.shtml>. Acesso em: 08 ago. 2022.

DATAFOLHA. **Com Marina, disputa presidencial iria para o segundo turno**. 18 ago. 2014a. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2014/08/1502039-com-marina-disputa-presidencial-iria-para-o-segundo-turno.shtml>. Acesso em: 21 ago. 2022.

DATAFOLHA. **Reprovação a Dilma é a maior desde início de mandato da petista**. 06 jun. 2014b. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2014/06/1466110-reprovacao-a-dilma-e-a-maior-desde-inicio-de-mandato-da-petista.shtml>. Acesso em: 03 set. 2022.

Déficit da balança têxtil triplica no Ceará em um ano. **Diário do Nordeste**, 18 abr. 2013.

DELGADO, M. Interesses setoriais orientam financiamento de campanha. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 20 ago. 2006.

DESCARTEXT. **Brasil - 5º maior produtor têxtil e 4º maior produtor de vestuário do mundo**. Medium, 28 mai. 2017. Disponível em: <<https://medium.com/@descartext/brasil-5%C2%BA-maior-produtor-t%C3%AAtil-e-4%C2%BA-maior-produtor-de-vestu%C3%A1rio-do-mundo-d5dfbb9fcc25>>. Acesso em: 15 mai. 2021.

Desembolsos do BNDES atingem R\$55,8 bilhões. **Textilia**, 23 ago. 2011.

Desindustrialização ameaça setor têxtil em São Paulo. **Textilia**, 25 mar. 2014.

DEZEM, V. Medidas do Brasil Maior precisam ser aplicadas rapidamente, diz Abit. **Valor Econômico**, 2 ago. 2011.

- DEZEM, V. Faturamento da Vicunha cresce 12% em 2011. **Valor Econômico**, 30 mar. 2012.
- DIANNI, C. Acordo limita importação de têxtil da China. **Folha de S.Paulo**, 10 fev. 2006.
- DIANNI, C. Governo protege calçado e indústria têxtil. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 26 abr. 2007.
- DIAS, J. A. Janeiro começa com demanda alta. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 9 jan. 2004.
- DIAS, T. S. "**É uma batalha de narrativas**": os enquadramentos de ação coletiva em torno do impeachment de Dilma Rousseff no Facebook. 2017. 130f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, 2017.
- DIEGUEZ, C. O candidato S: A máquina da Fiesp, as alianças e os métodos de Paulo Skaf. **Revista Piauí**, n. 95, 2014.
- Dilma decepciona empresários ao vetar projeto que extingue multa de 10% sobre FGTS. **Textilia**, 26 jul. 2013.
- Dilma quer taxa de câmbio “mais real” em 2013. **O Globo**, 22 dez. 2012.
- Dilma é hostilizada durante abertura da Copa do Mundo em São Paulo. **G1**, 12 jun. 2014.
- Dilma pede ajuda ao setor produtivo. **O Liberal**, 27 ago. 2015.
- DINIZ, E. **Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- DINIZ, E. Neoliberalismo e corporativismo: As duas faces do capitalismo industrial no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 7, n. 20, 1992.
- DINIZ, E. **Globalização, reformas econômicas e elites empresariais**. São Paulo: Editora FGV, 2004.
- DINIZ, E. Empresariado industrial, representação de interesses e ação política: trajetória histórica e novas configurações. **Política & Sociedade**, v. 9, n. 17, p. 101–139, 2010.
- DINIZ, E. O contexto internacional e a retomada do debate sobre desenvolvimento no Brasil contemporâneo (2000/2010). **Dados**, v. 54, p. 493–532, 2011.
- DINIZ, E.; BOSCHI, R. R. Empresariado e estratégias de desenvolvimento. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, p. 15–34, 2003.
- DINIZ, E.; BRESSER-PEREIRA, L. C. Depois do consenso neoliberal, o retorno dos empresários industriais? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, p. 19, 2007.
- DOHLER, C. A. Pacote econômico, férias coletivas e o consumidor. **Valor Econômico**, 25 ago. 2011.

Dólar muda planos de exportadores. **Valor Econômico**, 23 ago. 2013.

DORNELLES, J. P.; MEDEIROS, V. R.; MARTINS, M. N. Tática metodológica: a análise de conteúdo na pesquisa empírica em comunicação. **Temática**, v. 10, n. 5, 2014.

Doze cidades do Brasil têm protestos contra a Copa do Mundo. **G1**, 15 mai. 2014.

DUAILIBI, J. O plano Temer. **Revista Piauí**, n. 113, 2016.

DUAILIBI, J. **Sem acordo, vaca iria para o brejo, diz Serra**. Folha de São Paulo, 09 ago. 2002.

DUARTE, W. Medidas ajudam, mas não salvam as empresas têxteis. **O Liberal**, 31 mar. 2013.

DUARTE, F. **Entenda o que são as chamadas pautas-bombas do Congresso Nacional**. Portal EBC, 11 ago. 2015.

D'AMORIM, S. Lula regulamenta salvaguardas contra China. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 7 out. 2005.

Em artigo, Josué Gomes declara apoio a Geraldo Alckmin mesmo com recusa. **Correio Braziliense**, 25 jul. 2018.

Em crise, indústria têxtil une patrão e empregado e cobra ajuda do governo. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 6 set. 2006.

EMERY, M. M. **O impacto da abertura ao comércio exterior da década de 1990 no setor têxtil brasileiro**. 2007. 191f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais - Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007.

Empresários do setor têxtil parabenizam Lula. **O Globo**, 28 out. 2002.

Empresários divergem de otimismo oficial. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 11 dez. 2003.

Empresários cobram ação do governo. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 27 abr. 2005.

Empresários deveriam participar do Copom, diz presidente da Abit. **Globo News**, 18 out. 2011.

Empresários defendem que medida seja permanente. **Valor Econômico**, 23 dez. 2013.

Empresários fazem ato contra câmbio. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 5 abr. 2005.

Empresários querem agenda com foco na produtividade. **Valor Econômico**, 2 maio 2014.

Empresários vão de mau humor a reunião com Dilma. **O Liberal**, 6 ago. 2015.

Empresas pedem taxa mais estável para definir planejamento. **Valor Econômico**, 25 out. 2013.

Empresas se reestruturam para repensar estratégia internacional. **O Liberal**, 6 jun. 2016.

Em SC, setor têxtil está aquecido, mas vai parar dez dias. **Valor Econômico**, 14 dez. 2012.

Entenda a Operação Lava-Jato. **G1**, 14 abr. 2014.

Estrangeiros agora têm como abrir conta em real. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 28 jun. 2008.

EVANS, P. A tríplice aliança: As multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

EXMAN, F. et al. Desoneração pode virar queda de preço ou ganho de margem. **Valor Econômico**, 4 abr. 2012.

Fabricantes de móveis e calçados aprovam medidas. **Valor Econômico**, 03 ago. 2011.

FALCÃO, M.; PEDROSO, R. Empresas recuperam margem de lucro, seguram preço e qualificam mão de obra. **Valor Econômico**, 31 jan. 2013.

FALCÃO, M.; WATANABE, M. “Liberalismo radical” leva a governos autocráticos e populistas, diz presidente da Fiesp. 10 mar. 2022.

FALCÃO, M. Importações de vestuário crescem 41,1% até maio, diz Abit. **Valor Econômico**, 18 jun. 2012a.

FALCÃO, M. Concorrência chinesa inibe investimentos na indústria têxtil, diz Abit. **Valor Econômico**, 31 ago. 2012b.

FALCÃO, M. Em ano fraco, fabricantes tentam se reestruturar. **Valor Econômico**, 10 set. 2012c.

FALCÃO, M. Indústria têxtil prevê alta de até 2% no ano. **Valor Econômico**, 22 jan. 2013a.

FALCÃO, M. Jeans ignoram crise e vendas crescem 7,9%. **Valor Econômico**, 18 fev. 2013b.

FALCÃO, M. Hering divide diretoria para expandir novas redes. **Valor Econômico**, 19 jul. 2013c.

FALCÃO, M. Cedro investe em denim mais caro e volta ao lucro. **Valor Econômico**, 21 jan. 2014a.

FALCÃO, M. Rosset compra operação brasileira da Triumph. **Valor Econômico**, 27 jun. 2014b.

Fatores internos entravam avanço do setor têxtil. **Diário do Nordeste**, 9 out. 2014.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (FIESP); CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT); SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO ABC; FORÇA SINDICAL; SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO PAULO E MOGI DAS CRUZES. **Brasil do diálogo, da produção e do emprego**: Acordo entre trabalhadores e empresários pelo futuro da produção e do emprego. São Paulo, 2011.

- FELÍCIO, C. A chave da eleição foi o antipetismo. **Valor Econômico**, 4 nov. 2016.
- FERNANDES, F.; PRADO, M. Para empresários, pessimismo diminui. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 21 ago. 2003.
- FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: Ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Contracorrente, 2020.
- FERNANDES, F. Indústria quer ganhar competitividade. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 15 jun. 1998.
- FERNANDES, F. Nova onda exportadora depende de múltis. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 24 fev. 2002.
- FERNANDES, F. Indústria quer ganhar competitividade. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 15 jun. 1998.
- FERNANDES, T. Sem PPE, Sinditêxtil já projeta 2016 ‘nebuloso’. **O Liberal**, 14 dez. 2015.
- FERNANDES, M. **Dilma caiu por não apoiar "Ponte para o Futuro", diz Temer**. Exame, 23 set. 2016.
- FILGUEIRAS, O.; NUNES, D. Sistema financeiro não pode ditar as regras. **Gazeta Mercantil**, 26 ago. 2004.
- FILHO, A. D. **Crise passou e risco é câmbio, diz indústria**. Textile Industry, 13 ago. 2009.
- FILHO, A. D. Presidente da Abit denuncia “alarmismo” de importadores. **Textilia**, 4 abr. 2011.
- FILLETI, J. P.; BOLDRIN, R. A indústria têxtil no Brasil: um modelo econométrico analisando a hipótese de desindustrialização setorial. *Econ. soc., Campinas*, v. 29, n. 3, p. 861-890, 2020.
- FOXCONN faz pacote de exigências a Dilma em troca de US\$ 12 bi. **Folha de São Paulo**, 01 mai. 2011.
- FLOR, A. Aos 30 anos, PT não gera mais medo, diz presidente da Fiesp. **Folha de S.Paulo**, 7 fev. 2010.
- FRAGA, A. **Respostas à altura da crise**. O Globo, 13 set. 2015.
- FRAGA, É.; CARNEIRO, M. “Brasil gastou sua poupança na Disney”, diz chefe do Goldman Sachs no Brasil. **Folha de S.Paulo**, 18 ago. 2013.
- FRANCO, A. P. **País tem recorde de antidumping**. Gazeta do Povo, 06 abr. 2014.
- FREITAS, S.; PINHO, C. E. S. (orgs.) **Empresariado e poder político no Brasil**: Uma perspectiva multidimensional. São Paulo: Alameda, 2020.
- FRIAS, M. C. Brasil propõe “taxa zero” para produtos haitianos. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 29 jan. 2010.

FROUFE, C.; MOURA, R.; MONTEIRO, T. Governo reafirma apoio à indústria. **Estadão**, 14 abr. 2012.

FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES. **Uma Ponte para o Futuro**. Brasília, 29 out. 2015. Disponível em: <https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2022.

FUTEMA, F. Caem vendas externas de eletrônicos e têxteis. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 20 jul. 2005a.

FUTEMA, F. Exportador brasileiro considera que medida ainda seja tímida. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 22 jul. 2005b.

GARCIA, R. (coord.). Perspectivas do investimento nas indústrias de bens e salários. Relatório de pesquisa (UFRJ/UNICAMP). Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/neit/images/stories/arquivos/ie_ufrj_sp06_bens_salario.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2021.

GIFFONI, C.; MACHADO, T.; PEDROSO, R. Desalinhamento de moedas ainda afeta comércio. **Valor Econômico**, 25 jul. 2012.

GIFFONI, C.; RESENDE, T. Estoques altos podem comprometer atividade industrial no início de 2012. **Valor Econômico**, 25 nov. 2011.

GIFFONI, C. Alta da importação impediu a criação de 130 mil empregos, diz Abit. **Valor Econômico**, 2 mar. 2012a.

GIFFONI, C. **Produção mais fraca no trimestre resulta em demissões na indústria**. **Valor Econômico**, 11 mai. 2012b.

GIFFONI, C. Alíquota de 1% beneficiaria 90% da indústria têxtil. **Valor Econômico**, 16 mar. 2012c.

GIOR, J. B.; CAMPOS, J. S. DE C. O empresário em exercício. **Textilia**, 4 nov. 2011.

GOITIA, V. Guerra deve acabar, mas os conflitos continuam. **Valor Econômico**, 30 maio 2012.

GOMES, E. R. A expansão exportadora da indústria têxtil e a atuação política dos empresários do setor entre 1974 e 1989. *Revista de Sociologia e Política*, v. 10/11, p. 103–117, 1998.

GORINI, A. P. F.; MARTINS, R. F. Novas tecnologias e organização do trabalho no setor têxtil: Uma avaliação do programa de financiamento do BNDES. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 235-264, dez. 1998.

GORINI, A. P. F.. Panorama do setor têxtil no Brasil e no mundo: reestruturação e perspectivas. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 12, p. 17-50, set. 2000. Disponível em: <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/3226/2/BS%2012%20Panorama%20do>>

%20Setor%20T%C3%AAxtil%20no%20Brasil%20e%20no%20Mundo_P.pdf>. Acesso em: 31 out. 2020.

Governo desonera folha para salvar indústria. **Textilia**, 2 ago. 2011.

Governo negocia abertura com setor industrial. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 5 out. 2005.

Governo promete alterar sistema de importação de têxteis. **Textilia**, 4 jan. 2012.

GRIEBELER, J. M. B. A ação política do setor industrial têxtil no Brasil: a Abit e a abertura comercial (1987-1997). Dissertação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

Grito de alerta da indústria une capital e trabalho. **Textilia**, 4 abr. 2012.

GUIBU, F. Ciro é “fanático por dólar”, afirma tucano. **Folha de São Paulo**, 10 ago. 2002.

GUIMARÃES, T.; GODOY, D. China toma mercado do Brasil na Argentina. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 29 maio 2009.

Haddad diz que Shein vai nacionalizar 85% de suas vendas em 4 anos. **Valor Econômico**, 20 abr. 2023.

Haddad tira o setor produtivo do armário. **Valor Econômico**, 14 mar. 2023.

HERSCOVICI, N. Guerra dos portos: Um caso de sucesso da atuação política empresarial. **Revista Agenda Política**, no prelo.

HIRATUKA, C.; SARTI, F. Relações econômicas entre Brasil e China: Análise dos fluxos de comércio e investimento direto estrangeiro. **Revista Tempo do Mundo**, v. 2, n. 1, p. 83–98, 2016.

HIRATUKA, C.; SARTI, F. Transformações na estrutura produtiva global, desindustrialização e desenvolvimento industrial no Brasil. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 37, p. 189–207, 2017.

HIRATUKA, C. et al. Relatório de acompanhamento setorial: Têxtil e Confecção. **Unicamp/ABDI**, volume 1, 2008. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/neit/images/stories/arquivos/RelatorioABDI/textil-e-confeccao_vol-I_junho2008.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2021.

Impacto de alta do algodão pode não cair até 2011, diz setor têxtil. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 10 nov. 2010.

Importação afetou diversos setores. **Valor Econômico**, 26 out. 2011.

Importação de confecções anda na contramão e sobe 75%. **ABRAS - Associação Brasileira de Supermercados**, 15 abr. 2009.

Importação de têxteis cai 30%, mas produtor local não reage. **Folha de São Paulo**, 1 abr. 2016.

Importação leva Vicunha a demitir 300 trabalhadores em Americana. **Força Sindical**, 14 ago. 2013.

Índice de produção física deve ficar entre -1% a +1,5%. **Textilia**, 22 jan. 2014.

Indústria de bens de consumo ainda perde para importados. **Valor Econômico**, 19 mai. 2011.

Indústria queria corte maior e fica frustrada. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 24 jul. 2003.

Indústria têxtil protesta contra importações da Ásia. **Textilia**, 21 out. 2013.

Indústria têxtil registra queda de 22% no Estado. **Diário do Nordeste**, 7 out. 2014.

Indústria têxtil se posiciona contra abertura unilateral no País. **Diário do Nordeste**, 18 out. 2018.

Indústria vê timidez e cobra corte de imposto. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 13 jun. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Produto Interno Bruto a preços correntes, 2002-2015. 2017. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Sistema de Contas Nacionais. Nível 51 - Nível de atividade de divulgação da série retropolada (2000-2019). Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Sistema_de_Contas_Nacionais/2019/tabelas_xls/tabelas_de_recursos_e_usos/nivel_51_2000_2019_xls.zip. Acesso em: 14 set. 2022.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (IEDI). Análise IEDI, 2016. **A queda da rentabilidade empresarial na crise atual**. Disponível em: <https://IEDI.org.br/artigos/top/analise/analise_IEDI_20160624_lucro_empresas.html>. Acesso em: 22 out. 2020.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (IEDI). Carta IEDI, n. 186, 2005. **Como bloquear a desindustrialização**. Disponível em: <https://IEDI.org.br/cartas/carta_IEDI_n_186_como_bloquear_a_desindustrializacao.html>. Acesso em: 22 out. 2020.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (IEDI). Carta IEDI, n. 800, 2017. **Lucratividade e endividamento das empresas em 2016 e no primeiro trimestre de 2017: O ajuste incompleto**. Disponível em: <https://IEDI.org.br/media/site/artigos/IEDI_20170814_empresas_2016.pdf>. Acesso em: 22 out. 2020.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (IEDI). Carta IEDI, n. 920, 2019. **O perfil setorial do retrocesso da indústria brasileira**. Disponível em: <https://IEDI.org.br/cartas/carta_IEDI_n_920.html>. Acesso em: 22 out. 2020.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (IEDI). **Ocorreu uma desindustrialização no Brasil? 2005.** Disponível em: <<http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201108311527130.IEDI1.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2021.

JAGUARIBE, H. O nacionalismo na atualidade brasileira. Brasília: FUNAG, 2013.

JANKAVSKI, A.; BERNARDES, F.; VALIM, C. E. A indústria quer mudança. **ISTOÉ**, 27 out. 2014.

JURGENFELD, V.; BUENO, S. R.; CAMAROTTO, M. Em um mesmo setor, cenários diferentes. **Valor Econômico**, 28 fev. 2012.

JURGENFELD, V. F. Transformações dos grandes grupos têxteis de Blumenau e Brusque após 1970: a financeirização e os novos espaços de acumulação. 2012. 234f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012a.

JURGENFELD, V. Presidente da Coteminas espera medidas anti-importação. **Valor Econômico**, 8 mar. 2012b.

JURGENFELD, V. Döhler volta a ter base nos Estados Unidos. **Valor Econômico**, 23 abr. 2012c.

JURGENFELD, V. et al. Ano começa aquecido e traz otimismo para parte da indústria. **Valor Econômico**, 20 jan. 2014a.

JURGENFELD, V. “**Recuperação da indústria não foi grande coisa, mas não é de se jogar fora**”. **Valor Econômico**, 28 fev. 2014b.

KAFRUNI, S. “Precisamos de muita liderança”, diz Aguinaldo Diniz Filho sobre pandemia. **Correio Braziliense**, 3 maio 2020.

KATTAH, E. ‘O esforço político para criar imposto é o mesmo de cortar’. **Estadão**, 7 set. 2015.

KERSTENETZKY, C. 2017. Foi Um Pássaro, Foi Um Avião? Redistribuição no Brasil no século XXI. **Novos estudos CEBRAP** Vol 36 (2): 15-34.

KINGDON, J. **Agendas, alternatives, and public policies**. Londres: Pearson Education Limited, 2014.

KUCHLER, A.; ARAUJO, P. DE. Argentina adota nova restrição a importações. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 31 out. 2008.

Lançada em Brasília a Frente Parlamentar “José Alencar”. **Textilia**, 7 abr. 2011.

LANDIM, R.; SALGADO, R. Indústria paulista tenta refazer pontes com Lula. **Valor Econômico**, 1 nov. 2006.

LANDIM, R. A estratégia dos grandes: Hering multiplica número de lojas e hoje vale R\$ 8 bilhões. **Estadão**, 9 abr. 2012a.

LANDIM, R. China dá 27 tipos de subsídios para o setor têxtil. **Estadão**, 7 set. 2012b.

LEITE, R. P. No ‘fundo do poço’, ramo têxtil terá retomada lenta. **Textile Industry**, 22 ago. 2016.

LEO, S. Abit quer fim de incentivos à importação. **Valor Econômico**, 2 jun. 2011a.

LEO, S. **Setor têxtil vai pedir para o governo medidas mais duras contra chineses**. **Valor Econômico**, 18 nov. 2011b.

LEO, S. **O que quer Dilma, o que querem os empresários**. **Valor Econômico**, 26 mar. 2012.

LEO, S. Metade dos pedidos de barreiras contra bens importados não vira investigação. **Valor Econômico**, 17 abr. 2013.

LIMA, F.; VALENTI, G. É essencial fazer o ajuste macro, mas não é suficiente. **Valor Econômico**, 23 dez. 2014.

LIMA, F.; WATANABE, M. Empresas ampliam investimentos em operações externas. **Valor Econômico**, 11 maio 2015.

LIMA, R. J. C. O fim do Acordo Multifibras e o comércio Brasil-China em têxteis e vestuário: Uma análise segundo o índice de vantagens comparativas reveladas. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, v. 40–51, n. 98, 2009.

LIMA, S. Indústria têxtil elimina 15 mil vagas em 2 meses e vê pior momento em dez anos. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 15 jan. 2009.

LIMA, V. **Cresce a falta de confiança do empresário, afirma CNI**. **Valor Econômico**, 20 mai. 2014.

LIPI, G. Rafael Cervone Netto assume pela 2ª vez a presidência do Ciesp. **Diário de Santa Bárbara d’Oeste**, 3 jun. 2014.

Lira busca apoio de empresariado. **Valor Econômico**, 23 nov. 2020.

LISBOA, E. Compras de uniformes militares. **Jornal do Comércio**, 28 nov. 2009.

LOBO, T.; NOGUEIRA, D.; SOUZE, A. **Advogados e juristas criticam condução coercitiva de Lula**. **O Globo**, 05 mar. 2016.

LORENZI, S. Dilma aponta câmbio, juros e impostos como problemas principais. **O Globo**, 12 jun. 2012.

LOUREIRO, F. Nos fios de uma trama esquecida: notas a evolução da indústria têxtil paulista nas décadas de 1930 e 1940, in: **VII Congresso Brasileiro de História Econômica**, Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2007.

Lula já tem apoio de pelo menos 4 dirigentes da Fiesp. **Tribuna do Paraná**, 25 set. 2002.

Lula prevê “jogo sujo 24h por dia” na eleição. **Folha de São Paulo**, 07 jul. 2002.

Lula scents victory at last. **The Economist**, 19 set. 2002.

MACHADO, J.; ROCHA, R. Executivos evitam falar da crise. **Valor Econômico**, 8 abr. 2016.

MACHADO, T.; MARTINS, A. Copa do Mundo não puxa encomendas da indústria em abril. **Valor Econômico**, 5 maio 2014.

MACHADO, T.; PEDROSO, R. Indústria quer trocar INSS por taxa de 0,8% a 1% sobre faturamento. **Valor Econômico**, 13 mar. 2012.

MACHADO, T. Importação de têxteis terá nova regra, diz Mantega. **Valor Econômico**, 28 dez. 2011.

MACHADO, T. et al. Exportadores usam “novo” câmbio para recuperar margem. **Valor Econômico**, 30 jul. 2012.

MACHADO, T. Produção da indústria sofre, mas confiança melhora em setores beneficiados. **Valor Econômico**, 11 jun. 2012.

MADARIAGA, A. **Neoliberal Resilience: Lessons in Democracy and Development from Latin America and Eastern Europe**. New Jersey: Princeton University Press, 2020.

MADUREIRA, D. Novo presidente da Fiesp critica Bolsonaro, em contraste com Skaf. **Folha de S.Paulo**, 17 fev. 2022.

MAFRA, R. F.; SILVA, J. A. Doença Holandesa e Desindustrialização no Brasil: de volta a um país primário-exportador? **Revista Pesquisa & Debate**, v. 28, n. 2, 2017.

MAHONEY, J.; GOERTZ, G. A tale of two cultures: Contrasting quantitative and qualitative research. **Political Analysis**, v. 14, p. 227-249, 2006.

MAIA, B. A. A. Há desindustrialização no Brasil? Um estudo da abordagem clássica e de análises alternativas entre 1998 e 2014. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 2, p. 549-579, mai./ago. 2020.

MANCUSO, W. P. **O lobby da indústria no Congresso Nacional: Empresariado e política no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Edusp, 2007a.

MANCUSO, W. P. O empresariado como ator político no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa. **Revista de Sociologia e Política**, n. 28, p. 131–146, 2007b.

Manifestantes fazem maior protesto nacional contra o governo Dilma. **G1**, 13 mar. 2016.

Mantega diz que irá desindexar tarifas. **Valor Econômico**, 23 mar. 2012.

MANTOAN, V. et al. **Setor produtivo critica impacto recessivo da CPMF**. **Valor Econômico**, 16 set. 2015.

MARCHESINI, L. Abit pede a Pimentel novo regime tributário e salvaguardas para setor. **Valor Econômico**, 31 jan. 2013.

MARCOLINO, Rayane. Dudalina: do pequeno comércio à grande indústria. **Exame**, 13 mai. 2011.

MARIANO, M. Vestuário brasileiro fechará ano negativo. **Textilia**, 6 dez. 2011.

MARIANO, M. Abit lança “Importômetro” e alerta para desemprego no setor. **Textilia**, 18 jan. 2012.

MARIANO, M. Setor têxtil espera melhor desempenho em 2013. **Textilia**, 8 mar. 2013.

MARTINI, P.; SARTORI, C.; CARNEIRO, L. Relação BNDES, Fiesp e CNI veio para ficar e Haddad pode esperar total lealdade, diz Mercadante. **Valor Econômico**, 20 mar. 2023.

MARTINS, A.; MACHADO, T. Produção cai em setores desonerados. **Valor Econômico**, 5 dez. 2012.

MARTINS, A.; MOTA, C. V. Varejo adia pedidos e vendas para o Natal estão abaixo do previsto. **Valor Econômico**, 3 nov. 2015.

MARTINS, G. K.; RUGITSKY, F. The commodities boom and the profit squeeze: output and profit cycles in Brazil (1996-2016). In: 47o. **Encontro Nacional de Economia (ANPEC)**, 2019, São Paulo. Anais do 47o. Encontro Nacional de Economia (ANPEC),

MARTINS, A. Mínimo reforça planos de parte da indústria. **Valor Econômico**, 1 fev. 2012.

MARTINS, A. Câmbio já amplia a substituição de importados. **Valor Econômico**, 13 maio 2015a.

MARTINS, A. Indústria acredita ter tocado “fundo do poço”, mas ainda não vê reação. **Valor Econômico**, 3 ago. 2015b.

MARQUES, F. M. **A governança corporativa na cadeia têxtil e confeccionista no Estado de São Paulo**. 2015. 109f. Dissertação (Mestrado em Têxtil e Moda) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MASIJAH, R. A crise do setor têxtil e do vestuário brasileiro. **Sindivestuário**, 04 fev. 2013.

MASSON, C. A atual taxa de juros é boa só para os bancos, Rafael Cervone. **ISTOÉ DINHEIRO**, n. 1278, 16 jun. 2022.

MASSUDA, E. M. Transformações recentes da indústria têxtil brasileira (1992-1999). **Acta Scientiarum**, Maringá, v. 24, n. 1, p. 243-251, 2002.

MATTOS, A.; PRADO, M. BC retarda ciclo de crescimento, diz Fiesp. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 18 set. 2003.

MATTOS, A. Bens de capital e calçados também preparam salvaguarda anti-China. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 11 out. 2005.

MATTOS, A. Empresa ameaçar até corta venda à Argentina. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 3 fev. 2006.

MATTOS, C. **O que é o Plano Brasil Maior?**. Instituto Braudel, Brasil Economia e Governo, 23 out. 2013. Disponível em: <<http://www.brasil-economia-governo.org.br/2013/10/23/o-que-e-o-plano-brasil-maior/>>. Acesso em: 26 out. 2020.

Medida pode abrir porta para asiáticos, diz Abit. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 9 mar. 2010.

MEIBAK, D. Hering prevê PIB estagnado e baixo consumo em 2015. **Valor Econômico**, 16 dez. 2014.

MELLO, P. C.; CARNEIRO, M. Política econômica do governo Dilma se cristaliza em 2012. **Folha de São Paulo**, 23 set. 2012.

MELLO, P. C. **Abit quer salvaguardas contra importação de têxteis da China**. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/306067/noticia.htm?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 8 abr. 2023.

MENDES, S. M. F. **O fim do acordo de têxteis e vestuário**: impactos sobre o setor têxtil-vestuário brasileiro. 2007. 123f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2007.

MENDES JUNIOR, B. O. Setor têxtil. **Caderno Setorial ETENE**, v. 2, n. 16, 2017.

Mercado ilícito de vestuário ultrapassa R\$ 500 milhões. **Abit**, 20 dez. 2017. Notícias. Disponível em: <<https://www.abit.org.br/noticias/mercado-ilicito-de-vestuario-ultrapassa-r-500-milhoes>>. Acesso em: 18 abr. 2021.

MEYGE, A.; MENDES, L. H. Juro alto afeta o negócio, mas inflação é pior. **Valor Econômico**, 7 abr. 2014.

Milhares voltam a protestar contra o governo Dilma em São Paulo. **Jornal V**, ed. 305, abr. 2015. Disponível em: <https://www.costureirassp.org.br/images/noticiasimg/Vestuário_Abril2015.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2022.

MINTZ, B.; SCHWARTZ, M. **The power structure of American business**. Illinois: University of Chicago Press, 1987.

MIRRIONE, H. No meio do furacão. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 29 jul. 2005.

MONTOAN, V. et al. Setor produtivo critica impacto recessivo da CPMF. **Valor Econômico**, 16 set. 2015.

MORCEIRO, P. C. Desindustrialização na economia brasileira no período 2000-2011: abordagens e indicadores. São Paulo - SP: Cultura Acadêmica Editora, 2012.

MORCEIRO, P. C.; GUILHOTO, J. J. M. Desindustrialização setorial e estagnação de longo prazo da manufatura brasileira. **TD Nereus**, São Paulo, 2019. Disponível em: <http://www.usp.br/nereus/wp-content/uploads/TD_Nereus_01_2019.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2021.

MOREIRA, A. Coteminas avalia possíveis aquisições, diz presidente. **Valor Econômico**, 31 maio 2016.

MOREIRA, B. Custo elevado ‘engole’ efeito do dólar em alta. **O Liberal**, 15 mar. 2015.

MOREIRA, B. Setor defende ações logo nos primeiros três meses. **O Liberal**, 26 out. 2014.

MOREIRA, B. Sindicato espera incentivo para ampliar crescimento. **O Liberal**, 12 mar. 2013.

MOTA, C. V.; WATANABE, M. Um ano depois, dois segmentos colhem resultados positivos. **Valor Econômico**, 25 mar. 2013.

MOTA, C. V. Atividade fraca e ineficiência reduzem ajuda da desoneração. **Valor Econômico**, 7 out. 2013.

MOTA, C. V. Aumento nas exportações pode reduzir demissões na indústria. **Valor Econômico**, 26 jan. 2015.

MP revogada congela ajuda a exportadores. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 20 set. 2007.

Mudança no câmbio desafia exportador. **O Liberal**, 13 set. 2016.

Não voto na atual política, diz Josué. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 14 fev. 2006.

Nem o dólar alto salva a indústria têxtil. **Diário do Comércio**, 8 fev. 2016.

NEUMANN, D.; JURGENFELD, V.; WATANABE, M. Nas têxteis, produto “made in China” tem design brasileiro. **Valor Econômico**, 23 set. 2014.

NEUMANN, D. Efeito de racionamento sobre a indústria será pior do que em 2001. **Valor Econômico**, 9 fev. 2015.

NEUMANN, D. Indústria quer usar Paraguai contra a China. **Valor Econômico**, 25 fev. 2014.

NEVES, M. **Protesto anti-Dilma reúne milhares em SP; ato registrou brigas e agressão**. Uol, 15 nov. 2014.

NIERO, N. Lucro da Vicunha Têxtil cai 56% com aumento de custos. **Valor Econômico**, 15 ago. 2012.

NOBRE, M. **Brasil, juin 2013: mouvement social et refus du blindage de la démocratie**. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-mouvements-2013-4-page-130.htm>. Acesso em: 21 ago. 2022.

NOGUEIRA, M.; MARTINS, D. Mercado externo contraído impede vendas maiores. **Valor Econômico**, 30 jul. 2012.

Novo presidente da Fiesp diz que Brasil não deve temer eleição e que urna eletrônica é confiável. **O Globo**, 17 fev. 2022.

NUZZI, V. **Governo Lula teve crescimento médio de 4% do PIB e superou FHC**. Rede Brasil Atual, 03 mar. 2011. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/economia/2011/03/governo-lula-teve-crescimento-medio-de-4-do-pib-e-superou-fhc/>. Acesso em: 04 ago. 2022.

O jovem presidente. **Textilia**, 10 fev. 2014.

OLIVEIRA, E. Sinditêxtil-SP: acabou espaço para política de juro alto. **A Tarde**, 3 set. 2014.

OLIVEIRA, R.; GENNARI, A. M. História do pensamento econômico. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

OLIVEIRA, G. N.; HERSCOVICI, N. Os empresários industriais no primeiro mandato Dilma Rousseff (2011-2014): Uma análise a partir do jornal Valor Econômico. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 37, 2022.

OLIVEIRA, R. D. Os jornais enquanto fontes de pesquisa: possibilidades de estudos a respeito do município de Uberaba/MG. **XX Encontro Regional de História**, Uberaba, 2016.

OLMOS, M.; SOUZA, M. M.; CAMAROTTO, M. **Grandes empresários preferem Aécio, mas acham que Dilma leva**. Valor Econômico, 17 mai. 2013.

OLMOS, M. Vicunha prepara ampliação na Argentina. **Valor Econômico**, 4 dez. 2015.

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 30, p. 219–232, 2010.

ORTELLADO, P.; SOLANO, E. Nova direita nas ruas? Uma análise do descompasso entre manifestantes e convocantes antigoverno de 2015. **Perseu**, v. 7, n. 11, p. 169-180, 2016.

O'GRADY, M. A. Can Things Get Worse For Brazilians? Sure They Can. **Wall Street Journal**, 04 out. 2002.

PACHECO, B. 10 perguntas para Fernando Pimentel, presidente da Abit. **ISTOÉ DINHEIRO**, 22 out. 2021.

Panos quentes. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 27 nov. 2006.

Para 2013, companhias vão manter investimentos. **Valor Econômico**, 24 ago. 2012.

Para empresários, o pior já passou, mas crescimento ainda é incerto. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 14 set. 2003.

Para empresários, redução foi frustrante. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 23 out. 2003.

PASSARINHO, N. **PSDB pede a TSE cassação de Dilma e posse de Aécio como presidente.** G1, 18 dez. 2014.

PATÚ, G. Política econômica de tucano deve aliar ortodoxia à maior ação estatal. **Folha de São Paulo**, 2002.

Paulo Skaf quer Josué Gomes da Silva como seu sucessor na Fiesp. **Poder360**, 31 ago. 2020.

PEDROSO, R. et al. Grande empresa quer crédito, mas pequena tem outras demandas. **Valor Econômico**, 4 jan. 2012.

PEDROSO, R. Preço de exportação cai com câmbio, briga por mercado e desoneração. **Valor Econômico**, 23 ago. 2012a.

PEDROSO, R. Energia representa até 15% do custo da indústria têxtil, diz a Abit. **Valor Econômico**, 11 set. 2012b.

PEDROSO, R. Setor desonerado não supera média da indústria. **Valor Econômico**, 23 jan. 2013.

PEDROSO, R. Valor PME: Economia passará por ajustes após as eleições, diz Hering. **Valor Econômico**, 4 abr. 2014.

PERES, L. Medidas para afetados pelo câmbio ainda não saíram. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 20 jul. 2007.

PEREZ, R. T.; VACCARI, G. S. A doxa política das finanças: o discurso dos banqueiros diante da nova matriz econômica do governo Dilma Rousseff (2011-14). **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 8, n. 3, 2017.

PEROBELLI, F. S.; BASTOS, S. Q. A.; CARREIRO, Juliana. Avaliação sistêmica do setor industrial brasileiro: 1995-2009. **Estud. Econ.**, São Paulo, v. 47, n. 1, p. 125-152, jan./mar. 2017.

PERRIN, F. **O Ovo do Pato**: Uma análise do deslocamento político da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

PIB do Brasil cresce 7,5% em 2010 e tem maior alta em 24 anos. **BBC News**, 03 mar. 2011.

PIMENTEL, F. Discurso de posse de Fernando Pimentel na presidência da Abit. Disponível em:

<<https://www.abit.org.br/uploads/arquivos/Discurso%20de%20posse%20de%20Fernando.pdf>>. Acesso em: 7 abr. 2023.

PINHEIRO, Y. Indústria têxtil do Ceará já perdeu 970 empregos - Negócios. **Diário do Nordeste**, 30 set. 2015.

PINTO, E. C. et al. A economia política dos governos Dilma: acumulação, bloco no poder e crise. **IE-UFRJ DISCUSSION PAPER**, v. 004, 2016.

PIOVESAN, R. Alta do dólar anima setor têxtil. **O Liberal**, 16 maio 2012a.

PIOVESAN, R. Indústria derruba saldo de empregos em 46,5%. **O Liberal**, 18 maio 2012b.

PIOVESAN, R. Novo presidente da Abit assume desafio de resgatar setor têxtil. **O Liberal**, 24 abr. 2014.

PITTHAN, J.; KOIKE, B. Produtor têxtil elogia, mas ainda tem dúvidas. **Valor Econômico**, 3 ago. 2011.

PITTHAN, J. Medida desagradada têxteis catarinenses. **Valor Econômico**, 5 ago. 2011a.

PITTHAN, J. **Karsten investe no segmento de lençóis**. **Valor Econômico**, 15 set. 2011b.

PITTHAN, J. **Vestuário e têxtil temem a concorrência do importado**. **Valor Econômico**, 07 nov. 2011c.

PORTES, I. Calçados e têxteis cogitam cancelar exportação. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 24 maio 2007.

POZOBON, R. O.; GARCIA, A. D. Brasil “mau pagador”: estratégias argumentativas na construção social da crise política, econômica e de representação do governo Dilma. **Eptic**, v. 19, n. 1, p. 44-59, jan-abr 2017.

PRADO, M. Disputa acirrada marca votação. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 26 ago. 2004.

Produção da indústria têxtil despencou 31,1%. **Diário do Nordeste**, 20 ago. 2015.

Produção se desloca para outros países, diz Gomes da Silva. **Valor Econômico**, 28 mar. 2012.

PSDB quer explicações sobre 'maquiagem' nas contas públicas ainda durante recesso. **Agência Senado**, 08 jan. 2013. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2013/01/08/psdb-quer-explicacoes-sobre-maquiagem-nas-contas-publicas-ainda-durante-recesso>. Acesso em: 07 jun. 2023.

PSDB pede ao TSE auditoria para verificar ‘lisura’ da eleição. **G1**, 30 out. 2014.

Queda da produção local é 1º efeito perverso no setor têxtil. **Diário do Nordeste**, 30 nov. 2013.

Que sera, Serra. **The Economist**, 15 ago. 2002.

Rafael Cervone Netto assume pela 2ª vez a presidência do Ciesp. **Diário de Santa Bárbara d’Oeste**, 03 jun. 2014.

RAUEN, C. V.; HIRATUKA, C. Relatório de acompanhamento setorial: Têxtil e Confecção. **Boletim de Conjuntura Industrial**, Acompanhamento Setorial, Panorama da Indústria e Análise da Política Industrial - UNICAMP/ABDI. 2009. Disponível em:

<https://www.eco.unicamp.br/neit/images/stories/arquivos/RelatorioABDI/Txtil_Confecco_vol_IV.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2021.

REENLSOBER, D. Demissões já se aproximam de 2014, segundo dados do Sinditec. **O Liberal**, 3 nov. 2015.

REHDER, M. Indústria têxtil pede proteção e ameaça reduzir investimentos. **Fashion Bubbles**, 29 maio 2006. Disponível em: <<https://www.fashionbubbles.com/negocios-tecnica/industria-textil-pede-protecao-e-ameaca-reduzir-investimentos/>>. Acesso em: 8 abr. 2023

REINERT, H. Têxteis e calçados criticam políticas públicas. **Valor Econômico**, 26 set. 2014.

Relançada frente pelo desenvolvimento da indústria têxtil e confecção. **Jornal V - Sindicato das Costureiras de São Paulo e Osasco**, n. 305, abr. 2015.

Reportagem especial Costura Perfeita: Made in Paraguai. **Costura Perfeita**, n. 69, 15 out. 2012.

RESENDE, T. Setor externo preocupa indústria. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 1 fev. 2008.

Retração do setor têxtil arrastou outras atividades. **Diário do Nordeste**, 25 mar. 2012.

RIZÉRIO, Lara. **As 5 pesquisas que agitaram a véspera do 2º turno – e mostram uma eleição imprevisível.** InfoMoney, 25 out. 2014. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/politica/as-5-pesquisas-que-agitaram-a-vespera-do-2o-turno-e-mostram-uma-eleicao-imprevisivel/>. Acesso em: 03 set. 2022.

ROCHA, C. “Imposto é Roubo!” A Formação de um Contrapúblico ultraliberal e os Protestos Pró-Impeachment de Dilma Rousseff. **DADOS**, Rio de Janeiro, vol. 62, n. 3, 2019.

ROCHA, J.; SOFIA, J. Setor mais atendido por BNDES lidera cortes. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 22 jan. 2009.

ROCKMANN, Roberto. **Novas oportunidades.** Valor Econômico, 04 dez. 2015.

RODRIK, D. Premature deindustrialization. **Journal of Economic Growth**, v. 21, n. 1, p. 1-33, 2016.

ROLLI, C. **Inflação pode afetar desemprego em 2014.** Folha de São Paulo, 06 jan 2014.

ROLLI, C. Indústria têxtil paulista deve fechar mais 12 mil vagas em 2016. **Folha de São Paulo**, 14 jan. 2016.

Ronaldo Fraga pilota desfile político a favor da indústria têxtil no Congresso. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 13 abr. 2007.

ROSAS, R. Setor têxtil espera ampliar acordo que limita crescimento das importações a partir da China. **O Globo**, 10 jan. 2008.

ROSSI, C. Dilma afirma que câmbio é uma “grande preocupação”. **Folha de São Paulo**, 13 abr. 2011.

ROSSI, C. Oposição reage a acordo com FMI e rompe trégua com FHC. **Folha de São Paulo**, 06 set. 2002.

ROSSI, M.; ALESSI, G.; BENITES, A. **Maior manifestação da democracia brasileira joga Dilma contra as cordas**. El País, 14 mar. 2016.

ROTZSCH, R. Paraguai barra tarifa extra de sapato e têxtil. **Folha de S.Paulo**, 29 jun. 2007.

RPT perdeu 33 empresas em 25 anos. **O Liberal**, 3 out. 2015.

RUGITSKY, F. Do ensaio desenvolvimentista à austeridade: uma leitura kaleckiana. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello; BASTOS, Paulo Zahluth (org.). **Austeridade para quem?** Balanço e perspectivas do governo Dilma Rousseff. São Paulo: Carta Maior; Friedrich Ebert Stiftung, 2015, p. 131-137.

RUGITSKY, F. The decline of neoliberalism: a play in three acts. Brazil. **J. Polit. Econ.**, 40 (4), 2020.

SAAD-FILHO, A.; MORAIS, L. **Brasil: neoliberalismo versus democracia**. São Paulo: Boitempo, 2018.

SALOMÃO, I. C. As origens do desenvolvimentismo brasileiro e suas controvérsias: notas sobre o debate historiográfico. **Nova Economia**, v. 27, n. 3, p. 421–442, 2017.

Salvuardas do Setor Têxtil Geram Polêmica. **Textile Industry**, 7 fev. 2012.

SAMPAIO, D. P. Economia brasileira no início do século XXI: Desaceleração, crise e desindustrialização (2000-2017). **Semestre Económico**, v. 22, n. 50, p. 107-128, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/seec/v22n50/0120-6346-seec-22-50-107.pdf>>. Acesso em: 23 mai. 2021.

SANDER, L.; ROCHA, J. Brasil admite aceitar cotas para exportar à Argentina. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 4 mar. 2009.

SANTOS, J. **Setor têxtil comemora com ressalva acordo Brasil-China**. Disponível em: <https://italcam.com.br/it/noticia/setor-textil-comemora-com-ressalva-acordo-brasil-china/>>. Acesso em: 21 abr. 2023.

SANTOS, M.; CAULYT, F. **Principais momentos do segundo turno**. DW, 26 out. 2014. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/ao-vivo-segundo-turno-da-elei%C3%A7%C3%A3o-presidencial-de-2014/a-18021827>. Acesso em: 03 set. 2022.

SANTOS, W. G. **A democracia impedida: O Brasil no século XXI**. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

SARAIVA, L. A. S.; PIMENTA, S. M.; CORRÊA, M. L. Globalização e reestruturação produtiva: desafios à indústria têxtil brasileira. **R. Adm.**, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 68-82, jan./fev./mar. 2005.

SARTI, F.; HIRATUKA, C. Desempenho recente da indústria brasileira no contexto de mudanças estruturais domésticas e globais. Texto para Discussão. Unicamp, n. 290, 2017.

SCARAMUZZO, M.; VIEIRA, A. G. Skaf organiza movimento para pedir renúncia de presidente da Fiesp. **Valor Econômico**, 19 out. 2022.

SCHMITZ, A. A. **Fontes de notícias**: ações e estratégias das fontes empresariais nas relações com jornalistas de economia e negócios. 2010. 152f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Florianópolis, 2010.

SCIARRETTA, T.; FREITAS, T. **Agência vê sinais ambíguos e ameaça rebaixar Brasil**. Folha de São Paulo, 07 jun. 2013.

SCOLESE, E. Governo patrocina uniforme em ano eleitoral. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 13 out. 2009.

SEAWRIGHT, J.; GERRING, J. Case Selection Techniques in Case Study Research: A Menu of Qualitative and Quantitative Options. **Political Research Quarterly**, p. 61; 294, 2008.

Setor deve crescer 5% em 2016 - Negócios. **Diário do Nordeste**, 4 fev. 2016.

Setor de vestuário perdeu R\$ 208 milhões com contrabando. **Câmara dos Deputados**, 30 ago. 2007. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/105313-setor-de-vestuario-perdeu-r-208-milhoes-com-contrabando/>>. Acesso em : 18 abr. 2021.

Setor diz poder enfrentar concorrência. **Folha de S.Paulo**, 27 fev. 2005.

Setores beneficiados querem garantir alíquota máxima para o benefício. **Valor Econômico**, 23 set. 2013.

Setor produtivo elogia “ousadia” do Copom. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 20 nov. 2003.

Setor têxtil acredita na retomada do mercado nacional. **ABRAS**, 02 mai. 2016.

Setor têxtil deve faturar menos. **Diário do Nordeste**, 22 jan. 2012.

Setor têxtil deve reagir com entrada do verão. **Textilia**, 1 out. 2012.

Setor têxtil discute com Lula crise provocada pelo câmbio. **Estadão**, 30 maio 2006.

Setor têxtil do CE faturou R\$ 8,6 bilhões em 2014 - Negócios. **Diário do Nordeste**, 23 jan. 2015.

Setor têxtil e de confecção protesta contra perda de empregos. 07 de nov. 2013. Publicado pelo canal Abit - Têxtil e Confecção. 1 vídeo (4min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=GYLdacEfjxg>>. Acesso em: 14 mar. 2021.

Setor têxtil e de confecção protesta contra perda de empregos. 07 de nov. 2013. Publicado pelo canal Abit - Têxtil e Confecção. 1 vídeo (4min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=GYLdacEfjxg>>. Acesso em: 14 mar. 2021.

Setor têxtil espera que governo crie cotas para importação a partir de abril. **Sindivestuário**, 05 fev. 2013.

Setor têxtil exige isonomia com importados. **Textilia**, 7 jul. 2011.

Setor têxtil faz reivindicações a Palocci. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 5 ago. 2005.

Setor têxtil gera menos empregos. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 21 jun. 2005.

Setor têxtil não consegue se recuperar para exportar. **Diário do Nordeste**, 2 maio 2016.

Setor têxtil quer ação contra China. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 27 abr. 2006.

Setor têxtil terá linha especial de financiamento do BNDES. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 25 maio 1999.

SERRA, J. **Programa de Governo: Uma Agenda para o Desenvolvimento Sustentável do Brasil**. 2010. Disponível em: <https://www.psd.org.br/storage/2010/10/Programa-de-Governo-Jose-Serra.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2022.

SIENA, A. P. P. et al. Panorama do mercado têxtil brasileiro frente à concorrência chinesa: Caso Coteminas. **Uni-FACEF**, v. 1, n. 1, p. 140-160, 2009.

SILVA, K. F.. **A reorganização da direita brasileira e o papel do Movimento Brasil Livre (MBL): da fundação ao impeachment de Dilma Rousseff (2013-2016)**. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) — Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, 2020.

SILVA, M. R. **Economia tem em 2014 pior resultado desde 2009, diz Serasa**. **Exame**, 13 fev. 2015.

Sinditêxtil projeta queda de postos. **O Liberal**, 15 jan. 2016.

Sinditêxtil quer fim de cobrança extra na conta de luz. **O Liberal**, 10 set. 2012.

SINGER, A. **Dependent bourgeois revolution and Brazilian political model, 1971-2021**. **SciELO Preprints**, , 2022.

SINGER, A. **O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SIQUEIRA, C.; PIOVESAN, E. **Câmara aprova fim da multa de 10% do FGTS por demissão sem justa causa**. Câmara dos Deputados, 03 jul. 2013. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/408578-camara-aprova-fim-da-multa-de-10-do-fgts-por-demissao-sem-justa-causa/>. Acesso em: 21 ago. 2022.

Skaf e CUT querem ampliar “entendimento”. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 4 set. 2004.

Skaf: ida de Lula para a Casa Civil é um 'golpe contra a nação brasileira'. **Uol**, 16 mar. 2016.

Skaf receberá grupos anti-Dilma na segunda-feira. **O Liberal**, 27 ago. 2015.

Skaf inicia “rebelião” contra Josué Gomes na Fiesp 3 meses após deixar o cargo. **CNN**, 19 out. 2022.

SOARES, P. Desoneração “esquece” setores empregadores. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 18 maio 2009.

SOARES, V. Portão de embarque. **Valor Econômico**, 7 maio 2015.

SOUZA, M. M. E.; PEDROSO, R. Com queda na confiança, empresário fica mais conservador. **Valor Econômico**, 7 jul. 2014.

SOUZA, M. DE M. E. Ajuste fiscal deve ser passo seguinte, diz empresário. **Valor Econômico**, 29 ago. 2016.

SOUZA, M. DE M. E. Cedro mudará a gestão em 2014. **Valor Econômico**, 24 maio 2012.

STARLING, H. M. LAGO, M.; BIGNOTTO, N. **Linguagem da destruição: A democracia brasileira em crise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

STECANELLA, V. Abit: imposto menor faria têxtil crescer 69% até 2025. **Hoje em Dia**, 21 jan. 2013.

STEIN, Stanley. **Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil – 1850/1950**. Rio de Janeiro: Campus. 1979.

STURGEON, T.; GEREFFI, G.; GUINN, A. et al. O Brasil nas cadeias globais de valor: Implicações para a política industrial e de comércio. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, n. 115, p. 26–41, 2013.

STF decide manter suspeição de Moro; processos contra Lula serão julgados de novo no DF. **BBC News**, 23 jun. 2021.

Sucessão. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 12 abr. 2007.

TAIAR, E. Vestuário e calçados já veem impactos positivos do câmbio sobre a exportação. **Valor Econômico**, 3 nov. 2015.

TATAGIBA, L. Entre as ruas e as instituições: os protestos e o impeachment de Dilma Rousseff. **Lusotopie**, v. 17, p. 112-135, 2018.

TAVES, E. A.. **Indústria têxtil e de confecções brasileira: competitividade na cadeia de valor global**. 2013. 66f. Monografia (Bacharel em Economia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Rio de Janeiro, 2013.

TEIXEIRA, R. A.; PINTO, E. C. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: Dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento. **Economia e Sociedade**, v. 21, n. 3, 2012.

Temer: há “lastro jurídico” para processo de impeachment. **Congresso em Foco**, 8 dez. 2015.

TEMÓTEO, R.; HESSEL, A. Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, pede demissão e Dilma busca sucessor. **Correio Braziliense**, 18 dez. 2015.

Têxteis: China recusa novo acordo. **ABRAS** - Associação Brasileira de Supermercados, 12 mar. 2009.

Têxtil: Cadeia volta a ter superávit. Portal Química e Derivados. **Quimica**, 24 fev. 2003. Disponível em: <<https://www.quimica.com.br/textil-cadeia-volta-ter-superavit/>>. Acesso em: 8 abr. 2023.

TONI, G. **Entidades que representam milhares de empresas e milhões de trabalhadores definem na fiesp apoio ao impeachment já!** Indusnet Fiesp, 17 mar. 2016. Disponível em: <https://www.fiesp.com.br/noticias/entidades-que-representam-milhares-de-empresas-e-milhoes-de-trabalhadores-definem-na-fiesp-apoio-ao-impeachment-ja/>. Acesso em: 22 ago. 2016.

TORTORIELLO, A. M. Brasil aceita China como economia de mercado. **BBC**, 12 nov. 2004.

TOOZE, A. **Crashed: How a decade of financial crises changed the world**. New York: Allen Lane, 2018.

Trabalhadores do setor têxtil se manifestam em SP. **Exame**, 23 out. 2013.

TRAMPUSCH, C.; PALIER, B. Between X and Y: how process tracing contributes to opening the black box of causality. **New Political Economy**, 21:5, 437-454, 2016.

TREVISAN, C. Déficit do setor têxtil pode aumentar 2000%. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 3 fev. 2007.

Um ano antes, começou a sucessão na Fiesp. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 5 jul. 2003.

União eleva proteção para confecções. **Valor Econômico**, 18 jun. 2012.

VACCARI, G. S.; PEREZ, R. T. A doxa política das finanças: o discurso dos banqueiros diante da Nova Matriz Econômica do governo Dilma Rousseff (2011-2014). **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 8, n. 3, p. 89-111, 2017.

VALENTI, G.; BALARIN, R. **O sobrenome no palanque**. **Valor Econômico**, 23 mai. 2014.

VALENTI, G. Estão brincando com o Brasil. **Valor Econômico**, 3 mar. 2016a.

VALENTI, G. Empresário diz que Dilma não tem mais como governar. **Valor Econômico**, 28 mar. 2016b.

Varejo do vestuário critica salvaguardas à indústria. **O Liberal**, 04 fev. 2013.

Varejo e indústria têxtil divergem sobre importados. **Textilia**, 1 set. 2011.

VAZQUEZ, R. Presidente da Fiesp critica taxa de juros atual do Brasil e afirma que o “BC está atrás da curva”. **Valor Econômico**, 13 fev. 2023.

VERAS, D. Um modelo de precisão milimétrica. **Valor Econômico**, 30 mar. 2015.

VERÍSSIMO, R.; FROUFE, C.; NOSSA, L. Dilma defende geração de emprego e renda na indústria - Estadão. **Estadão**, 2 ago. 2011.

VERZIGNASSE, R. Pimentel teme efeitos da crise política. **O Liberal**, 25 maio 2017.

VIEIRA, L. S. A imprensa como fonte para a pesquisa em História: teoria e método. **BOCC-UBI**, 2013. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/vieira-lucas-2013-imprensa-fonte-pesquisa.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2021.

VILA-NOVA, C.; DIAS, J. A. Indústria têxtil fecha acordo com Argentina. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 26 jan. 2004.

VILA-NOVA, C. Indústria têxtil para de negociar com Argentina. **Acervo Digital - Folha de S.Paulo**, 30 jan. 2004.

VIOLANTE, C. “Não existe liberalismo sem democracia”, afirma presidente da Fiesp em entrevista a jornal. **Valor Econômico**, 5 ago. 2022.

Visão de futuro na estratégia comercial do grupo Rosset. **Textilia**, 5 ago. 2016.

WALENDORFF, R. Alta de juros e demanda preocupam indústria têxtil. **Valor Econômico**, 16 ago. 2022.

WATANABE, M.; MACHADO, T. Instabilidade do câmbio reduz ganho de exportador. **Valor Econômico**, 25 out. 2013a.

WATANABE, M.; MACHADO, T. Volatilidade reduz ganho do exportador com novo câmbio. **Valor Econômico**, 25 out. 2013b.

WATANABE, M.; MACHADO, T. Indústria apoia medida, mas área de serviços pede ajustes. **Valor Econômico**, 17 fev. 2014.

WATANABE, M.; PEDROSO, R. Calçados e vestuário reagem com desoneração. **Valor Econômico**, 10 set. 2012.

WATANABE, M. Abit estima que 30% das empresas têm perda com desoneração de folha. **Valor Econômico**, 17 jan. 2012a.

WATANABE, M. Setor têxtil pedirá medidas de proteção. **Valor Econômico**, 18 jan. 2012b.

WATANABE, M. Brasil Maior não amplia planos de exportação. **Valor Econômico**, 20 jan. 2012c.

WATANABE, M. et al. Setor de papelão ondulado espera crescer 3,5% no ano. **Valor Econômico**, 25 fev. 2013.

WATANABE, M. Receita sobe mais que os custos nos setores com desoneração dos salários. **Valor Econômico**, 3 jun. 2013a.

WATANABE, M. Câmbio intensifica efeito de tarifa antidumping. **Valor Econômico**, 23 set. 2013b.

WATANABE, M. **Confiança cai ainda mais e pesa sobre atividade**. **Valor Econômico**, 29 mai. 2014.

WELLBAUN, A. Acordo com China “resolve questão têxtil”, diz Furlan. **BBC**, 10 fev. 2006.

ZANAKI, M. Indústria 4.0: aposta do setor têxtil. **O Liberal**, 9 set. 2018.

ZANINI, F. Gigante têxtil é acusada de constrangimento pró-Bolsonaro. **Folha de São Paulo**, 13 out. 2022.

ZANINI, Fábio. Governo tem “bando de agiotas”, diz Lula. **Folha de São Paulo**, 20 jul. 2002.

‘É uma decisão equivocada’, diz associação têxtil sobre fim do MDIC. **O Liberal**, 30 out. 2018.

“Cuidado com as apostas”, diz Mantega. **Valor Econômico**, 20 ago. 2013.

“Eu acredito no Brasil”, afirma o empresário Ivo Rosset. **Forbes Brasil**, 29 nov. 2014.

ZANINI, F. **PT quer Alencar como seu “avalista”**. **Folha de São Paulo**, 16 jun. 2002a.

ZANINI, F. **Lula prevê ‘jogo sujo 24h por dia’ na eleição**. **Folha de São Paulo**, 07 jul. 2002b.

ANEXO A - MODELO DE ROTEIRO DE ENTREVISTA COM EMPRESÁRIOS

Quebra-gelo

1. Em primeiro lugar, o/a senhor(a) poderia me contar um pouco da sua trajetória na indústria?
2. E em relação a sua empresa, qual é a relação da sua empresa com os outros elos da cadeia produtiva têxtil, ou seja, a empresa compra a matéria-prima de um produtor nacional, ou importa a matéria-prima, e vende o bem produzido na sua empresa para quem? Há intermediários entre o produto produzido e o consumidor final?
3. E quem é o público-alvo do produto? O consumidor final é, em média, da classe alta, média, baixa, ou não é possível ter essa distinção?
4. E o consumidor é, predominantemente, nacional, ou mais para o mercado externo? Se é tanto para o mercado interno quanto para o externo, existe uma diferença de estratégia para esses diferentes perfis de consumidores?
5. Quantas peças, aproximadamente, a empresa vende por ano? Como é possível se antecipar às volatilidades da demanda?
6. Nesse nicho, o principal concorrente são empresas nacionais, ou produtos importados?

Desindustrialização e governo Dilma

7. O começo da década de 2010 foi marcado internacionalmente pelos efeitos da crise de 2008. Como o/a senhor(a) avalia que essa crise afetou a indústria têxtil, em geral, e a sua empresa, em particular?
8. Na sua opinião, quais os maiores desafios que o setor enfrentou naquele período? O que foi feito, tanto pelos empresários quanto pelo governo, para solucionar isso?

9. Na sua opinião, o governo estava aberto a ouvir e trabalhar em conjunto com o setor para tratar da questão da desindustrialização? A indústria têxtil teve espaço para apresentar suas demandas?
10. Como o/a senhor(a) avalia o Plano Brasil Maior, o pacote de incentivos à indústria, que continha, dentre outras, a medida de desoneração da folha de pagamentos, a priorização do produto nacional nas compras governamentais, o Reintegra? Foi uma política satisfatória ou insatisfatória?
11. E em relação à macroeconomia, quando houve uma tentativa de diminuir os juros e desvalorizar o real?
12. Qual a sua avaliação sobre a política externa naquele período? A priorização das relações com o Mercosul, e até com a China, foi acertada?

Coalizão produtivista

13. Na sua opinião, a aposta no aquecimento do mercado interno e no pleno emprego foi positiva para a indústria?
14. Historicamente, a indústria têxtil brasileira foca no mercado interno. Mais recentemente, muitas grandes empresas têxteis passaram a apostar na expansão no mercado externo. O que o/a senhor(a) acha que motivou essa mudança? Quais fatores ajudam e prejudicam essa tentativa?
15. Naquela época, em 2014, também teve uma movimentação, até pela CNI, de levar industriais para o Paraguai, por ser um país com um custo de produção menor que o Brasil. Também sobre investir no Haiti. Essas alternativas mostraram-se viáveis? São estratégias desejáveis?
16. A indústria têxtil é uma das maiores empregadores no país. Em 2011, 2012, teve muita atuação conjunta entre os empresários e trabalhadores contra a desindustrialização, especialmente por políticas que atuassem contra o avanço dos

importados asiáticos. Um exemplo foi a que ficou conhecida como Grito de Alerta. Qual a sua avaliação sobre isso? Essa atuação conjunta se manteve, ou ficou restrita naquele período? Teve resultados positivos?

A ruptura com o governo

17. Naquela época, muitos falavam que a presidente Dilma estava intervindo muito na economia. O/a senhor(a) concorda com essa avaliação?
18. Haviam queixas também sobre o aumento dos salários, frente à estagnação da produtividade. Qual sua opinião sobre isso?
19. Mais para 2013, 2014, falava-se bastante sobre a necessidade de reformas, e de uma mudança na política econômica. Você concordava com essa avaliação? Quais eram as mudanças necessárias?
20. Já em 2015, teve uma tentativa de ajuste fiscal. Como o/a senhor(a) avalia isso?
21. Quais foram as diferenças e semelhanças, para o/a senhor(a), entre a atuação do primeiro e do segundo governo Dilma? (Os empresários tiveram a mesma abertura no segundo mandato?)
22. Em linhas gerais, esses governos tiveram um impacto positivo na indústria?
23. Qual foi sua opinião em relação ao impeachment? Foi positivo o processo?
24. Qual seu balanço sobre o projeto Ponte para o Futuro, do Temer?

Abit (a depender do entrevistado)

25. Qual é a relação da sua empresa com a Abit? Existe uma participação, a empresa se sente representada pela Abit?

26. Qual a sua avaliação sobre a atuação da Abit nos governos da Dilma?
27. Se falava muito de uma proposta de Regime Tributário para o setor, por que isso não se concretizou?
28. E a Frente Parlamentar José de Alencar? Qual sua avaliação sobre a atuação dela?
29. Nesse período, a Abit teve três presidentes: Aguinaldo Diniz Filho, Rafael Cervone e, no final, Fernando Pimentel. Há algo que marcou em comum a atuação dos três enquanto presidentes? E as diferenças?
30. Na sua avaliação, a Abit representa a cadeia produtiva têxtil como um todo, ou acaba tendo uma assimetria de representação, por exemplo, para empresas maiores, ou exportadoras, ou mais na área têxtil do que vestuarista?
31. Se nós formos olhar a composição da diretoria da Abit, vemos muitos nomes que atuam também em outras entidades. Os próprios Skaf, Rafael Cervone e Josué têm uma trajetória também na Fiesp, por exemplo. Como o senhor vê essa relação entre as diferentes entidades industriais?
32. A eleição do Josué na Fiesp foi vista por muitos como uma forma de pacificar o clima, porque muitos não estavam gostando dessa atuação muito política que o Skaf tinha. Qual a sua visão sobre isso? A entidade industrial deve se posicionar politicamente ou deve se restringir a pautar as demandas econômicas da indústria?

Perguntas de encerramento

33. Em linhas gerais, quais foram os pontos fortes das políticas industriais e econômicas daquele período? E os pontos fracos?
34. Se tivesse que resumir, o governo mais ajudou ou mais atrapalhou o setor têxtil nesse período?
35. Quais são as perspectivas da sua empresa daqui pra frente?

36. Qual é o cenário econômico mais importante para o crescimento da sua empresa?

37. O(a) senhor(a) tem expectativa de atrair algum tipo de investimento externo pra ela?